



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

FRANCISCO DE ASSIS NOBERTO GALDINO DE ARAÚJO



**PRESERVAÇÃO DOS REGISTROS DA IMPRENSA PERNAMBUCANA:  
o (re)surgir das suas cinzas memoriais**

Recife

2024

FRANCISCO DE ASSIS NOBERTO GALDINO DE ARAÚJO

**PRESERVAÇÃO DOS REGISTROS DA IMPRENSA PERNAMBUCANA:  
o (re)surgir das suas cinzas memoriais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Centro de Artes e Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação. **Área de Concentração:** Informação, Memória e Tecnologia. **Linha de Pesquisa 1:** Memória da Informação Científica e Tecnológica

Orientador: Prof. Dr. Marcos Galindo Lima

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Araújo, Francisco de Assis Noberto Galdino de.

Preservação dos registros da imprensa pernambucana: o (re)surgir das suas cinzas memoriais / Francisco de Assis Noberto Galdino de Araújo. - Recife, 2024.

261 p. : il.

Orientador(a): Marcos Galindo Lima

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Preservação de jornais históricos. 2. Sistema memorial. 3. Jornais pernambucanos. 4. Modelo de preservação da memória de jornais impressos (PRESSMEN). I. Lima, Marcos Galindo . (Orientação). II. Título.

020 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2024 - 53)

FRANCISCO DE ASSIS NOBERTO GALDINO DE ARAÚJO

**Preservação dos Registros da Imprensa Pernambucana: o (re)surgir das suas cinzas  
memoriais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Aprovada em: 31/01/2024

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Marcos Galindo Lima (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Murilo Artur Araújo da Silveira (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana de Albuquerque Moreira (Examinador Externo)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Patrícia Ladeira Penna Macêdo (Examinador Externo)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

*Dedico esta tese à Deus e aos meus pais:  
João Galdino de Araújo e Francisca  
Noberto Goiana.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus pelo dom da vida e ao meu guia espiritual por orientar os melhores caminhos para seguir.

Aos meus pais, Galdino e Francisca, por incentivarem os meus sonhos e sempre me acolherem em todos os momentos da minha vida. Amo vocês!

Aos meus irmãos, sobrinha, cunhado e demais familiares por estarem presentes em circunstâncias alegres e serem sensíveis aos meus desânimos, medos e tristezas.

Aos amigos que se tornaram irmãos nesta minha encarnação, meus queridos Jacqueline Souza, Renato Umbelino e Vinicius Santana por oferecerem suas mais gostosas risadas, escutarem meus desabafos, oferecerem seus abraços confortantes e enxugarem minhas lágrimas.

Entre amigos de vida, destaco carinhosamente, Eri Dias e Hélio Pajeú por terem me adotado física e digitalmente ao longo desses tantos anos de amizade e abrirem as portas dos seus lares para me acolher nesses 4 anos de doutorado. Vocês moram no meu coração!

Ao meu orientador, Professor Marcos Galindo, por ser meu “primeiro pai acadêmico” e por me incentivar antes, durante e, tenho certeza, depois de concluir o meu doutorado. Obrigado Marcos por me presentear com o “caso do Diário de Pernambuco” e orientar os melhores caminhos que me levaram a conclusão desta tese.

A professora Májory Miranda que indiretamente a conheci na Universidade do Porto (UPorto), por meio dos seus artigos publicados e tive o prazer de ser seu aluno na disciplina de Fundamentos da Ciência da Informação (PPGCI/UFPE), abrindo os horizontes da minha pesquisa e incentivando a minha carreira docente com sua “arte de ensinar”.

Ao professor Murilo Silveira que fez das nossas aulas de Seminários em Ciência da Informação (PPGCI/UFPE) as melhores, alegres e mais “fofis” tardes, além de sempre se colocar à disposição para o desenvolvimento da minha tese.

A professora Luciana Moreira, por ser minha “primeira mãe acadêmica” e representar as minhas outras mães acadêmicas ao longo do bacharelado, especialização e mestrado. Grato pela disponibilidade, contribuições e considerações na qualificação e defesa para o aperfeiçoamento desta tese.

A professora Patrícia Macedo por trazer seus conhecimentos arquivísticos e históricos que muito contribuíram para o desenvolvimento e conclusão da minha pesquisa, e assim, abrir as portas para futuros projetos de preservação do patrimônio memorial.

Agradeço fortemente ao incentivo que meu berço acadêmico, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o qual exerço com muito prazer e felicidade minhas atividades docentes, por me liberar a realizar integralmente o meu doutorado. Neste sentido também agradeço ao Departamento de Ciência da Informação por sempre ajudar em meu percurso docente e científico. Me aguardem que estou voltando!

Por fim, minha gratidão ao Laboratório de Tecnologias para o Conhecimento (Liber/UFPE) por oportunizar a concepção de maravilhosas pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Memorial e aos colegas que fazem este acolhedor e confortável laboratório por ajudarem na coleta de dados desta tese, compartilharem vivências, alegrias e os deliciosos cafés vespertinos. Ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE) por ter me acolhido no período de mobilidade acadêmica no mestrado (Universidade do Porto, Portugal) e agora, efetivamente como aluno do Curso de Doutorado. Obrigado por abrir meus horizontes científicos, propiciando a discussão e compartilhamento de novos conhecimentos nas disciplinas, inclusive, permitindo o aproveitamento de disciplina cursada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o qual, igualmente agradeço todo o carinho da Profa. Maria Cristiane Galvão em sua disciplina de “Informação em Saúde” (PPGCI/UFSCar).

A todos e todas, meu respeito, carinho, admiração e gratidão!

Ainda que se não possa aceitar sem restrições a opinião de Macaulay, de que 'a única história verdadeira de uma nação se encontra nos seus jornais', e seja mais acertado considerar, com Otto von Leixner, o seu valor como fontes históricas sensivelmente atenuado por várias causas, não é lícito negar-se-lhes enorme importância como repositórios de factos sociológicos, porquanto reproduzem com fidelidade inexcelsível as grandes correntes e as pequenas vagas da vida nacional (Carvalho, 1908, p. VII, grifo nosso).

O jornal é o livro de cada dia em que o povo se instrui, com que se recreia, de que faz o órgão de suas aspirações lícitas e por onde lança barreiras a prepotência das autoridades. E livro destes, em que não há senão benefícios para a sociedade, que se alastrem por todos os cantos; penetrem em todos os lares; se anteponham a todos os olhos e conquistem todas as consciências. Nunca são demais [...] (Pequeno Jornal, Recife, n. 01, p. 01, 01 de julho de 1898).

## RESUMO

Esta tese de doutorado apresenta considerações acerca da preservação de jornais impressos de valor histórico e os fenômenos sociais que impactam diretamente na função de preservação da memória registrada. Tem como problemática, problema norteador e hipótese a observação direta da “emergência memorial” diagnosticada nos Jornais Pernambucanos que também se assemelha à realidade de outros jornais brasileiros. Objetiva “propor um modelo referencial de organização e preservação de documentos de jornal por meio da teoria de Sistemas Memoriais”, alicerçado em reflexões teóricas, dimensões técnicas e soluções metodológicas que supram a necessidade de Preservar a Memória de Jornais Impressos de valor histórico em Instituições de Memória. Como Objetivos Específicos, “Descrever os elementos que configuram a teoria dos Sistemas Memoriais por via da Documentação”, “Sistematizar os processos de preservação de documentos de jornal” e “Configurar os elementos teóricos e metodológicos voltados à preservação de documentos de jornal de valor histórico”. Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva com perspectiva qualitativa, utilizando como procedimento metodológico, o Método Quadripolar. Introduce o tema por meio de análise prefacial, em que o objeto e o corpus de pesquisa são apresentados através de uma perspectiva sistêmica de trabalho cooperativo entre Instituições de Memória (Rede Memorial), destacando assim, os aspectos teóricos e práticos da preservação do patrimônio memorial de jornais impressos de valor histórico (polo epistemológico). Apresenta Referencial Teórico construído mediante observação e compreensão das relações existentes entre o objeto científico e conceitos, princípios, teorias e linhas de pensamentos oriundos tanto da Ciência da Informação quanto de áreas afins (polo teórico). Utiliza a Pesquisa Bibliográfica/Documental para recuperar conceitos teóricos necessários para a construção deste Referencial Teórico e a Pesquisa de Campo para coletar dados, visualizar, experimentar e participar da realidade prática da pesquisa (polo técnico). Estuda as características do “Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco” como um projeto que não se restringe somente a uma ação isolada de restauração ou de digitalização, mas sim, pelo seu ineditismo regional, complexidade e robustez. Concebe o Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos (PRESSMEN) como produto científico da tese, constituído pelos níveis estratégico (etapa estrutural), técnico e operacional (etapas emergenciais), em que as características teóricas, metodológicas e práticas são destacadas, contribuindo para uma adequada e completa preservação de jornais em Instituições de Memória (polo morfológico). Conclui reforçando a necessidade da preservação da memória através dos jornais centenários, que, como “raspas da história” ressurgindo das suas “cinzas memoriais”, representa assim, uma esperança para manter viva a memória brasileira.

**Palavras-chave:** preservação de jornais históricos; sistema memorial; jornais pernambucanos; modelo de preservação da memória de jornais impressos (PRESSMEN).

## ABSTRACT

This doctoral thesis discusses the preservation of historical value in printed newspapers and the social phenomena that directly influence the preservation of recorded memory. Its main concern and hypothesis stem from the observation of the "memorial emergency" identified in newspapers from Pernambuco, which also reflects the situation in other Brazilian newspapers. The aim is to propose a reference model for the organization and preservation of newspaper documents through the theory of Memorial Systems, based on the Heritage Curation Program for the Historical Collection of the Diário de Pernambuco. This proposal is grounded in theoretical reflections and methodological and technical solutions aimed at preserving the memory of historically valuable printed newspapers in memory institutions. The study is characterized as descriptive research with a qualitative approach, utilizing the Quadripolar Method as a methodological procedure. It introduces the topic through prefacial analysis, presenting the object and research corpus from a systemic perspective emphasizing the cooperative work between Memory Institutions (Memorial Network). This highlights the theoretical and practical aspects of preserving the memorial heritage of historically valuable printed newspapers (epistemological pole). The study presents a Theoretical Framework constructed through observation and understanding of the relationships between the scientific object and concepts, principles, theories, and lines of thought originating from Information Science and related areas (theoretical pole). It employs Bibliographic/Documentary Research to find the theoretical concepts necessary for constructing this Theoretical Framework and Field Research to collect data, visualize, experiment, and participate in the practical reality of the research (technical pole). It examines the characteristics of the "Heritage Curation Program of the Historical Collection of the Diário de Pernambuco" as a project that goes beyond isolated restoration or digitization actions, due to its regional originality, complexity, and robustness. The study regards the Knowledge Technologies Laboratory (Liber/UFPE) as an environment for applied practices that brings together all the managerial, methodological, technical, and technological aspects necessary for the preservation of the memorial heritage. It conceptualizes the Printed Newspaper Memory Preservation Model (PRESSMEN) as a scientific product of the thesis, consisting of strategic (structural stage), technical, and operational (emergency stage) levels, highlighting the theoretical, methodological, and practical characteristics that contribute to the adequate and complete preservation of newspapers in memory institutions (morphological pole). The study concludes by emphasizing the importance of preserving memory through centuries-old newspapers, which, as "scraps of history" resurfacing from their "memorial ashes", represent hope for keeping Brazilian memory alive.

**Keywords:** preservation of memorial heritage; Pernambuco press; historical value printed newspapers; newspaper preservation model; PRESSMEN.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da Palavra Escrita.....	36
Figura 2 – Evolução da (Im)prensa.....	49
Figura 3 – A imprensa e as Revoluções Históricas.....	51
Figura 4 – Principais Jornais Históricos Publicados na Europa (Idade Moderna).....	64
Figura 5 – Decreto que Institui a Imprensa Régia no Brasil.....	86
Figura 6 – Primeira edição da “Gazeta do Rio de Janeiro”.....	90
Figura 7 – Primeira edição do “Correio Braziliense ou Armazém Literário”.....	93
Figura 8 – Primeiros Jornais Brasileiros (1808-1823).....	95
Figura 9 – Manifesto “Preciso” (Recife, 09 de março de 1817).....	109
Figura 10 – Aurora Pernambucana (Recife, 27 de março de 1821).....	112
Figura 11 – Complexa Teoria dos Sistema (Natural e Artificial).....	129
Figura 12 – Método Quadripolar (Bruyne; Herman; Schoutheete, 1974).....	143
Figura 13 – Método Quadripolar aplicado à Tese.....	145
Figura 14 – Diário de Pernambuco (Nº 01, de 07 de novembro de 1825).....	155
Figura 15 – Pequeno Jornal (Nº 01, de 01 de Julho de 1898).....	157
Figura 16 – Jornal Pequeno (Nº 01, de 24 de Julho de 1899).....	160
Figura 17 – Diário da Manhã (Nº 01, de 16 de Abril de 1927).....	163
Figura 18 – Diário da Tarde (Nº 158, de 01 de Julho de 1929).....	166
Figura 19 – Tela de recuperação dos Periódicos Pernambucanos.....	172
Figura 20 – Organização das edições dentro das pastas do “Diário de Pernambuco”.....	172
Figura 21 – Principais fatores de “destruição” do patrimônio memorial.....	186
Figura 22 – PRESSMEN (Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos).....	195
Figura 23 – Triângulo de Objetivos.....	199
Figura 24 – Processos e Atividades de Digitalização em Sistemas Memoriais (D4SiMem).....	203

## LISTA DE QUADROS E GRÁFICO

Quadro 1	–	Jornais mais Antigos em Circulação.....	67
Gráfico 1	–	Jornais Históricos Pernambucanos Publicados entre 1800 a 1899.....	116
Quadro 2	–	Pontos Epistemológicos da Tese.....	142
Quadro 3	–	Conceituação dos Polos do Método Quadripolar.....	144
Quadro 4	–	Plano de Trabalho (Cronograma de Atividades de Construção da Tese).....	149

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1</b>	<b>Problematização.....</b>	<b>21</b>
<b>1.2</b>	<b>Problema de Pesquisa.....</b>	<b>22</b>
<b>1.3</b>	<b>Hipótese.....</b>	<b>22</b>
<b>1.4</b>	<b>Objetivos.....</b>	<b>23</b>
1.4.1	Objetivo Geral.....	23
1.4.2	Objetivos Específicos.....	23
<b>1.5</b>	<b>Justificativa.....</b>	<b>23</b>
<b>1.6</b>	<b>Estrutura da Tese.....</b>	<b>26</b>
<b>2</b>	<b>A PRENSA E A IMPRENSA IMPRESSA: A TIPOGRAFIA COMO ALICERCE PARA UMA IMINENTE REVOLUÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1</b>	<b>Dos tipos fixos aos tipos móveis: o surgimento da (im)prensa.....</b>	<b>28</b>
<b>2.2</b>	<b>A Revolução Social da (Im)prensa.....</b>	<b>37</b>
<b>2.3</b>	<b>Causas, Expansão, Consequências e Controle da (Im)prensa.....</b>	<b>40</b>
<b>3</b>	<b>A REVOLUÇÃO DA IMPRENSA DENTRO DAS REVOLUÇÕES HISTÓRICAS: DA REFORMA PROTESTANTE À REVOLUÇÃO FRANCESA.....</b>	<b>52</b>
<b>3.1</b>	<b>Reforma Protestante e Revolução Científica.....</b>	<b>54</b>
<b>3.2</b>	<b>Iluminismo e Revolução Francesa.....</b>	<b>57</b>
<b>3.3</b>	<b>O surgimento dos jornais na Europa.....</b>	<b>63</b>
<b>4</b>	<b>AS “LETRAS DE IMPRIMIR” NO BRASIL: DAS PRIMEIRAS COMUNICAÇÕES À IMPRENSA RÉGIA E OS PRIMEIROS JORNAIS BRASILEIROS.....</b>	<b>70</b>
<b>4.1</b>	<b>As Primeiras Comunicações no Brasil Colonial.....</b>	<b>71</b>
<b>4.2</b>	<b>As Cartas Fantasiosas, as Notícias Reais e a “Censura” Tipográfica: acontecimentos que antecederam a implantação da Imprensa Régia.....</b>	<b>75</b>
<b>4.3</b>	<b>A Imprensa Régia e os Primeiros Jornais Impressos no Brasil.....</b>	<b>83</b>
<b>5</b>	<b>A IMPRENSA EM PERNAMBUCO E OS JORNAIS HISTÓRICOS PERNAMBUCANOS.....</b>	<b>98</b>
<b>5.1</b>	<b>As Letras Impressas em Pernambuco.....</b>	<b>102</b>

5.2	Os Primeiros Jornais Impressos Pernambucanos.....	108
6	LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA PARA O CONHECIMENTO (LIBER/UFPE): DA COMPLEXA TEORIA SISTÊMICA AO MODELO COLABORATIVO DE EXPERIÊNCIA EM SISTEMAS MEMORIAIS.....	119
6.1	Pressupostos Teóricos: a “complexificação” da “teoria sistêmica”.....	120
6.2	O “pensar sistemático” e sua relação com a memória: O Sistema Memorial.....	130
6.3	O Laboratório Liber como ambiente multiusuário do Sistema Memorial.....	134
7	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	140
7.1	Método Quadripolar.....	143
7.2	Percurso de Pesquisa.....	148
8	JORNAIS CENTENÁRIOS PERNAMBUCOS: O CASO EM ESTUDO...	151
8.1	Pontuações Históricas do Diário de Pernambuco (1825), Jornal Pequeno (1898), Diário da Manhã (1927) e Diário da Tarde (1928).....	152
8.2	Os contributos da Hemeroteca Digital Brasileira para a Preservação da Memória de Jornais Pernambucanos.....	168
8.3	Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco: Tradição, Cultura e Imprensa na América Latina.....	175
9	MODELO REFERENCIAL DE PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DE JORNAIS POR MEIO DA TEORIA DOS SISTEMAS MEMORIAIS.....	182
9.1	Conceitos, questões e desafios para a implementação de um Modelo de Preservação de Jornais.....	185
9.2	Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos (PRESSMEN).....	194
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
	REFERÊNCIAS.....	213
	APÊNDICE A – JORNAIS HISTÓRICOS PERNAMBUCANOS PUBLICADOS ENTRE 1800 A 1899 (Nascimento, 1968, 1966, 1969,	

1970, 1972).....	231
<b>APÊNDICE B – QUANTITATIVO DOS PERIÓDICOS DIGITALIZADOS PELA HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL).....</b>	<b>238</b>
<b>APÊNDICE C – PERIÓDICOS PERNAMBUCANOS DIGITALIZADOS (HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA).....</b>	<b>239</b>
<b>ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO (D. A. PRESS, DIÁRIOS ASSOCIADOS).....</b>	<b>247</b>
<b>ANEXO B – FICHA DIAGNÓSTICO (Liber/UFPE).....</b>	<b>249</b>
<b>ANEXO C – QUANTITATIVO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS INDIVIDUALMENTE EM CADA JORNAL TRABALHADO NO PCPAHDP (Liber/UFPE).....</b>	<b>250</b>
<b>ANEXO D – COMPILAÇÃO DE NORMAS, DIRETRIZES, PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES SOBRE PRESERVAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E JORNAIS (ISO, IFLA, CONARQ E REDE MEMORIAL DE PERNAMBUCO).....</b>	<b>256</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Dos desenhos nas cavernas aos ideogramas egípcios e chineses. Da fala que se externaliza, se materializa e se torna no comum e corriqueiro alfabeto que conhecemos e usamos constantemente para transformar o nosso "mentefato" em "artefatos" que transcendem a evolução do tempo e espaço. Nesse contexto, também figuram desde os rolos de papiro e pergaminho aos códices manuscritos como sendo os primeiros artefatos formalmente usados para fins de escrita. Posteriormente, com a crescente demanda e lenta produção textual manuscrita, surgem formas rápidas de escrita e composição de textos: da artesanal técnica de talhar em madeira gravuras e textos, até a concepção da arte tipográfica por meio do metal.

Desse modo, tal tipografia que foi a base para o desenvolvimento da atualmente "desconhecida" máquina de escrever em sua principal função: gravar no papel físico palavras, frases, parágrafos e textos datilografados por alguém. Lógica essa que evoluiu e se reduziu simplesmente em teclas ou telas que "imprimem" numa "folha imaginária" palavras compreensíveis, que na verdade se configuram em infinitos "zeros e uns" virtuais. Evolução materialista da escrita que carrega consigo os mistérios que envolvem as "não coisas", o abstrato, as portas secretas escondidas por entre as veias, membranas e "fios" que conectam o "cérebro" aos demais órgãos do corpo humano, ou seja, caminhos tortuosos a se refletir. Se para as ciências exatas,  $2+2$  sempre resultará em 4, tal exatidão se torna inexata quando se trata deste misterioso órgão central que comanda todo nosso corpo. Em outras palavras, a "memória" que para a ciência da computação é um elemento complementar dos *hardwares* e *softwares*, e, *grosso modo*, às ciências biológicas como "mais" um órgão do sistema biológico humano. Porém, essas conclusões preliminares podem ser consideradas como uma infeliz interpretação pessoal e até injusta com os brilhantes pesquisadores destas referidas áreas do conhecimento.

O fato é, a Memória é um assunto "complexo" de se entender: Complexo porque não é exato como  $2+2$ , nem como mais um órgão do corpo humano. Complexo porque ela armazena como nos computadores, diversas "coisas" e "não coisas" que serão arquivadas atemporalmente. E quando se fala em

"atemporalidade" remete-nos à Memória enquanto religião, a dualidade do "arquivo perdido" quando o ser pensante morre ou ao transcender às dimensões do tempo e espaço numa possível "vida pós morte". Crença essa que permite ao indivíduo receber o benefício do "véu do esquecimento" para recomeçar uma nova vida num novo corpo, num contexto diferente, ou ficar esperando pela certeza do retorno do corpo mumificado para "continuar" sua vida terrena após um certo intervalo de tempo. Por outro prisma, Memória como um inseparável recurso do cérebro que comanda um robusto sistema biológico humano, sendo este também o responsável por manter, recordar, esquecer e lembrar tudo o que se passa a volta de um indivíduo do momento que ele "nasce" ao momento que ele "morre". Mérito esse que as mais avançadas tecnologias ainda não foram minimamente capazes de chegarem perto.

É nesse sentido que os filósofos compreendem Memória como uma "componente da alma" (Aristóteles, 2006)<sup>1</sup>, como um "bloco de cera que trazemos na alma para gravar impressões" (Platão, 2004)<sup>2</sup>, um complexo elemento intrínseco ao ser, ao espírito, que a afasta da simples exatidão ou da centralização orgânica. Em outras palavras, um conjunto de experiências e recordações que um ser retém em seu psíquico, possibilitando acessá-las através de sentimentos alegres e/ou tristes, e retransmiti-las colaborando para a construção do seu presente e/ou futuro, e que de forma coletiva contribui para a história da sociedade como um todo (Oliveira; Rodrigues; Castro, 2017)<sup>3</sup>. Em síntese, informações (ideias, emoções, reflexões, raciocínio) retidas no cognitivo dos indivíduos, os quais têm a possibilidade de "externalizar" e "materializar" (ou não) tais informações de acordo com as suas vontades, ou simplesmente esquecer, caso julguem necessário. Ressaltando ainda sua relação com o passado ou à ideia pretérita, segundo a qual tudo que é

---

<sup>1</sup> ARISTÓTELES. **De Anima**: livros I, II e III. Traduzido por Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Ed. 34, 2006.

<sup>2</sup> PLATÃO. **Fedro**: texto integral. Traduzido por Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004. (A obra-prima de cada autor; 60).

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg Rodrigues; CASTRO, Raissa Mota. A memória na Ciência da Informação. In.: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg Rodrigues (Orgs.). **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Ed. UnB, 2017. p. 79-108.

externalizado e materializado (falado e/ou escrito) em questão de segundos torna-se passado, suscetível a ser preservado (Araújo, F., 2018)<sup>4</sup>.

Fundamentado nestes conceitos de memória como um processo humano que permite a lembrança e o esquecimento, pode-se destacar as visões teóricas de Pollak (1989)<sup>5</sup> e o seu conceito de “enquadramento da memória”; Halbwachs (1990)<sup>6</sup> ao conceber a noção de “memória coletiva” vista como “quadros sociais ou fenômeno social”; Foucault (2008)<sup>7</sup> ao evidenciar o “aparecimento/desaparecimento”, “persistência/apagamento” de discursos, através de documentos produzidos mediante regras de uma cultura; e Le Goff (2013)<sup>8</sup> ao falar que a memória é mítica e subordinada a história, chegando a noção de “documento/monumento”. Ou seja, tais autores afirmam que memória e história se complementam, salientando que a memória individual, em grupo, leva a construção da memória coletiva, que valida a memória social, formando o que Nora (1993)<sup>9</sup> chama de “lugares de memória” ou Instituições de Memória.

Socialmente falando, a forte relação que entrelaça a Memória com a História, se materializa principalmente por meio de fragmentos memoriais deixados ao longo do tempo em diversos suportes documentais, preservando assim, o “passado registrado” (Galindo, 2017)<sup>10</sup>. É neste sentido que em 1934, Paul Otlet (2018)<sup>11</sup> traz o entendimento genérico de Livro para conceituar documento como sendo o “registro

---

<sup>4</sup> ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. **D4SiMem**: uma proposta de digitalização para instituições de memória. Natal: EDUFERN, 2018.

<sup>5</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 11 set. 2021.

<sup>6</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod\\_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf). Acesso em: 11 set. 2021.

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod\\_resource/content/1/FOUCAULT.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf). Acesso em: 11 set. 2021.

<sup>8</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de: Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Borges. 7. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

<sup>9</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 20 set. 2021.

<sup>10</sup> GALINDO, Marcos. Memória em sistemas complexos. In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg Rodrigues (Org.). **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Ed. UnB, 2017. p. 251-268.

<sup>11</sup> OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro: teoria e prática. Tradução de: Taiguara Villela Aldabalde et. al. Brasília: Brique de Lemos Livros, 2018.

do pensamento humano em elementos de natureza material”. Seguindo esta linha de pensamento, em 1951, Briet (2016)<sup>12</sup> considera documento como “conhecimento fixado materialmente”, que consiste em “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”. Em síntese, “memória materializada”, “memória documental/documentada” ou “exomemória” (García Gutiérrez, 2003)<sup>13</sup>, composta por um “significado de sentido” concretizada por um “sistema de signos linguísticos” que une um “significante a um significado” (Le Coadic, 2004)<sup>14</sup>, que com o contributo do conceito de “materialidade da informação”, permite pensar no documento através do seu “caráter social e público” (Frohmann, 2006)<sup>15</sup>.

Estas definições oriundas da recente Ciência da Informação em que a Memória se relaciona ao conceito de Documento (Otlet, 1934; Briet, 1951), bem como a outros desenvolvimentos teóricos em que se destacam a “informação como coisa” (Buckland, 1991)<sup>16</sup>, a “historiografia da ciência da informação” (Rayward, 1996), a “materialidade da informação” (Frohmann, 2006) e a percepção da extensão do conceito de documento “como capaz de reunir as mais diferentes mídias, permitindo, dentro de uma epistemologia (nesse caso, sob a noção de Documentação), escolher o instrumento adequado para tratar deste ou daquele problema de fundo documental” (Day, 2001; Frohmann, 2006; Lund, 2010, *apud* Ortega; Saldanha, 2017, p. 11)<sup>17</sup>. Isto é, a “redescoberta” do documento ou “neodocumento” que não se restringe somente ao conceito de fixação da memória

<sup>12</sup> BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?**. Traduzido por Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2016.

<sup>13</sup> GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Exomemoria y cultura de frontera: hacia una ética transcultural de la mediación. **Redes.com**: Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación, Sevilla (Espanha), n. 01, 2003. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/51384195.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

<sup>14</sup> LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. Filgueiras Gomes. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2004.

<sup>15</sup> FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília, SP. **Anais...** Marília, SP: ENANCIB, 2006. p. 1-13. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/176669>. Acesso em: 02 set. 2021.

<sup>16</sup> BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S.l.], v.45, n.5, p.351-360, 1991. (Traduzido por Luciane Artêncio). Disponível em: [https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf). Acesso em: 02 ago. 2022.

<sup>17</sup> ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento desde Paul Otlet e as propostas neodocumentalistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília, SP. **Anais...** Marília, SP: ENANCIB, 2017. p. 1-20. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/59084>. Acesso em: 02 out. 2021.

humana em suportes físicos, mas, em considerar a materialidade, o caráter social e público, e o complexo de interpretações pelo qual o documento pode ser reconhecido, principalmente, através do “determinismo digital” oriundo do surgimento e consolidação da WEB “como espaço de construção de significados sociais na ampla esfera das relações humanas em caráter mundial” (Saldanha, 2013, p. 73)<sup>18</sup>.

Em outras palavras, “memória documental” ou documento que se apoia em instrumentos lógicos (atividade intelectual, mentefato) e técnicos (atividades físicas que dão forma à materialização, objeto manufaturado ou artefato) (Galindo, 2012)<sup>19</sup>. Originando, por exemplo, as já citadas pinturas rupestres deixadas pelos homens primitivos nas cavernas ou, com o surgimento da escrita, os documentos registrados em suportes/interfaces físicos, eletrônicos ou digitais (Galindo, 2017) que ultrapassam o tempo/espaço. E, a partir da compreensão do seu papel social (Frohmann, 2006), permitem seu armazenamento, recuperação, uso e preservação (Lévy, 1993)<sup>20</sup> em espaços destinados a guarda. É o que Nora (1993) denomina de Locais de Memória como espaços “socialmente instituídos e legitimados para preservação dos materiais da memória nacional, ‘chaves’ da memória coletiva dos povos” (Oliveira; Rodrigues; Castro, 2017, p. 90). Assim, assumindo um novo contexto que não os circunscreve apenas ao simples “guardar/proteger”, mas também, ao “recolher/custodiar”, “disponibilizar” e “conservar” o patrimônio, a herança cultural, a memória coletiva para as gerações vindouras. Recebendo, portanto, a denominação de Instituições de Memória.

Isto é, arquivos, bibliotecas e museus que caminham para além de simples “repositórios” físicos. Se direcionam estrategicamente para a constituição/disponibilização de acervos físicos e digitais, quer através da transferência de suporte para meio digital (digitalização) de acervos analógicos que

---

<sup>18</sup> SALDANHA, Gustavo Silva. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.65-88, jan.-jun. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53764>. Acesso em: 02 out. 2022.

<sup>19</sup> GALINDO, Marcos. Sistemas memoriais e redes de memória. In: SEMINÁRIO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 2., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012. p. 219-253. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13883/1/II%20SEMINARIO\\_v2%20%20texto%20Galindo.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13883/1/II%20SEMINARIO_v2%20%20texto%20Galindo.pdf). Acesso em: 13 out. 2021.

<sup>20</sup> LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. (Coleção Trans).

detêm. Como também, (re)constituindo acervos inteiramente digitais resultantes de processos de curadoria, com critérios de base orgânica ou temática, de documentos existentes em acervos pessoais, institucionais, empresariais, ou outros, muitas vezes fisicamente dispersos (Araújo, F., 2018). Assim sendo, a memória materializada em diferentes suportes/interfaces e disposta em instituições de missão memorial, comprometidas com o “resgate, tratamento, preservação e promoção do acesso aos bens do patrimônio memorial” (Galindo, 2017), que compartilham de problemas comuns de gestão e operação, reunidas formam uma Rede Memorial, e originam a concepção de Sistema Memorial.

Face ao exposto, diante da natural evolução do tempo e dos suportes, se por um lado temos a memória materializada em diversas formas (oral, manuscrita, impressa, digital), por outro lado, temos esse acúmulo de registros pessoais do homem perdidos em gavetas, caixas e em “quartos de despejo”. Deteriorando-se com a ação do tempo e da sua própria falta de interesse/cuidado em preservar a sua história para gerações vindouras. Provavelmente o mesmo aconteça com os acervos dos grandes jornais impressos que durante seu tempo áureo de circulação diária era leitura obrigatória nas primeiras horas das manhãs e hoje, com a sua “quase” extinção em meio impresso e/ou continuidade em meio digital (Veja, 2016)<sup>21</sup>, estão armazenados em locais, na maioria das vezes inapropriados, sofrendo todas as ações do tempo e rapidamente transformando-se em pó ou em “cinzas memoriais”.

Fundamentado nesta reflexão que face ao progresso do mundo e das coisas, enquanto há uma consciência da necessidade de registrar para transmitir, para comunicar, também anda lado a lado um outro traço comum: a grande preocupação quanto à preservação dessa “memória documental”, qualquer que seja a sua natureza ou suporte, invalidando assim, a “memória social” (Halbwachs, 1990). Desse modo, é possível constatar que as dificuldades de conservação do registro da memória, sobretudo, em jornais impressos, vão além das discussões práticas de digitalização e disponibilização do acervo. Em outras palavras, a digitalização é uma via alternativa que direciona para uma solução imediata, porém, as preocupações relativas à preservação dessa memória documental são muito maiores. Tendo em

---

<sup>21</sup> VEJA. “The Independent” revela realidade global: o fim do jornal impresso. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/the-independent-revela-realidade-global-o-fim-do-jornal-impresso/>. Acesso em: 21 out. 2021.

vista que do mesmo modo que o jornal impresso está em péssimas condições devido às ações do tempo e falta de investimentos com os aspectos de conservação/restauração, muito provavelmente, o mesmo poderá acontecer com a sua versão digital se não existir um planejamento a longo prazo que abarque questões técnicas (tempo, custos e qualidade) e estratégicas/conceituais/operativas (preservação, curadoria, análise dos riscos e segurança).

Em passos conclusivos, a fundamentação desta tese consiste em discutir o uso de técnicas e tecnologias como uma solução imediata e a longo prazo para as questões relacionadas à salvaguarda do suporte onde essa memória está registrada (seja o jornal impresso e/ou digital) em Instituições de Memória. Para além disso, a pesquisa direciona para uma reflexão sob o ponto de vista indagador das questões relacionadas a identidade, cultura e as causas/porquês da preservação (ou sua falta) da memória nacional registrada em seus jornais históricos, considerando estarmos diante de uma iminente “tragédia da memória” (Galindo, 2005)<sup>22</sup> provocada pelo silenciamento/esquecimento dos seus mantenedores e/ou da sociedade como um todo, destruindo, dessa forma, qualquer futuro promissor.

## 1.1 Problematização

Diante dessa contextualização introdutória, levando em consideração a preservação da memória documental de uma sociedade, produzida e registrada em formato de jornal impresso, provocou cogitações que colaboram para o desenvolvimento desta pesquisa:

- a) O jornal impresso sendo um importante meio de comunicação que (re)conta através de notícias, a história de uma localidade, região, país ou mundo, isto é, um registro memorial de alta relevância para uma sociedade, que mesmo diante da sua continuidade em meio digital e/ou encerramento, ainda permanece exercendo seu papel principal de informar. Porém, constata-se

---

<sup>22</sup> GALINDO, Marcos. Tragédia da Memória. **Massangana**, Recife, v. 2, n.1, p. 57-62, 2005.

Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13885/1/Trag%c3%a9dia%20da%20Mem%c3%b3ria%20nacional.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

que atualmente caíram no esquecimento/silenciamento dos seus produtores/mantenedores/leitores/sociedade;

- b) Observa-se que na maioria das vezes, os produtores/mantenedores de jornais impressos doam para instituições públicas ou privadas custodiarem e preservarem esses acervos memoriais. Porém, a realidade mostra que essa memória documental é considerada como algo “dispensável”, o qual suas coleções apresentam-se incompletas, com edições saqueadas, destruídas, ou, em outros casos, foram deixadas em galpões abandonados transformando-se em pó, em “cinzas memoriais”.

## 1.2 Problema de Pesquisa

Fundamentado na contextualização do tema pode-se evidenciar que a cultura, educação, ciência, tecnologia entre outros, ou seja, a Memória Nacional é vista como elemento periférico, supérfluo. Assim, munido pelas indagações reflexivas de Galindo (*apud* Bento, 2021)<sup>23</sup>, em que “uma sociedade com síndrome de Alzheimer é como uma pessoa que perde conexões com o mundo que o rodeia. Uma sociedade sem memória perde identidade e fica à mercê da história”. Desse modo surge o questionamento basilar desta pesquisa: *Quais os elementos teóricos e aplicados de preservação de documentos de jornal de valor histórico?*

## 1.3 Hipótese

Levanta-se como hipótese que a análise dos fenômenos sociais (políticos, econômicos e culturais) impactam diretamente na função de preservação da memória registrada da imprensa (jornais impressos), ou seja, um problema social, tendo em vista ser considerada como um elemento periférico, supérfluo. Logo, a apresentação e discussão deste problema social pode resultar numa esperança para

---

<sup>23</sup> BENTO, Emmanuel. **História em ruínas**: prédio do Diário de Pernambuco, no Recife, é memória indo pelo ralo. 2021. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/12/14919906-historia-em-ruinas-predio-do-diario-de-pernambuco-no-recife-e-memoria-indo-pelo-ralo.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

manter viva a memória registrada da Imprensa Pernambucana e Brasileira, suprimindo assim, uma lacuna existente na literatura.

## **1.4 Objetivos**

Após a exposição das reflexões teóricas inicialmente colocadas e da problematização, problema e hipótese de pesquisa, esta seção trará de forma direta, os objetivos traçados nesta tese:

### **1.4.1 Objetivo Geral**

Propor um modelo referencial de preservação de documentos de jornal por meio da teoria de Sistemas Memoriais.

### **1.4.2 Objetivos Específicos**

- a) Descrever os elementos que configuram a teoria dos Sistemas Memoriais por via da Documentação;
- b) Sistematizar os processos de organização e preservação de documentos de jornal;
- c) Configurar os elementos teóricos e metodológicos voltados à organização e preservação de documentos de jornal de valor histórico.

## **1.5 Justificativa**

Esta tese (necessidade de pesquisa) nasceu em meados de 2018, ao participar da “Comissão de Trabalho para Elaboração de Proposta visando assegurar condições para Preservação e Acesso ao acervo do Diário de Natal”, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Desse modo, tal comissão se dedicou a observar a realidade degradante da memória registrada do

referido jornal histórico da cidade de Natal/RN, que ao longo dos seus 73 anos (fundado em 1939 e encerrado em 2012) de existência se dedicou a contar diariamente a história da sociedade norte-riograndense. Em 2013, após um ano do encerramento do jornal, a UFRN assinou um termo de comodato com a Editora Diários Associados S/A (mantenedora do jornal), cujo objetivo foi guardar, digitalizar e disponibilizar para consulta pública todos os números do Diário de Natal. Assim, o acervo foi acondicionado numa sala do Museu Câmara Cascudo (MCC/UFRN) em condições precárias, o qual, passados cinco anos da sua guarda foram destinados recursos através de emendas parlamentares para sua restauração e digitalização. De acordo com o coordenador do projeto, Prof. Haroldo Barbosa (*apud* Duarte, 2018)<sup>24</sup>, o acervo foi arquivado em caixas de papelão sem identificação e em estado avançado de deterioração, o que requer um tratamento adequado que envolve “tempo, espaço, pessoal e financiamento”. Porém, o Prof. Haroldo Barbosa ainda ressaltou que materiais de restauração e equipamentos de digitalização são “em alguns casos importados, isso leva um tempo e envolve todo um processo burocrático que nós [sic] fogem todas as etapas”.

Esse gatilho inicial motivou o surgimento da necessidade de pesquisa em conhecer a realidade preservacionista de jornais impressos históricos brasileiros, que tendo o referido Diário de Natal, possibilitou elaborar um projeto de pesquisa que foi apresentado em 2020 ao processo seletivo do Curso de Doutorado em Ciência da Informação (PPGCI/UFPE). Após a aprovação e cumprimento dos créditos das disciplinas obrigatórias e eletivas do curso, a pesquisa começou a dar seus primeiros passos através de discussões em reuniões de orientação, quando foi apresentado o “Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco”. Projeto esse que não se restringe às simples ações imediatistas de conservação e restauração da estrutura deteriorada do jornal, pois vai mais além, ao procurar fundamentação teórica e técnica multidisciplinar que ajudam a entender as causas da degradação do papel, muitas vezes ocasionadas por vícios culturais, que resultam numa “morte lenta” da memória registrada dos mais de 200 anos de

---

<sup>24</sup> DUARTE, Rafael. UFRN conclui digitalização do Diário de Natal até 2020; parte do Novo Jornal já está no ar. **Saiba Mais: Agência de Reportagem**, Natal, 19 jun. 2018. Capa, Memória, p. 01. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2018/06/ufrn-conclui-digitalizacao-do-diario-de-natal-ate-2020-parte-do-acervo-do-novo-jornal-ja-esta-disponivel/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

bagagem histórica e importância política e social da imprensa pernambucana para o Brasil.

Face ao exposto, guiado pela necessidade de responder ao questionamento “qual o papel que esses jornais têm para a formação da história?”, foi possível fazer uma exploração do tema em fontes digitais, o qual constatou-se a carência de projetos e ações preservacionistas em âmbito brasileiro que garantam a salvaguarda de jornais impressos históricos. Foi possível observar que os poucos projetos em execução ou já finalizados se direcionam muito mais para a realização de ações paliativas, desconsiderando o cerne da questão que, inclusive, poderá impactar em riscos maiores no futuro. Em outras palavras, o papel, a tinta, a forma de impressão, a localidade, o clima, o contexto social, os hábitos corriqueiros individuais e o armazenamento de seus exemplares são fatores de ditam a sobrevivência a longo prazo da memória dos jornais impressos. Para além disso, fatores econômicos, políticos e culturais são outros pontos a serem considerados, que de forma geral tornam a memória como um assunto que pode ser deixado “para depois”, principalmente, em países subdesenvolvidos.

É nesse sentido que esta tese se direciona: refletir sobre a função social da preservação da memória registrada da imprensa brasileira, numa realidade em que a “amnésia proposital” causa a degradação do seu suporte físico, impactando na perda parcial e/ou total da história do Brasil. Discussão essa que reforça a importância da Memória enquanto principal objeto de pesquisa, possibilitando compreender o Sistema Memorial, suas ramificações que alcançam outras comunidades e resultam numa reformulação do conceito de Redes Memoriais Multidisciplinares. Ou seja, agentes que atuam contra a degradação da memória registrada. Assim, esta pesquisa intrinsecamente trará reflexões teóricas e técnicas que poderão contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas e produtos que visem a preservação sistemática e colaborativa da memória registrada.

## 1.6 Estrutura da Tese

Esta tese estrutura-se em dez capítulos epistemológico, teóricos, técnicos e morfológico, a saber:

No capítulo introdutório são descritos os aspectos epistemológicos da pesquisa, em que o tema, a problematização e hipótese, problema de pesquisa, objetivos geral e específicos, e justificativa foram apresentados.

A partir desta introdução, os capítulos teóricos foram evidenciados, refletidos e desenvolvidos a luz de princípios e conceitos teóricos sobre os temas: “A prensa e a Imprensa Impressa: a tipografia como alicerce para uma iminente revolução social”, “A Revolução da Imprensa dentro das Revoluções Históricas: da Reforma Protestante à Revolução Francesa”, “As ‘letras de imprimir’ no Brasil: das primeiras comunicações à Imprensa Régia e os primeiros Jornais Brasileiros”, “A Imprensa em Pernambuco e os Jornais Históricos Pernambucanos” e o “Laboratório de Tecnologia para o Conhecimento (Liber/UFPE): da Complexa Teoria Sistêmica ao Modelo Colaborativo de Experiência em Sistemas Memoriais”.

Discutidos os aspectos teóricos, o capítulo seguinte descreve os procedimentos metodológicos, explicando o uso e aplicação do Método Quadripolar e o percurso de pesquisa desta tese. Posteriormente, o capítulo técnico foi descrito, evidenciando os jornais centenários pernambucanos apresentados através de sua contextualização histórica e os contributos da Hemeroteca Digital Brasileira e do Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco para preservação deste patrimônio memorial pernambucano.

Finalmente, o aspecto morfológico da pesquisa foi apresentado no capítulo “Modelo Referencial de Preservação de Documentos de Jornais por meio da Teoria dos Sistemas Memoriais”, em que o Modelo de Preservação da Memória de Jornais (PRESSMEN) é evidenciado e discutido. Em passos conclusivos, as considerações finais são expostas avaliando o percurso investigativo e sugestões de futuras pesquisas.

Como elementos pós-textuais, as referências, anexos e apêndices foram apresentados ao final desta tese.

## 2 A PRENSA E A IMPRENSA IMPRESSA: A TIPOGRAFIA COMO ALICERCE PARA UMA IMINENTE REVOLUÇÃO SOCIAL

Desde os tempos mais longínquos da pré-história, a humanidade adquiriu a capacidade de externalizar e materializar os seus pensamentos, conhecimentos, experimentos e cotidiano. São testemunhos dessa capacidade as “pinturas rupestres” deixadas nas cavernas; as inscrições “talhadas” em tábuas de madeira e tabletes de argila; os “manuscritos” em papiro e pergaminho; os “documentos impressos” em suporte papel; ou a informação produzida, armazenada e acessada em meio “eletrônico” e “digital”. Ao longo dos anos, essa capacidade humana provocou grandes transformações ocorridas na sociedade nomeada por Peter Drucker (1969)<sup>25</sup> como “Sociedade da Informação”; que para Marshal McLuhan (1971)<sup>26</sup> é considerada como “Aldeia Global”; o que Daniel Bell (1977)<sup>27</sup> afirma se destacar pelo surgimento de uma “Sociedade Pós-industrial”; que de acordo com Zbigniew Brzezinski (1979)<sup>28</sup> é definida como sendo a “Era Tecnotrônica”; enquanto Alvin Toffler (1980)<sup>29</sup> ressalta a revolução da informação e a “Terceira Onda” de grandes transformações; o que também é conceituada por Manuel Castells (2000)<sup>30</sup> como “Sociedade em Rede”, por Andy Hargreaves (2004)<sup>31</sup> como “Sociedade do Conhecimento”, ou ainda como “Sociedade da Experiência e Comunicação” em que o acesso, os *likes* e *dislikes* são palavras-chave que melhor descrevem a denominada “Era das Não-Coisas” (Han, 2022)<sup>32</sup>. Em outras palavras, a informação tem uma função de destaque uma vez que, a todo o momento, os indivíduos necessitam dela para fundamentar e desenvolver as suas atividades (pessoais, acadêmicas e profissionais), ou seja, para poder viver (Araújo, F., 2018).

---

<sup>25</sup> DRUCKER, Peter Ferdinand. **Uma era de descontinuidade**: orientação para uma sociedade em mudança. São Paulo: Círculo do Livro, c1969.

<sup>26</sup> MCLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. **Guerra e paz na aldeia global**. Rio de Janeiro: Record, c1971.

<sup>27</sup> BELL, Daniel. **Advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.

<sup>28</sup> BRZEZINSKI, Zbigniew. **La era tecnotronica**. Traduzido por Gerardo Mayer. 2. ed. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1979.

<sup>29</sup> TOFFLER, Alvin. **Terceira onda**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

<sup>30</sup> CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 1).

<sup>31</sup> HARGREAVES, Andy. **O ensino na sociedade de conhecimento**: educação na era da insegurança. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

<sup>32</sup> HAN, Byung-Chul. **Não-coisas**: transformações no mundo em que vivemos. Tradução de Ana Falcão Bastos. Lisboa: Relógio D'Água Ed. 2022.

Os seres humanos, constantemente produzem registros que guardam “os fatos, as ideias, as ações, os sentimentos, os sonhos quaisquer que sejam, que tenham impressionado o [seu] espírito” (Otlet, 2018, p. 59). Ou seja, provas documentais que confirmam sua existência no mundo, como por exemplo, os antigos diários pessoais entre outros registros (cartas, certidões, testamentos, fotografias, gravações de áudio e vídeo etc.). Inclusive, possibilitando que estes se tornem uma importante fonte de informação/pesquisa, como uma espécie de “peça” dentro de um grande “quebra-cabeça” da história da humanidade. Enquanto parte de um grupo social, o homem além de produzir, consome, descobre, conhece, reflete, discute, dissemina, guarda e descarta informações sobre o meio em que vive, seja em âmbito local, regional, nacional ou internacional, principalmente, através do antigo e popular meio de comunicação impressa, ou, o que se pode considerar como “livro do dia” ou “diário da sociedade”: o Jornal.

Nesse contexto, das cavernas ao digital, o processo de transformação do “mentefato” em “artefato” (Silva, 2006)<sup>33</sup> sofreu significativas modificações individuais, coletivas e/ou sociais ao longo dos séculos. Os desenhos pintados à mão livre nas paredes, ao longo dos anos, evoluíram gradualmente para serem manuscritos formalmente registrados em suportes de origem animal e vegetal. Tais fatos iniciais culminaram num ponto de virada através dos tipos móveis oriundos da prensa “inventada” por Gutenberg, em meados de 1445. Instrumento esse que transcende o aperfeiçoamento das simples técnicas de impressão e passa a exercer modificações das formas de registro da memória, bem como, significativas contribuições para a sociedade como um todo, como veremos a seguir.

## **2.1 Dos tipos fixos aos tipos móveis: o surgimento da (im)prensa**

O processo evolutivo do ser humano se inicia nos períodos da Pré-História (Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais), a partir do momento em que, por necessidade, o homem busca seus próprios meios de subsistência. Como primeiro ato natural de qualquer ser vivo, o homem faz descobertas involuntárias que com o

---

<sup>33</sup> SILVA, Armando Malheiro da. **A informação:** da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2006 (Comunicação, Arte, Informação; 1).

passar dos anos vão se aperfeiçoando: a caça como fonte de alimentação; a luta corporal como meio de sobrevivência e soberania diante de animais predadores; a descoberta do fogo como maneira de se manter aquecido, assar alimentos e iluminar o ambiente escuro e ermo; o uso da pedra e da madeira como principais instrumentos das suas atividades cotidianas; e a vocalização dos sons emitidos pela boca como forma rústica de se “comunicar” com seus semelhantes.

O homem, êle [sic] próprio, entretanto, começa a distinguir-se do animal logo que passa a produzir seus meios de subsistência, passo êsse [sic] que é condicionado por sua organização corporal. Através da produção de seus meios de subsistência, produz o homem, indiretamente, sua própria vida material (Marx, 1972, p. 305)<sup>34</sup>.

Embora as palavras do filósofo Karl Marx (1965) sejam mais direcionadas para os aspectos sociológicos, porém, nos permite refletir que diante da evolução humana, o “aumento populacional” dentro das tribos e, conseqüentemente, de uma maior “interação dos indivíduos”, o homem começou a desenvolver essencialmente novas formas de sobrevivência, nas quais a comunicação figura como uma necessidade individual e coletiva. Assim, as “ideias” e “representações da consciência” inicialmente eram externalizadas somente através de gestos numa **linguagem simbólica** (comunicação não verbal). Posteriormente, essa linguagem simbólica fundamenta o surgimento da **linguagem ideográfica**, representada por meio de símbolos, ou seja, a natural transformação de “uma ideia abstrata em algo gráfico e material” (Katzenstein, 1986, p. 10)<sup>35</sup>, primeiramente através das transcrições pictográficas (pinturas rupestres) e depois pela escrita mnemônica, fonética, cuneiforme e hieroglífica<sup>36</sup>. Isto é, “o homem primitivo dispõe de uma multiplicidade de meios de expressão, que vão da linguagem oral ao desenho, passando pelos gestos, pelos nós, pelos entalhes sobre madeira dura, etc.” (Février, 1948 *apud* Martins, 2002, p. 33).

Em outras palavras, as linguagens simbólica e ideográfica são os primeiros meios que possibilitam o homem externalizar e materializar graficamente suas

<sup>34</sup> MARX, Karl. A ideologia em geral. In.: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio (org). **Homem e sociedade**: leituras básicas de sociologia geral. 2. ed. rev. São Paulo: Nacional, 1965. (Biblioteca universitária. Ciências sociais, 5). p. 305-317.

<sup>35</sup> KATZENSTEIN, Úrsula Ephraim. **A origem do livro**: da Idade da Pedra ao advento da impressão tipográfica no Ocidente. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986.

<sup>36</sup> FERNANDES, Márcia. **História da Escrita**. [201-?]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/historia-da-escrita/>. Acesso em 16 ago. 2022.

complexas codificações mentais, permitindo sair do “estado animal de inconsciência, para a primeira fase de consciência” (Katzenstein, 1986, p. 09). E assim, o desenvolvimento dessas duas primeiras linguagens possibilitou que os elementares sons emitidos pela boca se transformassem em uma organizada **linguagem oral**. Deste modo, enquanto a simbólica e a ideológica eram vistas inicialmente como um ato corriqueiro de representar o cotidiano do homem, a linguagem oral se desenvolveu como um ato de “preservação da memória coletiva”. Isto é, diante do desespero dos povos antigos em repassar as tradições e costumes de geração para geração através da oralidade com medo que a “sabedoria e o conhecimento fossem perdidos para sempre” (Mead, 1974 *apud* Katzenstein, 1986, p. 16).

Com isso, a linguagem oral possibilitou que as “ideias” e “pensamentos” fossem representados foneticamente, originando assim o alfabeto e a “função da escrita” propriamente dita. Ou seja, **linguagem escrita** estruturada por meio de objetos simbólicos que se “complementam mutuamente; um só é compreensível associado ao outro” (Katzenstein, 1986, p. 10), formando um significado compreensível para os indivíduos (letras, palavras, frases, parágrafos e textos). Linguagem e fases da escrita que Février (1948 *apud* Martins, 2002, p. 34) sintetiza em:

- ✓ Primeiro estágio: formas embrionárias da escrita, “autônomas”;
- ✓ Segundo estágio: esboços de escrita qualificados como “sintéticos” (escrita de ideias);
- ✓ Terceiro estágio: a escrita sintética passa a ser “analítica” ou “ideográfica”, (escrita de palavras);
- ✓ Quarto estágio: escrita fonética qualificada como “silábica” ou “alfabética”.

E desse modo, os registros escritos nas estáticas paredes das cavernas (Períodos Paleolítico e Neolítico), evoluem com a descoberta dos metais e o desenvolvimento da metalurgia (Idade dos Metais), dando lugar aos rígidos e rústicos suportes “portáteis” (marfim, bronze, mármore, tábuas de madeira e tabletes de argilas) e depois aos flexíveis papiros, pergaminhos e papéis (Idade Antiga e Média). Os instrumentos de inscrição derivados da pedra, foram paulatinamente

substituídos pelas cunhas, caules de plantas, penas de animais juntamente com tintas artesanais até a construção da prensa/prelo<sup>37</sup>.

Face ao exposto, no decorrer da Idade Antiga o Egito consolida o valioso papiro (de base vegetal) como um suporte imprescindível de apoio à escrita, enquanto na Ásia essa função foi usualmente realizada pelo pergaminho (de origem animal), mas foi na China que uma descoberta ocasional ganhou destaque: o papel. Podemos assim considerar que, do mesmo modo como a descoberta do fogo (Período Paleolítico) representa uma grande conquista do homem em prol da sua sobrevivência, a evolução dos suportes da escrita, principalmente, o desenvolvimento do papel (Idade Antiga) figura como um importante marco que possibilitou o surgimento de novas formas de registro e, conseqüentemente, preservação dos rastros memoriais do homem em seu espaço e tempo.

Inicialmente pode-se supor que este “novo suporte” tenha como precursor o papiro, porém foi por meio da fibra natural produzida pelo bicho-da-seda que o chinês Ts'ai Lun acidentalmente “inventou” o papel nas instalações da Oficina Imperial Chinesa, por volta do ano de 105 (Katzenstein, 1986; Martins, 2002). De acordo com Martins (2002)<sup>38</sup>, desde épocas anteriores ao nascimento de Jesus Cristo, os chineses já se destacavam pela sua longa experiência na fabricação de livros usando o papel de seda como principal suporte. Neste sentido, tendo em vista os altos custos para fabricação do livro de papel de seda, Ts'ai Lun começou a buscar formas de barateamento de tal processo, o qual, sem nenhum conhecimento prévio, resolve testar uma polpa composta pela mistura de substâncias químicas conhecidas à época, colas artesanais, cascas de árvores e variados tipos de fibras naturais que resultou no “papel de celulose”. Embora o aspecto do primitivo papel fosse aveludado, muito parecido com os papéis reciclados feitos na atualidade, mas, mesmo que de forma tímida, tal criação ocasional começou a ganhar espaço entre os outros suportes da escrita já existentes. Assim, Katzenstein (1986) considera que

---

<sup>37</sup> “Máquina composta essencialmente de duas peças, das quais uma se move contra a outra para comprimir, achatar ou espremer qualquer objeto ou substância que entre elas se coloque; é usada em muitos processos de trabalho por compressão, tais como acetinar, aparar ou cortar papel ou papelão, marcar, numerar ou picotar papel; na preparação de cerveja, vinho ou óleo vegetal; para enfardar algodão etc.” (MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Prensa**. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=prensa> . Acesso em: 30 ago. 2022)

<sup>38</sup> MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

mesmo com a questionável patente de “invenção” feita por Ts’ai Lun, tendo em vista versões convergentes e divergentes entre os historiadores, não resta dúvidas considerar que a partir deste feito, foi possível “aperfeiçoar” as técnicas de fabricação do papel e “popularizá-lo” em região oriental.

Continuando o seu percurso histórico, o papel chegou à Europa no século XII, trazida por mercadores árabes, o qual sofreu muitas resistências iniciais até a sua consolidação em solo ocidental. Entre as desconfiças quanto ao uso do “novo pergaminho”, destaca-se o “medo de ver destruída essa substância desconhecida e de aparência frágil” (Febvre; Martin, 1992, p. 45)<sup>39</sup>, levando em conta seu aspecto menos firme que se rasgava sem muita dificuldade. Mesmo diante de restrições reais e proibições imperiais, os primeiros moinhos de papel surgem na Itália, o qual recebe a chancela de primeira fabricante e grande exportadora do papel para as regiões europeias, tendo como principais difusores os negociantes lombardos (Martins, 2002). E assim, o papel substitui rapidamente o pergaminho (embora ainda ocupasse posição de destaque por muito tempo), sobretudo, pelos baixos custos de sua fabricação (substituição da lã por trapo, barateando o processo de produção). Além disso, outra característica a se destacar neste percurso foi o aperfeiçoamento das técnicas de fabricação que resultaram numa superfície lisa do produto, a qual favorecia a escrita com cálamo (manuscritos), posteriormente, à impressão de imagens e textos (xilografia/xilogravura) e fundamental o surgimento/difusão da imprensa.

Ainda sustentado em Martins (2002), a consolidação e popularização do suporte papel na Idade Média intensificou o hábito de registrar formalmente o conhecimento, principalmente por meio dos livros manuscritos. Deste modo, as informações eram oralmente ditadas e transcritas à mão por pessoas de alto letramento, denominadas de “copistas” ou “calígrafos”. Conforme ilustrado no romance novelesco de Eco (2014)<sup>40</sup>, os livros manuscritos eram produzidos em salões dedicados à escrita, no interior das abadias, onde eram feitas transcrições de obras clássicas, traduções e pesquisas, sob o olhar atento e repressor de

---

<sup>39</sup> FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora da UNESP; Hucitec, 1992.

<sup>40</sup> ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

bibliotecários eruditos. Com o passar do tempo, a cultura manuscrita demandou que outras técnicas de registro fossem criadas para atender à crescente demanda de documentos notariais, textos religiosos e a considerável procura pelos caros e raros livros manuscritos. É nesse contexto que novamente a experiência chinesa se destaca, por meio do aperfeiçoamento da já existente técnica xilográfica (impressões tabulares), colaborando para um posterior ponto de virada: a transição desses “tipos fixos” para os “tipos móveis” (técnica tipográfica).

A impressão tabular denominada de Xilografia (ou xilogravura) consistia na técnica de usar moldes talhados em madeira, tendo como primeiro suporte o pano e depois o papel, ambos feitos de forma totalmente artesanal. Tal técnica xilográfica teve suas primeiras cópias impressas na China (Século II) e na Europa (Segunda metade do Século XIII), sendo precedida por um processo litográfico chinês. Sobre o primeiro impresso xilográfico datado em 932, Martins (2002, p.128) afirma que: “é o mais antigo existente, o que permite concluir, da sua própria existência, que o processo [técnica] já era praticado algum tempo antes”. Deste modo, primeiramente a técnica foi muito usada para impressão de cartas de baralho até se consolidar com a produção de livretos xilográficos. Assim, essas impressões tabulares ganharam o gosto popular sobretudo entre os “pobres clérigos”, seja pelo seu baixo preço de venda, como também, pela sua principal característica de serem textos curtos com ilustrações de passagens bíblicas (Febvre; Martin, 1992).

Como exposto, a xilografia reforçou a acessibilidade e alcance entre os mais pobres, considerando que os livretos atendiam tanto os analfabetos, que poderiam compreender as passagens bíblicas pela sequência de ilustrações, quanto os letrados que poderiam ler os textos na íntegra. Tempos depois, surgiram novas técnicas xilográficas em que o metal começou a ganhar destaque em vez da madeira. Os livretos formados por textos e figuras que até então eram talhados totalmente na madeira de uma única vez (tipos fixos), dão lugar a um novo formato de impressão de livros, devido às letras serem soltas (tipos móveis), possibilitando a composição de uma folha com maior quantidade de palavras e imprimi-la em pouco tempo. Assim, nessa transição não se pode afirmar que a xilografia foi uma técnica que originou o surgimento da prensa, pois ambas são técnicas com características próprias. Por sua vez, a prensa com tipos móveis não substituiu a xilografia, as duas

caminharam paralelamente por muito tempo. Porém, a praticidade e a rapidez oriundas da prensa foram fatores fundamentais para a consolidação de uma nova forma de disseminação do conhecimento registrado.

Face ao exposto, os historiadores descrevem timidamente que a primeira prensa com tipos móveis foi construída em solo oriental. Essas descrições apontam que no século XI o chinês Pi-Ching construiu uma espécie rudimentar de prensa com caracteres avulsos talhados em madeira (Infopédia, [202-?])<sup>41</sup>. Posteriormente, a madeira que dava suporte aos tipos fixos (xilografia/xilogravura) e aos primeiros tipos móveis passando rapidamente pelo barro cozido, foi substituída pelos caracteres feitos em metal (chumbo, cobre e bronze), cujos “ideogramas soltos, e em metal, na Coréia, com eles compondo-se uma obra do bonzo Paik-Sun, o qual, na última página menciona ter sido impressa em 1337 com caracteres fundidos” (Rizzini, 1977, p. 132)<sup>42</sup>. Passados 400 anos do feito de Pi-Ching, foi em solo ocidental que a prensa se consolidou e firmou os alicerces da sua difusão (Rizzini, 1977).

Neste íterim, *Johannes Gensfleisch zum Gutenberg* figura como uma importante personalidade na história da evolução da escrita, principalmente por ser considerado como “pai” daquilo que futuramente será denominado de “imprensa”. De acordo com Martins (2002), Gutenberg nasceu em Mogúncia (Alemanha), por volta de 1400, vivendo por vinte anos na cidade de Estrasburgo (França), e regressando posteriormente para a sua cidade de nascimento. Relatos não oficiais descrevem que em sua infância, ao talhar as letras de seu nome usando as ferramentas da oficina do seu pai, Gutenberg viu uma dessas letras cair num barril cheio de tinta. Em seguida, pegou a tal letra e deixou secar sob um papel, e assim, nasceu a ideia primária da futura “prensa com tipos móveis”<sup>43</sup>. Muito embora esse relato tenha ares fantasiosos, tendo em vista as escassas fontes que detalham a vida de Gutenberg antes da prensa, não se pode afirmar que esse acontecimento existiu ou que foi o pontapé para o surgimento da imprensa. Embora os historiadores

---

<sup>41</sup> INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Imprensa**. [202-?]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$imprensa](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$imprensa). Acesso em: 06 set. 2022.

<sup>42</sup> RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1977.

<sup>43</sup> O LIVRO Eterno: A História da Bíblia. Direção de Chris Bueno. [199-?]. (235 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hyJwvnuJ8pI> . Acesso em: 28 set. 2022.

relatem que Gutenberg em sua infância e adolescência tivesse fortes relações com o mundo dos livros, amante da leitura e grande admiração pelo mundo da literatura, muito possivelmente ele não soubesse da existência da rústica prensa criada por Pi-Ching.

Concretamente temos as pesquisas de Katzenstein (1986), Febvre e Martin (1992) e Martins (2002) que descrevem Gutenberg como especialista na fabricação de espelhos e lapidação de diamantes, porém fascinado pela “arte tipográfica”. Dessa maneira, Gutenberg conhece Andréas Dritzehn que o ensina as técnicas de lapidação, e posteriormente, se tornam sócios na construção de uma oficina de impressões. Com a morte de Dritzehn, tal projeto foi interrompido, obrigando o futuro tipógrafo a regressar para Mogúncia. Em sua cidade natal, Gutenberg que tinha dívidas remanescentes da sua antiga sociedade, conhece o ourives Johann Fust que emprestou o dinheiro necessário para que essas dívidas fossem quitadas e para fomentar a edificação de uma oficina de tipografia. E assim, por volta de 1445, Gutenberg consegue construir uma máquina de impressão, a partir da adaptação de uma prensa para fazer vinho, o que tornou possível a impressão e reprodução de livros em médio e grande porte para a época. Nesse feito, Gutenberg teve o auxílio do gráfico Pedro Schoeffer, genro de Fust e, conseqüentemente, firmando uma sociedade.

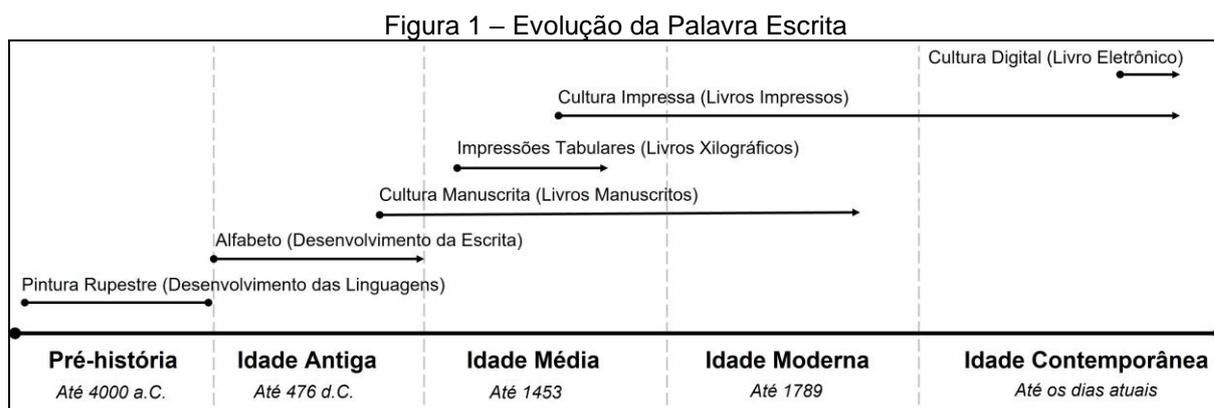
Ainda de acordo com Martins (2002), foi através desta máquina tipográfica que Gutenberg teve a possibilidade de imprimir o seu primeiro documento: a “Bíblia de Gutenberg” (*Marazin Bible*), mais conhecida como “Bíblia de 42 linhas”, sendo esse fato considerado como um marco para a época. Anos depois, Gutenberg foi obrigado a desfazer da sociedade com Fust e com Schoeffer que deram continuidade à produção de livros impressos, editando o *Saltério*<sup>44</sup>. Porém, ainda persistindo em seu sonho de construção de uma oficina tipográfica própria, Gutenberg acumulou outras tantas dívidas ao longo dos anos, porém, teve esses débitos quitados com a ajuda do burgomestre Konrad Humery. Dessa maneira, conseguiu construir e equipar uma tipografia, imprimindo a gramática latina “*Catholicon*”, entre outros livros.

---

<sup>44</sup> Espécie de bíblia onde estavam escritos 150 salmos do Velho Testamento.

Analisando todo o contexto que envolve a evolução das técnicas de impressão, o sociólogo Max Weber (1981, p. 03)<sup>45</sup> confirma o já exposto, que a técnica já era conhecida no Oriente, porém, conclui que a “literatura impressa, destinada *apenas* à impressão e apenas possibilitada por ela, principalmente a imprensa jornalística e periódica, somente surgiram no Ocidente”. Logo assim, é possível ressaltar que Gutenberg nada mais fez do que aprimorar as técnicas existentes chegando, conseqüentemente, à “invenção” de uma máquina tipográfica com caracteres soltos (tipos móveis). Em outras palavras, “não podemos deixar de ressaltar que na invenção de Gutenberg não havia nada de totalmente novo, já que a descoberta consistia na síntese técnica e no aperfeiçoamento de alguns procedimentos já conhecidos” (Giovannini, 1987, p. 94)<sup>46</sup>.

Como visto, mesmo que a “invenção” de Gutenberg não tenha partido de uma ideia original, mas esse fator representa um marco na história da escrita. Foi a partir deste ponto que a informação materializada começou a ganhar impulso, devido à sua produção ser feita de forma mais rápida, se comparada com outras técnicas de edição de documentos já existentes. A evolução da escrita que caminha lado a lado com a evolução da própria humanidade, conforme pode ser visualizado na **Figura 1** a seguir:



Fonte: O autor (2024)

<sup>45</sup> WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene Szmrecsányi e Tamás Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Pioneira; Brasília: Ed. UnB, 1981. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais; Sociologia).

<sup>46</sup> GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução na Comunicação: do sílex ao silício**. Tradução de Wilma Freitas Ronald Carvalho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

De forma sintética, a figura mostra o homem “irracional” que transformava suas observações/percepções em símbolos materializados em pinturas rupestres; os pensamentos do homem “racional” concebidos no seu mentefato e externalizados através da sua voz, se converte em alfabeto, que por sua vez, dá forma à palavra “manuscrita”, “xilografada”, “impressa” e “digital” em diversos artefatos e interfaces da escrita. Essa evolução da palavra escrita, o surgimento e a difusão da (im)prensa que constroem os alicerces de uma grande revolução social, que serão apresentados nos próximos tópicos.

## 2.2 A Revolução Social da (Im)prensa<sup>47</sup>

Do “primitivo” ao “letrado”, o homem de forma “inteligente” foi evoluindo individual/coletivamente junto com o seu espaço e tempo. Como foi visto anteriormente, a partir de um instinto de sobrevivência o “homem primitivo” inconscientemente procurou “imitar” as ações de animais predadores num “estado irracional de conhecimento”. Posteriormente através das suas observações procurou “experimentar” e “reproduzir” tudo aquilo que estava à sua volta (por exemplo: a descoberta do fogo, o uso da pedra como instrumento, etc.), abandonando o anterior estado irracional para ter consciência a benefício do seu próprio existir.

Fundamentado nisso, o jornalista José Melo (2003)<sup>48</sup> em sua “história social da imprensa” nos faz refletir sobre a importância da comunicação como um insumo básico de sobrevivência humana, possibilitando a interação entre indivíduos em suas tribos sociais. Dessa forma, com base nas transformações sociais, o desenvolvimento progressivo das linguagens e das formas de registro do conhecimento no período “pós pictográfico”, provocou grandes mudanças culturais. Assim, os indivíduos começam a sair dos seus nichos sociais, num processo que

---

<sup>47</sup> Ao longo dessa primeira parte, assumiremos o termo “(im)prensa” como denominação de prensa/prelo ou “máquina com que se imprime e estampa”. Posteriormente, consideraremos “imprensa” como “conjunto de operações que compreendem as diferentes etapas da reprodução de textos e imagens; tipografia”. Por fim, “Imprensa” para definir “Conjunto de publicações de periodicidade regular, de determinado lugar, gênero ou assunto”. (MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Imprensa**. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=imprensa> . Acesso em: 23 ago. 2022).

<sup>48</sup> MELO, José Marques de. **História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. (Coleção Comunicação; 27).

McLuhan (1977)<sup>49</sup> denomina de “destribalização”, despertando entre tantas questões uma preocupação emergente de preservação das tradições, sobretudo, do velho ato de transmissão dos costumes entre gerações através da oralidade. Desse modo, por meio da escrita e dos seus registros formais, os povos antigos “consolidam a palavra e passam a ser encarados como ‘um depósito que pode esperar indefinidamente sua reativação nas consciências do provir’” (Gusdorf, 1957 *apud* Melo, 2003, p. 32).

Tais registros do conhecimento contribuem para o desenvolvimento da sociedade, para a formação de uma “aristocracia intelecto-cultural” e, conseqüentemente, para a produção de conhecimento popular e erudito. Assim, esse período do “homem letrado” ocorrido principalmente na fase da linguagem escrita, coincide com a necessidade da aristocracia em “explicar os fatores desse progresso [social] criando novos bens culturais” (Melo, 2003, p. 32). É nesse contexto que a (im)prensa ou tipografia se destaca como importante instrumento que contribuiu para as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que estavam acontecendo à época.

Diante dessa evolução da linguagem, da escrita e da transição dos tipos fixos para os tipos móveis, a prensa aperfeiçoada por Gutenberg trouxe celeridade ao processo de produção de registros do conhecimento, porém carrega intrinsecamente o “perigo” da popularização “vulgar” do conhecimento. Percebe-se neste contexto, que a aristocracia não observava com bons olhos os possíveis impactos que a propagação de registros do conhecimento poderia causar, o que enfraqueceria o seu poder e superioridade social. Com isso, por ser algo “exclusivo” somente da pequena elite letrada, o conhecimento registrado deveria ser “controlado”, custodiado em lugares sagrados (igrejas, universidades, bibliotecas), em que somente os nobres, sacerdotes, escritores, copistas e cientistas tinham acesso. Tudo o que fugisse desse padrão imposto pela elite era “censurado”, confiscado, negado e queimado. Em síntese, “o sacrifício do próprio desenvolvimento da verdadeira utilidade da escrita, as forças conservadoras mantiveram-na mais ou

---

<sup>49</sup> MCLUHAM, Marshall. **A galáxia de Gutemberg**: a formação do homem tipográfico. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. (Biblioteca Universitária; serie 5, 12).

menos rígida, de maneira que servisse melhor o fim dos antigos representantes do ‘privilégio especial’” (McMurtrie, 1997, p. 20-21)<sup>50</sup>.

Como dito anteriormente, mesmo que carregue o título de “pai da imprensa”, o feito de Gutenberg consistiu apenas em usar a base de uma máquina para fazer vinhos (Martins, 2002) e aperfeiçoá-la numa espécie de prensa reprodutora de livros. Porém, o percurso histórico apresentado por Melo (2003) reforça as afirmações de Weber (1981) e Giovannini (1987) ao confirmar que no Oriente (China, Japão e Coreia) os tipos móveis já eram utilizados na produção de registros escritos, principalmente com a invenção do papel, das “impressões tabulares” e da técnica de impressão de documentos compostos pela junção de letras soltas esculpidas em madeira.

Alicerçado nos estudos de McLuhan (1977), Martins (2002) e Melo (2003) é possível entender que o Oriente, principalmente a China, foi o precursor dessa técnica fundamentada nos tipos móveis para impressão de ideogramas (linguagem ideográfica, a qual um símbolo tem diferentes significados simultaneamente). Desse modo, se por um lado a técnica era subutilizada no Oriente, por outro lado foi melhor utilizada e difundida no Ocidente, sobretudo a partir da referida prensa aperfeiçoada por Gutenberg, em que a linguagem fonética (alfabeto) era a base para a composição, produção, reprodução e impressão de livros.

Assim, diante de visões convergentes e/ou divergentes, quando os registros oficiais são confusos, obscuros ou não existem, a suposição<sup>51</sup> se torna uma peça importante nesse “quebra-cabeça histórico”, o qual possibilita explicar o contexto do surgimento da tipografia. Mesmo assim, é permitido concluir que a patente da invenção da “prensa” (prelo) pode ser atribuída ao mundo oriental e a difusão da “imprensa” (tipografia) ao ocidental, tendo em vista a possível migração da técnica trazida para a Mogúncia pelos muitos “viajantes cultos, que fizeram a viagem de ida e volta da China, para que a invenção europeia seja em princípio das mais duvidosas” (Braudel, 1970 *apud* Melo, 2003, p. 34).

---

<sup>50</sup> MCMURTRIE, Douglas C. **O livro: impressão e fabrico**. Traduzido por Maria Luísa Saavedra Machado. 3. ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

<sup>51</sup> “Onde não há registros, nada mais podemos fazer se não conjecturar acerca das circunstâncias em que se inventou uma técnica” (HERSKOVITS, Melville J. **Antropologia cultural**. 4. ed. São Paulo, SP: Mestre Jou, 1973. 2 v.)

Face ao exposto, a (im)prensa foi inserida no contexto europeu da Idade Média num momento de significativas mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas, tendo em vista o “desenvolvimento do comércio interno e aparecimento das indústrias; renascimento e expansão da vida urbana; criação das universidades e formação de uma nova elite intelectual” (Melo, 2003, p. 34). Desse modo, as causas do surgimento, a expansão, as consequências da implantação da (im)prensa e o controle exercido sobre ela são importantes fatores que corroboram uma iminente “revolução social”, conforme será explicado a seguir.

### 2.3 Causas, Expansão, Consequências e Controle da (Im)prensa

De acordo com Melo (2003) as **causas** (motivações) para o estabelecimento e o fortalecimento da (im)prensa na Europa remete aos primeiros séculos da Idade Média. Desse modo, inicialmente pode-se evidenciar a expansão territorial feita pelos mulçumanos e suas conquistas econômicas em solo europeu, tendo em vista que era uma região próspera e que se sustentava, sobretudo, por meio de atividades agrícolas. Nessa época, a Europa vivia um momento de fortalecimento do Feudalismo como uma nova estrutura política, econômica e social<sup>52</sup> centrada em torno de “senhores feudais”. Muito embora a economia fosse baseada nessa forma concentrada, lentamente começava a se desenvolver as primeiras atividades comerciais entre os camponeses. Considerando as suas necessidades básicas de consumo, a barganha de produtos artesanais e a interação social entre os indivíduos “levavam os habitantes dos feudos a se reunirem nos mercados, locais próximos das abadias, dos castelos [...], para efetuarem trocas de produtos naturais ou artesanais” (Melo, 2003, p. 35). Esses pequenos passos mercantis representam os primeiros estágios de evolução num contexto ainda marcado pela falta de instrução das pessoas devido ao seu “isolamento rural” e ao pouco ou nenhum desenvolvimento sociocultural da Europa naquele período. Todavia, diante desse cenário de ignorância cultural e, em busca de poder político, a Igreja Católica detinha todo o conhecimento ao produzir registros escritos e dispostos em locais restritos da sua estrutura, aos quais somente pessoas autorizadas poderiam ter acesso.

---

<sup>52</sup> MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Feudalismo**. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=feudalismo> . Acesso em: 30 ago. 2022.

Posteriormente, a grande cobiça europeia em conquistar o mercado oriental levou ao enfraquecimento e interrupção do seu comércio interno, porém, conseguindo se reerguer mais tarde e elevar sua economia, repercutindo inclusive em âmbito social e cultural<sup>53</sup>. De acordo com Melo (2003), o desenvolvimento e fortalecimento do comércio interno estimulou uma maior relação de troca, compra e venda de mercadorias em feiras, dentro e fora dos feudos. Esse fator contribuiu para a formação de um novo sistema econômico que abalou diretamente a estrutura do feudalismo: a “liberdade” em contraposição à “servidão feudal”. Isso resultou na construção de novas cidades em locais comercialmente estratégicos, no aumento da população, na constituição de uma vida urbana e nos “primeiros núcleos industriais” oriundos das atividades realizadas pelos artesãos. Com isso, a consciência da liberdade estimula as pessoas a saírem do estado submisso de “ignorância e conformismo” para conquistar autonomia e “ascensão social e econômica”, o que resulta em melhorias na sua “produção, quantitativa e qualitativamente, encontrando novos métodos, buscando aperfeiçoar as técnicas já existentes, e experimentando as criações obtidas de outros povos” (Melo, 2003, p. 38).

Essas transformações econômicas ocorridas em âmbito europeu provocaram mudanças das necessidades dos indivíduos, que se viam forçados/motivados a dominarem tanto as atividades braçais agrícolas, quanto a desenvolverem atividades intelectuais como o “estudo da escrita, da numeração, da geografia, buscando assim instrumentos adequados para ampliar suas atividades mercantis” (Melo, 2003, p. 38). Destarte, a educação, o letramento e a produção do conhecimento que até então estavam restritos somente aos membros da nobreza e clérigos, extrapolam os muros das abadias e se popularizam entre os leigos ao ponto de formar uma “nova elite intelectual”. Conseqüentemente surgem as primeiras escolas com a função de ensinar a arte de ler e escrever, bem como, de capacitar pessoas para atenderem as recém demandas administrativas, contábeis e jurídicas da sociedade.

À medida que as cidades cresciam, os mecanismos administrativos de controle da população naturalmente exigiam também servidores especializados para realizar determinadas tarefas [...]. E os mesmos passaram a ser escolhidos entre os letrados que haviam frequentado escolas [...]. Esse recrutamento de burocratas ocorre principalmente na área da administração legal, uma vez que são substituídos os

---

<sup>53</sup> PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. 6. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

velhos processos de julgamentos ligados à tradição oral, transferindo-se os mesmos para a competência de peritos (Melo, 2003, p. 40).

Nesse contexto, o surgimento e fortalecimento das escolas fundamenta a criação das primeiras Universidades Europeias<sup>54</sup>, consolidando assim, essa nova elite intelectual. Desse modo, o desenvolvimento intelectual até então reservado ao âmbito da Igreja, encontra nas Universidades um abrigo perfeito para início da sua “propagação”: seja pela característica da gratuidade, sua relevância social, o estímulo à produção de conhecimento, bem como, o prestígio/projeção pessoal numa realidade ainda marcada pelo analfabetismo. Com isso, mais espaços universitários foram surgindo (inicialmente públicos, posteriormente, tornando-se privados), muito embora ainda fosse um privilégio para alguns, mas aos poucos ia se firmando como uma instituição legitimada ao progresso científico por meio de suas atividades de produção intelectual. Não somente isso, as primeiras Universidades desempenharam um importante papel para o desenvolvimento sociocultural de modo que proporcionavam às “cidades em que estavam localizadas um poder político especial, em virtude da renovação de idéias[sic] que aí se realizava, bem como do debate dos problemas fundamentais da filosofia e ciência” (Malet, 1959 *apud* Melo, 2003, p. 40).

Face ao exposto, a produção do conhecimento realizado nas universidades reforçou a função dos copistas e calígrafos, trazendo esses profissionais para fora dos muros da Igreja e os tornando essenciais no cotidiano universitário. Prova disso foi a crescente quantidade de leitores universitários observada a partir do século XII, suscitando o “desenvolvimento de oficinas dos copistas, multiplicando as cópias correntes, a ponto de arrastar a procura de processos rápidos” (Brandel, 1995, p. 363)<sup>55</sup>. Sendo assim, essa grande quantidade de leitores exigia que mais documentos e livros manuscritos fossem produzidos rapidamente, sobrecarregando as atividades dos copistas. Essa demanda causada pela ansiedade em consumir conhecimento contido nos livros fez surgir o “comércio editorial”, em que esses livros manuscritos (científicos e culturais) eram vendidos a altos custos, o que estimulou o

---

<sup>54</sup> “Bolonha e Paris, no século XII” (Melo, 2003, p. 40).

<sup>55</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1997. v. 1 (As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível)

“aparecimento e a utilização da imprensa, tornando uma necessidade social, na Europa” (Melo, 2003, p. 41).

Melo (2003) ainda reforça que a imprensa nasceu da prensa, máquina que dinamizou a forma de produção e disponibilização do conhecimento em formato de livro. Mas, não somente como um instrumento intrínseco ao ambiente universitário, cumpre frisar que antes de se consolidar na produção de obras da literatura científica e cultural, os primeiros impressos produzidos foram documentos de ordem administrativa e contábil (contratos, recibos, títulos de crédito, cédulas, etc.). Em âmbito religioso, atendeu satisfatoriamente às demandas da Igreja Católica através da impressão de imagens de santos, orações, bulas papais, bíblia, entre outros documentos. Já em âmbito popular, a imprensa satisfaz o crescente interesse das pessoas e sociedade por “notícias” daquilo que estava acontecendo no cotidiano da sua localidade, plantando a base daquilo que posteriormente será denominado de Jornal (Imprensa periódica).

Apoiado nesse primeiro fator, a **expansão** ou difusão da (im)prensa teve seu marco zero na Alemanha, se espalhando a passos largos por toda região europeia, o que “indica a significação social do feito gutenberiano e sua repercussão como instrumento útil à vida do Continente” (Melo, 2003, p. 44). Desse modo, poucos anos após Gutenberg adaptar a prensa com tipos móveis, ele consegue levar essa técnica tipográfica para cidades alemãs próximas até chegar a Roma, Itália (Rizzini, 1977), fazendo a Alemanha ser pioneira nos trabalhos de impressão em território ocidental. Mais adiante, por volta de 1460, Mogúncia foi invadida e saqueada pelo exército do conde Adolfo Nassau e entre os diversos acontecimentos ocorridos, um fato pode ser destacado especificamente: o incêndio às instalações da oficina tipografia de Johann Fust e Pedro Schoeffer (ex-sócios de Gutenberg), o qual seus impressores se viram obrigados a procurarem emprego em cidades vizinhas, carregando consigo as técnicas tipográficas (Martins, 2002).

Este fato foi algo determinante para o início da expansão da (im)prensa na Europa Ocidental, tendo em vista que após a sua saída das redondezas da Mogúncia, os impressores conseguiram levar a “arte eminentemente alemã” para outros locais onde a técnica tipográfica era pouco conhecida/usada. Em outras palavras, o conhecimento prático desses impressores permitiu que o feito de

Gutenberg tivesse suas dimensões reduzidas, dinamizando e favorecendo o traslado da tipografia entre as localidades (Martins, 2002; Melo, 2003). Isso provocou um aumento na procura pelos serviços “itinerantes” de impressão, fazendo os impressores serem contratados temporariamente e migrarem a técnica para diferentes burgos e centros comerciais mais distantes. Assim, a difusão da (im)prensa é detalhada por Rizzini (1977, p. 139, grifo nosso) da seguinte forma:

Dentro do próprio quatrocentismo, levada por impressores alemães, implantara-se em 247 cidades, das quais 78 italianas. Penetrara na **Itália**, mosteiro de Subiaco, 1464; na **Suíça**, Basileia, com Berthold Rot, 1467; na **França**, Paris, introduzida pelos mestres da Sorbona Jean Heyulin e Guilherme Fichet, com os impressores Martin Krantz Ulrich Gering e Micael Friburger, 1470; na **Holanda**, Utrecht, com os impressores Nicolau Ketelaer e Gerardo de Leempt, 1472; na **Hungria**, Buda, trazido pelo impressor André Hess, sob os auspícios do rei Matis Corvin, 1473; na **Espanha**, Valência, com o impressor Lambert Palmart, solicitado pelo livreiro alemão Filipe Vizland, 1473; na **Bélgica**, Lovaina, com o impressor Jean de Westfalia, atraído pela universidade, 1474; na **Polônia**, Cracóvia, com um impressor ido, provavelmente de Augsburg, 1475; na **Inglaterra**, Westminster, com William Caxton, 1476; na **Áustria**, Viena, com o impressor Estêvão Koblenger, 1482; na **Dinamarca**, Odensee, com o impressor Johannes Snell, que instalou a primeira oficina da Escandinávia, 1482; na **Suécia**, Estocolmo, com o mesmo impressor Snell, 1483; em **Portugal**, Faro, com o impressor Samuel Gacon, 1487; na **Noruega**, Cristiania (Oslo), com o impressor Tyge Nielsson, 1644. À Turquia chegou, para a exclusiva impressão de livros judaicos, em 1505 e para uso comum em 1727; à Rússia em 1564, importada por Ivã IV, tendo sido queimada por populares supersticiosos a introduzida por um mercador em 1560; à Grécia somente em 1810, montada em Quios.

Conforme descrito acima, essa expansão possibilitou a sua propagação em território europeu, bem como, a até então “exclusiva” arte alemã sofresse interferências latinas a partir do momento que adentra no “multiétnico” solo italiano. Desse modo, a (im)prensa aos poucos perdia o aspecto itinerante para se fixar nos grandes centros comerciais por meio da instalação de oficinas tipográficas. Assim, a então característica primária de realizar impressões “artesaniais” é modificada para atender uma demanda maior de mercado, tornando-se em uma espécie de “indústria tipográfica” e, com isso, fazendo surgir a concorrência entre essas oficinas. Neste sentido, o progresso da (im)prensa “não pode ser avaliado apenas sob o prisma de sua significação sociocultural, mas também da sua importância econômica” (Melo, 2003, p. 46). Prova disso foi a transição do livro manuscrito para o livro impresso fortalecendo um rentável comércio livreiro que se consolidava na época. Isso

ocasionou no aumento quantitativo de oficinas tipográficas instaladas estrategicamente em cidades universitárias e centros comerciais, bem como, à serviço da Igreja, tendo em vista a grande demanda de mercado e de público em consumir livros religiosos.

Com o passar dos séculos “pós feito gutenberguiano”, a rústica (im)prensa (máquina) se consolida como imprensa (tipografia), considerando as demandas do crescente comércio livreiro. O interesse do “público especializado” por livros religiosos diminui e dá lugar às necessidades de leitura de um “público leigo” ávido por livros de conhecimento científico (principalmente sobre direito, medicina, ciências e literatura). Mais tarde, essa procura por conhecimento faz surgir os primeiros indícios da Imprensa periódica<sup>56</sup>, por meio da impressão de panfletos de notícias diárias (folhas avulsas) comercializados em feiras e mercados juntamente com livros (Melo, 2003). Expansão essa que fez da imprensa um importante instrumento de transformações políticas e econômicas na Europa. Além disso, constrói as bases de uma iminente revolução social, ou seja, embora não fosse seu objetivo principal, mas com o passar dos séculos, a imprensa, que contribuiu para “democratizar” o conhecimento produzido, até então restrito à nobreza e ao clérigo, se populariza entre os plebeus por meio da “palavra escrita”.

No que diz respeito às **consequências**, Melo (2003) inicialmente faz uma ressalva ao apontar a tendência de algumas pesquisas em “superestimar” os benefícios sociais oriundos da implantação da imprensa. Para o autor, “considerar a imprensa como canal de comunicação que afeta diretamente as massas, nos primórdios da sua existência” (Melo, 2003, p. 49) se torna uma interpretação equivocada, tendo em vista que no momento do seu surgimento e difusão uma grande fatia da população europeia era analfabeta ou aqueles que sabiam ler/escrever, tinham acesso limitado ao conhecimento registrado, por ser algo “exclusivo” de uma minoria denominada de “elite intelectual”. Assim, a população em geral ficava dependente das interpretações e da “curadoria” que essa elite intelectual fazia dos acontecimentos locais e continentais. Em outras palavras, aqueles que sabiam ler e podiam acessar o conhecimento produzido, tinham a conveniência de disseminar entre seus iguais ou guardar para si o conteúdo assimilado.

---

<sup>56</sup> Posteriormente se firmará como o popular Jornal.

Nesse sentido, uma razão a ser levada em conta diz respeito ao uso do latim como língua oficial dos livros e produtos impressos. Aspecto esse que pode ser considerado como uma das barreiras impostas pela elite intelectual para separar o leitor erudito do popular. Deste modo, cresce na Europa o movimento de “Nacionalismo” visando a valorização da língua vernácula de cada região como um dos seus objetivos. Assim, a difusão da imprensa colaborou para que a padronização e a internacionalização do latim desse espaço para outras “línguas literárias”, o que fez quebrar os paradigmas impostos da época medieval. A partir desse movimento nacionalista, muito embora o latim ainda fosse usado na escrita da literatura científica, a produção impressa de literatura em língua vernácula foi crescendo, favorecendo assim, o recrutamento da “intelectualidade em bases mais amplas” (Melo, 2003, p. 51).

Fundamentado nisso, além do incentivo ao nacionalismo, a imprensa provocou outra quebra de paradigma: o individualismo em contraposição ao coletivismo. Esse “individualismo” nasce a partir dos aspectos filosóficos e econômicos, os quais são evidenciados a autonomia individual e os direitos de propriedade intelectual sobre aquilo que foi produzido na cultura impressa, em vez da predominância da “coletividade” comumente usada na cultura manuscrita. Os livros manuscritos traziam consigo a característica da produção coletiva, em que eram escritos e copiados a várias mãos, reproduzidos em poucos exemplares e tendo a autoria da obra desconhecida ou deixada em segundo plano. Já os livros impressos fortaleceram o mérito da autoria, possibilitaram que a reprodução fosse menos limitada e atendeu às necessidades de leitura de um público leitor crescente, tendo em vista o seu suporte ser de “fácil transporte”. De acordo com Melo (2003), os livros manuscritos além de serem caros e sua quantidade não atender às demandas do seu público, tornava-se preciso disseminar o conhecimento contido nesses livros através de leituras orais realizadas em grupo e em espaços coletivos, o que exigia um maior esforço de concentração pessoal para memorizar os assuntos. Por sua vez, o perfil dos novos leitores também tinha curiosidade em saber quem escreviam os livros lidos, especificidade essa defendida pelo individualismo, o que permitiu identificar e dar o(s) devido(s) crédito(s) autoral(is) ao(s) responsável(is) pela obra, induzindo a produção de livros em quantidades

maiores e permitindo que o conhecimento fosse disseminado de modo mais pessoal, através de leituras isoladas, em ambiente privado.

Um dos pilares do individualismo é justamente essa agilidade mental que a leitura isolada proporciona ao homem comum, neutralizando o antagonismo entre memorização e reflexão, e estimulando a formação de um rico universo intelectual, que floresce em ambiente inteiramente privado, até então privilégio dos claustros, em cujas celas se recolhiam os monges para estudar e meditar (Melo, 2003, p. 52).

Em face ao exposto, o individualismo provoca no leitor um “pensamento racional” (Weber, 1981, p. 51) como consequência lógica do conhecimento adquirido. Isto é, o conhecimento que em época medieval estava “trancado” aos cuidados da Igreja Católica, tem suas “portas abertas” por meio da imprensa, resultando na formação do “espírito crítico” do leitor. Com isso, o racionalismo estimulou no indivíduo o “raciocínio liberto” ou “livre pensamento”, transformando o antigo homem irracional e ignorante em um ser com a capacidade de conhecer, questionar, concordar, discordar e discutir o meio em que vive. O Protestantismo é um exemplo prático dessa transformação social causada pela imprensa. Ou seja, a disseminação e “democratização” do conhecimento registrado nos livros impressos, estimula no indivíduo um senso crítico com base naquilo que vê, ouve e lê, o motivando a lutar por aquilo que o inquieta, pelos seus ideais. Inquietações essas que fizeram o alemão Martinho Lutero escrever as suas “95 teses” e impulsionado pelo alcance da imprensa, propaga suas reflexões questionadoras para uma grande quantidade de pessoas. Isso fortalece o surgimento de movimentos religiosos contestatórios à autoridade papal e poderes da Igreja Católica, levando a decadência dessa instituição a partir da Reforma Protestante ocorrida no século XVI. Em síntese, a imprensa cada vez mais se fazia presente no cotidiano e em todos os “assuntos que exaltavam, estimulavam ou perturbavam o homem. Servia aos que estavam no poder, mas também servia a todas as revoluções do espírito e do corpo político” (Schramm, 1964 *apud* Melo, 2003, p. 54), germinando as sementes das futuras transformações científicas, políticas, econômicas e sociais.

Diante disso, o contexto histórico descrito acima permite compreender que os séculos XIV e XV foram marcados pela expansão territorial e pelo desenvolvimento econômico, político, cultural e social da Europa, favorecendo o surgimento, difusão e

as consequentes transformações provocadas a partir da “prensa” de Gutenberg. Nos séculos XVI e XVII, destacam-se como um período em que são evidenciados os fortes conflitos de interesses clerical e estatal, acarretando mudanças desfavoráveis à imprensa. Com isso, houve uma forçada decadência da cultura impressa “livre” em decorrência do **controle** (censura) exercido, sobretudo, pela Igreja Católica aos livros impressos. Uma decadência em que a técnica tipográfica se manteve ativa, tendo em vista as necessidades de impressão das referidas instituições, mas o seu alcance intelectual entre os leigos foi limitado, justamente por aguçar o sentido crítico do leitor, suscitando questões que iam diretamente de encontro ao poder da Igreja Católica e do Estado.

Assim, após os movimentos religiosos que originaram a Reforma Protestante, a Igreja Católica vê os seus poderes ameaçados pela rápida disseminação do conhecimento contido nos livros impressos. Isso motivou a formação de um regime de centralização absolutista exercido pelas autoridades “Clero-Governo”, em que a cultura impressa foi diretamente atingida. A “liberdade de impressão” característica principal do século XV, se tornou refém da “censura prévia” estabelecida nos séculos XVI e XVII. De acordo com Melo (2003, p. 56), essa censura prévia da imprensa era feita de duas maneiras:

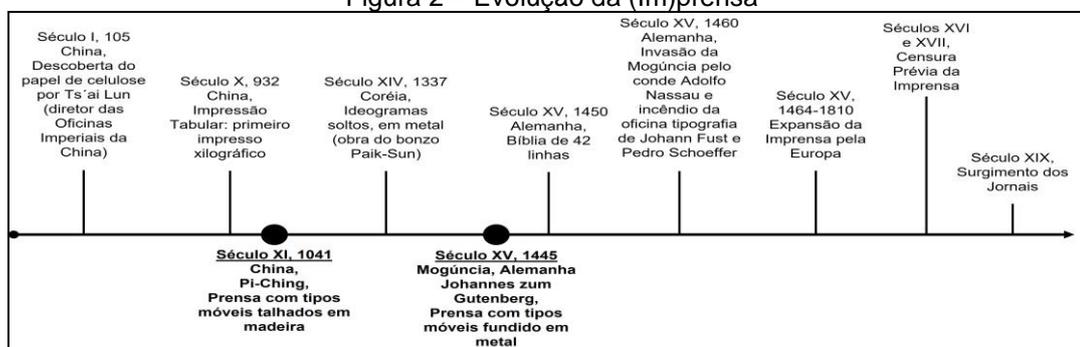
- (a) sistema de privilégios, concedendo o monopólio da imprensa, através de patentes, a determinadas pessoas selecionadas pelo governo e que lhe eram fiéis; [...]
- (b) sistema de vigilância, permitindo a propriedade de tipografias a particulares, mas exercendo a verificação prévia das obras a serem impressas.

Com exceção da Inglaterra e Holanda que nesse período aderiram ao “sistema de privilégios”, mantendo o direito à “liberdade de imprimir”; nas demais regiões europeias e “países católicos”, o “sistema de vigilância” predominou sobre todas as obras impressas. Anos após, os conflitos de interesses entre a Igreja Católica e o Estado entram em crise institucional por divergirem sobre esse regime de centralização absolutista, o qual também figura a recém Igreja Protestante e os opositores políticos do governo, intensificando assim, a rigidez da censura prévia aos livros impressos (Melo, 2003). Esse conflito intensificou o movimento político-religioso denominado de Inquisição, que já era praticado pela Igreja Católica desde o século XII, mas passou a predominar até o século XVIII. O movimento de Inquisição

segue a base do direito canônico romano, o qual a Igreja exercia o papel de “juiz censório” num “tribunal eclesiástico” denominado de Santo Ofício, cujo propósito era “punir os crimes contra a fé católica”<sup>57</sup>, buscando o “arrependimento daqueles considerados hereges pela Igreja e condenar as teorias contrárias aos dogmas do cristianismo” (Bezerra, [202-?])<sup>58</sup>. É neste contexto que os livros enquanto instrumentos de disseminação do conhecimento, se tornaram um dos pontos focais da Inquisição. Pessoas consideradas pela Igreja como “hereges” foram perseguidas, torturas, excomungadas, tendo o fogo como um dos principais instrumentos de correção/punição e purificação das suas almas e a queima de livros em fogueiras diante de um temeroso público se transformou em verdadeiros eventos de exaltação dos poderes terrenos e celestes concedidos à Igreja Católica.

Nesse período obscuro da história, a imprensa não galgou progresso, se restringindo apenas a atender aos “interesses daqueles que manipulavam a estrutura decisória, em cada país, florescia ou regredia de acordo com a intensidade do controle que lhe era imposto” (Melo, 2003, p. 57). Situação essa que durou até o início do século XVIII, quando os princípios libertários da Revolução Francesa colaboram para quebrar as correntes da censura prévia e a imprensa voltar a disseminar “livremente” o conhecimento registrado em livros impressos. Todavia, mesmo diante de uma época de restrição à liberdade de imprimir, começam a circular veladamente, os primeiros folhetos manuscritos (gazetas), que ganham força pós-revolução francesa e se intensificam no século XIX com o surgimento dos jornais (Imprensa).

Figura 2 – Evolução da (Im)pressão



Fonte: O autor (2024)

<sup>57</sup> MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Inquisição**. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=inquisicao>. Acesso em: 15 set. 2022.

<sup>58</sup> BEZERRA, Juliana. **Inquisição**. [202-?]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/inquisicao/>. Acesso em: 15 set. 2022.

Sustentado no resumo dos acontecimentos históricos descritos ao longo deste capítulo, foi possível construir a **Figura 2**<sup>59</sup>, apresentando um pequeno recorte temporal e espacial que elucida a evolução da (im)prensa, tanto no Oriente quanto no Ocidente. Nesta linha evolutiva, destaca-se inicialmente a descoberta do “papel de celulose” (Ts'ai Lu, China, 105), tendo em vista que embora anteriormente existissem consagrados suportes da escrita (os papiros e pergaminhos), porém, a tipografia surge e se difunde amparada principalmente pelo papel. Como já exposto, embora a técnica xilográfica (China, 932) não seja uma precursora dos tipos móveis, mas tem seu grau de importância e representatividade, que indiretamente pode ter influenciado a façanha de Pi-Ching (China, 1041).

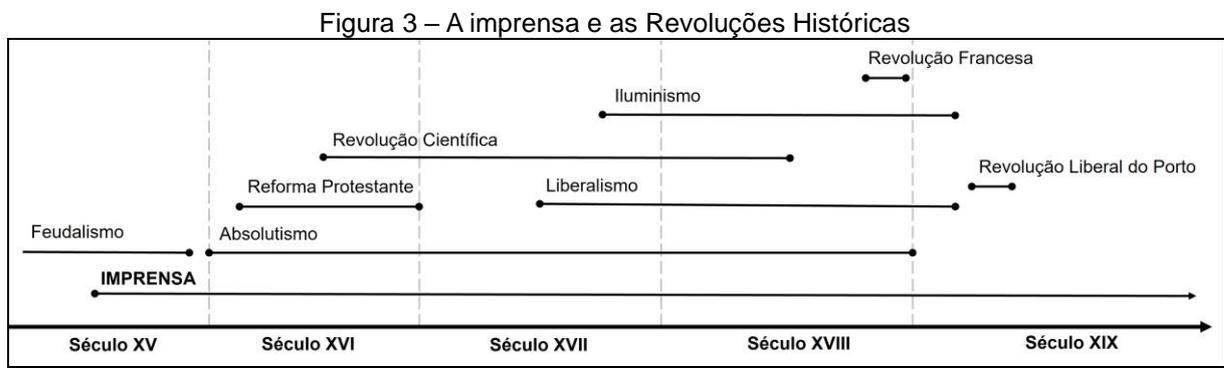
A tímida prensa com tipos ideográficos móveis construída pelo referido Pi-Ching, segue uma tendência chinesa de usar a madeira talhada como instrumento das suas impressões. Intrinsecamente nessa evolução, evidencia-se o progresso do alfabeto ideográfico (com seus mais de 2000 caracteres) até o moderno alfabeto fonético (23 caracteres), sem o qual, os tipos móveis da tipografia não poderiam existir. Neste ínterim, os ideogramas móveis de Pi-Ching talhados em madeira começam a ser substituídos pelo metal (a partir da obra do bonzo Paik-Sun). Assim, a técnica possivelmente migrada pelos mercadores viajantes chega a Europa e inspira o jovem Gutenberg a fazer uma adaptação até “inventar” a prensa com tipos móveis fundidos em metal (Alemanha, 1445). Esse “inocente” acontecimento e sua consequente difusão causaram uma verdadeira revolução social nos séculos XVI e XVII. Em síntese, o poderoso conjunto de vogais e consoantes (alfabeto), se materializa por meio de letras soltas e são impressas pela prensa (tipos móveis) em uma adequada superfície lisa (papel), culminando na rápida disseminação do conhecimento registrado em livros, provocando a mudança do estado cognitivo daqueles que “podem” acessá-la, estimulando a liberdade do seu senso crítico.

Em passos conclusivos, essas peças do “quebra-cabeça” da história reforçam que a imprensa não se resume simplesmente à invenção/adaptação da máquina tipográfica, mas, como uma complexa trama de fios que foram entrelaçadas/tecidas ao longo dos séculos. Desde o seu surgimento, à adaptação e à difusão no século

---

<sup>59</sup> Torna-se necessário fazer uma ressalva quanto a não apresentação do desenvolvimento das linguagens, da escrita e o livro manuscrito (cultura manuscrita), uma vez que já foram anteriormente ilustrados no tópico “2.1 Dos tipos fixos aos tipos móveis: o surgimento da (im)prensa”.

XV, a prensa teve seu protagonismo, contribuindo para o acontecimento de grandes revoluções históricas no decurso dos séculos seguintes. A tímida e “inocente” invenção oriental, causou verdadeiras transformações culturais e sociais no mundo ocidental, a começar pela Reforma Protestante que abalou a estrutura da Igreja Católica, até então, detentora do conhecimento registrado. Acontecimento esse que foi a base para que outras grandes transformações acontecessem, o qual faremos um sucinto recorte das principais revoluções históricas ocorridas primeiramente em solo europeu até chegar ao Brasil oitocentista, conforme sintetizado na **Figura 3** abaixo e contextualizado no próximo capítulo.



Fonte: O autor (2024)

### 3 A REVOLUÇÃO DA IMPRENSA DENTRO DAS REVOLUÇÕES HISTÓRICAS: DA REFORMA PROTESTANTE À REVOLUÇÃO FRANCESA

A Europa dos séculos IV e V vivia um momento de **Ruralização**, ocasionado pelo declínio do Império Romano e pela tomada do poder pelos bárbaros, que resultaram na fuga dos habitantes das cidades para a zona rural em busca de segurança e meios de subsistência. Com isso, esses colonos emigrantes mantinham uma relação de dependência com os “senhores feudais”, em que trocavam o seu trabalho servil por abrigo nos feudos de propriedade desses suseranos. Estrutura-se então um “sistema de organização econômico, social e político” (Le Goff, 1980)<sup>60</sup>, o **Feudalismo**<sup>61</sup> que durou até o século XV. Ao fim desse período, o sistema feudal entrou em decadência, o movimento renascentista cultural, artístico, urbano, político e econômico ressurgiu, concebendo assim, um novo sistema político denominado de **Absolutismo**<sup>62</sup>.

Entre os séculos XVI e XIX, tal regime absolutista reforçou um emergente modo de governo que concedeu à monarquia “extensão ilimitada dos poderes” nos seus reinos, cujo rei “assume a função de chefe de Estado e chefe de governo. [...] os poderes do monarca estão acima de toda e qualquer instituição política” (Mundo Educação, [202-?])<sup>63</sup>. Durante esse regime, tendo em vista os poderes dos monarcas em seus respectivos reinos, originou-se a necessidade de unificação destes âmbitos por meio da constituição de Estados Nacionais, o que intensificou ainda mais a soberania do rei. Ao mesmo tempo, a relação entre religião e política se fortalecia, o paganismo oriundo do Império Romano era deixado de lado para conceber o Cristianismo, o qual “a sociedade passou a ser guiada pelos preceitos determinados pela Igreja Católica, até então, única forma de expressão do

---

<sup>60</sup> LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

<sup>61</sup> HIGA, Carlos César. **Feudalismo**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/feudalismo.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

<sup>62</sup> SILVA, Daniel Neves. **Absolutismo**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/politica/absolutismo-2.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

<sup>63</sup> MUNDO EDUCAÇÃO. **Monarquia**. [202-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/politica/conceito-monarquia.htm>. Acesso em 03 nov. 2022.

cristianismo” (Gasparetto Júnior, [201-?])<sup>64</sup>. Ainda de acordo com o referido autor, o poder e autoridade concedidos ao rei eram provenientes única e exclusivamente de Deus, o que teóricos absolutistas denominam de “Direito Divino do Rei”.

Essa relação beneficiava ambos os lados, uma vez que, hierarquicamente o rei estava acima de todas as demais classes sociais e logo abaixo estavam o clero e a nobreza num mesmo patamar, e, mais abaixo, os plebeus. Assim, a Igreja Católica tem o seu poder fortalecido, considerando que a “religiosidade era elemento muito influente na época, todas as ações da sociedade se pautavam pelos dogmas religiosos cristãos” (Gasparetto Júnior, [201-?]). Deste modo, essa crença reforçada pela Igreja de que os poderes dos reis eram concedidos tão somente por Deus, tornava a religião uma importante e poderosa instância de dominação cultural à benefício da monarquia, como também, ao seu próprio benefício. Portanto, “qualquer tentativa de depor o monarca seria tratada como contestação à vontade de Deus, fato que a sociedade da época ainda tinha muito medo de questionar” (Gasparetto Júnior, [201-?]).

Neste ínterim, ao passo que o absolutismo se consolidava na Europa, o mesmo acontecia com a Igreja Católica que via seus poderes crescerem, e entre diversas ações de cunho religioso, político e cultural, uma delas foi reter consigo todo o conhecimento manuscrito em papiros e pergaminhos no interior das abadias. Somente com a chegada da prensa com tipos móveis em território europeu e seu posterior aperfeiçoamento por Gutenberg em 1447, foi que a disseminação dos registros do conhecimento começou a ganhar progressivamente um impulso devido a rápida produção de livros e, conseqüentemente, resultando na sua evasão do restrito ambiente “sagrado”.

Inicialmente o conhecimento registrado em livros impressos se manteve restrito sobretudo aos membros do clero e da nobreza, tendo em vista a realidade de uma sociedade composta por maioria analfabeta. Entretanto, gradualmente a palavra escrita também ganhava espaço fora dos muros das abadias, instigando e permitindo aos poucos letrados não pertencentes às altas classes sociais e aos próprios membros internos da Igreja a “capacidade” de questionar as funções e

---

<sup>64</sup> GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **Direito Divino dos Reis**. [201-?]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/direito-divino-dos-reis/>. Acesso em: 03 nov. 2022.

valores daquilo que os cercavam. Ou seja, ainda que a “inocente” prensa fosse considerada somente como um simples instrumento de impressão, ela timidamente se tornava numa estratégica arma intelectual e ideológica capaz de provocar significativas transformações no contexto social daqueles tempos, conforme será destacado a seguir.

### 3.1 Reforma Protestante e Revolução Científica

De acordo com o exposto, a partir do “pensamento racional” e do “espírito crítico” (individualismo) e da “liberdade de pensamento” (racionalismo), provocados principalmente a partir do acesso aos livros impressos, estimulou o monge alemão Martinho Lutero a observar, interrogar e reclamar os atos velados (cobrança de indulgências, corrupção e abuso de poder) da Igreja Católica. Fato esse que culminou na concepção da **Reforma Protestante**<sup>65</sup> com o propósito de questionar os poderes da Igreja. E assim, (in)diretamente as motivações de Lutero também serviram como um movimento desejado pela própria monarquia (Estados Nacionais), que incomodada com o grande poder da Igreja Católica numa sociedade extremamente temente à Deus, visualizava na Reforma Protestante uma estratégica possibilidade de romper relações com a Igreja, distanciando assim, o “poder secular” do “poder eclesiástico”.

Em síntese, a Reforma Protestante foi um movimento ideológico, que tendo o auxílio da (im)prensa, provocou outros questionamentos para além de uma simples reclamação dos poderes da Igreja Católica. Em outras palavras, estimulou a reflexões filosóficas mais complexas sobre o contexto do ser humano e tudo que o cerca. Sendo assim, lentamente houve um afastamento da então ideia de “Deus como centro de tudo” para a concepção do “homem como centro de todas as coisas”. Aspecto esse reforçado pelo já mencionado Renascimento Cultural e Científico<sup>66</sup>, em que o humanismo foi colocado em destaque, provocando uma maior racionalidade às questões humanas e menos às questões divinas. Em vista disso,

---

<sup>65</sup> SILVA, Daniel Neves. **Reforma Protestante**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/reforma-protestante.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

<sup>66</sup> SOUSA, Rainer Gonçalves. **Renascimento**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/artes/renascimento.htm>. Acesso em 10 nov. 2022.

no século XVII surge a denominada **Revolução Científica**<sup>67</sup>, em que a Ciência se desatrela da Teologia e passa a considerar o conhecimento como verdadeiro ou correto a partir do prisma da experiência e razão, comprovado por meio de método científico.

Nesse contexto, inicialmente a Igreja Católica solicitou ao seu cônego e astrônomo Nicolau Copérnico<sup>68</sup> para formular um modelo hipotético em que comprovasse que a terra era o centro do universo. Embora tal observação não fosse necessariamente algo inédito, considerando outras teorias e observações realizadas por pensadores gregos através do desenvolvimento de cálculos matemáticos, tal feito de Copérnico representou uma experiência nova em meio ao período renascentista. Assim sendo, o astrônomo foi de encontro ao que se acreditava na época (Geocentrismo), concebendo o Heliocentrismo<sup>69</sup>, uma teoria polêmica baseada na perfeita forma geométrica de círculo, em que a Terra não era mais vista como o centro do universo, mas sim, o Sol rodeado por planetas que giram em sua volta (Sistema Solar). E isso representou uma importante quebra de paradigma numa época marcada pela grande influência religiosa.

Anos mais tarde, fundamentado na teorização de Copérnico, o astrônomo Galileu Galilei<sup>70</sup> começou a observar o céu através de uma rústica luneta, confirmando assim, o referido modelo heliocêntrico. Porém, essa comprovação para além dos preceitos da Igreja Católica o colocou como réu no tribunal da inquisição, sendo absorvido por meio de um pedido de desculpas séculos após sua perseguição, humilhação e morte. Destarte, com base no estudo de Copérnico, Galilei se tornou um símbolo da Revolução Científica, o qual o conhecimento começou a ser posto em teste, provando a sua veracidade por meio de métodos

---

<sup>67</sup> FERNANDES, Cláudio. **Revolução Científica do século XVII**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/revolucao-cientifica-seculo-xvii.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

<sup>68</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Física. Grupo de Controle de Oscilação. **Nicolau Copérnico (1473 – 1543)**. [2015]. Disponível em: <https://portal.if.usp.br/control/sites/portal.if.usp.br.ifusp/files/5%20-%20Nicolau%20Copernico.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

<sup>69</sup> ISTO NÃO É FILOSOFIA (Canal Youtube). **A Revolução Científica e a Ciência Moderna: introdução à filosofia moderna: história da filosofia**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VO8mCBrCADU>. Acesso em: 16 nov. 2022.

<sup>70</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Física. Grupo de Controle de Oscilação. **Galileu Galilei (1564-1642)**. [2015]. Disponível em: <https://portal.if.usp.br/control/sites/portal.if.usp.br.ifusp/files/7%20-%20Galileu%20Galilei.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

científicos. E nessas entrelinhas da história, a (im)prensa assumiu “um papel preponderante no desenvolvimento e divulgação do conhecimento científico” (Gaspar, 2004, p. 02)<sup>71</sup>, o qual destaca-se a produção e publicação da enciclopédia “*Novum Organum*”<sup>72</sup> do filósofo Francis Bacon, em 1620. Deste modo, a (im)prensa se manteve presente como importante coadjuvante que provocou diretamente uma mudança de percepção naqueles que tinham acesso aos registros impressos em formato de livros. E assim, a Revolução Científica ganhou forma como uma espécie de “divisor de águas”, em que houve uma visível ruptura entre a alienação ideológica influenciada pela Igreja com o “pensamento liberto”, oriundo do pós-reforma protestante.

Resumidamente, a Revolução Científica<sup>73</sup> provocou uma mudança de mentalidade em que o “especulativo” passou a ser “experimental”. A ciência passou a ser identificada não mais com a preocupação do “que é”, mas “como funciona” (matemática e experimentos); bem como, despertou num seleto grupo de cientistas um maior senso crítico para observar a natureza não mais com os olhos de algo divino, mas, como um fenômeno natural (espontâneo e/ou provocado) que pode ser explicado/comprovado por meio de princípios astronômicos, físicos, químicos, filosóficos, místicos, entre outros (Hermetismo). E é nesta perspectiva que uma simples maçã, este fruto tão representativo no contexto religioso como a responsável pela expulsão de Adão e Eva do Jardim do Éden, também colabora para quebra de paradigmas oriundo desta Revolução Científica. Ou seja, por conta

---

<sup>71</sup> GASPAR, Pedro. **O Milénio de Gutenberg**: do desenvolvimento da Imprensa à popularização da Ciência. 2004. (Artigo apresentado ao Mestrado em Comunicação e Educação em Ciência, da Universidade de Aveiro, Portugal). Disponível em:

<https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/112/1/O%20Mil%C3%A9nio%20de%20Gutenberg%20do%20desenvolvimento%20da%20Imprensa%20%C3%A0.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

<sup>72</sup> “O plano compreendia 6 partes ou secções. A primeira secção promoveria uma classificação completa das ciências existentes; a segunda, a apresentação dos princípios de um novo método para conduzir a busca da verdade; a terceira, a colecta de dados empíricos; a quarta, uma série de exemplos de aplicação do método; a quinta uma lista de generalizações de suficiente interesse para mostrar o avanço permitido pelo novo método; a sexta, a nova filosofia que iria apresentar o resultado final organizado num sistema completo de axiomas” (GASPAR, 2004, p. 03).

<sup>73</sup> ISTO NÃO É FILOSOFIA (Canal Youtube). **A Revolução Científica e a Ciência Moderna**: introdução à filosofia moderna: história da filosofia. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VO8mCBrcADU> . Acesso em: 16 nov. 2022.

da gravidade que fez uma delas cair na cabeça de Isaac Newton, o possibilitando a formular a Lei da Gravidade Universal<sup>74</sup>.

Esse corriqueiro movimento de queda de uma maçã observado por Newton<sup>75</sup> em 1687, ou seja, a força que puxa toda e qualquer coisa material (massa) para o centro da terra, o fez compreender que do mesmo modo como acontece na terra, igualmente acontece no Universo. Melhor dizendo, um conhecimento observado que foi teorizado, experimentado e comprovado posteriormente, de forma totalmente autônoma do que até então era preestabelecido pela Igreja. Face ao exposto, além dos referidos Copérnico, Galilei e Newton, outros pensadores foram também decisivos para a consolidação desta Revolução Científica, como o astrônomo Johannes Kepler (1609)<sup>76</sup> e a formulação das suas Leis Planetárias; e o filósofo René Descartes (1637)<sup>77</sup> em seu Discurso do Método, Pensamento cartesiano e Modelo gravitacional. Vultos históricos precursores daquilo que mais tarde será considerado como o “século das luzes”, plantando assim, as bases da Revolução Francesa.

### 3.2 Iluminismo e Revolução Francesa

A transição do século XVII para o XVIII na Europa trouxe consigo o início de uma crise do regime absolutista; a monarquia continuava no topo da hierarquia social, porém, perdendo aos poucos a sua soberania; a Igreja Católica, mesmo enfraquecida, resistia à ameaça ideológica originada pelo protestantismo; e por sua vez, a então ignorante sociedade medieval começou a ganhar consciência e

---

<sup>74</sup> “A Lei eterna que regula a queda das maçãs substituiu a Lei do Eterno que, por causa de uma maçã, fez com que Adão fosse expulso do paraíso” (MORIN, Edgar. **O método**: a natureza da natureza. Traduzido por Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulin, 2016. v. 1).

<sup>75</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Física. Grupo de Controle de Oscilação. **Isaac Newton (1642 – 1727)**. [2015]. Disponível em: <https://portal.if.usp.br/control/sites/portal.if.usp.br.ifusp/files/9%20-%20Isaac%20Newton.pdf>. Acesso em 15 mar. 2022.

<sup>76</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Física. Grupo de Controle de Oscilação. **Johannes Kepler (1571-1630)**. [2015]. Disponível em: <https://portal.if.usp.br/control/sites/portal.if.usp.br.ifusp/files/6%20-%20Tycho%20Brahe%20e%20Kepler.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

<sup>77</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Física. Grupo de Controle de Oscilação. **René Descartes (1596 – 1650)**. [2015]. Disponível em: <https://portal.if.usp.br/control/sites/portal.if.usp.br.ifusp/files/8%20-%20Ren%C3%A9%20Descartes.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

autonomia ao acender as “luzes do conhecimento”. Em meio a esse contexto histórico, pensamentos liberais começam a serem disseminados, se intensificaram e tomaram forma através da concepção de uma nova doutrina política e econômica: o **Liberalismo**.

Tal pensamento liberalista sustentava que o trabalho e a conquista de bens materiais e patrimoniais são direitos naturais concedidos ao Homem, resultado dos seus próprios esforços, não cabendo ao Estado “intervir na vida e nas liberdades individuais dos cidadãos”<sup>78</sup>. Assim, enquanto a supremacia do Absolutismo defendia o direito divino da monarquia, o racionalismo característico do Liberalismo expandia o direito natural para a humanidade, inclusive, sugerindo uma participação ativa na vida política e econômica da sociedade. Desse modo, ao passo que a classe burguesa começava a ganhar notoriedade, a monarquia se enfraquecia, principalmente a partir da Revolução Gloriosa<sup>79</sup> ocorrida na Inglaterra em 1688, que abalou as estruturas do absolutismo ao implantar o parlamentarismo.

Face ao exposto, as referidas Reforma Protestante e Revolução Científica podem ser consideradas como as primeiras luzes do conhecimento que tiraram aquela sociedade medieval do escuro caminho da ignorância, e arquitetaram o alicerce necessário para uma iminente “Revolução das Ideias”. Diante desse contexto, a prensa se tornou Imprensa por meio do surgimento do Periodismo, no qual, além da costumeira produção de livros, as oficinas tipográficas começavam a imprimir folhetos/panfletos noticiosos publicados de forma “periódica e frequente”. Contudo, ainda que a *Acta Diurna* (Roma, 59 a.C.) receba o título de jornal mais antigo da história, no entanto, a publicação dos jornais *Avisa Relation oder Zeitung* (Alemanha, 1609), *Nieuwe Tijdingen* (Bélgica, 1616), *Corante* (Londres, 1621) e *Gazette* (França, 1631)<sup>80</sup> representaram um marco para o fortalecimento de futuras transformadoras revoluções históricas, como também, serem uma forte ameaça ao

---

<sup>78</sup> PORFÍRIO, Francisco. **Liberalismo**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/liberalismo.htm>. Acesso em: 29 nov. 2022.

<sup>79</sup> SILVA, Daniel Neves. **Revolução Gloriosa**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/supremacia-burguesa-com-revolucao-gloriosa.htm>. Acesso em: 29 nov. 2022.

<sup>80</sup> ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. **Jornais**: Breve história. [S.l.: s.n., 201-?]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101008011951/http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianomundo/historiadojornal.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

Absolutismo. Enfim, a Imprensa Periodista compreendida como sendo uma “revolução dentro da revolução”.

Fundamentado nisso, o âmbito acadêmico figura como um meio propício ao desenvolvimento e consolidação deste periodismo. O conhecimento científico desde o surgimento das primeiras universidades era comumente disseminado através da oralidade (debates e discussões filosóficas) e da escrita (manuscritos produzidos por filósofos). Posteriormente, a troca de correspondências manuscritas se intensificou como uma nova forma de comunicação científica utilizada para transferência de informações científicas. Com o advento da prensa no século XV, o conhecimento começou a ser produzido intensamente e disseminação rapidamente, sobretudo, no século XVII. Assim, diante da necessidade de ampliação de discussões coletivas sobre assuntos específicos de cada área do conhecimento, foi concebido *Le Journal des Sçavans* considerado como primeiro periódico de cunho científico, editado na França, em 5 de janeiro de 1665 (Vieira, 2017)<sup>81</sup>. Seguindo o mesmo direcionamento, em 06 de março desse mesmo ano, foi publicada em Londres a *Philosophical Transactions*. Ambos os periódicos faziam uma espécie de compilação de cartas trocadas entre filósofos e cientistas contendo reflexões, observações e resultados dos seus experimentos. Em suma, os periódicos científicos, oriundos dos ideais da Revolução Científica, traziam consigo a preocupação de publicar informações selecionadas para um grupo específico de letrados, seguindo diretrizes de avaliação estabelecidas por um conselho editorial.

Essa (r)evolução intelectual ocorrida no século XVII deve-se em grande parte à consolidação do pensamento liberal oriundo das reflexões provocativas do filósofo John Locke. Fato esse que contribuiu para a concepção dos pensamentos de Charles-Louis de Secondat, “Montesquieu” (defensor da Democracia); François-Marie Arouet, “Voltaire” (defensor da Liberdade de Pensamento); Jean-Jacques Rousseau (defensor da Justiça Social ou “Contrato Social”) e Denis Diderot (defensor do Materialismo Científico para o desenvolvimento e progresso humano), famosos representantes do recém movimento político-intelectual denominado de

---

<sup>81</sup> VIEIRA, Letícia Alves. **A construção da narrativa científica nas Ciências Humanas: análise discursiva de editoriais da revista Varia História (2007-2016)**. 2017. 255 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado e Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ASFE2N/1/let\\_cia\\_alves\\_vieira.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ASFE2N/1/let_cia_alves_vieira.pdf) . Acesso em: 30 nov. 2022.

**Iluminismo**<sup>82</sup>. Este movimento iluminista causou impactantes mudanças culturais, refletidas para além do território europeu, num período intitulado de “século das luzes” (século XVIII). Desse modo, o racionalismo presente na Revolução Científica e no Liberalismo foi intensificado no Iluminismo, tornando-se uma mola propulsora para a mudança da humanidade.

Como movimento político, o Iluminismo bebia na fonte dos ideais liberalistas, os quais se opunham fortemente ao regime absolutista, considerando a necessidade de limitação dos poderes da monarquia. No mesmo seguimento, criticava o mercantilismo absolutista por desaprovar o acúmulo de riquezas pelo Estado e a sua interferência direta na economia da época. Além disso, confrontava a intolerância religiosa ao questionar o controle que a Igreja Católica exercia no cotidiano dos cidadãos, sendo esse um dos principais fatores de conflitos na Europa. Com base nesses pressupostos críticos, defendiam a separação do Estado da Igreja (laicidade), bem como, acreditavam que o progresso advindo da razão poderia formar uma sociedade mais justa e perfeita, sem a tirania do Absolutismo ou a superstição imposta pela Igreja. E assim, recebeu forte adesão da burguesia, principal classe interessada em limitar os poderes do rei.

O movimento intelectual, a “filosofia das luzes” tinha como norte a relação ciência/razão, reforçando a necessidade de comprovação do conhecimento científico por meio da explicação racional de fenômenos ocorridos naturalmente. Em outras palavras, considerava que a razão científica seria maior que a fé religiosa. É com base nessa renovação intelectual que surgem as primeiras Escolas Normais tendo a finalidade de “criar um corpo de profissionais para educação das massas” (Schaffrath, 2008, p. 146)<sup>83</sup>.

Na França do século XVII, a educação era restrita à nobreza, sendo a Igreja por meio dos jesuítas, a principal responsável por este letramento. Posteriormente, as mulheres letradas começaram a desempenhar o papel de educadoras ao serem

---

<sup>82</sup> SILVA, Daniel Neves. **Iluminismo**. [201-?]. Disponível em:

<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/iluminismo.htm>. Acesso em 29 nov. 2022.

<sup>83</sup> SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM ARTES, 1., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: EIPA, 2008. p. 142-152. Disponível em:

<https://www.yumpu.com/pt/document/view/16702382/escola-normal-o-projeto-das-elites-brasileiras-fap> . Acesso em: 02 dez. 2022.

promovidas como preceptoras particulares dos filhos dos nobres. Somente com o Iluminismo essa realidade educacional francesa começou a mudar, por meio de uma proposta ampla de educação “laica e pública”, possibilitando a “democratização do acesso à cultura por parte das massas populares e não mais restringi-la aos interesses aristocráticos” (Schaffrath, 2008, p. 146). Para tanto, o Estado seria o responsável pelo projeto educacional, em que se estabeleceria um “currículo normal” com o objetivo de formar professores. Ainda fundamentado em Schaffrath (2008), as Escolas Normais além de conceberem uma estrutura de educação formal e darem ao professor a autonomia necessária para exercer a sua profissão, também serviram como importante instrumento de controle social. De forma sucinta, esses acontecimentos provenientes do Iluminismo reforçaram ainda mais o objetivo de “livre circulação de ideias” que se consolidava, principalmente na França.

Em face ao exposto, o avanço dos pensamentos liberais e iluministas na Europa resultou num outro importante divisor histórico: a **Revolução Francesa**<sup>84</sup>. Até meados do século XVIII, a França viveu seu período áureo de desenvolvimento econômico e social. Porém, a partir de 1770 entrou em decadência devido às constantes participações financeiras em guerras e à crise agrária causadas por invernos rigorosos e grandes períodos de seca que atingiram diretamente a agricultura, intensificando a pobreza e a fome entre os camponeses. Concomitantemente, a monarquia esbanjava as suas riquezas totalmente em desequilíbrio com aquela realidade social. O Absolutismo deixava mais aparente essa gritante diferença ao construir uma estrutura social piramidal em que, injustamente, a base era composta pelos camponeses e burgueses (Terceiro Estado) que mantinha, através do pagamento de impostos, a vida luxuosa do clero e da nobreza (Primeiro e Segundo Estados), ambos isentos de impostos. Um reflexo disso pode ser observado através da famosa e soberba frase atribuída à Rainha Maria Antonieta que representa muito bem esse pensamento aristocrata da época: "se o povo não tem pão, que coma brioques".

Diante desse difícil momento da sociedade francesa, a "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" pregadas pelos ideais iluministas de Locke e Voltaire instigaram as classes da base a se revoltarem contra o Rei Luís XVI, provocando assim, a queda

---

<sup>84</sup> SILVA, Daniel Neves. **Revolução Francesa**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/revolucao-francesa.htm>. Acesso em 13 dez. 2022.

do Absolutismo na Europa<sup>85</sup>. Desse modo, o referido monarca foi pressionado a convocar a Assembleia dos Estados Gerais, com o propósito de solucionar essa crise que devastava a França. No entanto, sua composição era formada majoritariamente por representantes dos Primeiro e Segundo Estados à benefício da manutenção dos seus próprios privilégios (isenção de impostos, por exemplo). Insatisfeitos com essa composição e decisões, o Terceiro Estado se desassociou desse conselho para formar uma Assembleia Nacional, resultando na concepção de uma Assembleia Nacional Constituinte. E assim, a Revolução Francesa é consolidada tendo como marcos iniciais os seguintes acontecimentos: a invasão da prisão destinada aos opositores absolutistas, evento esse conhecido como “Queda da Bastilha” (1789); a aprovação da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (1789) que decretou a igualdade de todos os homens perante a lei; a separação entre Estado e a Igreja através da “Constituição Civil do Clero” (1790); por fim, a “Constituição da França” (1791) que transformou a Monarquia Absolutista em Monarquia Constitucional.

Face ao exposto, a Assembleia Nacional Constituinte deu lugar a Assembleia Legislativa (1791), que se transformou em Convenção Nacional (1792), destacando-se a divisão do referido Terceiro Estado em dois principais grupos políticos: jacobinos (esquerda radical) e girondinos (direita conservadora). Nessa Convenção, os jacobinos ganharam a força necessária para tomar o poder e governar a frágil França (1792 a 1795), estabelecendo uma espécie de “ditadura jacobina” marcada pela estruturação de um “Comitê de Salvação Pública” (que consistiu na instituição de um governo provisório), pela “Lei do Máximo” (que visava o controle dos preços e diminuição das fraudes). Esse período ficou conhecido como “período do terror”, tendo em vista o medo das pessoas, contrárias às decisões, de serem levadas para à guilhotina. Esse instrumento de tortura foi inventado por Joseph Guillotin, que indiretamente recebeu as influências dos ideais iluministas por meio do direito humano de ter uma “morte digna, rápida e sem dor”<sup>86</sup>, em vez das tradicionais execuções por enforcamento, esquartejamento e/ou queimar em fogueiras públicas.

---

<sup>85</sup> RENNÓ, Pedro. **História Geral: Revolução Francesa**. Canal Parabólica (Youtube), 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bb6d54mQkL0&list=WL&index=68>. Acesso em 13 dez. 2022.

<sup>86</sup> CARVALHO, Leandro. **Guilhotina e a morte sem dor**. Brasil Escola, [201-?]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/guilhotina-morte-sem-dor.htm>. Acesso em 14 de dezembro de 2022.

Sendo também o método de execução usado na condenação do Rei Luís XVI, na Praça da Concórdia, aos 21 dias de janeiro de 1793<sup>87</sup>, após seu destronamento, prisão, tentativa desastrosa de fuga para a Áustria, captura e morte por essa temida guilhotina.

Esse terrível período de medo termina quando os girondinos se articulam e convencem a população francesa a enfraquecer o radicalismo do governo jacobino. Com isso, houve a queda deste governo por meio da “Reação Termidoriana”<sup>88</sup>, um golpe dado pelos girondinos que possibilitou o início de um novo governo na França. Desse modo, a Convenção Nacional (Partido Jacobino) deu lugar ao Diretório (Partido Girondino), num período que durou entre 1795 a 1799. Nesse governo, os girondinos lograram certo êxito econômico, como também, substituíram o voto universal (Assembleia Nacional Constituinte) pelo voto censitário e incentivaram o fortalecimento do exército. Fato esse que diante de um contexto de crise política do corrupto Diretório, o exército francês toma o poder por meio do golpe de Estado denominado de “18 Brumário” dado por Napoleão Bonaparte, recebendo o apoio da burguesia, de alguns jacobinos e da população.

De todo modo, é válido reforçar que esta Revolução Francesa provocou importantes transformações que se refletiram para além da França, tais como: encerramento das regalias do clero e da nobreza, transição do feudalismo para o capitalismo, decadência do regime absolutista, consolidação dos direitos humanos e liberdade individual, solidificação da ideologia nacionalista (Silva, [201-?]). Isto posto, com o encerramento do período da Revolução Francesa também marca a transição da Idade Moderna para a Idade Contemporânea.

### 3.3 O surgimento dos jornais na Europa

Em face disso, diante dos reflexos causados principalmente pelos referidos Iluminismo e Revolução Francesa, a população saía aos poucos da linha do analfabetismo e ganhava consciência graças às luzes do conhecimento que foram acesas ao longo desse histórico de transformações sociais, culturais, políticas e

---

<sup>87</sup> HOBBSAWM, Eric John. **A revolução francesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (Coleção Leitura).

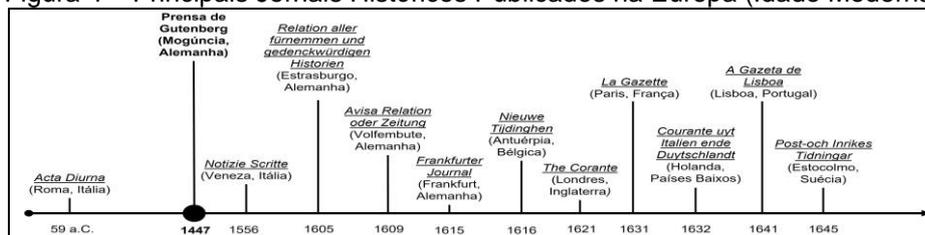
<sup>88</sup> PISSURNO, Fernanda Paixão. **Reação Termidoriana**. Info Escola, [201-?]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/reacao-termidoriana/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

econômicas. Motivadas pelos ideais iluministas, cada vez mais pessoas simples começavam a se aventurar pelo mundo das letras ao transcreverem seus pensamentos no papel e disseminarem suas reflexões críticas.

Nesse contexto de transformações acontecidas e intensificadas a partir do "século das luzes", as "esferas públicas" surgiram com um olhar crítico sobre tudo o que acontecia no cotidiano da sociedade. De acordo com Silva ([201-?]), paulatinamente, os tímidos panfletos noticiosos e os recém-nascidos jornais ganhavam espaço nos encontros informais, cafés, rodas de leituras, ambientes maçons, onde o conhecimento adquirido por meio dos produtos impressos era discutido, debatido e disseminado entre as pessoas. Fato esse que motivou as pessoas a saírem do "culturalismo passivo" imposto pela Igreja e nobreza, e se tornarem consumidores culturais ativos, ou seja, "árbitros do gosto cultural". Em outras palavras, a oralidade característica dos séculos anteriores foi substituída pela palavra impressa registrada em livros, principalmente com o surgimento e consolidação dos jornais como meio de informação mais acessível e consumido com intensidade. Com isso, os opositores da monarquia viram nessa "arma" ideológica um novo modo de "mobilizar a opinião pública", ao mesmo passo que a monarquia reunia forças para reprimir esta que é denominada de "literatura subterrânea".

Isto posto, é possível observar que a partir desses momentos revolucionários ocorridos em âmbito europeu, pode-se fazer um recorte temporal focando principalmente na Idade Moderna (Revolução Científica a Revolução Francesa) em que se constata o aumento na publicação de jornais, conforme visualizado na **Figura 4** seguir:

Figura 4 – Principais Jornais Históricos Publicados na Europa (Idade Moderna)



Fonte: Compilação feita a partir de Associação Nacional dos Jornais<sup>89</sup> e Paulo Heitlinger<sup>90</sup>

<sup>89</sup> ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. **A evolução do jornal**. [S.l.: s.n., 201-?]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101008011951/http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianomundo/historiadojornal.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

Como visto anteriormente, ressalta-se a *Acta Diurna* (Roma, 59 a.C.) como sendo o jornal mais antigo “publicado”. De acordo com a Enciclopédia Britânica (tradução nossa, grifo no original)<sup>91</sup>,

ACTA DIURNA (lat. *acta*, atos ou registros públicos; *diurnus*, diário, de dies), também chamado de *Acta Populi*, *Acta Publica* ou simplesmente *Acta* ou *Diurna*, na Roma Antiga uma espécie de diário, contendo uma narrativa oficialmente autorizada de eventos notáveis em Roma. Seu conteúdo era em parte oficial (notícias da corte, decretos do imperador, senado e magistrados), em parte privado (avisos de nascimentos, casamentos e óbitos). Assim, até certo ponto, ocupou o lugar do jornal moderno. A origem da *Acta* é atribuída a Júlio César, que primeiro ordenou a guarda publicar os atos do povo pelos funcionários públicos (59 a.C.; Suetônio, César, 20). As *Acta* foram elaboradas no dia a dia, e expostas em local público sobre um quadro branco. Depois de permanecerem lá por um tempo razoável, eles foram retirados e preservados com outros documentos públicos, para que pudessem estar disponíveis para fins de pesquisa. A *Acta* se diferenciava dos Anais (que foram descontinuados em 133 a.C.) porque apenas os assuntos maiores e mais importantes foram dados no último, enquanto no primeiro foram registradas coisas de menor importância. Sua publicação continuou até a transferência da sede do império para Constantinopla. Não existem fragmentos genuínos existentes.

Sobre o intervalo que compreende a publicação da *Acta Diurna* até a disseminação da prensa adaptada por Gutenberg (1447), sabe-se pouca coisa, restringindo-se apenas à existência de alguns boletins manuscritos produzidos na China (século VIII) e na Alemanha (século XV)<sup>92</sup>. Somente após a difusão da prensa europeia foi que o, até então, “panfleto manuscrito” deu lugar ao “jornal moderno”, neste período que pode ser considerado como “pré-industrial”, ou seja, quando os jornais eram impressos de forma artesanal.

Deste modo, a Revolução Científica trouxe consigo os primeiros jornais que em princípio se popularizaram entre os mercadores que necessitavam de informações mercantis para sustentarem suas atividades comerciais, e, posteriormente, tiveram seu conteúdo ampliando para atingir o público em geral.

---

<sup>90</sup> HEITLINGER, Paulo. **Tipografia**: origens, formas e uso das letras. Lisboa, Portugal: Dinalivro, 2006. Disponível em: <http://tipografos.net/jornais/pre-industrial.html>. Acesso em 24 nov. 2022.

<sup>91</sup> ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Acta Diurna**. [1911?]. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20070701012839/http://www.1911encyclopedia.org/Acta\\_Diurna](https://web.archive.org/web/20070701012839/http://www.1911encyclopedia.org/Acta_Diurna). Acesso em 18 dez. 2022.

<sup>92</sup> ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. **Jornais**: Breve história. [S.l.: s.n., 201-?]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101008011951/http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianomundo/historiadojornal.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

Assim, mesmo que ainda produzido de forma manuscrita, o “*Notizie Scritte*”<sup>93</sup> (Notícias Escritas) foi oficialmente considerado como sendo o primeiro boletim mensal (precedente do jornal), publicado em Veneza (Itália, 1556) ao custo de 01 *gazzetta*, o qual era usado para informar o público sobre notícias políticas, militares e econômicas, se espalhando rapidamente por toda a Europa.

Anos após, na Alemanha de 1605, foi produzido o “*Relation aller Fürnemmen und gedenckwürdigen Historien*”, um panfleto impresso noticioso publicado em língua alemã com periodicidade frequente, atendendo assim, os critérios de ser uma “publicação em série sobre assuntos atuais emitida regularmente em intervalos curtos o suficiente para que os leitores se mantenham atualizados com as notícias” (tradução nossa)<sup>94</sup>. Deste modo, compreendendo que “panfleto” e “jornal” tem o mesmo significado neste percurso histórico, a Associação Mundial de Jornais (*World Association of Newspapers*)<sup>95</sup> considerou o *Relation* como sendo o primeiro jornal impresso do mundo. Posteriormente, seguindo a mesma tendência do primeiro jornal, foram publicados o “*Avisa Relation oder Zeitung*” (1609) e “*Frankfurter Journal*” (1615).

Além desses jornais germânicos que marcaram o início da popularização dos jornais impressos em território europeu, outros também foram publicados fora da Alemanha, seguindo a tendência impulsionada pelos ideais da Revolução Científica, a saber: “*Nieuwe Tijdingen*” (Bélgica, 1616), “*The Corante*” (Inglaterra, 1621), “*La Gazette*” (França, 1631), “*Courante uyt Italien ende Duytschlandt*” (Países Baixos, 1632), “*A Gazeta de Lisboa*” (Portugal, 1641), “*Post-och Inrikes Tidningar*” (Suécia, 1645). Posteriormente, os períodos que se seguiram (Iluminismo e a Revolução Francesa) deram continuidade ao publicar uma grande quantidade de jornais, dos quais, muitos deles sobreviveram as transições entre as referidas revoluções, bem como, a virada da Idade Moderna para a Idade Contemporânea. Deste modo, fundamentado na referida *World Association of Newspapers* (apud Associação

<sup>93</sup> MEDIA TIMELINE. **Notizie Scritte**. [20--?]. Disponível em: <https://mediatimeline.weebly.com/1556--notizie-scritte.html>. Acesso em: 18 dez. 2022.

<sup>94</sup> NORMAN, Jeremy M. **Johan Carolus's "Relation," the First Printed European Newspaper or Newsbook**. [202-?]. Disponível em: <https://www.historyofinformation.com/detail.php?id=34> . Acesso em: 19 dez. 2022.

<sup>95</sup> CARVALHO, Alexandre Carvalho. **Qual foi o primeiro jornal da história?**. 2022. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/qual-foi-o-primeiro-jornal-da-historia/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

Nacional dos Jornais, [201-?])<sup>96</sup>, entendendo que esses três períodos estão relacionados historicamente, foi possível acrescentar aos já expostos jornais históricos, resultando num agrupamento apresentado no **Quadro 1**, a seguir:

Quadro 1 – Jornais mais Antigos em Circulação

Período Histórico		Jornais Publicados
Revolução Francesa (1789 a 1799)	Iluminismo (1685 a 1815)	“Haarlems Dagblad” (Holanda, 1656)
		“La Gazzetta di Mantova” (Itália, 1664)
		“The London Gazette” (Grã-Bretanha, 1665)
		“Wiener Zeitung” (Áustria, 1703)
		“Hildesheimer Allgemeine Zeitung” (Alemanha, 1705)
		“Worcester Journal” (Grã-Bretanha, 1709)
		“The Newcastle Journal” (Grã-Bretanha, 1711)
		“The Stamford Mercury” (Grã-Bretanha, 1712)
		“Hanauer Anzeiger” (Alemanha, 1725)
		“The Belfast News-Letter” (Irlanda do Norte, 1737)
		“Feuille d’Avis de Neuchâtel” (Suíça, 1738)
		“Darmstaedter Tageblatt” (Alemanha, 1740)
		“Press & Journal” (Grã-Bretanha, 1747)
		“Berlingske Tidende” (Dinamarca, 1749)
		“Giessener Anzeiger” (Alemanha, 1750)
		“Leeuwarder Courant” (Holanda, 1752)
		“The Yorkshire Post” (Grã-Bretanha, 1754)
		“La Gazzetta di Parma” (Itália, 1755)
		“Provinciale Zeeuwse Courant” (Holanda, 1758)
		“Norrköpings Tidningar” (Suécia, 1758)
		“Saarbrücker Zeitung” (Alemanha, 1761)
		“Schaumburger Zeitung” (Alemanha, 1761)
		“24 heures/Feuille d’Avis de Lausanne” (Suíça, 1762)
		“Hersfelder Zeitung” (Alemanha, 1763)
		“Lippische Landeszeitung” (Alemanha, 1766)
		“Aalborg Stiftstidende” (Dinamarca, 1767)
		“Adresseavisen” (Noruega, 1767)
“Feuille d’Yverdon” (Suíça, 1773)		
“The Gazette” (Canadá, 1778)		
“Neue Zürcher Zeitung” (Suíça, 1780)		
“Golarsche Zeitung” (Alemanha, 1783)		
“The Times” (Inglaterra, 1785)		
“Zwolve Courant” (Holanda, 1790)		
“The Observer” (Grã-Bretanha, 1791)		
“Tauber-Zeitung” (Alemanha, 1791)		
“Jeversche Wochenblatt” (Alemanha, 1791)		
“Thurgauer Zeitung” (Suíça, 1798)		
“Gazette de Lausanne” (Suíça, 1798)		

Fonte: Adaptado de World Association of Newspapers  
(apud Associação Nacional dos Jornais, [201-?])

<sup>96</sup> ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. **Jornais**: Breve história. [S.l.: s.n., 201-?]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101008011951/http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianomundo/historiadojornal.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

Em última análise, à medida que os anos e séculos foram passando, a (im)prensa se consolidava mais e mais, como um meio possível de expansão de ideias revolucionárias. Retomando o que já foi exposto, a tipografia europeia como um instrumento que poderia ser mais uma "invenção sem finalidade ou de serventia limitada", lentamente se expande, extrapola os limites da Mogúncia e se instala em toda Europa. Encontra na Reforma Protestante (ou seria ao contrário?!) subsídio para, por meio do enriquecimento intelectual, questionar condutas controversas da poderosa Igreja Católica.

Posteriormente, apoia-se na Revolução Científica (ou seria ao contrário?!) em que por meio da razão trazida pela disseminação do conhecimento aos letrados numa injusta, mas progressiva proporção *grosso modo* de 80% para a aristocracia e 20% para os menos favorecidos, proporciona uma ruptura de paradigmas em que o conhecimento imposto pela religião foi colocado à prova por meio de métodos científicos. No movimento iluminista, ambas as passagens históricas serviram como degraus evolutivos, em que a prensa se torna Imprensa que imprime livros "não-mais-proibidos" para uma sociedade que começa a ter a alfabetização não mais como um privilégio da nobreza, mas, como algo obrigatório e público para a grande massa. E assim surgem os primeiros impressos periodistas, cuja realidade cotidiana é exposta frequente e periodicamente, seja por meio de revistas científicas que seguem os seus próprios rigores científicos, ou os ideais liberais e constitucionais iluministas em seus panfletos e jornais noticiosos.

As inquietações políticas, econômicas e culturais ocorridas, sobretudo, na França do século XVIII provocam grandes e necessárias transformações não somente em solo francês, mas em toda a Europa. Os inofensivos jornais se tornaram em folhas críticas capazes de darem voz e esclarecimentos a massa (semi)letrada que munida de conhecimento provocou a importante Revolução Francesa. Prova disso foi a grande quantidade de jornais publicados, sobretudo, neste período final da Idade Moderna.

E essas transformações europeias, se refletiram diretamente nos territórios colonizados na América do Sul. Nesse contexto, Portugal aprimorou as suas técnicas de navegação para percorrer distâncias maiores e conquistar novos territórios, assim como, se destacou ao levar a cabo a disseminação das técnicas

tipográficas. Ao atracar seus navios em terras brasileiras, entre tantas “novidades” para os povos que aqui já habitavam, trouxe consigo suas raízes monarcas absolutistas e a sua controlada prensa, porém, rebelde Imprensa. Ou seja, a “revolucionária” e “iluminada” máquina novamente contribuindo para outras transformações, agora em terras brasileiras: a Revolução Liberal do Porto (1820) que pouco tempo depois resultou no movimento de Independência deste Brasil (1822), conforme veremos no próximo capítulo.

#### 4 AS “LETRAS DE IMPRIMIR”<sup>97</sup> NO BRASIL: DAS PRIMEIRAS COMUNICAÇÕES À IMPRENSA RÉGIA E OS PRIMEIROS JORNAIS BRASILEIROS

Entre seus áureos tempos de desenvolvimento na Europa dos séculos XIV e XV ao seu rígido controle religioso e estatal exercido nos séculos XVI e XVII, a imprensa continuou o seu percurso evolutivo não somente no aspecto tipográfico em si, mas, sobretudo, nos aspectos político e sociocultural ao ser usada como instrumento auxiliar do processo de conquista e colonização de regiões e povos. Como introduzido anteriormente, é nesse momento que Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra se destacam ao desbravarem novas rotas para além dos percursos marítimos, logrando êxito ao conseguirem dominar e colonizar povos africanos, asiáticos e americanos (Melo, 2003). Assim, munido pelos pressupostos causados pela imprensa (Nacionalismo, Individualismo e Pensamento Racional), os referidos países colonizadores usaram-na como importante arma ao seu benefício: enquanto a “arma de fogo” foi usada como principal recurso ofensivo de conquista; a imprensa era usada como “arma estratégica e ideológica” de dominação e destruição da cultura preexistente das regiões dominadas, bem como, a imposição cultural do país dominante.

Generalizando o fenômeno, poderíamos afirmar que a função da imprensa nos territórios coloniais tem sido a de veículo dos padrões e valores religiosos dos dominadores, tornando mais consistente a dependência das populações nativas, na medida em que isso acarreta a destruição ou atrofiamiento da cultura local (Melo, 2003, p. 60).

Nesse processo de colonização, a dominação de regiões e povos na maioria das vezes era feita por meio da força física com o suporte de “armas de fogo”, tendo em vista a resistência por parte dos dominados ser pequena ou nenhuma, tornando-se desnecessário o auxílio da implantação da imprensa em tal localidade num primeiro momento. Nas regiões que apresentavam alguma resistência maior, em que a arma de fogo não seria um instrumento totalmente capaz de dominar, a referida “arma estratégica e ideológica” era usada, especialmente quando as tradições

---

<sup>97</sup> “*letras de imprimir*, isto é, aos caracteres tipográficos, o que nos permite supor que *letras impressas* signifique simplesmente a folha que com elas se obtinha” (Martins, 2002, p. 303).

culturais dos povos dominados eram suficientemente fortes e se tornavam um obstáculo para os planos iniciais de colonização. Conseqüentemente, a imprensa era implantada com a função de destruir a cultura local, em que se “fazia paulatinamente com o uso deliberado de instrumentos especiais para introjeção dos padrões oriundos da metrópole” (Melo, 2003, p. 61). Tais “valores nacionais da metrópole” eram inseridos por meio da imprensa, disseminado entre a “elite intelectual colonial”, resultando na “extinção” e/ou “decadência” da cultura local.

Cumprе ressaltar que, assim como a arma de fogo, a imprensa também corria o risco de não corresponder eficazmente aos planos iniciais dos colonizadores. Nestes casos, quando a dominação cultural da colônia encontrava obstáculos para a sua consolidação, estrategicamente a imprensa era revista não mais como um instrumento “destruidor”, porém, como um “veículo de aceleração do reaparecimento daqueles valores telúricos, temporariamente sufocados pelos colonizadores” (Melo, 2003, p. 62). E neste panorama do processo de colonização, os portugueses se destacaram, principalmente, por dominarem o Brasil e, posteriormente, trazerem consigo a arte da impressão para esta colônia brasileira como veremos a seguir.

#### **4.1 As Primeiras Comunicações no Brasil Colonial**

Ao avistar as primeiras linhas das terras brasileiras no horizonte, Pedro Álvares de Cabral não tinha certeza do que aqui iria encontrar. Por trás da vastidão verde da floresta banhada pelas águas do Oceano Atlântico, se escondia um “Mundo Novo”, estimulando o escrivão oficial do rei de Portugal, Pero Vaz de Caminha, a descrever os detalhes desta rica e desconhecida terra em sua famosa carta<sup>98</sup>:

E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, estando da dita Ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buxos.

---

<sup>98</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. [01 maio 1500]. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf) . Acesso em 03 abr. 2023.

Neste dia, a horas de véspera, houemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz.

Diante da descoberta, ao atracar as caravelas em solo inexplorado, Cabral se viu diante de um primeiro obstáculo: conquistar os inocentes nativos indígenas que aqui habitavam. De acordo com Molina (2015) tal conquista iniciou por meio de aproximação pacífica com a finalidade de atrair a confiança destes habitantes, oferecendo-lhes presentes e outras cortesias, desarmando-os das suas rudimentares armas, acalmando-os e preparando seus espíritos para a futura colonização que viria acontecer naquele Brasil quinhentista.

Assim, a conquista dos nativos abriu os caminhos para a exploração das riquezas naturais deste “Mundo Novo”, fazendo definitivamente Portugal fincar seus alicerces territoriais, políticos, econômicos e culturais aqui. Perante esse tesouro encontrado acidentalmente, “Portugal repelia a avidez estrangeira apoiado num direito certo de propriedade. O Brasil pertencia-lhe” (Rizzini, 1988)<sup>99</sup>. É nesse cenário histórico, que o católico Reino Português inicialmente contou com o forte apoio da Companhia de Jesus, por meio da presença marcante dos padres jesuítas.

Os jesuítas se esforçaram ao máximo para defender uma Igreja acuada. E, assim, correram o mundo. Na Europa, procuravam reforçar o catolicismo por meio do ensino. Nas conquistas ultramarinas ibéricas, procuravam expandi-lo pela catequese. Desde cedo, afirmaram a vocação da Companhia e, não por acaso, seriam chamados de ‘soldados de Cristo’ (Vainfas, 2012)<sup>100</sup>

Desse modo, alicerçado no regime absolutista europeu, bem como, na luta Católica travada com o Protestantismo (Reforma Protestante) pela busca de fiéis, os jesuítas encontram na inocente e analfabeta população indígena o pretexto perfeito para educar e impor aos nativos seus dogmas católicos. Em outras palavras, uma relação que beneficiava tanto a Igreja quanto o Estado, tendo em vista que

<sup>99</sup> RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**: com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

<sup>100</sup> VAINFAS, Ronaldo. Soldados de Cristo. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 81, p. 17, jun. 2012. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20161107234019/http://www.revistadehistoria.com.br/secao/dossie-imigracao-italiana/soldados-de-cristo>. Acesso em: 14 abr. 2023.

“enquanto os jesuítas tinham apoio na catequização dos nativos, o Estado contava com auxílio clerical na exploração do território e na administração”<sup>101</sup>.

Face ao exposto, a necessidade portuguesa de civilizar, expandir o domínio do seu território colonizado e acumular riquezas resultou na consequente privação da liberdade indígena, tornando-os escravos juntos com os homens e mulheres vindos da África. E assim, o pacato “Brasil-originário” se transformava em movimentado “Brasil-colonial”, que apesar das diversas dificuldades encontradas nesta terra virgem, de clima inconstante, se tornava bastante atrativa e parada obrigatória para viajantes, ambiciosos comerciantes, entre outros.

Em vista disso, se por um lado tinha-se uma realidade de nativos analfabetos, por outro, a maioria dos portugueses que chegaram aqui vieram alfabetizados graças à acessibilidade educacional oriunda das (r)evoluções ocorridas anteriormente na Europa. As comunicações entre os colonizadores, seus familiares e seu país de origem aconteciam por meio de cartas manuscritas, transportadas sem zelo como mais uma carga nas caravelas que chagavam (ou quando chegavam) atrasadamente ao seu destinatário.

Os navios eram poucos e roneiros, vogavam nas monções e arrostavam riscos sem conta. Uma ou outra carta da família, recomendações e ordens oficiais, por vezes informativas, e o relato infiel dos marinheiros – eis o que vinha do além-mar. Vinha e estagnava nas soleiras litorâneas da Baía e do Recife. Daí, para atingir escassos núcleos de vida, tinha de baldear para embarcações da costa e dos rios e para o lombo dos animais (Rizzini, 1988, p. 167).

O mesmo se pode dizer das notícias vindas de Portugal que atravessavam o oceano e chegavam envelhecidas aos seus interessados nesta colônia brasileira. Posteriormente, o progresso colonial resultou na abertura de novos portos devido à crescente demanda de navios portugueses e estrangeiros, importação e exportação de mercadoria e riquezas, aumento do fluxo de viajantes, bem como, a gradual postagem de cartas e divulgação de notícias escritas (Rizzini, 1988).

---

<sup>101</sup> SOUSA, Rainer Gonçalves. **Os jesuítas no Brasil**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/os-jesuítas-no-brasil.htm> . Acesso em 14 abr. 2023.

No entanto, se por um lado o avanço deste Brasil quinhentista era basicamente alicerçado na conquista, expansão territorial e exploração do pau-brasil e do açúcar, por outro lado, era pouco desenvolvido intelectualmente. Com o passar dos anos, Portugal começou a pensar em alternativas “estratégicas”, principalmente, devido ao constante atraso informacional. O reflexo disso se deu no Brasil seiscentista e setecentista ao perceber, entre tantas necessidades, a importância de se obter notícias de forma mais rápida, utilizando meios para além dos caminhos navegáveis. Neste sentido, Rizzini (1988, p. 172) explica que:

Uma coisa era a jornada ocasional e outra, bem outra, a comunicação frequente e necessária, cambiadora do açúcar e do sal, das farinhas, dos panos, dos vinhos e do azeite. Imprescindível em alguns trechos, a canoa e a sumaca tiveram de ir cedendo noutros o lugar ao cavalo e ao burro e em adequadas áreas ao boi. Em breve predominaria a tracção animal.

Esta crescente quantidade de cartas postadas, notícias e documentos escritos vindos da Europa nas embarcações portuguesas, a função de mensageiros e “novidadeiros da Colônia” era exercida involuntariamente por marinheiros, almocreves, viajantes e outros transeuntes, como relata Calmon (1937 *apud* Rizzini, 1988, p. 175): “O tropeiro era ‘carreção e mensageiro, condutor e estafeta, o homem que transportava as utilidades e as ideias, os bens materiais e as notícias do mundo’”. Ainda de acordo com Rizzini (1988), foi partir desta carência que em 1657 houve a criação do Correio Marítimo com a Metrópole e em 1666 o Correio Interno Costeiro e Terrestre, o qual, nesse mesmo ano também foi criado o ofício de correio-mor entre as localidades da colônia brasileira. Cumpre frisar que muito embora tais criações fossem soluções adequadas, porém, como todo serviço público, necessitava de organização, infraestrutura e recursos, indisponíveis para aquele momento:

O primeiro [Correio Marítimo] por muitos anos não passou de esboço, e o segundo [Correio Interno] de hipótese, tolhidos pelos mensageiros de ocasião, solícitos e gratuitos, e suficientes para as acanhadas relações do tempo. O correio de terra mal começou a estabelecer-se antes dos fins do século seguinte, e ainda em pouquíssimas zonas e aos pedaços (Rizzini, 1988, p. 176).

Em teoria, somente nos finais dos 1700 que o governo português institucionalizou a função do Correio Marítimo e do Correio Terrestre na colônia. Desse modo, Salvador foi a localidade escolhida para iniciar sem sucesso as

atividades dos correios e, posteriormente, limitou-se apenas ao deslocamento ultramarino de correspondências. Coube a Minas Gerais o início prático dos correios no Brasil, tendo em vista as constantes comunicações entre Minas, Rio de Janeiro e São Paulo.

A realidade dos correios começou a mudar a partir da primeira década do Brasil oitocentista, quando em março de 1801 foi publicado o “decreto organizando a repartição dos Correios no Brasil”<sup>102</sup>. Acontecimento esse que foi reforçado, principalmente, pela vinda da família real portuguesa, o que acelerou a expansão do serviço postal para a maioria do território nacional, como também, a futura introdução do telégrafo. Nesse mesmo intervalo de tempo (final de XVIII e começo de XIX), timidamente o jornalismo começou a aparecer para além do vulgar novidadeiro ou “jornalista de boca”, tendo em vista “caldeadas as raças, extirpado o jesuitismo e estabelecidas as correntes de ar com a França e a América Inglesa através das janelas dos clubes literários e das lojas maçônicas, entraria o Brasil na adolescência” (Rizzini, 1988, p. 176). Jornal e jornalismo que foram reforçados especialmente através da Imprensa Régia, conforme veremos mais adiante.

#### **4.2 As Cartas Fantasiosas, as Notícias Reais e a “Censura” Tipográfica: acontecimentos que antecederam a implantação da Imprensa Régia**

Face ao que foi relatado anteriormente, pode-se dizer que o serviço postal representa um marco inicial para o desenvolvimento da comunicação territorial do Brasil Colonial. Eram cartas particulares e correspondências oficiais postadas que descreviam as dores, tristezas, alegrias, conquistas, visões e percepções dos viajantes e residentes que aqui chegaram. Nesse contexto, evidencia-se a referida “Carta de Pero Vaz de Caminha”, bem como, a questionável “*Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt*” (Cópia da Nova Gazeta da Terra do Brasil). De acordo com Molina (2015), por volta de 1493 um outro ilustre personagem português se destacou ao publicar em solo espanhol informações sobre a América: Cristovão Colombo em sua carta “*Insulis Indiae Supragangen*”. Posteriormente, em 1504 foi

---

<sup>102</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. **Período Colonial (1700 a 1807)**. [S.l., 2017]. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/80-assuntos/producao/cronologia/505-periodo-colonial-1700-a-1807>. Acesso em: 15 abr. 2023.

publicado em latim o livreto “*Mundus Novus*” baseado nas cartas do navegador italiano Américo Vespúcio e suas apelativas descrições canibalistas e sexuais “vistas” no litoral recém-descoberto (Molina, 2015). Ambas as cartas atiçaram a curiosidade e imaginação fantasiosa dos europeus pelas terras brasileiras.

Assim, como já dizia o ditado popular “quem conta um conto, aumenta um ponto” encaixa-se perfeitamente nessas cartas publicadas por aqueles que aqui chegaram, ou seja, testemunhas oculares descrevendo ao seu ponto de vista o cenário do tal “Mundo Novo”. E a grande curiosidade dos europeus pelas tais cartas “fantasiosas” reforçou em uma demanda prontamente atendida pelos impressores da época.

As narrativas de viagens da época procuravam acrescentar, aos dados factuais, histórias ou dados extraídos da fantasia. Esses recursos eram ainda mais comuns nas obras impressas [...]. Os impressores, para aumentar as vendas, se encarregavam de apimentar as histórias se achavam o texto demasiado sóbrio – como fazem hoje alguns jornais sensacionalistas (Fernández-Armesto, 2011 *apud* Molina, 2015, p. 44).

Desse modo, enquanto a Carta de Caminha é nacionalmente reconhecida como uma “Certidão de nascimento do Brasil”, ou seja, um relato original escrito por um autor que exercia um cargo oficial no reino português; o mesmo não pode ser conferido à *Cópia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt*. Porém, mesmo que não seja possível identificar concretamente a autoria e a data de publicação, os historiadores concordam que a *Cópia* provavelmente seja um “boletim informativo”, “carta de notícias” ou “jornal da descoberta”, escrita em alemão arcaico, resultado de vários relatos de viajantes e compilado por um “escriba com imaginação”, que mencionara pela primeira vez o nome “Brasil” (Molina, 2015). Entretanto, ainda que seja simplesmente uma “cópia” de originais, mas tem seu importante valor histórico, tendo em vista que:

Os navegantes e colonizadores portugueses foram ativos em mandar cartas e relatos ao rei e à Corte de Lisboa, os jesuítas também escreveram copiosamente. Mas raramente foram as narrativas e descrições das riquezas da terra e de seus habitantes que chegaram a ser impressas e a circular no reino português ou na Europa. A política de Lisboa não era divulgar, mas esconder qualquer informação sobre o Brasil por temor da curiosidade e da cobiça estrangeira. As notícias, reais ou fantasiosas, ficaram mais

conhecidas em outros países. Por isso, a *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* é ainda mais relevante (Molina, 2015, p. 48).

Isto posto, indiretamente é possível considerar que tais cartas figuram como um primeiro degrau do jornalismo no Brasil, ainda que escrita pelas mãos e imaginação de seus autores europeus, mas eram cartas que descreviam a colônia com algum dado factual, pelo qual foram disseminadas para “além-mar” as notícias vindas desta “Terra de Vera Cruz”. Com a passagem dos anos, essas cartas fantasiosas deram lugar às notícias reais, de conteúdo valioso, devido ao crescente interesse pelas questões de “navegação, geografia, comércio, produção e costumes” da colônia (Rizzini, 1988, p. 221).

Fundamentado nisso, até os findos do setecentismo a oralidade predominava como meio de comunicação mais usada, as referidas cartas e notícias ainda eram disseminadas de forma manuscrita, e nenhuma manifestação da arte tipográfica ou obra impressa poderia atracar em qualquer parte do solo colonizado. De acordo com Molina (2015, p. 49):

Foram necessários três séculos para que as artes gráficas fossem implantadas, sob rígido controle do Estado, no Brasil, em 1808. Nesse período também foi controlada a entrada de qualquer obra impressa, nenhuma tentativa, nem sempre bem-sucedida, de manter o país à margem das novas ideias e das correntes culturais que circulavam no resto do mundo.

Nesse sentido, levando em conta que o percurso da (r)evolução da imprensa era conhecido pelos portugueses, pode-se em princípio considerar a existência de uma “censura” à implantação da tipografia no Brasil. Essa linha de pensamento se confirma através das seguintes reflexões: “até à transferência da corte para o Rio de Janeiro, a metrópole nunca quis consentir no estabelecimento de tipografias coloniais” (Tavares, 1917 *apud* Martins, 2002, p. 299) e “os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil se opunha a administração lusitana faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de ideias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade do seu domínio (Holanda, 2010, p. 121)<sup>103</sup>. Ora, considerando que após a difusão da imprensa gutenberguiana em solo europeu, Portugal dominou e levou para outras localidades as técnicas tipográficas;

---

<sup>103</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

avaliou os perigos que os produtos da imprensa poderiam causar, principalmente nestas terras recém-descobertas serem de sua total propriedade. Logo, a implantação da tipografia no Brasil poderia acelerar o desenvolvimento da colônia, abrir caminhos para outros estrangeiros colonizadores, como também, possíveis “riscos” intelectuais e culturais que poderiam colocar a perder o domínio do “seu” território.

Como visto no capítulo anterior, a “arte tipográfica de Gutenberg” sofreu censura prévia na Europa, principalmente, entre os séculos XVI e XVII. Já em território lusitano, após esse período de restrições, a implantação da imprensa ocorreu de forma livre, sem necessidade de permissão antecipada, muito embora suas obras impressas fossem fiscalizadas e poderiam sofrer algum tipo de censura (Molina, 2015). Fundamentado nisso, seria coerente se tal direcionamento fosse também aplicado à colônia brasileira, tendo em vista a anterior “liberação” da implantação da imprensa pelos portugueses nas colônias asiáticas e africanas. Diferentemente disso, o Brasil continuou por algum tempo sem “letras impressas” e quando clandestinamente isso aconteceu, foi expedida ordem proibitiva/punitiva por meio da Carta Régia de 1747. Ou seja, “somente no momento em que na colônia foi instalado um prelo a metrópole teria percebido que surgira um problema e a resolvera mediante uma proibição” (Molina, 2015, p. 55).

Entretanto, Rizzini (1988) afirma que no início do século XVIII fora montada uma rústica oficina tipográfica, imprimindo assim, “letras de câmbio e orações devotadas”. Para este acontecimento, de acordo com Martins (2002), alguns pesquisadores<sup>104</sup> se basearam em uma suposta Carta Régia de 08 de julho de 1706, em que foi decretado: “sequestrar as letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais da tipografia que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos” (Rizzini, 1988, p. 310). Seria a veracidade desse fato considerada como o início da tipografia no Brasil? Ao certo, não se pode confirmar ou desconfirmar, principalmente, por causa das divergentes interpretações dos historiadores e pelos seus rastros históricos serem obscuros.

---

<sup>104</sup> A saber: Max Fleiuss, em “Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil” (1922); e Carlos Rizzini, em “O livro, o jornal e a tipografia no Brasil” (1988).

De certo somente a comprovação de Rizzini (1988), Martins (2002) e Molina (2015) ao relatarem que em 1746 o tipógrafo português António Isidoro da Fonseca montou no Rio de Janeiro uma despreziosa oficina, vindo a ser proibido de continuar suas atividades tipográficas, conforme determinado na Carta Régia de 10 de maio de 1747, cujo é descrito como um “alvará régio [que] confisca os tipos de imprensa existentes no Brasil”<sup>105</sup>. Documento esse transcrito por Rizzini (1988, p. 310):

Não é conveniente se imprimam papéis no tempo presente, nem pode ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, aonde as despesas são maiores que no Reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis no mesmo tempo em que dele devem ir as licenças da Inquisição e do Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir nem correrem as obras.

Face ao exposto, enquanto a “suposta” proibição real da “incerta” primeira tipografia, possivelmente, tenha resultado no anonimato daquele que a montou, bem como, no esquecimento do seu registro para a história do Brasil; na segunda tipografia, “concretamente” causou a deportação do seu tipógrafo de volta ao território português. Destarte, a análise do caso “suposto” e do “concreto” reforça a linha de pensamento levantada pelos historiadores sobre a existência de uma censura portuguesa quanto à implantação da “perigosa” tipografia na colônia brasileira. Colônia esta que era considerada por Portugal como sua “galinha dos ovos de ouro” e deveria, a todo custo, ser mantida fora do alcance dos ambiciosos estrangeiros. Além disso, a proibição da tipografia e o cerceamento da liberdade de conhecimento daqueles que aqui habitavam – os poucos portugueses letrados residentes da colônia ou os nativos analfabetos e/ou em fase de letramento pelos jesuítas – resultaria na manutenção do domínio e soberania portuguesa, tendo em vista estes saberem dos impactos causados pelas revoluções históricas acontecidas na Europa, que direta ou indiretamente a imprensa esteve envolvida.

Numa outra linha de pensamento, Melo (2003) defende que diferentemente do exposto nos parágrafos anteriores, o retardamento da implantação da tipografia

---

<sup>105</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Administração Pública Brasileira do Período Colonial (1500-1822)**: Cronologia: Período Colonial (1700 a 1807). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/80-assuntos/producao/cronologia/505-periodo-colonial-1700-a-1807>. Acesso em 20 abr. 2023.

no Brasil estaria atrelado muito mais aos aspectos socioculturais do que somente aos fatores políticos restritivos da Coroa Portuguesa.

Ao dizer que a imprensa deixa de funcionar na colônia porque poderia provocar a ruptura do sistema de dependência a Portugal, ensejando a sua emancipação política, evidentemente aqueles escritores fazem um julgamento que acentua as consequências possíveis, deixando de correlacioná-la com as reais causas (e não as aparentes: 'legislação restritiva') que produziram o retardamento. (Melo, 2003, p. 111).

Para o autor, a realidade subdesenvolvida da colônia e, principalmente, o atraso sociocultural reflexo da própria metrópole, seriam os fatores impeditivos para a implantação da tipografia no Brasil. Sobre esses fatores socioculturais, Melo (2003) elenca os seguintes: Natureza feitorial da colonização; Atraso das populações indígenas; Predominância do analfabetismo; Ausência de urbanização; Precariedade da burocracia estatal; Incipiência das atividades comerciais e industriais; e Reflexo da censura e do obscurantismo metropolitano.

Em síntese, o impacto da limitada economia colonial tornava “dispensável” a criação de espaços intelectuais (escolas, universidades, bibliotecas) e execução de atividades culturais. Por sua vez, “a ignorância do povo” e o lento processo de alfabetização dos povos originários pelos jesuítas (Rizzini, 1988), bem como, as dificuldades de instituir e difundir a “língua-geral” portuguesa entre estes nativos são aspectos a se considerar que tornaram desnecessária a implantação da imprensa. Além destes, a carência de urbanização de um território predominantemente rural e suas atividades meramente agrícolas implicaria no retardamento da imprensa, sobretudo, por esta ser um instrumento usado comumente nas atividades “burocrático-mercantis”, auxiliar às demandas comerciais e industriais da metrópole portuguesa.

Entretanto, ambas as linhas de pensamento convergem em um aspecto: o “reflexo da censura e do obscurantismo metropolitano”. Assim como na maioria dos países europeus, Portugal seguia os ideais direcionados pela Igreja Católica. Desse modo, a dualidade entre o Catolicismo e o Protestantismo (Reforma Protestante) reforçou a constituição de um Tribunal de Inquisição Português, ocasionando na censura às obras impressas por meio de “mecanismos apropriados para coibir eventuais manifestações de pensamento que contrariassem a ideologia vigente”

(Melo, 2003, p. 138). Como dito anteriormente, embora a instalação de tipografias em Portugal fosse “liberada”, porém, esse conjunto de ações restritivas e punitivas impostos pelo tribunal inquisitorial à livre exposição de pensamentos impôs julgamentos e autorizações censórias quanto ao que era impresso internamente em Portugal, no âmbito das suas colônias e no que chegava dos países estrangeiros. No entanto, o marcante provincialismo da colônia brasileira, “o medo às excomunhões [...]; a barreira da censura literária [Real Mesa Censória em Portugal de 1768, substituída pela Mesa Real da Comissão Geral em Portugal de 1787], e a falta de livrarias” (Rizzini, 1988, p. 233) representava em pouco perigo intelectual ao ponto de Portugal não julgar necessário introduzir uma unidade inquisitória por estas terras.

Face ao exposto, ainda que Portugal se tornasse uma referência quanto aos seus feitos e sucessos marítimos, porém, a presença dos jesuítas em solo lusitano a isolou das transformações propostas pela Revolução Científica que ocorria na Europa no período do Renascimento. Por todas essas razões, o desenvolvimento cultural da metrópole teve lento progresso e isso se refletia na colônia brasileira. Conforme exposto criticamente por Ribeiro (1972 *apud* Melo, 2003, p. 139, grifo nosso):

Uma das consequências deste atraso é não ter Portugal empreendido jamais a alfabetização de sua própria população, como ocorreu a todas as nações que se industrializaram e só a estas. Apenas contou com uma estreita faixa de letrados, em sua imensa maioria medíocres e obscurantistas, de extração eclesiástica ou formados em universidades obsoletas. [...] o Brasil, como colônia submetida ao mais estrito monopólio, cresceu isolado do mundo, apenas convivendo com aquele Portugal pobre e retrógrado que não permitiu a criação de um sistema popular de ensino no Brasil e, menos ainda, de escolas superiores, ao mesmo tempo que Espanha mantinha cerca de duas dezenas de universidades em suas colônias. Assim, o Brasil emerge para a Independência sem nenhuma universidade, com sua população analfabeta, e iletradas também suas classes dominantes.

Em última análise, pode-se constatar que a metrópole portuguesa seguia aquém da realidade dos outros países europeus. Embora o seu desenvolvimento marítimo fosse um dos elementos responsáveis por contribuir para a difusão da tipografia na Europa, porém, permaneceu numa zona retrógrada subutilizando o domínio das técnicas tipográficas em seus territórios (metrópole e colônias). Eram

produzidas precariamente na metrópole poucas obras impressas e quase nenhuma folha de notícias (jornal) foi publicada, e quando publicada, se restringiam a reproduzir mero conteúdo favorável ao Reino (Melo, 2003). Conforme exposto por Ribeiro (1972 *apud* Melo, 2003) e reforçado por Holanda (2010), tal atraso se torna mais evidente se comparado com a Espanha: enquanto a colonização espanhola instalou aproximadamente 23 universidades, formando uma média de 150 mil pessoas; a colonização portuguesa não implantou nenhuma universidade, se conteve à educação ensinada pelos jesuítas e não permitiu a implantação da tipografia na colônia brasileira. E assim, podemos concluir essa reflexão por meio das palavras de Sodré (1999, p. 11)<sup>106</sup> reforçando o exposto na introdução deste capítulo:

Assim, onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanente em seguida, de substituir por ela a cultura encontrada. Essa necessidade não ocorreu no Brasil, que não conheceu, por isso, nem a Universidade nem a imprensa, no período colonial. Na zona espanhola, uma e outra surgiram logo: tinham larga tarefa a desempenhar, e fundamental. A dualidade de culturas, nela, representava sérios riscos ao domínio. Aqui, não tinha existência prática, não representava risco algum. O aparecimento precoce da Universidade e da imprensa, assim, esteve longe de caracterizar uma posição de tolerância. Foi, ao contrário, sintoma de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição, da necessidade de pelo uso de instrumentos adequados, implantar a cultura externa, justificatória do domínio, da ocupação, da exploração.

Em vista disso, a realidade da implantação da imprensa na colônia brasileira se deu nos findos de 1807, quando as tropas francesas invadiram Portugal e a família real se viu obrigada a fugir para o Brasil<sup>107</sup>. Ao chegarem aqui, diante das necessidades burocráticas do reinado, no dia 13 de maio de 1808 foi então instituída a Imprensa Régia no Brasil, acontecimento esse que discutiremos no próximo tópico.

---

<sup>106</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>107</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Administração Pública Brasileira do Período Colonial (1500-1822)**: Cronologia: Período Colonial (1700 a 1807). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/80-assuntos/producao/cronologia/505-periodo-colonial-1700-a-1807>. Acesso em 25 abr. 2023.

### 4.3 A Imprensa Régia e os Primeiros Jornais Impressos no Brasil

Os últimos anos do período colonial brasileiro foram marcados por significativas transformações políticas, econômicas e culturais, sobretudo entre 1808 (vinda da família real portuguesa) a 1822 (declaração de independência). Nesse intervalo de tempo, a cronologia histórica indica que em 1815 o Brasil deixará de ser colônia para se tornar “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”, com organização administrativa sediada no Rio de Janeiro. Desse modo, Molina (2015, p. 103) descreve esse período de transformações da seguinte maneira:

Do ponto de vista institucional, foram criadas estruturas administrativas e jurídicas necessárias ao funcionamento de um Estado. No plano econômico, antes um país extremamente fechado que só comercializava através de Portugal, com a abertura dos portos o Brasil passou a negociar diretamente com outras nações. Retiradas as restrições à implantação de indústrias, teve início a atividade manufatureira, foram instaladas fundições de ferro e foram abertas novas estradas.

Um pouco antes disso, nos anos finais dos setecentos, a então colônia brasileira já apresentava um evidente avanço econômico que favorecia às famílias abastadas enviarem seus filhos para estudarem no exterior. Nessa conjuntura histórica, o que em princípio seria um privilégio concedido aos poucos fidalgos saírem do ambiente provinciano de catequização primária para terem uma educação academicista na metrópole ou em países desenvolvidos, se tornava o abrir de portas para o contato com outras realidades, culturas, ilustres pensadores e, conseqüentemente, a concepção de ideais revolucionários que contribuíram para a transformação social do Brasil.

O desenvolvimento econômico tinha possibilitado o surgimento de uma sociedade mais rica e mais complexa e de uma pequena elite que mandava os filhos estudarem em Coimbra e na França, onde tinham contato com novas ideias e votavam ao país com os revolucionários conceitos de liberdade e independência. Dessa elite surgiram alguns dos personagens que deram início ao processo de Independência e de implantação da imprensa no país (Molina, 2015, p. 89-90).

É neste contexto que uma simples e reflexiva indagação nos permite encaixar as peças do quebra-cabeça da história da imprensa brasileira: “*Não há tipografia no*

*Brasil*”, essa foi a mensagem enviada por Thomas Jefferson<sup>108</sup> a John Jay<sup>109</sup>, após o primeiro conversar com um estudante brasileiro que relatou a carência/inexistência de letras impressas no Brasil Colonial. Tal acontecimento descrito por Rizzini (1988) e Molina (2015) ocorreu por volta de 1787, em Nimes (França), época em que Thomas Jefferson, apoiador dos ideais Iluministas e da Revolução Francesa, desempenhava o cargo de Embaixador dos Estados Unidos na França. Do mesmo modo, John Jay exercia o cargo de Secretário de Estado dos Estados Unidos, muito atuante na política exterior, e esse diálogo formal entre tais autoridades americanas serviu como gatilho que constata aquela espantosa realidade brasileira, isolada do mundo devido, entre outros, ao atraso na implantação da imprensa em seu território pelo seu colonizador.

Assim, a partir do relato de Molina (2015) não se pode confirmar a identidade desse tal “estudante brasileiro”, como também, não se pode afirmar que o questionamento de Thomas Jefferson tenha provocado alguma ação diplomática à benefício do início das atividades tipográficas no Brasil. O fato é, desde o aperfeiçoamento e difusão da “arte de Gutenberg”, foram necessários três longos séculos para a imprensa ser oficialmente implantada nestas terras colonizadas, sob rígido controle do Reino Português.

Corridos vinte anos do referido diálogo, em 1807 as tropas napoleônicas invadiram o território lusitano e a família real portuguesa se viu obrigada a fugir em direção ao Brasil, trazendo consigo seu falido absolutismo, sua arcaica estrutura administrativa e sua subestimada tipografia. Somente no ano seguinte a imprensa brasileira passaria a existir, ao ser implantada uma sucursal da Imprensa Régia Portuguesa.

A Imprensa Régia Portuguesa<sup>110</sup> iniciou suas atividades em Lisboa no ano de 1641, que por ordem do reinado vigente imprimiu o periódico de cunho político “*Gazeta em que se Relatam as Novas todas que houve nesta Corte e que vieram de várias partes no mês de novembro de 1641*”. Posteriormente, em 1715 foi publicado

---

<sup>108</sup> WIKIPÉDIA: A enciclopédia livre. **Thomas Jefferson**. 2023. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas\\_Jefferson](https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Jefferson). Acesso em: 26 abr. 2023.

<sup>109</sup> WIKIPÉDIA: A enciclopédia livre. **John Jay**. 2023. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/John\\_Jay](https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Jay). Acesso em: 26 abr. 2023.

<sup>110</sup> INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Imprensa Régia**. [20--?]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$imprensa-regia](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$imprensa-regia). Acesso em 26 abr. 2023.

o primeiro jornal oficial de Portugal: *Gazeta de Lisboa* (1715). Com a constituição da Real Mesa Censória (1768) e sua consecutiva substituta Mesa Real da Comissão Geral (1787) ambas como órgãos fiscalizadores que controlavam a circulação de livros e de produtos impressos, o jornalismo português se restringiu a publicar além da já circulante “*Gazeta de Lisboa*”, o *Diário Universal* (1764) e o *Com Privilégio Real* (1778).

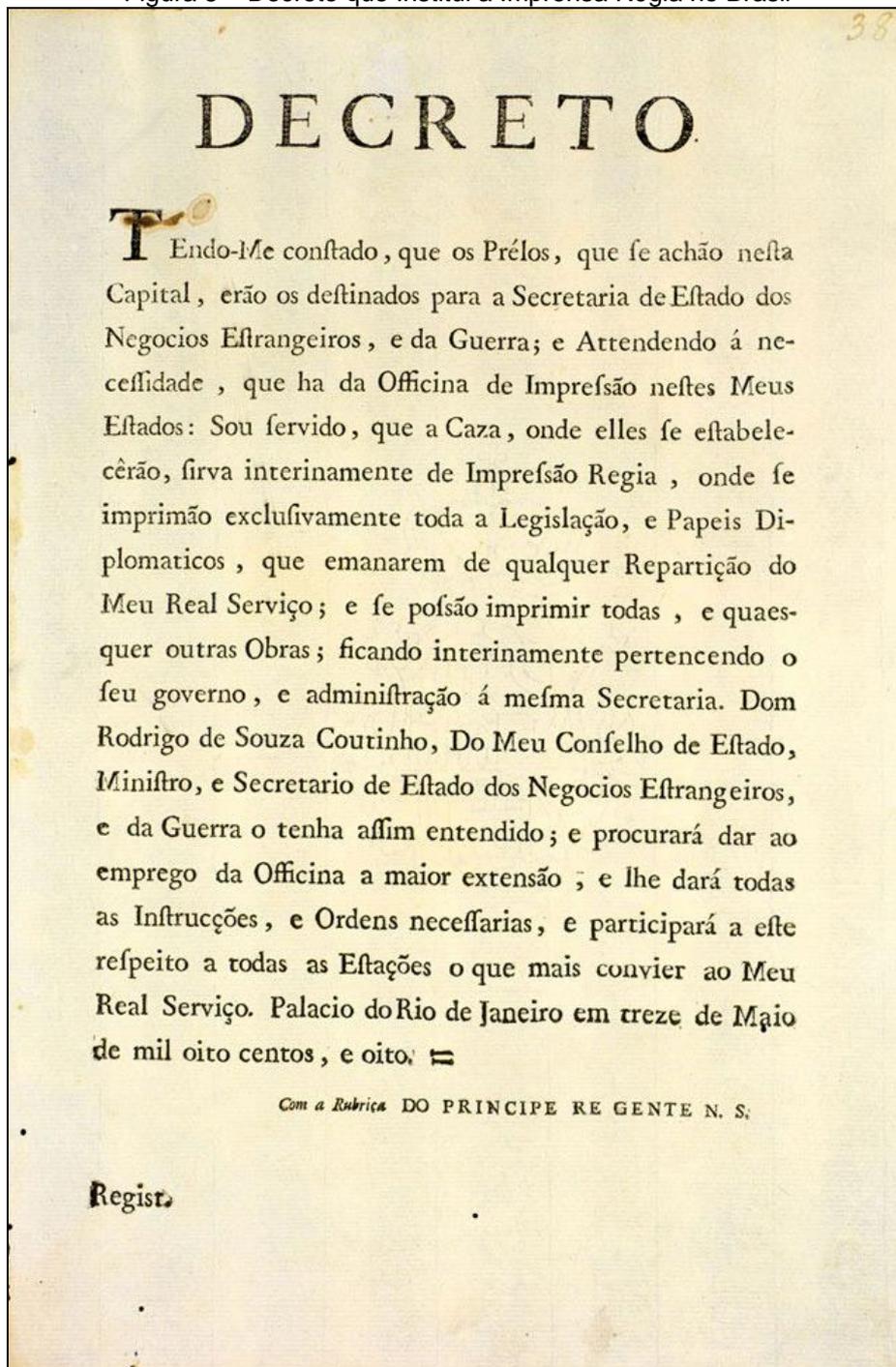
Assim sendo, por efeito da extinção do referido órgão censório em 1792, houve apenas a continuidade da periodicidade do “*Com Privilégio Real*”, como também dos recém-publicados *Ephemerides Nauticas, ou Diario Astronomico* (1788) e *Correio Mercantil e Económico de Portugal* (1794). Muito embora neste percurso do periodismo português tenham sido publicados poucos jornais, porém, por consequência da invasão napoleônica e livre da censura, favoreceu o surgimento do “jornalismo panfletário” que usufruindo de uma certa liberdade, puderam publicar notícias que enalteciam o “patriotismo e resistência”.

No Brasil, a Imprensa Régia foi oficialmente criada aos treze dias do mês de maio de 1808, no Palácio do Rio de Janeiro, por meio de um decreto real assinado pelo “Príncipe Regente Nosso Senhor”, Dom João. Neste Decreto, foi autorizada a instalação da Oficina de Impressão da Imprensa Régia, o qual, estava subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, aos cuidados do “Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário”, Dom Rodrigo de Souza Coutinho. E assim, destinava-se exclusivamente a imprimir “toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do Meu Real Serviço”, portanto, representando “o fim da proibição de instalação de tipografias, que vigorou durante o período colonial” (Camargo, 2011)<sup>111</sup>. Decreto esse que pode ser lido *ipsis litteris* conforme o original a seguir (**Figura 5**).

---

<sup>111</sup> CAMARGO, Angélica Ricci. Imprensa Régia. In: BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Administração Pública Brasileira do Período Colonial (1500-1822)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/204-impresao-regia>. Acesso em: 29 abr. 2023.

Figura 5 – Decreto que Institui a Imprensa Régia no Brasil



Fonte: Brasil. Imprensa Nacional (2019)<sup>112</sup>

<sup>112</sup> BRASIL. Imprensa Nacional. Secretaria Geral da Presidência da República. Decreto de 13 de Maio de 1808. In:\_\_\_\_\_. **Dicionário Eletrônico da Imprensa Nacional**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.in.gov.br/web/dicionario-eletronico/-/decreto-de-13-de-maio-de-1808> . Acesso em: 29 abr. 2023.

De acordo com Camargo (2011), os prelos que iriam compor a Oficina de Impressão da Imprensa Régia desembarcaram no Brasil aos cuidados de Dom António de Araújo de Azevedo, o qual, emprestara as dependências da sua residência como local para instalação da referida Oficina. Desse modo, a Imprensa Régia iniciou suas atividades pelas mãos de “fuzileiros e marinheiros” que já tinham trabalhado em serviços tipográficos na metrópole portuguesa, bem como, pelas orientações do frei “José Mariano da Conceição Veloso<sup>113</sup> [...] acompanhado de dois gravadores: Romão Elói de Almeida Casado e Paulo dos Santos Ferreira Souto<sup>114</sup>” (Hallewell, 1985 *apud* Camargo, 2011).

Em 1807, António de Araújo de Azevedo, futuro conde da Barca, comprou uma tipografia completa na Inglaterra para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal, da qual era titular, mas o equipamento não chegou a ser instalado: foi transportado a Lisboa, e os caixotes ainda estavam fechados no cais quando a Corte decidiu embarcar para o Brasil ante o avanço das tropas francesas. António de Araújo mandou colocar o material, que incluía dois prelos e 28 caixas com tipos, no porão do navio *Medusa*, com a sua biblioteca de vários milhares de volumes e uma coleção de mineralogia. No Rio de Janeiro, o equipamento foi instalado nos baixos de sua residência (Molina, 2015, p. 107, grifo nosso).

Isto posto, Molina (2015) relata que embora D. António Azevedo tenha sido o responsável pela “operação improvisada” de trazer a tipografia para o Brasil, mas oficialmente a administração da recém-nascida Imprensa Régia ficou a cargo do seu “inimigo político”, D. Rodrigo Coutinho. Nesse contexto, o autor ainda reflete que o ato de instalação da mencionada imprensa não estava diretamente relacionado com a aprovação deliberada da Coroa Portuguesa, mas, a aceitação de uma ação anteriormente realizada por um funcionário no alto do seu cargo (isto é, D. António de Araújo de Azevedo). Assim, finalmente houve a anuência que o suporte de uma oficina tipográfica seria necessário para o atendimento das atividades administrativas, ou seja, “Para a Corte, era a simples continuidade da Impressão Régia portuguesa, um ato burocrático. Para o Brasil, representava o início de uma nova era” (Molina, 2015, p. 108).

<sup>113</sup> “Diretor da Oficina Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, em Lisboa”. (WIKIPEDIA: A enciclopédia livre. **José Mariano da Conceição Veloso**. 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Mariano\\_da\\_Concei%C3%A7%C3%A3o\\_Veloso](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Mariano_da_Concei%C3%A7%C3%A3o_Veloso). Acesso em: 29 abr. 2023).

<sup>114</sup> “Artistas da Tipografia do Arco do Cego, de Lisboa”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Repositório Institucional**. Elementos de geometria, 1809. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/240490>. Acesso em: 29 abr. 2023).

Face ao exposto, após o Decreto de 13 de maio de 1808, Camargo (2011) pontua uma cronologia de outras determinações e acontecimentos relacionados com a Imprensa Régia:

- **Decisão nº 17, de 24 de junho de 1808:** regimento provisório à Impressão Régia e mandou estabelecer uma Junta de Direção (Entre as suas atribuições estava: inventariar os dos objetos pertencentes ao órgão, ocupar-se de publicações úteis para a instrução do povo, examinar todos os papéis e livros que eram impressos, proibir escritos contra o governo, religião e os bons costumes, integrando-se como parte dos mecanismos da censura régia utilizados no Brasil, tarefa que dividia com os censores régios e o intendente de Polícia);
- **Decreto de 31 de outubro de 1811:** incorporou entre suas funções a manufatura e venda das cartas de jogar, que eram um privilégio régio;
- **Decreto de 17 de fevereiro de 1815:** determinou que a Real Oficina Tipográfica e a Fábrica de Cartas de Jogar ficassem subordinadas ao Erário Régio
- **Decisão nº 57, de 1821:** determinou a mudança do nome do órgão para Tipografia Nacional
- A primeira publicação da Impressão Régia, no dia em que foi criada, foi a *“Relação dos despachos publicados na Corte pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no faustíssimo dia dos anos de S. A. R.<sup>115</sup> o Príncipe Regente N. S.<sup>116</sup> e de todos os mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R. aos Estados do Brasil até o dito dia”*. Durante os anos de 1808 a 1821, cerca de mil títulos foram impressos, sem contar os atos governamentais<sup>117</sup>.

Em vista disso, o contexto cultural brasileiro passava por transformações, a chegada da família real trouxe consigo, além da imprensa, o acervo bibliográfico que compunha a Real Biblioteca Pública Portuguesa, como também, peças museológicas (mineralogia e botânica) que possibilitaram formar e desenvolver as

---

<sup>115</sup> Sua Alteza Real

<sup>116</sup> Nosso Senhor

<sup>117</sup> Molina (2015, p. 108) acrescenta que no ano seguinte à primeira publicação da Imprensa Régia, especificamente em maio de 1809, foi produzido o primeiro livro brasileiro intitulado *“Observações sobre o comércio franco no Brasil”*, escrito por José da Silva Lisboa.

coleções do Museu Nacional e o Jardim Botânico no Rio de Janeiro. A fundamentação teórica de Molina (2015, p. 104) esclarece que a “educação, antes limitada à instrução primária, foi ampliada com a instalação de escolas superiores de medicina, engenharia e mineração”. Enfim, o Brasil aos poucos deixava a atmosfera isolada do período colonial para construir o caminho da sua independência no período regencial graças às “lutas autonomistas vigorosamente sustentadas pelo povo” (Bahia, 2009, p. 18)<sup>118</sup>.

A Imprensa Régia que por muito tempo manteve o monopólio das atividades tipográfica concentradas no Rio de Janeiro, se viu diante da crescente demanda de impressões, obrigando a Corte a autorizar que tipografias particulares pudessem começar a funcionar em outras localidades brasileiras (Camargo, 2011). Nessa conjuntura, Bahia e Pernambuco se destacaram ao instalarem em 1811 e 1817 respectivamente, suas próprias oficinas tipográficas, alicerçando assim, as bases do periodismo brasileiro. “O Brasil entrava definitivamente na era da imprensa” (Molina, 2015, p. 104).

De tal modo, em princípio percebe-se uma realidade ligeiramente favorável, se considerar o que foi estabelecido no referido Decreto de 13 de maio de 1808: “se possam imprimir todas, e quaisquer outras Obras”. Na verdade, por trás de uma aparente “liberdade” de imprimir “qualquer obra”, escondiam-se as atividades censoras da Junta Diretora de Impressão, tendo à frente, o próprio D. Rodrigo Coutinho:

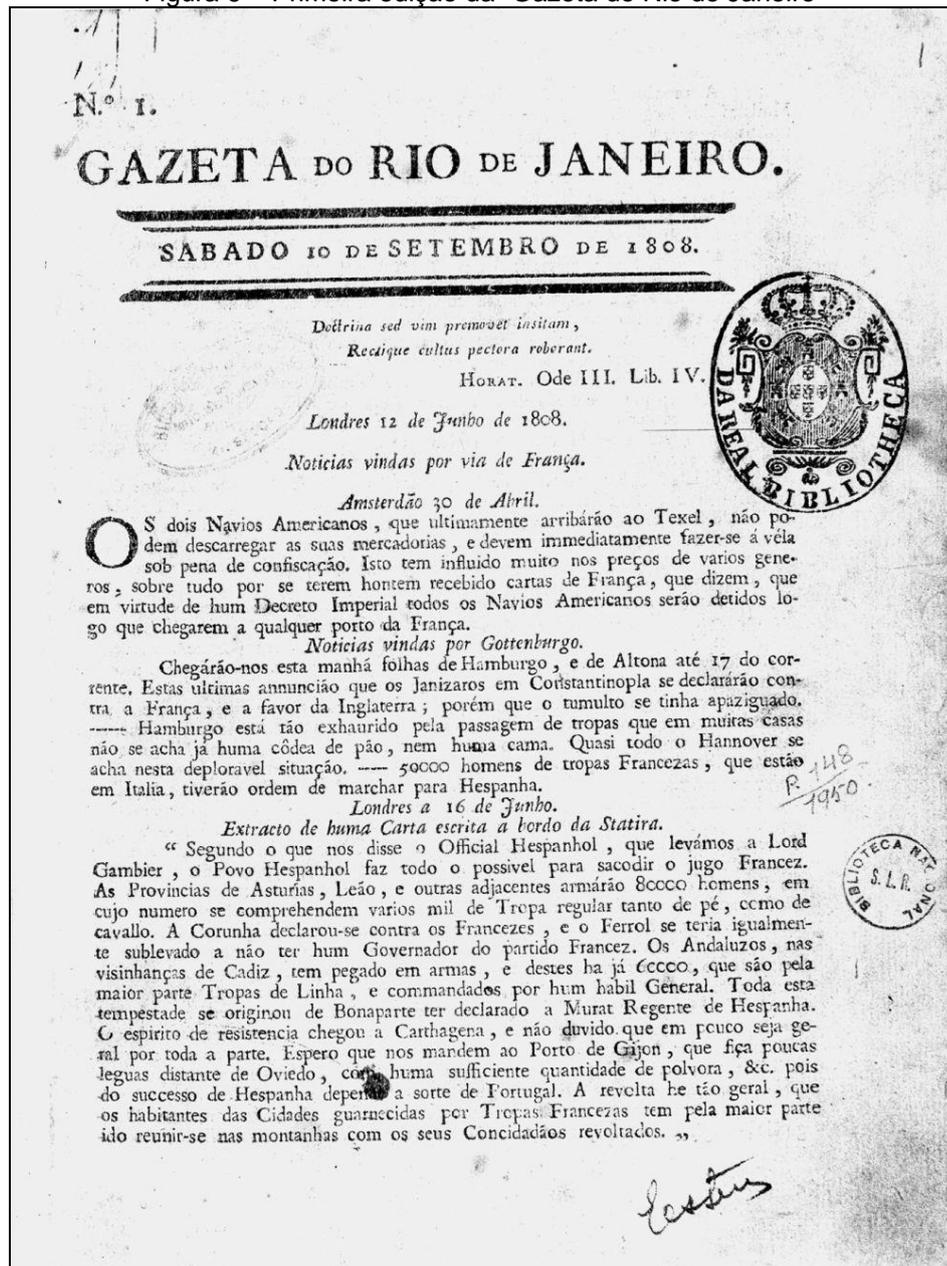
Uma censura férrea de todas as obras impressas, como a que existia em Portugal, foi instaurada no Brasil. A junta diretora de Impressão era, na verdade, uma junta censora, que tentava impedir que ideias impróprias e desestabilizadoras fossem impressas pelos prelos reais. O mesmo rigor era imposto às obras importadas e às vendidas publicamente (Molina, 2015. p. 111).

Destarte, sob o manto repressor da liberdade de pensamento, ainda no período do Brasil Colonial, no dia 10 de setembro de 1808 circulara a primeira edição da **Gazeta do Rio de Janeiro**, conforme apresentada abaixo (**Figura 6**).

---

<sup>118</sup> BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. v. 1.

Figura 6 – Primeira edição da “Gazeta do Rio de Janeiro”



Fonte: Gazeta do Rio de Janeiro (1808)<sup>119</sup>

Historicamente considerada como sendo o primeiro “jornal oficial e legalmente produzido no Brasil” (Barros, 2023, p. 63), a Gazeta do Rio de Janeiro imitava, assim como a própria Imprensa Régia, a estrutura da metropolitana Gazeta de Lisboa ao publicar “atos oficiais, notícias laudatórias, previamente censuradas” (Molina, 2015, p. 114). Porém, deixa registrado em sua última página, *ipsis litteris*

<sup>119</sup> GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 10 set. 1808. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749664&pagfis=1>. Acesso em: 04 maio 2023.

Esta Gazeta, ainda que pertença por Privilegio dos Officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra não he com tudo Official; e o Governo somente responde por aquelle papeis, que nella mandar imprimir em seu nome (Gazeta do Rio de Janeiro, 1808).

A periodicidade das suas publicações que inicialmente era “hebdomadário” ou semanal (sábado), a partir da segunda edição passou a ser bissemanal (quartas-feiras e sábados) e, somente em 1821, se tornou trissemanal (terças-feiras, quintas-feiras e sábado). Publicava notícias “unilaterais dos acontecimentos”, de cunho favorável ao governo português em que destacou nas primeiras edições, as atualizações da guerra entre Portugal e outros países vizinhos contra os invasores franceses (exército de Napoleão). Com raros comentários críticos e pouca exposição de pontos de vistas divergentes ao governo, a Gazeta do Rio de Janeiro costumeiramente deixava de lado conteúdos “sensíveis” como os econômicos, literários e artísticos, tendo em vista a velada existência de uma “censura editorial” orientada pelo aludido D. Rodrigo Coutinho. Anos mais tarde, principalmente após a Revolta do Porto de 1821 e a consequente “liberdade de imprensa”, passara a publicar notícias políticas, bem como, rentáveis anúncios publicitários (Molina, 2015).

Treze anos após o seu nascimento, a Gazeta do Rio de Janeiro teve sua última edição publicada em 31 de dezembro de 1821 (Bahia, 2009), quando, no ano seguinte, passou a se chamar *Gazeta do Rio*. Esta “nova” gazeta teve um curto período de existência, encerrando suas atividades com a publicação do último número no dia 31 de dezembro de 1822. Posteriormente, em 02 de janeiro de 1823, a gazeta “ressurge” com um novo nome: *Diário do Governo*, mantendo seu expediente de publicações até 02 de maio de 1824 (Molina, 2015). Nesta linha de continuidade, Brasil (2015)<sup>120</sup> esclarece que:

[...] os atos oficiais migraram para o *Diário Fluminense*, entre 21 de maio de 1824 e 24 de abril de 1831. Novamente o *Diário do Governo* os publicou, entre 25 de abril de 1831 a 28 de junho de 1833, e o *Correio Official* assumiu como o diário oficial brasileiro de 1º de julho de 1833 a 14 de agosto de 1841. Após esse período, os atos oficiais passaram a sair em grandes jornais governistas de iniciativa privada: foi o caso de *Jornal do Commercio*, de 5 de agosto de 1841 a 31 de agosto de 1846; da *Gazeta Official do Império do Brasil* (que apesar

---

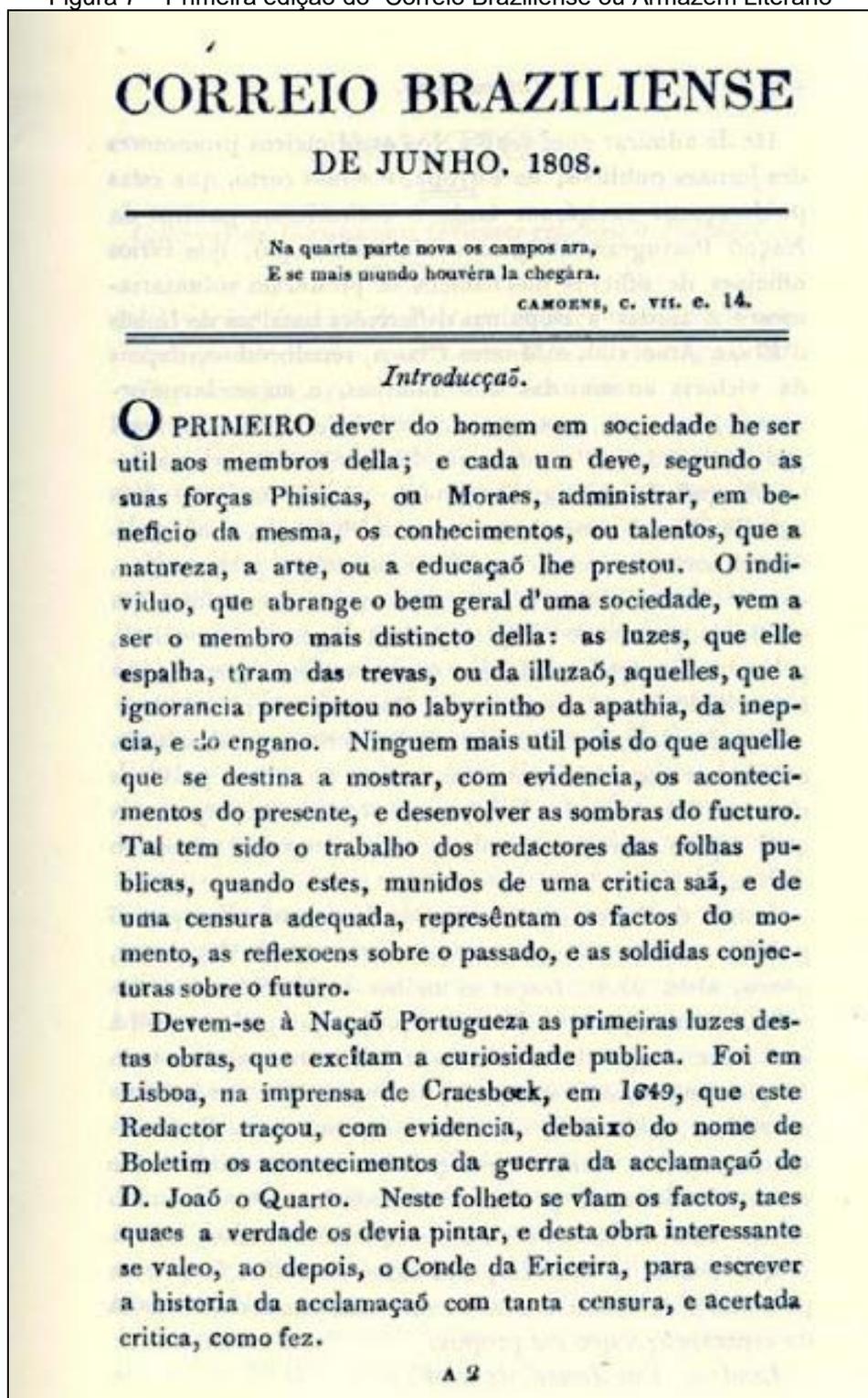
<sup>120</sup> BRASIL, Bruno. **Gazeta do Rio de Janeiro**. 2015. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/artigos/gazeta-do-rio-de-janeiro-2/>. Acesso em: 04 maio 2023.

de seu título, era privado), entre 1º de setembro de 1846 e 1º de julho de 1848; do *Correio Mercantil*, de 1º de agosto de 1848 a 23 de outubro de 1848; do *Diário do Rio de Janeiro*, de 24 de outubro de 1848 a 31 de dezembro de 1854; e, novamente, do *Jornal do Commercio*, de 1º de janeiro de 1855 a 30 de setembro de 1862. Por fim, por deliberação do Marquês de Olinda, foi lançado fora da esfera privada o *Diário Oficial do Império do Brasil*, no dia 1º de outubro de 1862. Este órgão foi, desde então, o *Diário Oficial da União*, que passou a ter este nome tempos depois.

No mesmo período que a histórica Gazeta do Rio de Janeiro nascia e recebia o título de primeiro jornal brasileiro, alguns meses antes, em junho de 1808, era publicado em solo londrino o primeiro número do **Correio Brasiliense ou Armazém Literário (Figura 7)**, aos cuidados do exilado político Hipólito José da Costa. Desse modo, o Correio Brasiliense assim como outros jornais produzidos fora dos limites da coroa portuguesa, representou o início de uma imprensa “desamarrada” do conteúdo unilateral característico do jornal oficial. Em outras palavras, estes jornais foram fundados “não nas teorias da Revolução Francesa, mas no direito público inglês, no qual viam consagrado o princípio representativo das cortes gerais, aqueles periódicos contribuíram decisivamente para o advento do regime constitucional em Portugal” (Rizzini, 1988, p. 233). Assim, a liberdade de expressão encontrada na Inglaterra era o principal motivador para muitos exilados políticos escolherem este país e poderem externalizar suas ideologias e visões críticas, inclusive, estimulando a futura Revolução do Porto (1820) que modificou o contexto político português.

A ação dessa imprensa no exílio foi certamente decisiva para a divulgação das ideias que levaram à Revolução Liberal do Porto, em agosto de 1820, e marcou o fim do período de transição no Brasil. O movimento foi deflagrado depois que um levante militar restaurou na Espanha a Constituição de Cádiz de 1812 e exerceu influência sobre Sinédrio, no Porto, formado por maçons liberais, que incentivou um grupo de militares a depor as autoridades portuguesas. Em setembro foi formada em Lisboa um ‘junta provisional’ cuja principal função era organizar as eleições para as Cortes Constituintes. Impossibilitado de reagir, d. João VI teve que aceitar a situação (Molina, 2015, p. 105).

Figura 7 – Primeira edição do “Correio Braziliense ou Armazém Literário”



Fonte: Associação Riograndense de Imprensa (2022)<sup>121</sup>

<sup>121</sup> ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE IMPRENSA. **Correio Braziliense, 1º de junho de 1808.** 2022. Disponível em: <https://www.ari.org.br/noticias/correio-braziliense-1o-de-junho-de-1808/>. Acesso em: 05 maio 2023.

É válido ressaltar que o uruguaio Hipólito da Costa (1774-1823) iniciou sua trajetória acadêmica em Portugal, ao estudar filosofia e direito na Faculdade de Coimbra (1792). Em seguida, por ocasião da sua estada acadêmica nos Estados Unidos (1798), foi apresentado à maçonaria que abriu seus horizontes filosóficos e ideológicos, o qual, seria a causa do seu futuro exílio. Em sua biografia ainda consta que após regressar à Portugal (1800), Hipólito se tornou diretor da Imprensa Régia Portuguesa e, numa viagem à Inglaterra por força de seu cargo (1802), aproveitou dos seus vínculos maçônicos para se reuniu com membros desta sociedade secreta e discutir questões relacionadas com a “liberdade, igualdade e fraternidade”<sup>122</sup>, assuntos estes censurados pela Inquisição Portuguesa. Como consequência disso, foi preso em Lisboa por ordem do Santo Ofício acusado de participação nas censuradas reuniões secretas da maçonaria, porém, conseguiu mais adiante, escapar e se refugiar em território inglês (1805). Nessa trajetória, o Museu da Comunicação ([20--?], grifo nosso)<sup>123</sup> narra que ao se estabelecer em Londres:

Em 1º de junho de 1808, Hipólito José da Costa publicou [...] o primeiro número do jornal ‘Correio Braziliense’ ou ‘Armazém Literário’, em fascículos mensais, com cerca de 80 páginas. Até 1822, quando foi extinta sua edição, o jornal havia produzido 175 fascículos. A publicação foi proibida de circular no Brasil e em Portugal devido aos artigos que pregavam liberdade de expressão, a independência do Brasil, além de condenar a aristocracia parasitária do Reino e a exploração econômica de Portugal em relação ao Brasil. Em função dos artigos que criticavam a política do governo português, a veiculação do jornal tornou-se ilegal. No entanto, o Correio Braziliense circulou de forma clandestina no Brasil e na metrópole portuguesa.

Em síntese, ambos os jornais com suas peculiares características constroem os alicerces do jornalismo no Brasil. Neste sentido, se por um lado temos um “jornal oficioso” legalmente impresso em solo brasileiro, publicado com base numa visão parcial dos acontecimentos; por outro lado, um “jornal revolucionário”, produzido fora do Brasil e Portugal, porém, clandestinamente propagado nestes territórios, escrito livremente sem a censura que assolava todos os produtos impressos no âmbito da Coroa Portuguesa.

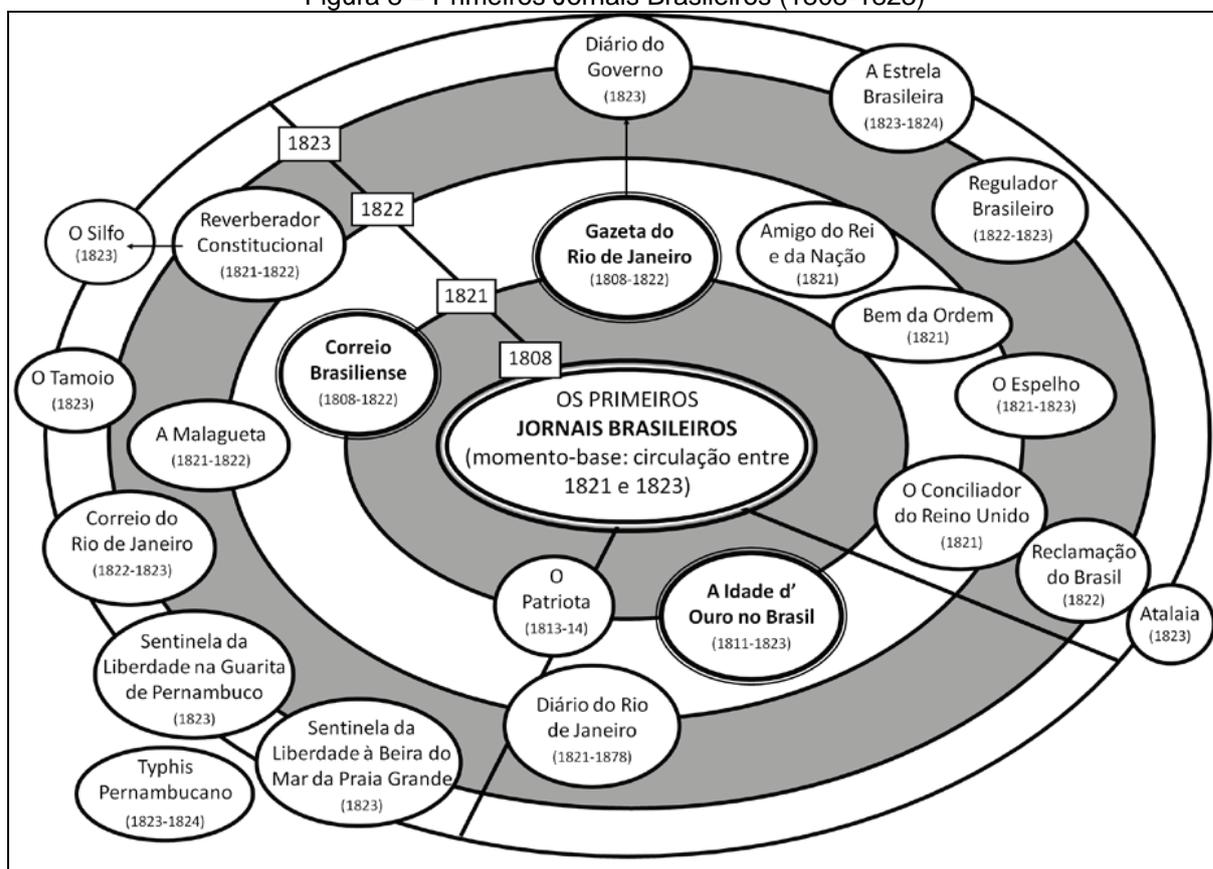
<sup>122</sup> ALVES, Igor. **Maçonaria**. [202-?]. Disponível em: <https://www.significados.com.br/maconaria/>. Acesso em: 05 maio 2023.

<sup>123</sup> RIO GRANDE DO SUL. Museu da Comunicação. **Hipólito José da Costa**. [20--?]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130725092512/http://www.musecom.rs.gov.br/site/entre-em-contato/>. Acesso em: 05 maio 2023.

[...] a *Gazeta* vai publicando intermináveis relatos de sucessos nas frentes portuguesa e espanhola, relacionando cansativos feitos dos ‘valerosos’ soldados de Sua Majestade, pouco se dando à vida local, enquanto o *Correio Braziliense* exprime uma aguda visão crítica de fatos políticos, econômicos e sociais que envolvem o Brasil (BAHIA, 2009, p. 22).

O fato é, a partir do que poderemos considerar como sendo o “marco zero da imprensa” de 1808, oriundo principalmente da implantação da imprensa e dos referidos primeiros jornais, estimularia o aumento da produção de outros jornais de curta e longa duração, em todo o território brasileiro. De forma ilustrativa, Barros (2023) sintetiza o panorama de jornais publicados nos primeiros quinze anos após o marco inicial da imprensa brasileira, conforme reproduziremos a seguir (**Figura 8**):

Figura 8 – Primeiros Jornais Brasileiros (1808-1823)



Fonte: Barros (2023, p. 62)<sup>124</sup>

Como visto, o movimento da “imprensa exilada” que tem Hipólito da Costa como um dos principais nomes representativos, bem como, as consequências da Revolução do Porto, culminaram na “liberdade de imprensa” e originou uma grande quantidade de outros “jornais revolucionários” publicados principalmente a partir de

<sup>124</sup> BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

1821, conforme pode ser observado na demonstração ilustrativa de Barros (2023). Fundamentado nisso, Molina (2015, p. 105, grifo nosso) esclarece que:

A Revolução do Porto precipitou os acontecimentos no Brasil. Pressionado, d. João VI teve que voltar a Lisboa em 1821, deixando o país com o filho d. Pedro, que no ano seguinte proclamou a Independência e assumiu o trono como monarca constitucional. A situação da imprensa mudou radicalmente. Foi extinta a censura e a Imprensa Régia enfrentou a concorrência das novas tipografias. Surgiu um grande número de jornais doutrinários, extremamente combativos, que acabaram com o monopólio da *Gazeta do Rio de Janeiro* e com a necessidade de uma folha como o *Correio Braziliense*, escrita e impressa no exterior, uma vez que, finalmente, a imprensa era livre no Brasil.

Em passos conclusivos é possível compreender que a imprensa como uma provável “arma” à disposição dos portugueses para conquistar e dominar territórios, inicialmente não encontrara no recém-descoberto Brasil um ambiente favorável à sua implantação, tendo em vista a precária realidade social dos povos originários. Nesse sentido, apoiado na conceituação de Melo (2003), a “arma de fogo” e a “força física” foram os recursos usados no processo de colonização das terras brasileiras, tornando-se “inútil”, dispendioso e caro trazer e montar uma tipografia na colônia. Os poucos impressos circulantes se restringiam ao atendimento das necessidades dos jesuítas para alfabetização dos índios, ou algum livro vindo de Portugal para a pequena quantidade de letrados lusitanos que aqui residiam. Conforme Rizzini (1988) e Molina (2015), séculos após o descobrimento, temerosa com a chegada clandestina da tal “arma ideológica”, a Coroa Portuguesa toma suas primeiras “medidas” para “proteger” o seu território colonizado dos “perigos” das letras impressas. Embora a oficialmente decretada Carta Régia de 1747 seja considerada como primeiro ato de censura, mas também é válida a justificativa de Melo (2003) quanto os marcantes fatores socioculturais do Brasil Colônia.

Da espantosa constatação de Thomas Jefferson em que “não há tipografias no Brasil” (1787) à “improvisada operação” (1807) de D. António Azevedo para trazer a tipografia para as terras brasileiras e a publicação do Decreto de Implantação da Imprensa Régia” (1808), houve um curto espaço de tempo, porém, significativo e necessário para que o desenvolvimento do Brasil. Acontecimentos esses que juntamente com as publicações dos primeiros jornais brasileiros contribuiriam para a transformação da colônia em reino, vindo futuramente a se tornar independente. E

assim, transcrever as palavras de Hipólito da Costa, aquele exilado político que viria depois a ser considerado como patrono da imprensa brasileira: “É com prazer além do ordinário, que tenho de anunciar ao Mundo a primeira obra impressa no Brasil (já no Brasil se imprime!)” (Molina, 2015, p. 109).

## 5 A IMPRENSA EM PERNAMBUCO E OS JORNAIS HISTÓRICOS PERNAMBUCANOS

O percurso histórico da Imprensa Pernambucana caminha intimamente ligado com a implantação da imprensa no Brasil. Não somente pelo fato de Pernambuco ser um Estado Brasileiro, mas, por supostamente ser considerado como o possível local de início dos trabalhos tipográficos no Brasil. Desse modo, entre os pesquisadores da história da imprensa brasileira, existem divergências sobre onde foi instalada e “inaugurada” a primeira oficina tipográfica: enquanto a maioria dos autores confirmam o Rio de Janeiro, outros apontam Pernambuco.

Ao retomar o que foi dito anteriormente, os registros oficiais mostram a Carta Régia de 1747 como o único rastro histórico que confirma o início clandestino dos trabalhos tipográficos no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, antes do decreto de 1808 (Imprensa Régia). Porém, uma primeira linha de pesquisa histórica direciona seu foco para Recife como sendo o local de instalação da primeira tipografia brasileira, fundamentada na existência de uma hipotética Carta Régia de 1706. Para Rizzini (1988), existiu uma oficina tipográfica instalada no Recife que imprimia letras de câmbio e orações devotadas, motivo pelo qual, foi impedida de continuar suas atividades pela referida carta régia. Nesse sentido, Barbosa (1900 *apud* Martins, 2002, p. 300) reforça que:

Em 1706, estabeleceu-se uma tipografia no Recife, que começou por imprimir letras de câmbio e breves orações devotadas, mas que desapareceu logo, por ter a ordem régia de 8 de julho do mesmo ano recomendando ao governador de Pernambuco que mandasse sequestrar as letras impressas e notificar os donos delas e oficiais da tipografia, e que não consentisse que se imprimissem livros, nem papéis de alguns anexos

Possivelmente tal hipótese esteja ligada ao fato das influências holandesas na época seiscentista de Pernambuco. Desse modo, é válido apresentar um fragmento do significado de Imprensa Régia definido pela Infopédia<sup>125</sup> ao apontar que países como “a Inglaterra, a Holanda e a França a situação era completamente distinta,

---

<sup>125</sup> INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Imprensa Régia**. [20--?]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$imprensa-regia](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$imprensa-regia) . Acesso em 26 abr. 2023.

pois nestes casos a Imprensa tinha muito mais projeção”, o qual também pode-se levar em consideração a Holanda ter sido conhecida como o “centro mais adiantado da época na arte gráfica” (Rizzini, 1988, p. 309).

No segundo quartel do século XVII gentes de uma nação [Holanda], na qual a imenso desenvolvimento commercial se alliam sorprehendente progresso artistico e elevada cultura literaria, e era então a unica onde á liberdade de pensamento não amesquinham restricções, invadio e assenhoreou-se duradouramente da melhor porção do Brasil Oriental (Carvalho, 1908, p. 17)<sup>126</sup>.

Portanto, é possível deduzir a grande probabilidade da primeira oficina tipográfica ter sido planejada ou instalada em Pernambuco. Probabilidade que sustentar-se no perfil do conde João Maurício de Nassau-Siegen, “governador-geral da colônia dos holandeses na região de Pernambuco” no período de 1637 a 1643 (Silva, [201-?])<sup>127</sup>. Além de administrar Pernambuco no referido período, Maurício de Nassau – que teve uma formação calvinista – procurou introduzir no chamado “Brasil holandês” seu entusiasmo e seus conhecimentos sobre “ciências e artes”. Segundo Carvalho (1908), no andamento do seu governo, empreendeu esforços para transformar o pequeno e irrelevante povoado de pescadores em “primeira cidade brasileira”, e consigo, grandes mudanças à benefício da sociedade pernambucana.

Diffundio-se o ensino elementar entre os filhos do paiz, e nas proprias aldeias dos indigenas crearam-se escolas dirigidas por mestres para este fim preparados nas universidades de Leyde, Utrecht e Groeninge; [...] os Estados Geraes cogitaram da fundação, no Recife, de um instituto de artes mecânicas (Carvalho, 1908, p. 17).

Assim, por volta de 1642, almejando importar os domínios tipográficos da metrópole holandesa para o “Brasil Holandês”, Nassau solicitou ao “Supremo Concelho do Governo do Brasil” a remessa de uma tipografia para as terras pernambucanas, justificando a necessidade de considerar as “ordenações e os editais e bilhetes de venda, poupando-se cópias fatigantes” (Rizzini, 1988, p. 310). Nesse contexto, Carvalho (1908, p. 18-19, grifo nosso) apresenta essa solicitação por meio do histórico de correspondências oficiais enviadas e recebidas no decorrer

<sup>126</sup> CARVALHO, Alfredo. **Annaes da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908.

<sup>127</sup> SILVA, Daniel Neves. **Maurício de Nassau**. [201-?]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/mauricio-de-nassau.htm> . Acesso em 16 maio 2023.

de 1642 a 1645, entre o Supremo Concelho (Recife) e a Assembleia dos XIX Diretores da Companhia das Índias Ocidentais (Amsterdã):

Em 28 de Fevereiro de 1642 escrevia o primeiro [Supremo Concelho]: 'Outrosim rogamos a V. Excs. queiram nos remetter uma typographia, afim de que as ordenações e os editaes emanados de V. Excs. e deste governo, e os bilhetes de vendas, sendo impressos, obtenham maior consideração, e de ficarmos dispensados do trabalho fatigante de tantas copias'.

Respondendo a esta carta diziam, a 14 de Julho do mesmo anno, os supremos directores da Companhia: 'Quanto a remessa de uma typographia trataremos de vos satisfazer opportunamente; ha pouco seguio da camara de Hoorn, para o Brasil um certo Pieter Janszoon, que aqui exerceu a profissão de typographo e, por occasião da sua partida, não se mostrou avêssô á idéa de ahi introduzir a sua arte, mediante certas condições ; vamos procurar nos informar junto aos seus amigos afim de ver até que ponto se poderá levar este negocio'.

Reiteraram do Recife o pedido, escrevendo, a 24 de Setembro: 'Sobre a remessa de uma typographia já escrevemos a V. Excs. e é muito urgente que esta se realize, porquanto lutamos com grandes difficuldades para executar as multiplas copias de editaes e ordenações, serviço para o qual somos constantemente obrigados a distrair muitos empregados, com prejuizo das suas funcções ordinarias'.

Manifestando a intenção de realizar a solicitada providencia, a Assembléa dos XIX promettia, a 21 de Maio de 1643: 'De ha muito que consideramos na necessidade do estabelecimento de uma typographia no Brasil, e agora recommendamos a pessoa idônea que se informasse de algum mestre habilitado para este fim, e igualmente communicamos esta resolução á corporação dos impressores, de sorte que esperamos ver o vosso pedido satisfeito dentro em breve'.

Diante dessas primeiras correspondências enviadas, percebe-se o esforço da Assembleia dos XIX em atender à solicitação de Nassau, porém, não chegou a se concretizar por percalços no caminho, principalmente, pelo falecimento do tipógrafo holandês Pieter Janszoon que viria introduzir a tipografia em Recife. Após este fatídico acontecimento, Carvalho (1908, p. 19-20, grifo nosso) expõe as últimas cartas oficiais trocadas que evidenciam a persistência dos diretores da referida Assembleia em equipar a colônia com uma tipografia:

O Concelho do Brasil voltára novamente á carga e, communicando a 2 de Abril do mesmo anno (1643), o fallecimento do typographo Pieter Janszoon, repetia: 'esperamos que V. Excs. realizem a promettida remessa de uma typographia, afim de nos exonerar das consideraveis despesas com as numerosas copias das ordenações e

editaes em portuguez, o que importa em muito dinheiro, porquanto os escreventes da repartição consideram este serviço como extraordinario e fóra das suas attribuições regulares’.

[Assembleia dos XIX Diretores da Companhia das Índias Ocidentais, por sua vez]: ‘Ao termos noticia do fallecimento do typographo Pieter Janszoon, escreviam a 3 de Agosto de 1643, recommendámos de novo á camara de Hoorn a remessa de um outro, e esta resolveu transmittir o nosso pedido á corporação dos impressores, afim de se arranjar alguém cujas condições permittam siga para ahi’.

Porém, em 1644 o governo de Nassau chegou ao fim após o seu pedido de demissão, deixando para trás o Brasil e a possibilidade de implantação tipográfica nas terras pernambucanas, ainda conforme a descrição de Carvalho (1908, p. 20, grifo nosso):

Mauricio de Nassau havia deixado o governo do Brasil Hollandez, e a administração, entregue á incompetencia de avidos traficantes, via-se a braços com a insurreição pernambucana, sendo plausivel presumir que, absorvida por imperiosos interesses marciaes, não houvesse cuidado da introducção da imprensa: a este respeito é completo o silencio dos officios e cartas posteriores, que attentamente examinámos.

Por fim, a introdução dessa “primeira” tipografia no Brasil tem um “ponto final” por meio do registro de 6 julho de 1645, através de uma correspondência oficial dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, em que escreveram: “Continuamos a procurar um typographo que queira seguir para ahi ; mas, até agora, nenhum se apresentou” (Carvalho, 1908, p. 20). Dois anos após essa última correspondência, Costa (1891)<sup>128</sup> aponta que em 1647 tenha sido publicado o folheto *Brasilsche Gelt-Sack*, escrito em holandês e “impresso no Recife”. Porém, posteriormente, o “pesquisador e historiador especialista nas línguas alemã e holandesa” José Hygino Duarte Pereira<sup>129</sup> verificou e comprovou que este folheto, na verdade, tinha sido impresso na Holanda.

Não falta quem creia que a imprensa chegou a ser introduzida no Recife durante o tempo do dominio hollandez, fundando-se em que um ou dous folhetos desse tempo se dizem ahi impressos. Porém os bons criticos e bibliophilos holandezes, que a este respeito

<sup>128</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano**, Recife, n. 39, p. 25-50, 1891.

<sup>129</sup> MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia José Hygino Duarte Pereira**. 2022. Disponível em: [https://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/551-Jose\\_Hygino\\_Duarte\\_Pereira](https://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/551-Jose_Hygino_Duarte_Pereira) . Acesso em: 29 de maio de 2023.

consultamos, propendem a crer que essas publicações foram clandestinas e espúrias, e que não saíram do Recife se não da Hollanda, onde também foi provavelmente publicada a Historia de Nicolão I, que se declara impressa em S. Paulo (Costa, 1891, p. 26),

Com base no exposto, Hygino Pereira (*apud* Costa, 1891) defende uma versão baseada na consulta à críticos e bibliófilos holandeses que expõem suas visões “unilaterais” dos fatos, resultando, assim, em não considerarem a inauguração da primeira tipografia brasileira ter ocorrido em Pernambuco. Logo, essa versão possivelmente omite ou exclua o que realmente aconteceu, prevalecendo a tendência eurocêntrica de “dominante e dominado” que interferiu em muitas pesquisas sobre a história da imprensa brasileira. Desse modo, embora o rastro oficial da prensa pernambucana esteja atrelado à implantação da Imprensa Régia, porém, não se pode absolutamente afirmar a inexistência desta no seiscentismo, visto que a efemeridade do papel, principal suporte da prensa, provoca alguma perda memorial com o passar do tempo, causando a “destruição natural” de provas que poderiam recontar/confirmar o passado. Entretanto, seguiremos no próximo tópico pela vertente divulgada, destacando que a partir do século XIX, “quando depois de quasi quatro seculos da sua descoberta pelo maravilhoso invento de Guitemberg, foi ella introduzida em Pernambuco” (Costa, 1891, p. 28).

## 5.1 As Letras Impressas em Pernambuco

Em face à reflexão exposta anteriormente, oficialmente após o decreto de instalação da Imprensa Régia (Rio de Janeiro, 1808), o segundo estado brasileiro a inaugurar uma oficina tipográfica foi a Bahia, em 1811, sob a responsabilidade do livreiro e tipógrafo Manuel António da Silva Serva (Rizzinini, 1988). Pouco tempo depois, a tipografia “desembarca” em solo pernambucano no ano de 1815, através da iniciativa de instalação de uma oficina na cidade do Recife, porém, somente em 1817 começou efetivamente seus trabalhos por meio de licença concedida ao negociante Ricardo Fernandes Catanho.

Diante de um contexto controlado pelo Reino Português, em 1815, Catanho solicitou à Caetano Pinto de Miranda Montenegro (governador da Capitania de

Pernambuco), licença para instalação de uma oficina tipográfica em Recife. No ano seguinte, em 22 de maio de 1816, o governador enviou um ofício para o ministro Marquez de Aguiar, conforme descrito abaixo:

A ignorancia é inseparavel da barbaridade; e as luzes e conhecimentos inseparaveis da civilização. Embora so louvem em um discurso sobre a origem e fundamento da desigualdade entre os homens, e se dê preferencia ao homem silvestre, as artes e sciencias serão sempre o ornamento da vida social, e quanto mais ellas florescerem, tanto maior será a prosperidade das nações. Sendo, pois, a typographia uma das mais uteis invenções, e a que mais contribuiu para adiantar e propagar os conhecimentos humanos, parece-me que o seu uso se deve introduzir em Pernambuco, concedendo-se a Ricardo Fernandes Catanho, a quem agora chegou uma imprensa de Inglaterra, a licença que pede no requerimento incluso, o qual V. Exc. me dirigio com o Aviso Régio de 29 de Março do anno passado, pondo-se aqui em pratica o mesmo plano de licença, revisão e censura que já se acha estabelecido na Bahia (Costa, 1891, p. 28, grifo nosso).

A transcrição do ofício do governador para o ministro apresentada por Costa (1891), evidencia a aquisição de uma tipografia inglesa recém-chegada a Pernambuco, que sob a responsabilidade de Ricardo Catanho, se comprometeria em seguir as mesmas diretrizes censórias praticadas na tipografia baiana. Em resposta à solicitação do governador Caetano Montenegro, o ministro concedeu a licença de impressão por meio do “Aviso do Ministério do Reino de 9 de novembro de 1816”:

Illm. Sr. – El-Rei meu Senhor, conformando-se com as sabias reflexões que V. S. offereceu no seu officio n. 16 de 22 de Maio passado, sobre a utilidade do estabelecimento de uma typographia em Pernambuco, para se diffundir os conhecimentos humanos e promover a civilização: é servido deferir a Ricardo Fernandes Catanho, com a licença que requereu para poder ahi estabelecer uma imprensa, devendo preceder licença de V. S. de acordo com o Bispo dessa Diocese, para a impressão, ou reimpressão, de qualquer obra, sendo antes revista e aprovada por censores que V. S. deverá nomear entre as pessoas que julgar capazes por seus conhecimentos e probidade e o Bispo entre os Ecclesiasticos de avantajado saber e bem morigerados costumes (Costa, 1891, p. 29, grifo nosso).

Após a concessão da licença de imprimir, Ricardo Catanho se viu diante de uma problemática: ter uma oficina tipográfica, mas não ter quem a fizesse funcionar, principalmente, por não encontrar na capital pernambucana alguém que soubesse manusear o prelo e a arte de impressão (Costa, 1891; Rizzini, 1988). Além disso, na

esfera social, pode-se acrescentar a insatisfação dos pernambucanos com as mudanças políticas impostas por Portugal, que alicerçada pelos ideais liberais e iluministas difundidos na Revolução Francesa, bem como, da crescente participação de adeptos da maçonaria em suas reuniões secretas, fizeram eclodir a formação do movimento revolucionário que resultou no desenvolvimento da Revolução Pernambucana<sup>130</sup> de 1817. Fator esse que foi o principal impulso para Ricardo Catanho conseguir solucionar a problemática operacional da tipografia e, no dia 28 de março daquele ano (Costa, 1891), finalmente a sua oficina iniciar as atividades tipográficas, contando com o auxílio de “dois frades, um inglês e um marinheiro francês” (Rizzini, 1988, p. 324). Dentre eles, destacou-se o inglês James Pinches, considerado como importante preceptor da tipografia pernambucana.

A direcção litteraria dos trabalhos da imprensa, [...], como implicado na revolução, coube com acerto, ao padre João Ribeiro Pessoa; o serviço artistico, porem, foi confiado ao cidadão inglez Jamês Pinches, que dest'arte iniciou em Pernambuco a arte typographica, pelo que, deve ser considerado como o primeio dos preceptores dos pernambucanos e o seu nome conhecido e venerado por todos os typographos (Costa, 1891, p. 30)

Diante disso, também é valido destacar a importância do revolucionário padre João Ribeiro Pessoa de Mello Negromonte<sup>131</sup> para a concepção e desenvolvimento desta Revolução Pernambucana. Importância essa que se refletiu na história da imprensa pernambucana, pois foi sob sua administração que a “Officina Typographica da República de Pernambuco 2ª vez restaurada” (como foi nomeada em seus primeiros produtos impressos), imprimiu folhetos e obras favoráveis aos ideais liberais revolucionários, indo de encontro ao acordado na licença tipográfica concedida pelo ministro Marquez de Aguiar.

Mais tarde, com a intervenção das forças armadas vindas da Bahia e do Rio de Janeiro, a revolução foi perdendo seu potencial até ser derrotada. Em consequência disso, seus líderes e apoiadores foram severamente punidos, presos,

<sup>130</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. Revolução Pernambucana. In.: \_\_\_\_\_. **Glossário de História Luso-Brasileira**. [2021]. Disponível em:

[http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5801:revolucao-pernambucana&catid=2086&Itemid=121](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5801:revolucao-pernambucana&catid=2086&Itemid=121) . Acesso em: 08 jun. 2023.

<sup>131</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. Ribeiro, padre João (1766-1817). In.: \_\_\_\_\_. **Glossário de História Luso-Brasileira**. [2021]. Disponível em:

[http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5805:ribeiro-padre-joao-1766-1817&catid=2086&Itemid=121](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5805:ribeiro-padre-joao-1766-1817&catid=2086&Itemid=121) . Acesso em: 08 jun. 2023.

mortos ou cometeram suicídio, como aconteceu com o padre João Negromonte. Assim, a monarquia foi reestabelecida e por ordem de D. João, o magistrado Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal<sup>132</sup> foi nomeado como ministro. Desse modo, em 15 de setembro de 1817, enviou um aviso ao novo governador de Pernambuco, Luiz do Rego Barretto: “tomando o governo em consideração o infame abuso que se fez da officina typographica em Pernambuco, houve por bem cassar a licença que concedeu por Aviso de 9 de Novembro de 1816 para o seu estabelecimento”, ordenando o governador “que a mandasse fechar e remettersse o seu material para o Rio de Janeiro” (Costa, 1891, p. 31).

Acatando a ordem do ministro, o governador Luiz Barretto mandou recolher e inventariar as máquinas tipográficas e os papéis impressos deixados na oficina de Ricardo Catanho. Porém, de acordo com Costa (1891), Tavares (1917)<sup>133</sup> e Rizzini (1988), tal ordem ministerial foi cumprida em partes pelo governador, o qual, a “Typographia dos Rebeldes” ficou apreendida entre 1818 a 1820 no armazém do Trem Real (Arsenal de Guerra), localizado no Poço da Panela, em Recife. Conforme Tavares (1917), somente em 1821, após a Revolução do Porto, a tipografia foi liberada e voltou a funcionar.

Um anno depois, a 16 de Setembro de 1818, foi que o governador Luiz do Rego, por motivo da reclamação do ouvidor geral da comarca, deu instrucções para o respectivo embargo, instrucções que ainda assim não foram executadas, o que mostra que havia pouca vontade de obedecer, por parte do governo provincial, o qual era natural que não quizesse abrir mão ele um elemento tão util á administração e cuja ausencia se não podia mais conceber n'uma comunidade culta. De facto uma nova ordem a respeito, de 6 de Fevereiro de 1819, foi apenas parcialmente cumprida, sendo expedido para o Rio pelo intendente da marinha o prelo com parte dos typos (Tavares, 1917, p. 154-155, grifo nosso).

Desse modo, Costa (1891) acrescenta que após a ordem de entrega da oficina apreendida para a Corte Portuguesa, grande parte das peças tipográficas foram enviadas ao Rio de Janeiro e outra parte desses tipos ficaram em posse do

<sup>132</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. Tomás Antônio de Vilanova Portugal. In.:\_\_\_\_\_. **Memória da Administração Pública Brasileira.** [201-?]. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/452-tomas-antonio-de-vilanova-portugal>. Acesso em: 08 jun. 2023.

<sup>133</sup> TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817.** Revista e Anotada por Oliveira Lima. 3. ed. Recife: Imprensa Industrial, 1917. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/33359> . Acesso em: 08 jun. 2023.

governador. Munido dessa razoável quantidade de tipos, em 16 de março de 1821, Luiz do Rego “lançou mão d'ella e mandou fazer um prélo de madeira nas officinas do Trem” (Tavares, 1917, p. 155), para impressão de atos do governo. Assim, na “Oficina do Trem de Pernambuco” foram impressos naquele ano proclamações, notícias oficiais, avisos, trabalhos da Junta do Governo, entre outros papéis administrativos do governo (Costa, 1891).

Com os reflexos da “liberdade de imprensa” oriundos da Revolução do Porto, ao longo de 1821 a Oficina do Trem de Pernambuco lançava o periodismo pernambucano por meio da publicação de importantes jornais impressos. No ano seguinte (1822), passou a se chamar “Officina do Trem Nacional de Pernambuco” e consigo, a junta do governo provisório pernambucano sentiu a necessidade de estabelecer uma regularidade tipográfica dos jornais publicados. Assim, a Casa Comercial de Antonio da Silva & C. foi escolhida e teve a incumbência de encomendar em Londres o prelo de ferro e suprimentos necessários para abertura da “Typographia Nacional” (Costa, 1891). Destarte, a referida tipografia contribuiu para a história da imprensa ao publicar outros importantes jornais até ser vendida em 1823 para a Cavalcante & Companhia.

Ainda de acordo com Costa (1891), em 06 de outubro de 1824, a Typographia Nacional foi renomeada de “Imprensa Nacional” e ficou sob a responsabilidade do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama<sup>134</sup>, até ser extinta em 06 agosto de 1825, por ordem do governo<sup>135</sup>. Em vista disso, a tipografia ficou recolhida no armazém do Trem Militar até ser adquirida pelo revolucionário Antonino José Miranda Falcão<sup>136</sup> em novembro de 1825, iniciando, assim, a publicação do jornal diário até os dias de hoje circulante.

---

<sup>134</sup> GASPAR, Lúcia. **Padre Carapuço (Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/padre-carapuço/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

<sup>135</sup> “Resolveu o governo extingui-la, ordenando por portaria de 6 de Agosto de 1825 que todo o seu material fosse recolhido ao Trem Militar ‘por ter cahido em desuso, por falta de escriptores, que por via daquele prelo instruiam o publico com os seus escriptos, sem mesmo ter continuado os dous periodicos que até então se imprimiam, e não permittir o estado dos cofres nacionaes que se continuasse a fazer a despeza de 720\$ com os empregados que alli se achavam sem nada fazer.” (COSTA, 1891, p. 39-40).

<sup>136</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Diccionario biographico de pernambucanos celebres**. Recife: Typographia Universal, 1882. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221687>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Por fim, Costa (1891) ainda aponta que em Recife foram estabelecidas a “Typographia Fidedigna” (1827) e a “Typographia do Cruzeiro” (1829). Extrapolando os limites da capital pernambucana, a tipografia seguiu seus passos evolutivos ao ser levada ao interior da capitania, estabelecendo-se nas cidades de Goiana através da “Typographia Particular do Gabinete Patriótico de Goyana” (1824) e em Olinda com a “Typographia de Pinheiro, Farias & C.” (1831, sendo transferida para Recife em 1833).

Introduzida a typographia no Recife, proclamada a independencia, e decretadas as leis de franquezas para o livre exercio da imprensa, tomou ella grande desenvolvimento na capital, e posteriormente se foi estabelecendo em varias localidades do interior, nomeadamente Olinda, Afogados, Goyanna, Nazareth, Pao d’Alho, Victoria, Escada, Palmares e outros lugares, de sorte que, quer pelo lado moral, quer pelo material, a imprensa pernambucana occupa hoje um lugar de honra na communhão geral da imprensa do paiz (Costa, 1891, p. 41).

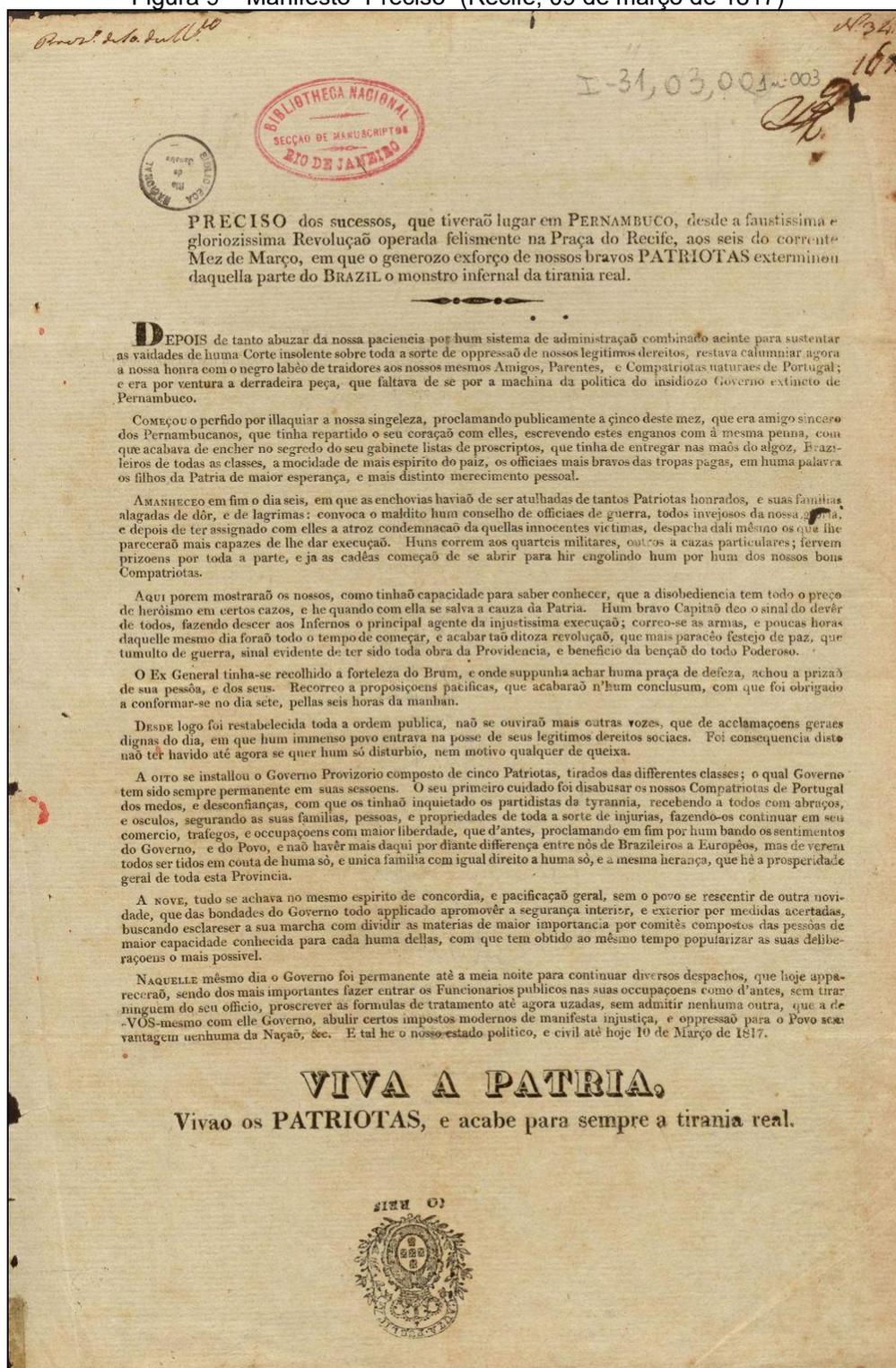
Em síntese, o percurso evolutivo da tipografia pernambucana se fundamenta em duas linhas de pesquisas históricas: se por um lado a suposta introdução tipográfica no “Brazil Holandez”, por outro lado, oficialmente a “controlada” tipografia dos rebeldes pernambucanos. Ambas as linhas convergem ao evidenciarem a necessidade tanto do governo quanto da sociedade em implantar a Imprensa em Pernambuco. Conforme Costa (1891), Carvalho (1908), Tavares (1917) e Rizzini (1988) foram necessários quase quatro séculos para a tipografia ser inaugurada em solo pernambucano e novamente contribuir para o desenvolvimento de importantes revoluções sociais – Pernambucana (1817) e do Porto (1820). Se a suposta idealização tipográfica de Mauricio de Nassau não passou de uma bem aceita solicitação pelas instâncias superiores na época do predomínio holandês em Pernambuco; foi através da licença de impressão concedida à Ricardo Catanho que, sob a atmosfera revolucionária, Pernambuco ganhou sua primeira publicação impressa. E entre concepção, sequestro, proibição, encobrimento e vendas, a tipografia pernambucana foi sobrevivendo ao tempo e a evolução da sociedade. Principalmente a partir do momento em que o governo sentiu o carecimento de investir numa tipografia regular, reforçando assim, o periodismo pernambucano através da impressão de seus jornais, conforme veremos no próximo tópico.

## 5.2 Os Primeiros Jornais Impressos Pernambucanos

Os primeiros jornais brasileiros nasceram por meio de publicações de pequena proporção, na maioria das vezes fascículos em formato de panfletos, tendo em vista a sua simplicidade, praticidade e rapidez em circular. Além disso, seu conteúdo era restrito às notícias inofensivas ou oficiais, atos e expediente do governo, o qual “publicava-se com Licença do Ministro da Policia, e cada numero custava oitenta réis, sendo o seu producto applicado a beneficio dos educandos do Trem Militar” (Costa, 1891, p. 35). De acordo com Rizzini (1988), essa característica de conteúdo restrito em benefício do governo, colaborou para o pouco ou nenhum desenvolvimento do periodismo no Brasil nos primeiros anos após instalação da Imprensa Régia. Conseqüentemente, tanto no Rio de Janeiro quanto na Bahia surgiram poucas publicações “que de periódico só tinham a breve sequênciã, faltando-lhes os mais requisitos, a principiar pelo ânimo informativo. [...] todos anónimos e empenhados em ajeitar a realeza às novas ideias” (Rizzini, 1988, p. 331).

Em Pernambuco, o periodismo começou a dar seus primeiros passos poucos anos após a publicação do Correio Brasiliense e da Gazeta do Rio de Janeiro, ambos em 1808. Depois da licença tipográfica adquirida por Ricardo Catanho e em pleno fervor da Revolução Pernambucana de 1817, foi oficialmente publicado o primeiro panfleto informativo a circular em Pernambuco: “*PRECISO dos sucessos, que tiveraõ lugar em PERNAMBUCO, desde a faustissima e gloriozissima Revoluçaõ operada felismente na Praça do Recife, aos seis do corrente Mez de Março, em que o generozo exforço de nossos bravos PATRIOTAS exterminou daquella parte do BRAZIL o monstro infernal da tirania real*”.

Figura 9 – Manifesto “Preciso” (Recife, 09 de março de 1817)

Fonte: Brasil. Biblioteca Nacional Digital<sup>137</sup>

<sup>137</sup> BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. **Pernambuco 1817: a revolta.** Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/pernambuco-1817-a-revolucao/a-revolta/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

Segundo Costa (1891), Rizzini (1988) e Molina (2015)<sup>138</sup>, mais conhecido como “**Preciso**”<sup>139</sup> (**Figura 9**), não é considerado com um jornal no sentido literal, mas como um manifesto impresso que simboliza o início das publicações críticas e revolucionárias, escritas, impressas e disseminadas totalmente em solo brasileiro. Diferentemente das anteriores publicações “reféns” do governo português em suas notícias “oficiosas ou inofensivas”, o Preciso se baseou no precursor jornal londrino escrito por Hipólito da Costa (Correio Brasiliense) e em Pernambuco, por meio da oficina de Ricardo Catanho, disseminou os ideais revolucionários ao expor os motivos que levaram os pernambucanos a cortarem os laços com os portugueses. Assim, o panfleto informativo foi publicado no dia 09 de março de 1817, escrito por um dos líderes deste movimento revolucionário, o advogado José Luiz de Mendonça<sup>140</sup>.

Este escripto, comprehendendo todo o movimento da revolução de 6 a 10 de Março, consta de um avulso in-folio, com uma folha de impressão, foi elaborado pelo venerando martyr José Luiz de Mendonça, e contém esta declaração final: ‘Na Offi. Typ. da Republica de Pernambuco 2.<sup>a</sup> vez restaurada. – 1817 (Costa, 1891, p. 30).

Com o fim da Revolução Pernambucana de 1817 – apesar da forte repressão, das prisões, punições, mortes dos seus líderes e participantes, cassação da licença tipográfica, sequestro e proibição das letras impressas – houve algum progresso para uma possível “libertação da palavra escrita no país” (Rizzini, 1988, p. 328). Nesse sentido, Ramires (2017, p. 137)<sup>141</sup> diz que até 1821 a tipografia pernambucana “inexistiu”, acrescentando ainda que, foram alguns destes revolucionários presos os “responsáveis pelos periódicos que circularam na província no primeiro quartel do século XIX”. Assim, de acordo com Costa (1891, p. 31), os reflexos desta Revolução Pernambucana resultaram na elaboração de um projeto de lei que proclamava no artigo 25 a “liberdade de imprensa”, na

<sup>138</sup> MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 1.

<sup>139</sup> “O documento ficou conhecido como *Preciso* – expressão tirada literalmente do francês *précis* [resumo]” (MOLINA, 2015, p. 331).

<sup>140</sup> BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. **Pernambuco 1817: perfis dos mártires**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/pernambuco-1817-a-revolucao/perfis-dos-martires/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

<sup>141</sup> RAMIRES, Mário Fernandes. Tipografias e Tipógrafos em Pernambuco, 1815-1824. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 35, p. 136-153, jan.-jun., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/cli.issn2525-5649.2017.35.1.al.07> . Acesso em: 19 jun. 2023.

Constituição que regia provisoriamente a República: “ficando porem o autor de qualquer escripto, e o impressor sujeitos a responder pelos ataques feitos a religião, a constituinte, bons costumes e caracter dos individuos, na maneira determinada pelas leis em vigor”.

Posteriormente, motivado pelos ideais liberais que sustentavam uma nova insurreição – a Revolução Liberal do Porto de 1820 – o conceito de “Imprensa Livre” ganhou impulso provocando personalidades históricas de Pernambuco a produzirem jornais, formando assim, uma espécie de “rede jornalística” na região. Deste modo, o marco inicial desse período se deu através da publicação do “**Aurora Pernambucana**” (Figura 10), jornal político criado pelo governador Luiz do Rego Barreto e escrito por Rodrigo da Fonseca Magalhães, que circulou entre março e setembro de 1821. A Aurora Pernambucana foi o primeiro produto impresso oriundo das instalações da Oficina do Trem de Pernambuco, construída a mando do governador Luiz do Rego. Embora estivesse sob o “manto do governo pernambucano”, porém, seu redator era Rodrigo Magalhães<sup>142</sup>, liberal português de respeitada biografia, conforme exposto por Costa (1891, p. 33):

Militar, perseguido pelas suas opiniões políticas, eminentemente liberais, figurando com distincção no movimento politico que se operou em Portugal em 1817, Rodrigo da Fonseca procurou asyalar-se no Brasil, e em Pernambuco vio-se livre das perseguições de que era victima em seu paiz.

Sob a sua direção e redação, a Aurora Pernambucana marcou a época em que se iniciou a liberdade de imprensa em Pernambuco. Marco histórico esse que concedeu à Rodrigo Magalhães o título de “fundador da imprensa pernambucana”. Desse modo, a Aurora era um jornal político descrito por Costa (1891) como uma folha oficial que tinha a finalidade de publicar atas, expediente e notícias do governo, o qual, a partir do 6º número, passou a estampar na última página que tinha sido impresso na “Officina do Trem de Pernambuco”.

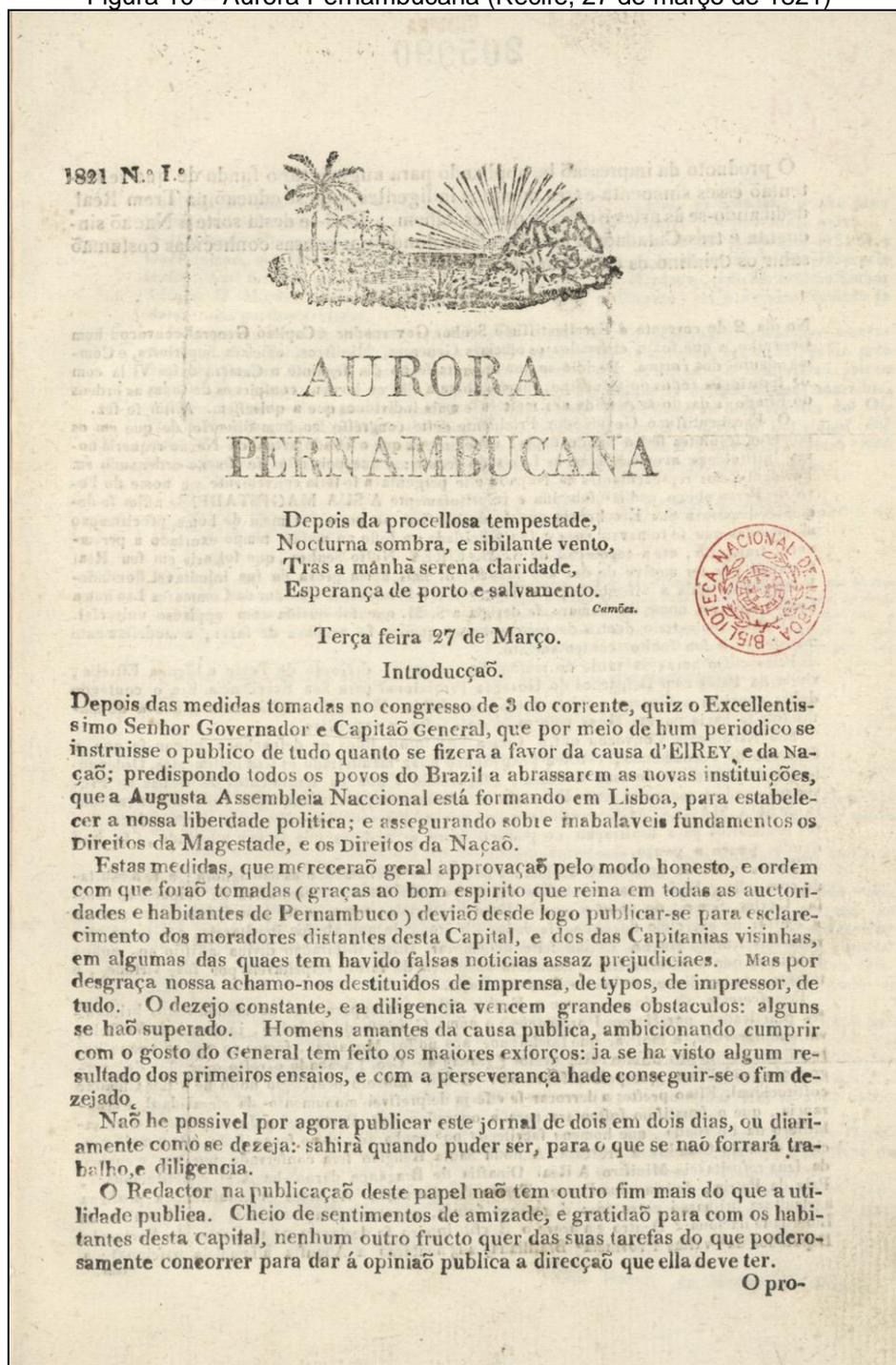
O jornal é impresso em papel branco, de linho, formato 4º com quatro paginas não numeradas, notando se que o primeiro numero sahio

---

<sup>142</sup> PORTUGAL. Assembleia da República. Arquivo Histórico Parlamentar. **Arquivo Rodrigo da Fonseca Magalhães**. [2019]. Disponível em: [https://ahpweb.parlamento.pt/Detailhe/?pesq=pa&t=9&id=31411&q=AND\\_topic\\_type\\_id\\_9\\_31411%3B](https://ahpweb.parlamento.pt/Detailhe/?pesq=pa&t=9&id=31411&q=AND_topic_type_id_9_31411%3B). Acesso em: 19 jun. 2023.

apenas com tres paginas de impressão, tendo a quarta em branco: do segundo por diante porem, sahio completamente cheio. No alto da primeira pagina do jornal ostenta-se uma paisagem deixando ver ao fundo o mar e o sol a surgir; mais abaixo vem o titulo, e em seguida [...] versos da estrophe 1.<sup>a</sup> do Canto 4.<sup>o</sup> dos Lusíadas (Costa, 1891, p. 34).

Figura 10 – Aurora Pernambucana (Recife, 27 de março de 1821)



Fonte: Portugal. Biblioteca Nacional<sup>143</sup>

<sup>143</sup> PORTUGAL. Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://purl.pt/30837/1/index.html#/1/html>. Acesso em: 19 jun. 2023.

Composta por 30 edições, em 10 de setembro de 1821<sup>144</sup> a *Aurora Pernambucana* teve sua periodicidade encerrada com a partida de Luiz do Rego e Rodrigo Magalhães para Portugal. Assim, mesmo que suas atividades jornalísticas tenham sido finalizadas, porém, o título de primeiro jornal da província inspirou a produção de outros tantos jornais que entrariam em circulação principalmente a partir de 1822. Nesse sentido, Costa (1891, p. 36-37) esclarece que:

Os acontecimentos políticos da época, as lutas constituicionaes que denodadamente sustentavam os pernambucanos, e cujo desfecho determinaram a capitulação das tropas portuguezas, e a partida de Rodrigo da Fonseca Magalhães em companhia do governador Luiz Rego, em Outubro de 1821, contribuíram para suspender-se a publicação da *Aurora Pernambucana*, feita sob os auspícios do mesmo governador e a paralisar-se por algum tempo as funções e trabalhos da officina typographica, os quaes só poderem recommear em Dezembro de mesmo anno, com a publicação do periodico *Segarrega*, redigido por Felipe Mena Calado da Fonseca, cumprindo notar-se, que o ultimo trabalho que encontramos impresso na Officina do Trem Nacional de Pernambuco, é o número quatro do indicado periodico, que sahio em 29 de Janeiro de 1822.

Especificamente, o referido “**Segarrega**”<sup>145</sup> (considerado como segundo jornal pernambucano, de 08 de dezembro de 1821) e o subsequente “**Relator Verdadeiro**”<sup>146</sup> (de 13 de dezembro de 1821) marcam a transição dos trabalhos de impressão da “Oficina do Trem de Pernambuco” para a “Oficina do Trem Nacional de Pernambuco”. No ano seguinte, esta última oficina se tornou em “Tipografia Nacional”, tendo em vista a necessidade da junta do governo provisório em estabelecer uma tipografia regular. De acordo com Costa (1891), nesta Tipografia Nacional foram impressos outros jornais pernambucanos: “**O Marimbondo**” (primeiro jornal republicano do Brasil, em 25 de junho de 1822), “**Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco**” (em 09 de abril de 1823) e “**O Escudo da Liberdade do Brazil**” (26 de julho de 1823).

Mais adiante a Tipografia Nacional e os resquícios materiais deixados da Tipografia do Trem foram vendidos pelo governo, passando a ser administrada pela

<sup>144</sup> GASPAR, Lúcia. **Aurora Pernambucana (jornal)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/aurora-pernambucana-jornal/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

<sup>145</sup> Segundo Ramires (2017, p. 138), a tendência política da *Segarrega* era a “Transição entre o apoio e o questionamento às medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa”.

<sup>146</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. **Relator Verdadeiro**. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1307>. Acesso em 20 jun. 2023.

iniciativa privada, a empresa Cavalcante & Companhia. Nesta nova fase, passaram a circular a “**Gazeta Pernambucana**” (11 de setembro de 1822) e “**O Typhis Pernambucano**” (25 de dezembro de 1823). No ano seguinte, por falta de pagamento da compra da referida tipografia, resolveu o diretor da Cavalcante & Companhia, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, devolvê-la ao Trem Militar.

Nesta conformidade baixou uma portaria em 30 de Junho do mesmo anno, ordenando a James Pinches, administrador da typographia do Cavalcante & C., que fizesse entrega ao inspector do Trem, de todo material da officina, para continuar a trabalhar por conta do governo, prestando contas na estação competente para se legalisarem as que tinha com a fazenda, e desobrigar-se da responsabilidade em que se achava para com a mesma o dito estabelecimento.

Em 1 de Julho, foi ordenado ao inspector do Trem que recebesse de James Pinches todo o material da typographia mediante inventario, para continuar a trabalha por conta do governo [...] (Costa, 1891, p. 38-39)

Novamente em posse do governo pernambucano, pouco tempo depois a direção da Tipografia Nacional foi entregue ao Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, passando a se chamar “Imprensa Nacional” (Costa, 1891). Como principal produto impresso, a Imprensa Nacional publicou o “**Diário do Governo de Pernambuco**” (em 24 de outubro de 1824), até ser extinta por ordem de portaria publicada em 06 de agosto de 1825. Poucos meses depois, a tipografia foi adquirida pelo jornalista republicano Antonino José Miranda Falcão, passando a publicar a partir de 07 de novembro de 1825 o “**Diário de Pernambuco**”, tornando este jornal o mais antigo a circular na América Latina.

Diante desse histórico inicial da imprensa em Pernambuco, Ramires (2017, p. 138) faz uma relação dos primeiros jornais pernambucanos às tendências políticas da época, o qual reproduziremos a seguir:

- a) **Aurora Pernambucana e O Relator Verdadeiro**: “apoio às Cortes instauradas em Lisboa após a Revolução do Porto e propagação de suas medidas sem debate. Circularam antes da instauração da Junta Provisória na província”;
- b) **Segarrega**: “transição entre o apoio e o questionamento às medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa”;

- c) **O Maribondo**: “questionamento das medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa e proposta de independência e instauração de uma Assembleia Constituinte no Brasil”;
- d) **Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco e O Escudo da Liberdade do Brazil**: “crítica acentuada aos ministros e, com ressalvas, preservação da imagem da monarquia brasileira”;
- e) **O Typhis Pernambucano e Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco**: “questionamentos direcionados mais diretamente ao Imperador e à monarquia. Desejo de ruptura com o governo instaurado no Rio de Janeiro”.

Estas tendências políticas elencadas no estudo de Ramires (2017) evidenciam os caminhos que a imprensa pernambucana seguiu ao longo do século XIX. Dessa forma, a confirmação de tais tendências podem ser observadas numa análise quantitativa por meio da pesquisa de Luiz do Nascimento (1968)<sup>147</sup> em seus quatorze volumes, que comprova a grande quantidade publicações de jornais e outras obras impressas no decorrer de 1821 a 1954. Na obra “História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954”, Nascimento (1962)<sup>148</sup> se baseia nos “Anaes da Imprensa Periodica Pernambucana de 1821-1908”, organizado por Alfredo de Carvalho (1908), sendo este, uma das principais fontes de referência usada pelos pesquisadores da história da imprensa brasileira. Para tanto, Nascimento (1968) faz uma atualização das informações apresentadas por Carvalho (1908), expostas nos seguintes volumes: O volume 01 dedicado exclusivamente ao “Diário de Pernambuco”; nos volumes 02 e 03 concentram-se nos “Diários do Recife: 1829/1900” e “Diários do Recife: 1901/1954”; nos volumes 04 ao 10 foram destinados aos “Periódicos do Recife”; finalmente, nos volumes 11 ao 14 reúnem os “Periódicos dos Municípios”.

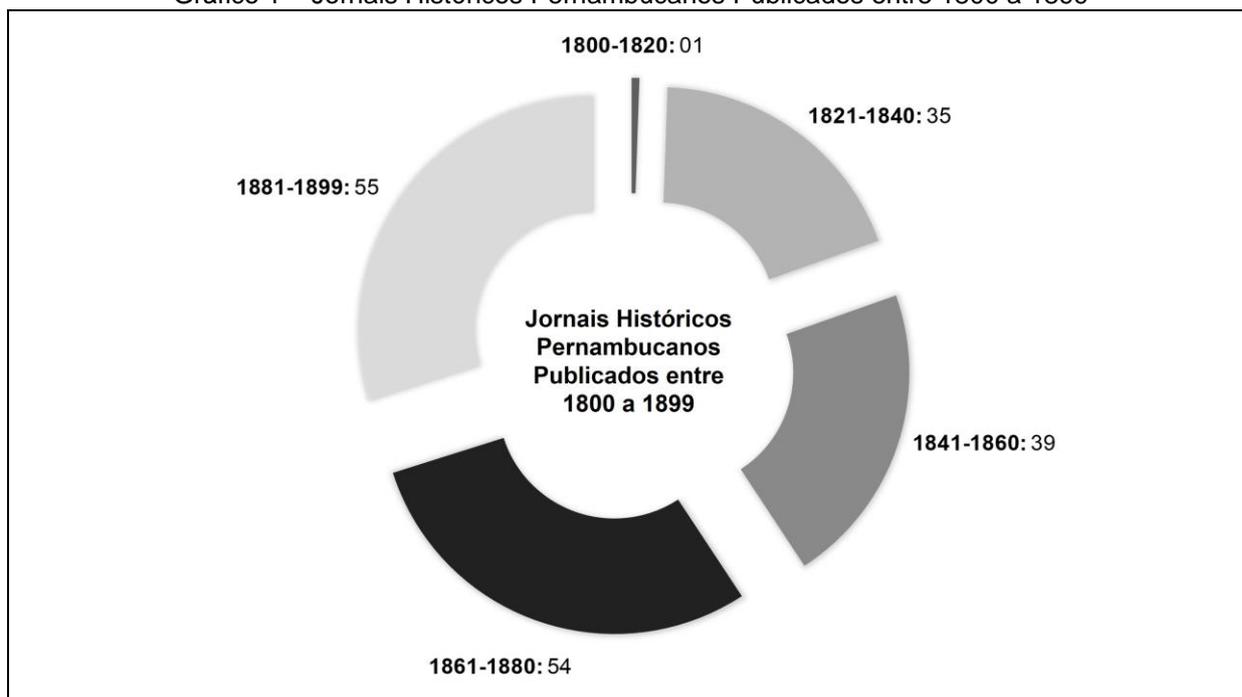
Com base no compilado apresentado por Nascimento (1968), foi possível construir o **Apêndice A** (Jornais Históricos Pernambucanos Publicados entre 1800 a 1899) e o **Gráfico 1** a seguir:

---

<sup>147</sup> NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1968. v.1. (Diário de Pernambuco).

<sup>148</sup> Ano de publicação da primeira edição do volume 01 (Diário de Pernambuco)

Gráfico 1 – Jornais Históricos Pernambucanos Publicados entre 1800 a 1899



Fonte: Nascimento (1968, 1966, 1969, 1970, 1972)

Para este gráfico que representa uma pequena amostra quantitativa, analisamos os volumes 01, 02, 04, 05 e 06 da referida obra de Nascimento (1968, 1966, 1969, 1970 e 1972)<sup>149</sup>. Desse modo, delimitamos a análise nas publicações entre 1821 a 1899, o qual, o volume 03 (Diários do Recife: 1901/1954) foi desconsiderado por não se encaixar nesse critério. Delimitação está que foi necessária para fundamentar o contexto social e reforçar as tendências políticas (Ramires, 2017) que envolviam a publicação dos primeiros jornais pernambucanos.

Assim, a análise considerou somente os jornais mais conhecidos (Costa, 1891; Carvalho, 1908; Tavares, 1917; Rizzini, 1988; Martins 2002; Molina, 2015; Ramires, 2017), ou quando apresentavam em seu título e/ou subtítulo as palavras: “diário”, “jornal”, “correio”, “gazeta” e/ou “folha”. Também é válido destacar que nos

<sup>149</sup> NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1968. v.1. (Diário de Pernambuco).

\_\_\_\_\_. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1966. v.2. (Diário do Recife, 1829/1900).

\_\_\_\_\_. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1969. v.4. (Periódicos do Recife, 1821/1850).

\_\_\_\_\_. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1970. v.5. (Periódicos do Recife, 1851/1875).

\_\_\_\_\_. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1972. v.6. (Periódicos do Recife, 1876/1900).

volumes 04, 05 e 06 (Periódicos do Recife) quando não eram apresentadas algumas das referidas palavras e esgotadas as observações das informações descritas por Nascimento (1969, 1970 e 1972), foram então considerados como “revistas”, descartando-as da análise. Por fim, a amostra se restringe aos jornais publicados na cidade do Recife, tendo em vista o estabelecido da primeira tipografia nesta capital pernambucana, bem como, ser “o maior centro de população e riqueza” (Costa 1891, p. 40).

Em face do exposto, o Gráfico 1 estrutura-se em cinco partes: dos anos de 1800 a 1820; de 1821 a 1840; de 1841 a 1860; de 1861 a 1880; e de 1881 a 1899 (mesma organização apresentada no Apêndice A). Deste modo, a representação inicia-se com o “Preciso...”, pois embora não seja considerado um jornal, mas este panfleto informativo marca oficialmente o início das atividades tipográficas em Pernambuco. Portanto, numa época em que predominava os bloqueios tipográficos e a exclusividade de impressão pela Imprensa Régia em suas publicações “inofensivas e governamentista”, o referido panfleto informativo se destacou pela disseminação de um conteúdo crítico que descrevia o desenvolvimento da Revolução Pernambucana de 1817.

Findada tal revolução, percebe-se que nas duas décadas seguintes (1821 a 1840) foram anos de efervescência para a Imprensa Pernambucana, pois houve um aumento considerável na publicação de jornais. Neste segundo momento, a Revolução do Porto (1820) e a própria Independência do Brasil (1821) colaboraram para a constituição de uma “liberdade de imprensa”, publicando de três jornais até 1821, para trinta e cinco a partir desse ano. Foram então publicados os conhecidos jornais históricos pernambucanos: Aurora Pernambucana e Segarrega (1821), O Maribondo e Gazeta Pernambucana (1822), Sentinella da Liberdade na Guarida de Pernambuco e O Typhis Pernambucano (1823), Diário do Governo de Pernambuco (1824), Diário de Pernambuco (1825) entre outros.

Nas próximas duas décadas (1841 a 1860) houve um pequeno acréscimo nesse quantitativo, totalizando 39 jornais publicados. Já nas décadas finais (1861 a 1880) e (1881-1899) do oitocentismo, foram publicados 54 e 55 jornais respectivamente. Completando o quantitativo de 01 panfleto informativo e 183 jornais publicados em Pernambuco. Desse modo, geralmente esses primeiros

jornais pernambucanos circularam em formato de 21x16cm, com quatro páginas de duas colunas (Nascimento, 1968), representam a necessidade pernambucana de disseminar informações sobre o seu cotidiano, como uma espécie de “diário do dia”. Ao analisar os volumes da obra de Luiz do Nascimento, percebe-se os jornais pernambucanos tiveram vida curta, sendo publicados em poucos números ou encerrados poucos anos após o seu início, com exceção do Diário de Pernambuco que ao longo dos seus quase 200 anos história, continua em circulação. Destarte, também é possível observar que alguns jornais encerrados voltaram a circular tempos depois com o mesmo nome, como é o caso da “Aurora Pernambucana”, publicada pela primeira vez em 1821 e, posteriormente, em 1858.

Em síntese, a Imprensa Pernambucana que propiciou a manifestação do “pensamento político, que se discutia os temas de interesse público; reuniam os debates sobre as artes, sobre o teatro, e, especialmente, funcionavam como espaço para publicação de literatura na forma de prosa e poesia” (Galindo, 2022, p. 35)<sup>150</sup>. Ainda de acordo com Galindo (2022, p. 35), como principal produto tipográfico, os jornais pernambucanos ultrapassavam o “interesse puramente jornalístico e constitue [sic] um firme testemunho de um dos mais importantes momentos da formação da identidade nacional”. E assim, a preservação dessa identidade nacional torna-se uma necessidade urgente, que por meio de financiamento de projetos de curadoria, em uma rede colaborativa de trabalho sistemático, pode representar uma esperança para a sobrevivência da memória nacional materializada em seus jornais de valor histórico. Para tanto, o próximo capítulo apresentará o Laboratório de Tecnologia para o Conhecimento (Liber) como uma agência acadêmica que por meio da teoria sistêmica, promove e opera à benefício da preservação do patrimônio memorial registrado.

---

<sup>150</sup> GALINDO, Marcos. Um futuro presente: antecedentes históricos da ciência em Pernambuco. In.: SILVA, Ascendino; GALINDO, Marcos; PESSOA JÚNIOR, Osvaldo; VITORINO, Wanderley. **História da física no Recife**. Recife: CEPE, 2022. p. 17-63.

## 6 LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA PARA O CONHECIMENTO (LIBER/UFPE): DA COMPLEXA TEORIA SISTÊMICA AO MODELO COLABORATIVO DE EXPERIÊNCIA EM SISTEMAS MEMORIAIS

LIBER, prefixo de Liberdade, oriunda do latim que significa “ser livre” ou “liberto”. Em outra definição, representa o nome secundário de Dionísio, deus grego do vinho e dos excessos. Porém, é a partir da definição dada pela área da botânica que o termo ganha sentido mais específico: “tecido crivoso, constituído por diferentes tipos de células, que existe nas plantas vasculares, possibilitando o transporte de água e substâncias orgânicas resultantes da fotossíntese das folhas até outros órgãos da planta; floema” (Infopédia, [202-?], grifo nosso)<sup>151</sup>. Por sua vez, Livro também é oriunda do latim Liber, principalmente, por remeter a casca da árvore “uma fina camada fibrosa entre a casca e o tronco da árvore que, depois de seca, pode ser usada para escrever” (Dicionário Etimológico, [200-?])<sup>152</sup>. Definição essa que se amplia para as línguas anglo germânicas, o qual “book” é originário de “beech” (Fagus, Faia, Fagaceae)<sup>153</sup>, uma árvore que era usada como base para a produção de tábuas que serviam de suporte para a escrita das antigas runas na região da Europa Setentrional. Em suma, Machado (1997 *apud* Moutinho; Cunha Filho; Lima, 2002, p. 83)<sup>154</sup> reforça que:

Liber é uma palavra de origem latina que significa livro. Tal como originalmente concebida, esta palavra era aplicada à qualquer suporte onde estivesse fixado um pensamento, uma informação, podendo ser designado por livro um pergaminho, uma pedra, uma parede.

Se analisarmos estas últimas definições, poderemos então refletir que em princípio a função do “liber” nas plantas é servir como uma ponte que transporta

<sup>151</sup> INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Liber**. [202-?]. Disponível em:

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/liber>. Acesso em: 06 jul. 2023.

<sup>152</sup> DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO: Etimologia e Origem das Palavras. **Livro**. [200-?]. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/livro/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

<sup>153</sup> WIKIPÉDIA: A enciclopédia livre. **Fagus**. [2023]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fagus>. Acesso em: 15 jul. 2023.

<sup>154</sup> MOUTINHO, Karina; CUNHA FILHO, Paulo C.; LIMA, Alessandra Marques de. Liber: alternativa para publicação eletrônica. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 02, p. 80-85, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/963/1000>. Acesso em: 10 jul. 2023.

“substâncias orgânicas pelo interior do corpo vegetal”<sup>155</sup>. Do mesmo modo, tal reflexão pode ser aplicada ao *locus* desta pesquisa: o Liber enquanto laboratório científico, que pelo positivo “excesso” de diálogos e reflexões teóricas, serve como ponte que permite conduzir soluções lógicas, técnicas e tecnológicas que visam, sobretudo, preservar e garantir acesso a longo prazo à memória registrada inicialmente em suportes de matéria orgânica e transportá-la para o contexto digital.

Fundamentado no exposto, torna-se necessário fazer uma pequena pausa no “universo dos jornais” para compreendermos um pouco do “universo dos sistemas” e, conseqüentemente, perceber o contexto do Laboratório Liber e seus objetivos. Para tanto, partiremos do ponto de vista científico oriundo dos conceitos das ciências<sup>156</sup> exatas e da terra (física), biológicas (biologia), humanas (sociologia) e sociais aplicadas (ciência da informação) para brevemente explicar a evolução da “complexa teoria dos sistemas”, suporte teórico esse que fundamenta a concepção do Sistema Memorial. Com base nisso, poderemos então visualizar estes conceitos praticados no ambiente multiusuário em estudo, ou seja, o Laboratório de Tecnologias para o Conhecimento (Liber) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

## 6.1 Pressupostos Teóricos: a “complexificação”<sup>157</sup> da “teoria sistêmica”

A partir de uma visão fundamentada nas leis e teorias físicas, especificamente os princípios da termodinâmica<sup>158</sup>, torna-se possível compreender a concepção do Universo como um Sistema Natural. Assim, com base na termodinâmica, um sistema físico:

---

<sup>155</sup> SANTOS, Vanessa Sardinha dos. **Floema**. [202-?]. Disponível em:

<https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/floema.htm>. Acesso em: 06 jul. 2023.

<sup>156</sup> BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Tabela de Áreas do Conhecimento**. Disponível em:

<https://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

<sup>157</sup> De acordo com Halévy (2010, p. 334), Complexificação seria a junção de “complexidade + evolução”, tendo em vista que o universo é um sistema que se recria constantemente, concebendo maneiras variadas de organização da energia “cada vez mais sofisticadas, cada vez mais ricas em autonomia e em informações”.

<sup>158</sup> “Em razão em especial do trabalho de Prigogine, a termodinâmica foi ponto de partida para muitas descobertas no campo dos sistemas instáveis ou complexos. Essas descobertas permitiram esclarecer as difíceis noções de ordem e desordem, bem como as de processos evolutivos e estruturas organizacionais” (Halévy, 2010, p. 334).

Consiste na referência geométrica (corpo ou conjunto de corpos), com características próprias, que vai ser objeto de estudo. Um sistema separa-se da sua vizinhança pela fronteira. Um sistema juntamente com a sua vizinhança constitui o Universo (Infopédia, [201-?])<sup>159</sup>.

Conforme esta definição, através de um evento inicial ocorrido espontaneamente, corpos com suas propriedades individuais mantêm relações com outros corpos semelhantes, tendo as “fronteiras” como uma espécie de divisor/parede que separa esses grupos de corpos (vizinhança), formando assim, uma estrutura física (sistema). Deste modo, para a Física, um sistema se divide em aberto (quando propicia a troca de energia e matéria entre os grupos de corpos), fechado (quando propicia somente a troca de energia entre esses grupos) ou isolado (quando não possibilita a troca de energia e massa entre os grupos de corpos). Logo, a definição física do Universo<sup>160</sup> como sendo “aquele que gira”, compreendido como “único”, reforça a tese de ser considerado como um grande sistema fechado, ou seja, a partir das relações e “trocas de energias” entre seus diversos elementos, “polissistemas” ou “arquipélogos-sistemas” (galáxias, estrelas, planetas, etc.), tendo em vista que:

É um sistema-aprendiz que se fragmenta e se desagrega no próprio movimento em que ele se constitui; trata-se de um processo que, por intermédio de seus avatares, se prolifera em polissistemas e arquipélogos-sistemas (as galáxias, os sistemas solares), mas que, por isso mesmo, se encontra desprovido de qualquer organização sistêmica de conjunto (Morin, 2016, p. 93, grifo nosso)<sup>161</sup>.

Em síntese, a contribuição advinda da termodinâmica se pauta na simples concepção do sistema classificado como aberto e/ou fechado. Porém, se observado de forma mais específica, por meio da formação e desenvolvimento do “pálido ponto azul”, a ideia sistêmica ganha outros olhares mais detalhados. Assim, podemos recorrer a Sagan (1981, p. 22)<sup>162</sup> em sua proposição ilustrativa do “Calendário Cósmico”, que levou em consideração a formação do Universo e do planeta Terra em uma escada reduzida de 1 ano.

<sup>159</sup> INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Sistema (física)**. [201-?]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$sistema-\(fisica\)](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$sistema-(fisica)). Acesso em: 09 jun. 2022.

<sup>160</sup> Junção de uno correspondente a unidade única e verso que significa ao movimento giratório (VESCHI, Benjamin. **Etimologia de Universo**. 2019. Disponível em: <https://etimologia.com.br/universo/>. Acesso em: 09 jun. 2022)

<sup>161</sup> MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2016

<sup>162</sup> SAGAN, Carl. **Os dragões do Éden**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

De acordo com o referido calendário, o planeta terra supostamente começou a ser formado em “14 de setembro” e os primeiros indícios de vida terrena em “25 de setembro”. De setembro até novembro houve a formação das rochas e fósseis mais antigos, surgimento do sexo (microrganismos), Plantas fotossintéticas e as Eucariontes (células providas de núcleo). Ainda fundamentado na explicação didática de Sagan (1981), a concepção de um Sistema Natural Físico, também possibilita considerar a complexa formação de outros tantos Sistemas Naturais, como por exemplo: o Geológico, através da “formação das rochas mais antigas que se conhecem” (ocorridos em “novembro”); Biológico, por meio dos “primeiros vermes” e “primeiros seres humanos” em “dezembro” (Sagan, 1981, p. 23), entre outros.

Tal visualização ilustrativa reforça o entendimento que a partir das teorias oriundas da Física, possibilitou compreender e observar o Universo “sob o signo da *objetividade*, ou seja, de um universo constituído de *objetos* isolados (em um espaço neutro) submetido a leis *objetivamente* universais” (Morin, 2016, p. 124, grifo no original). Assim, com base na pesquisa reducionista, o átomo foi colocado como centro das atenções, “como objeto dos objetos, puro, pleno, indivisível, irreduzível, componente universal dos gases, líquidos e sólidos”, originando grandezas físicas capazes de “caracterizar, descrever, definir um objeto, qualquer que fosse ele” (Morin, 2016, p. 125). Do mesmo modo, seguindo esses passos de observar um objeto isoladamente e explicar os fenômenos ocorridos com base em suas próprias leis, a Biologia seguiu o seu raciocínio e concebeu “primeiro o organismo, depois a célula, quando ela encontrou sua unidade elementar: a molécula” (Morin, 2016, p. 125).

Ainda de acordo com Morin (2016, p. 126), posteriormente, a Física passou a entender o átomo não mais como uma unidade complementar, mas sim, como um “sistema constituído de partículas em interações mútuas”. Em outras palavras,

A partir de então, o átomo surge como objeto novo, o objeto organizado ou sistema cuja explicação não pode mais ser encontrada unicamente na natureza de seus constituintes elementares, mas se encontra também em sua natureza organizacional e sistêmica, que transforma o caráter dos componentes. Entendido como sistema, o átomo passa a constituir a verdadeira textura do que é o universo físico, gás, líquidos, sólidos,

moléculas, astros, seres vivos. Passamos a perceber que o universo é fundado não em uma unidade indivisível, mas em um sistema complexo (Morin, 2016, p. 127, grifo nosso).

Deste modo, a observação física do átomo como sistema resultou em estudos que até então visualizavam um único sistema solar (astronomia), passassem a considerar múltiplos sistemas solares autônomos (astrofísica). Assim, novamente a Biologia caminha pelos mesmos passos evolutivos, reforçando o pensamento sistêmico relacionado às células e organismos, ou seja, um “sistema vivo”. É com base nisso que em meio a imensidão e diversidade dos aspectos biológicos, os seres humanos ganham destaque pelo seu desenvolvimento ao ponto de também serem vistos como um sistema, um complexo sistema natural (ou artificial<sup>163</sup>) biológico. Portanto, é possível exemplificar essa afirmação ao destacar somente a estrutura do Ser Humano.

Diferentemente de uma visão simplista em que o corpo humano é visto somente como “carne e osso”, a biologia divide a estrutura em três grupos primordiais: cabeça, tronco e membros. Desta forma, Diana ([202-?])<sup>164</sup>, afirma que esses três grupos primordiais são compostos do seguinte modo: “a cabeça é formada pelo crânio e a face. O tronco é composto do tórax e do abdômen. Os membros são divididos em superiores (braços, antebraços, ombros e mãos) e inferiores (quadril, coxas, pernas e pés)”, todos esses grupos comandados direta ou indiretamente pelo cérebro (localizado no crânio).

Com base no entendimento geral do corpo humano ser composto por esses grupos primordiais, e dentro desses grupos, a formação de sistemas que mantém o ser humano vivo (esquelético, respiratório, circulatório, nervoso, digestivo, etc.), foi que o biólogo alemão Ludwing von Bertalanffy em meados de 1968 formalizou a **Teoria Geral dos Sistemas**. Tal proposta de Bertalanffy se baseou no pensamento sistêmico partir da sua observação biológica e dos estudos propostos pelos

---

<sup>163</sup> Casos de *Fertilização in vitro* (FIV).

<sup>164</sup> DIANA, Juliana. **Membros do Corpo Humano**. [202-?]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/membros-do-corpo-humano/>. Acesso em 20 maio 2022.

matemáticos John Von Neumann (Teoria dos Jogos)<sup>165</sup> e Alan Turing (Ciência da Computação e Inteligência Artificial)<sup>166</sup>.

A Teoria Geral dos Sistemas procurou preencher uma lacuna teórica existente entre as ciências duras para uma unificação dos campos acadêmicos (LEE, 2017, tradução nossa)<sup>167</sup>. Assim, Bertalanffy (1977, p. 55)<sup>168</sup> explica a Teoria Geral dos Sistemas da seguinte forma:

A física trata de sistemas de diferentes níveis de generalidades. Estende-se dos sistemas muito especiais, como os aplicados pelo engenheiro na construção de uma ponte ou de uma máquina, às leis especiais das disciplinas físicas, a mecânica ou a óptica, às leis de grande generalidade, como os princípios da termodinâmica, que se aplicam a sistemas de natureza intrinsecamente diferente, mecânicos, térmicos, químicos ou outros. Nada obriga a por um termo aos sistemas tradicionalmente tratados em física. Ao contrário, podemos aspirar a princípios aplicáveis aos sistemas em geral, quer sejam de natureza física, biológica quer de natureza sociológica. Se estabelecermos esta questão e definirmos de modo conveniente o conceito de sistema, verificaremos que existem modelos, princípios e leis que se aplicam aos sistemas generalizados qualquer que seja seu tipo particular e/os elementos de 'forças' implicadas.

A proposta de Bertalanffy se opõe aos clássicos modelos atomista<sup>169</sup> e cartesiano<sup>170</sup>, ou seja, é uma teoria contrária à simples visão isolada da ciência em que o objeto de pesquisa seria “melhor observado” por meio da sua subdivisão em pequenas partes, enfatizando somente uma especialidade, sem considerar a relação com outras partes ou áreas do conhecimento. A partir desta visão isolada do objeto, é possível exemplificar o caso fictício de um indivíduo que se queixa de forte e persistente dor de cabeça, procura um médico neurologista, o qual não consegue diagnosticar o problema por estar contido somente em sua área de especialização.

<sup>165</sup> INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **John von Neumann**. [201-?]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$john-von-neumann](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$john-von-neumann). Acesso em: 24 jun. 2022.

<sup>166</sup> FRAZÃO, Dilva. **Alan Turing**: Matemático inglês. [201-?]. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/alan\\_turing/](https://www.ebiografia.com/alan_turing/). Acesso em: 24 jun. 2022.

<sup>167</sup> LEE, Hannah. Importance of the Intersection of Library and Information Sciences with System Theory. **Journal of Critical Library and Information Studies**, Sacramento/CA, v. 1, n. 01, p. 01-14, jan.-jun. 2017. Disponível em: <https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/23/14>. Acesso em: 24 jun. 2022.

<sup>168</sup> BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas**. Traduzido por Francisco M. Guimarães. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

<sup>169</sup> INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Atomismo**. [201-?]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$atomismo](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$atomismo). Acesso em: 24 jun. 2022.

<sup>170</sup> STRECKER, Heidi. **René Descartes**: O método cartesiano e a revolução na história da filosofia. 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/rene-descartes-1-o-metodo-cartesiano-e-a-revolucao-na-historia-da-filosofia.htm>. Acesso em: 24 jun. 2022.

Em alguns casos, esta dor de cabeça realmente pode ser solucionada com base nos seus próprios conhecimentos específicos, mas, às vezes, a causa da dor de cabeça tem origem em outra parte (interno ou externo) do corpo como os olhos, carência nutricional ou alguma preocupação/estresse, por exemplo. Com base nessa analogia, Bertalanffy destaca a “relação” como sendo a palavra-chave que melhor descreve a Teoria Geral dos Sistemas, ou seja, os vínculos diretos/indiretos que envolvem as diversas partes e suas características individuais que compõem um todo dentro da natureza.

Assim, a Física compreende que o princípio da “termodinâmica apela fundamentalmente para a ideia de sistema, mas é para distinguir o fechado do aberto, e não para reconhecer nele uma realidade própria” (Morin, 2016, p. 129). Já os princípios oriundos da Biologia instigam a conceber uma teoria que acrescenta aspectos novos àquilo que até então era considerado como exato (aberto ou fechado), porém, ainda limitada ao entendimento da relação das partes formando o todo, de modo mecanicista. De fato, se analisarmos qualquer “coisa” (do Universo a uma caneta, respeitando suas devidas proporções), minimamente poderemos observar uma relação sistêmica, por exemplo: o próprio corpo humano formado pelos três grandes grupos mencionados anteriormente, em que cada parte desempenha seu papel específico e a relação deles possibilita manter viva e ativa todas as funções que movem a sua estrutura.

Face ao exposto, a Teoria Geral dos Sistemas se consolida através das importantes relações e contribuições vindas da Teoria dos Jogos (John Von Neumann e Oskar Morgenstern, 1947), Cibernética (Norbert Wiener, 1948) e Teoria da Informação/Comunicação (Claude Shannon e Warren Weaver, 1949). Porém, é através da **Complexidade**, uma importante característica intrínseca em todo o processo sistêmico, que a discussão dos Sistemas se intensifica. Assim, ao pensar em “complexo”, somos direcionados ao sentido de ser algo “complicado”, que exige grande esforço para ser compreendido ou “que pode ser considerado sob vários pontos de vista” (Dicionário Michaelis, [202-?])<sup>171</sup>. É a partir disso que Morin (2016,

---

<sup>171</sup> MICHAELIS: Dicionário brasileiro da língua portuguesa. **Complexo**. [202-?]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/complexo/>. Acesso em: 20 maio 2022.

p. 185-186, grifo no original) figura como um dos primeiros a pensarem na complexidade dos sistemas, ao refletir que:

[...] vimos que a complexidade conquistou o universo. [...] vimos também que ela se instalou no cerne da organização e do sistema. Contrariamente à ideia simples demais que fazia do homem o único ser complexo [...], contrariamente à ideia mais liberal que concedia complexidade ao ser vivo face à simplicidade da natureza física, a *complexidade está por toda parte*.

A *complexidade* “quebra” a ideia reducionista da *simplicidade*, tendo em vista que no próprio momento da grande explosão (*Big Bang*), já existia no interior da simples partícula elementar uma organização complexa. Assim, a “partícula talvez seja apenas a fenomenalização local de uma complexidade desconhecida”, ou seja, “não existe simplicidade, mas sim a complexidade propriamente dita” (Morin, 2016, p. 186). A complexidade é o próprio caos que se transformou em cosmo, que envolve todas as curvaturas da “relatividade cosmológicas” que sustenta e dá vida a tudo que nos cerca. Sem a complexidade, um sistema seria somente uma junção de peças que a qualquer momento poderia se soltar, igual a uma parede construída de tijolos sem alicerces ou o cimento que “cola” e fortalece a estrutura erguida. “O sistema cria complexidade, mantém complexidade, desenvolve complexidade” (Morin, 2016, p. 186).

De forma reflexiva, se observado puramente como um sistema composto por elementos que formam o todo, poderemos fazer a seguinte pergunta: *e se retirarmos um dos seus elementos, ele para de funcionar?*. Pelo viés da “simplicidade” poderíamos dizer que sim, tendo em vista que se um tijolo retirado de uma parede sem a concretude do cimento, causaria o desmoronamento de toda a estrutura erguida. Mas, se visto pelo conceito da “complexidade”, a resposta seria não!

Recorrendo novamente ao exemplo do corpo humano: se um indivíduo em uma circunstância qualquer cair e quebrar algum osso de seu sistema esquelético, o cérebro ao detectar tal “problema”, dará “comandos” ao coração para bombear sangue até o local da lesão. Embora à olho nu consigamos enxergar somente hematomas e inchaço (em casos de fraturas internas) ou fragmentos ósseos que atravessam a pele (fratura exposta), porém, o próprio organismo através de células reconstrutoras entra em ação num longo trabalho. Iniciando pela reconstrução dos

vasos sanguíneos que compõe o interior do osso, posteriormente, constroem pontes entre os fragmentos como uma espécie de cola que finalmente se torna em “calo mole” até se calcificar, construindo um novo osso (casos de tratamento convencional, sem intervenção cirúrgica). Assim, a visão simplista observa somente o sistema através da estrutura esquelética composta por ossos, ligamentos, vasos sanguíneos, etc. e a falta de uma das partes, afeta na falta de funcionamento de tal membro; mas se visto pelo prisma da complexidade, a interação existente entre as partes do todo com outros sistemas do corpo humano, proporciona um “ambiente” que favoreça a recuperação e funcionamento daquele membro “danificado”.

Desse modo, reforçando o conceito de Morin (2016), Halévy (2010, p. 39)<sup>172</sup> contextualiza a complexidade ao afirmar que “desde Aristóteles, que depois passou o bastão para Descartes, o Ocidente acredita veemente que, apesar de seu inextricável emaranhado de fenômenos e de processos díspares e imbricados, o real é sempre redutível, pelo pensamento, ao simples”. Em outras palavras, o autor pontua que o reducionismo proposto pelo modelo cartesiano (Descartes) e tão marcante na Física, possibilitou entender que o todo é formado pela união das partes, em que hipoteticamente, “o todo é desmontável e suas partes são remontáveis: o todo é a soma correta de suas partes, portanto” (Halévy, 2010, p. 40). Esse entendimento de Descartes foi de fundamental importância para o desenvolvimento tecnológico, porém, questionável em contexto “não mecanicista”, tendo em vista que a complexidade “não pode ser [reduzida] por análise a um conjunto de componentes: Portanto: o sistema ‘contém’ algo mais que seus componentes. Portanto: o todo é mais que a soma das partes” (Halévy, 2010, p. 43). É com base nisso que o referido autor conclui que a visão analítica-reducionista do método cartesiano é “ineficaz e inoperante” à vida e as suas “misteriosas e extremamente embaraçosas” especificidades é a própria complexidade que faz o organismo se manter vivo.

Nesse sentido, Halévy (2010) exemplifica o assunto através da descrição da receita de um *cassoulet* (feijoada preparada com feijão branco, comum na região da França), o qual adaptaremos para a nossa realidade brasileira. No Brasil, a tradicional feijoada é preparada em torno do feijão preto com carnes suínas,

---

<sup>172</sup> HALÉVY, Marc. **A era do conhecimento: princípios e reflexões sobre a revolução noética no século XXI.** Tradução de Roberto Leal. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

temperos e servido com arroz branco, couve refogada, farofa e laranja. Visto a partir do prato finalizado, já percebemos uma espécie de “sistema”, em que a reunião dos ingredientes forma tal iguaria. Porém a feijoada não se reduz simplesmente aos seus ingredientes, mas na combinação harmônica de cada um destes ingredientes que origina novos sabores e cheiros que inclusive, remete à sensações e sentimento arquivados na memória do seu consumidor. Em síntese, “propriedades emergentes são típicas de todos os sistemas complexos, propriedades que nascem das relações fortes entre os ingredientes, mas não são redutíveis a nenhum” (Halévy, 2010, p. 44).

Face ao exposto, a complexidade como uma característica intrínseca dos sistemas dá um sentido de completude à proposta teórica de Bertalanffy. Esta, por sua vez, inova ao acrescentar que a “biologia não tem de ocupar-se apenas com os níveis físico-químicos ou molecular, mas também com os níveis mais elevados de organização da matéria viva” (Bertalanffy, 1977, p. 21). Em outras palavras, Bertalanffy quebra um paradigma imposto pela exatidão da física, e, com base nas reflexões biológicas, visualiza o sistema como organismo vivo, em constante modificação, como uma espécie de indivíduo que interage com seu *habitat* em busca da sua própria sobrevivência. E esse “pensar sistêmico” de forma “complexa” abre um leque de oportunidades da visualização “bruta” de um sistema em outros contextos não exatos.

Com base no desdobramento dessa “complexa teoria dos sistemas”<sup>173</sup>, como já dito, proporcionou que outras ciências observassem seus objetos científicos à luz do pensamento complexo: Se a Física analisa o átomo, a Biologia observa a molécula, e a partir daí, nasce a Sociologia, uma nova ciência que estuda o ser humano, não exclusivamente pelo viés biológico, mas a partir da sua interação com outros seres humanos em sociedade. De acordo com Morin (2016, p. 128):

O ser humano faz parte de um sistema social, no seio de um ecossistema natural, que se encontra em um sistema solar que, por sua vez, se encontra em um sistema galáctico: ele é constituído de sistemas celulares, que são constituídos de sistemas moleculares,

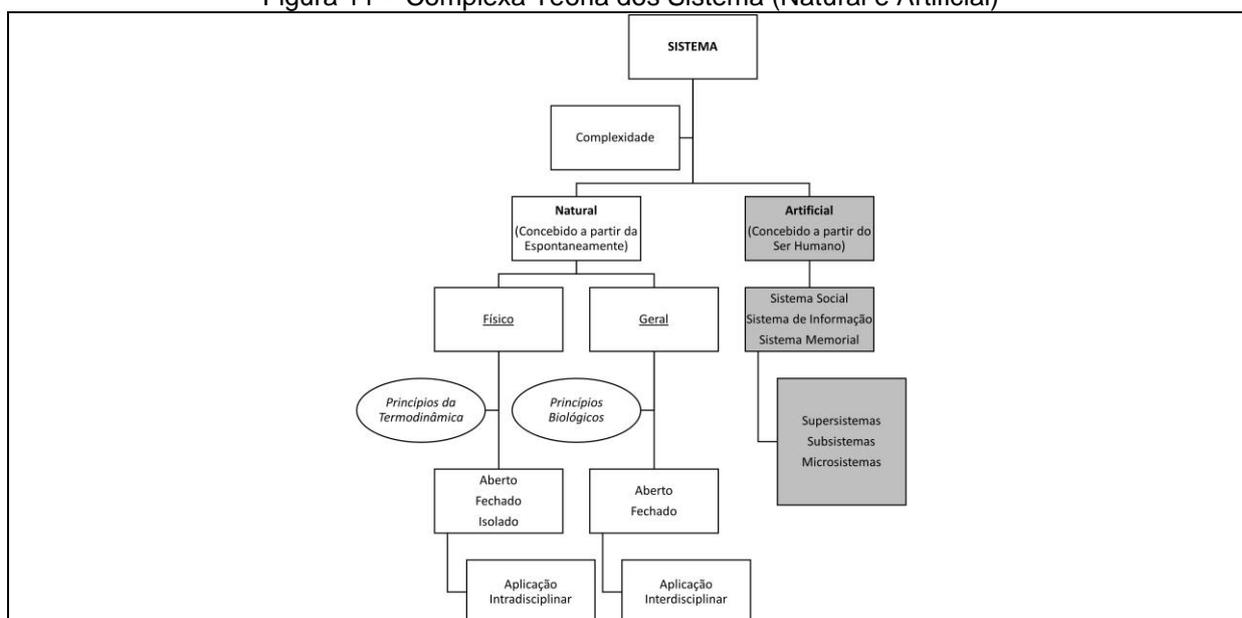
---

<sup>173</sup> O fenômeno constitui o que denominamos Natureza, essa extraordinária solidariedade de sistemas entrelaçados que se constroem uns sobre os outros, uns por meio dos outros, com os outros, contra os outros: a Natureza são os sistemas de sistemas em série, em ramificações, em pólipos, em cascata, em arquipélagos” (Morin, 2016, p. 128).

que são constituídos de sistemas atômicos. Nesse encadeamento existe sobreposição confusão, superposição de sistemas e, também, um problema-chave; a necessária dependência de uns em relação aos outros, a dependência, por exemplo, que liga um organismo vivo sobre o planeta Terra ao sol que emite fótons, à vida exterior (ecossistema) e interior (células e eventualmente micro-organismos), à organização molecular e atômica.

Desse modo, para Bertalanffy (1977) por mais “difíceis e mal estabelecidos”, os fenômenos sociais, a sociedade e o ser humano (em seu sentido amplo) devem ser considerados enquanto sistema. A partir disso, o Natural (concebido a partir da espontaneidade) possibilita originar o Artificial (concebido a partir do ser humano, a benefício do próprio ser humano). A exatidão física dos Sistemas Naturais classificados somente como aberto ou fechado, servem de apoio para outras classificações nos Sistemas Artificiais. E com isso, a Complexa Teoria Geral dos Sistemas ganha novos elementos oriundos da forma como o ser humano vive (ou sobrevive) e sua interação com o ambiente intrínseco (informação, memória, etc.) ou extrínseco (política, economia, etc.) em que está inserido (**Figura 11**). Concluindo assim o entendimento que o “sistema assumiu o lugar do objeto simples e substancial e ele é rebelde à redução a seus elementos; o encadeamento de sistemas de sistemas rompe com a ideia de objeto fechado ou autossuficiente. Os sistemas sempre foram tratados como objetos; trata-se doravante de conceber os objetos como sistemas” (Morin, 2016, p. 128).

Figura 11 – Complexa Teoria dos Sistema (Natural e Artificial)



Fonte: O autor (2024)

## 6.2 O “pensar sistemático” e sua relação com a memória: O Sistema Memorial

Com base no exposto anteriormente, a partir das reflexões teóricas de Bertalanffy (1977) e as contribuições de Morin (2016) possibilitaram que as diversas áreas do conhecimento observassem seus próprios objetos de pesquisa sob o prisma do pensamento sistêmico. A relação do ser humano enquanto “ser pensante” e sua interação com o ambiente em que está inserido (Sistema Social<sup>174</sup>), resultou na construção de sistemas artificiais com o objetivo de sistematizar o cotidiano à benefício próprio e/ou do coletivo. Nesse sentido, a Informação como sendo um elemento intrínseco ao ser humano se torna objeto de estudo, reforçando a ideia de que o seu conceito esteja relacionado com teorias que fundamentaram o surgimento da área “Ciência da Informação”.

De acordo como Carlos Ávila Araújo (2018)<sup>175</sup> as contribuições de autores e suas teorias clássicas (Bush, 1945<sup>176</sup>; Borko, 1968<sup>177</sup>; Saracevic, 1996<sup>178</sup>; Capurro, 2003<sup>179</sup>; Buckland, 1991<sup>180</sup>; Capurro e Hjørland, 2007<sup>181</sup>, entre outros), bem como, de duas teorias afins foram a base para a consolidação da Ciência da Informação nas décadas de 1960 e 1970: a Teoria Matemática da Informação/Comunicação (Shannon; Weaver, 1949) e a própria Teoria Geral dos Sistemas (Bertalanffy, 1968). Enquanto a Teoria Matemática da Informação/Comunicação observa as questões de

<sup>174</sup> LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral**. São Paulo: Vozes, 2016.

<sup>175</sup> ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

<sup>176</sup> BUSH, Vannevar. As we may think. **Atlantic Monthly**, Boston, v.176, 1, p.101-108, 1945.

Disponível em: <http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm> . Acesso em: 02 ago. 2022. (Traduzido por Fábio Mascarenhas e Silva. 2004. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/372315/mod\\_resource/content/1/AsWeMayThink.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/372315/mod_resource/content/1/AsWeMayThink.pdf) ).

<sup>177</sup> BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, [S.l.], v.19, n.1, p.3-5, jan. 1968. (Tradução Livre). Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod\\_resource/content/1/Oque%C3%A9Ci.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9Ci.pdf).

Acesso em: 02 ago. 2022.

<sup>178</sup> SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, mar. 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308/17916> . Acesso em: 02 ago. 2022.

<sup>179</sup> CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ENANCIB, 2003. p. 1-21. Disponível em: [http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm) . Acesso em: 02 ago. 2022.

<sup>180</sup> BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S.l.], v.45, n.5, p.351-360, 1991. (Traduzido por Luciane Artêncio). Disponível em: [https://www.cin.ufpe.br/~cigf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](https://www.cin.ufpe.br/~cigf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf) . Acesso em: 02 ago. 2022.

<sup>181</sup> CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. The concept of information as we use in everyday.

**Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 01, p. 148-207, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/?lang=pt> . Acesso em: 02 ago. 2022.

transmissão linear da informação de um ponto para outro, tendo sua origem na lógica das ciências exatas; a Teoria Geral dos Sistemas consiste em compreender que “o todo é maior do que as partes e que as partes devem ser estudadas, necessariamente, a partir da função que desempenham para a manutenção e sobrevivência do todo” (Araújo, C., 2018, p. 23). Em suma ambas as teorias se completam, ou seja, a junção do entendimento de transmissão – emissão e recepção – da informação num “esquema linear” (Teoria Matemática da Informação/Comunicação) e a ideia de totalidade, das partes e suas características individuais, e o ambiente numa espécie de “processo cíclico” formam a construção de um modelo positivista, fisicista ou mecanicista da Ciência da Informação (Araújo, C., 2018, p. 24-25).

Destarte, fundamentado na Teoria Geral dos Sistemas, Silva (2006)<sup>182</sup> utiliza o pensamento de Mella (1997) para esquematizar os Sistemas como: Supersistemas, Subsistemas e Microssistemas. No que diz respeito ao Supersistema, este pode ser entendido como sendo sistemas únicos formados por sistemas específicos. Já o Subsistema é compreendido como sistema particular (partes) que funciona de forma individual, estabelecendo algum tipo de relação com outros sistemas específicos dentro de um sistema único (Supersistemas). Por último, o Microssistema considera sistemas que mantém relações com o ambiente externo, ou seja, “definir o que pertence à estrutura e o que lhe é estranho; logo, o que estiver fora do sistema constitui o seu ambiente externo, contraposto ao ambiente interno configurado pela estrutura” (Mella, 1997 *apud* Silva, 2006, p. 31). Deste modo, assimilando os Sistemas Artificiais (Robredo, 2003)<sup>183</sup> e a esquematização proposta por Mella (1997 *apud* Silva, 2006), pode-se citar como exemplos os Sistemas de Informação, os Sistemas Tecnológicos de Informação e mais recentemente, os Sistemas Memoriais.

Nessa continuidade, apoiado na concepção de “Sistemas”, na “Teoria Geral dos Sistemas” (Bertalanffy, 1968), na “visão da complexidade” (Morin, 1977), na

---

<sup>182</sup> SILVA, Armando Malheiro da. **A informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2006 (Comunicação, Arte, Informação; 1).

<sup>183</sup> ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

“interoperabilidade” (Galindo, 2017)<sup>184</sup> e no “pensar sistêmico” (Robredo, 2003; Silva; Ribeiro, 2002<sup>185</sup>; Silva, 2006), possibilitou refletir a relação entre Sistema e Memória, a partir da ótica da preservação. Entendendo assim **Memória** enquanto objeto de pesquisa estudado por diferentes áreas do conhecimento (Neurociência, Ciência da Computação, Arquitetura, por exemplo), que por meio das valiosas contribuições oriundas da História e Ciência da Informação fazem desta uma importante categoria de trabalho. Sobretudo na intrínseca relação entre mentefato (memória) e artefato (registros, suportes), conforme exposto por Atlan (1972, p. 461 *apud* Le Goff, 2013, p. 389):

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor quer nos outros, quer nas bibliotecas. Isso significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa mente.

Desse modo, a memória externalizada e materializada em suportes “necessita ser acondicionada em espaços legitimados (arquivos, bibliotecas e museus, sejam físicos e/ou digitais) a fim de ser preservada, não se perdendo com a evolução do tempo” (Araújo, F., 2018, p. 44)<sup>186</sup>. Em vista disso, a efemeridade tanto dos suportes analógicos de base orgânica quanto dos digitais em sua constante evolução e obsolescência tecnológica, provoca que a Memória seja preservada em sentido sistêmico. Com isso, cumpre frisar que fundamentado numa visão restrita, por muito tempo a literatura especializada definiu Preservação como sinônimo de Conservação, que se confundia com a Restauração. Muitas vezes vistas pelas organizações mantenedoras como algo “supérfluo”, realizado através de ações paliativas superficiais (higienização, conservação preventiva e curativa), por profissionais pouco experientes. Com a evolução das discussões específicas e do aprimoramento dos conhecimentos fizeram a Preservação (enquanto ação estratégica) ser considerada como um “guarda-chuva” que abrange a Conservação

<sup>184</sup> GALINDO, Marcos. Memória em sistemas complexos. In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg Rodrigues (Org.). **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: Ed. UnB, 2017. p. 251-268.

<sup>185</sup> SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2002. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4).

<sup>186</sup> ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. **D4SiMem: uma proposta de digitalização para instituições de memória**. Natal: EDUFERN, 2018.

e Restauração (na qualidade de ações operativas). E diante do olhar tanto para os suportes analógicos (preservação documental) quanto para o digital (preservação digital), Pinto (2009)<sup>187</sup> defende a junção desses olhares convergindo numa **Preservação da Informação** que de forma sistêmica, independente de suporte, torna-se uma variável indissociável da Gestão da Informação, assim, salvaguardando o patrimônio memorial a longo prazo.

A Preservação é, assim, intrínseca à função de Gestão, seja a nível institucional, seja a nível intermédio [...], devendo ser pensada no longo prazo e em termos de políticas, planos e programas, recursos e estruturas orgânica/funcional que os suportes, tendo, conseqüentemente, implicações quer na fixação da Missão da Organização, quer nos objetivos (estratégicos e operacionais), quer nas metas fixadas, quer, ainda, nas acções/actividades e projectos planeados para os efectivar. A Preservação projecta-se, assim, ao nível da gestão da organização, da gestão de serviços de informação e da gestão de sistemas de informação organizacional, afirmando-se como uma variável indiscutível da Gestão da Informação (Pinto, 2009, p. 157).

Face ao exposto, essas reflexões fundamentam a concepção do **Sistema Memorial** descrito em benefício da sociedade, através de uma visão complexa dos sistemas, conceito multiusuário e do trabalho coletivo (Galindo, 2017). Apoia-se na percepção de trabalho colaborativo em rede, o qual, as Instituições de Memória constituídas por equipes que executam diferentes serviços, atuam em conjunto interagindo entre si, trocando informações, metodologias e práticas na promoção estratégica do patrimônio memorial/cultural, formando assim, um organismo. Portanto, o Sistema Memorial é entendido como:

[...] uma forma lógica de apreensão da realidade, trazendo às coisas da natureza uma representação que corresponde a uma ordem lógica, reconhecível e apreensível, um sistema. A formulação de sistema memorial não busca uma representação do mundo real, mas o desenho dos traços fisionomiais de uma realidade cujo conjunto permite a percepção de uma condição de ordem e a proposição de uma forma operativa dirigida a um dado objetivo (Galindo, 2009, p. 252)<sup>188</sup>.

<sup>187</sup> PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo. **PRESERVMAP**: um roteiro da preservação na era digital. Porto (Portugal): Ed. Afrontamento, 2009.

<sup>188</sup> GALINDO, Marcos. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (Orgs.). **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2009. p. 251-264. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13882/1/galyndo2.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

Resumidamente, o Sistema Memorial (como unidade) permite a visualização de relações existentes entre as Instituições de Memória (como elementos), que até então eram vistas de forma isolada, tornando possível a colaboração em rede entre tais entidades “atuantes nos campos da conservação, preservação e acesso aos bens do patrimônio memorial”. Em outras palavras, Galindo (2017, p. 266) reforça os Sistemas Memoriais como o “conjunto de organizações e aparelhos públicos, programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial, bem como a informação de interesse histórico custodiada por instituições de missão memorial [...]”. É neste contexto multiusuário e colaborativo, que as Instituições de Memória se reúnem com o propósito maior de promoção da identidade, cultura e preservação da memória. Assim, com base nestas concepções foi possível compreender a relação e aplicação da Teoria Geral dos Sistemas, da “complexidade” do “pensamento sistêmico”, aos aspectos informacionais e memoriais no âmbito da Ciência da Informação. Pressupostos teóricos estes que fundamentam os alicerces formativos do Laboratório Liber, como será exposto a seguir.

### **6.3 O Laboratório Liber como ambiente multiusuário do Sistema Memorial**

Do mesmo modo como o “deus grego dos excessos”, o desenvolvimento teórico exposto acima põe o Laboratório Liber num estágio avançado de fartas e profícuas discussões conceituais quanto ao seu enquadramento institucional e social, bem como, suas metas, objetivos e objetos de pesquisa. Neste sentido, o Laboratório Liber nasce oficialmente em 2006, porém, já em meados de 1997 começava a dar seus primeiros passos como grupo de discussão “Virtus: Laboratório de Informação”, do antigo Departamento de Biblioteconomia da UFPE. De acordo com Galindo (2023, p. 01)<sup>189</sup>, a necessidade de “estudar novos métodos de organização e acesso aos registros do conhecimento científico aliado aos desafios criados na esteira do desenvolvimento da T. I. e instalação social do ciberespaço” fez

---

<sup>189</sup> GALINDO, Marcos. **O último refúgio**. [Recife, 2023]. (Texto no prelo apresentado na Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória, CTCM, realizado entre os dias 17 e 18 de julho de 2023, na Universidade Federal de Pernambuco).

o referido Departamento aprovar em abril de 1997 o “Virtus: um experimento interdisciplinar e multidepartamental” na qualidade de projeto institucional.

Ainda no referido mês de abril daquele 1997, também foi aprovado o “LibVirtus: Biblioteca Digital” como projeto de pesquisa ligado ao Laboratório Virtus. Este projeto tinha o objetivo de “refletir sobre a temática da internet e sobre o fenômeno social que se processava em seu caudal” (Galindo, 2023), tendo em vista aquela ser uma época em que a difusão da internet dava os primeiros passos rumo a sua popularização. Com isso, o surgimento e compartilhamento de ideias e conhecimentos se tornara um hábito constante nas reuniões acontecidas entre professores, pesquisadores, colaboradores e técnicos especializados daquele ambiente acadêmico discursivo. E foi a partir dessas discussões que o LibVirtus empreendeu esforços intelectuais e práticos para viabilizar a execução de um “Banco de Teses” e, conseqüentemente, abrir possibilidades de pesquisas relacionadas aos aspectos da Preservação Digital. Tal projeto permitiu a substituição das listas de dissertações e teses, anteriormente organizadas pelos Programas de Pós-graduações da UFPE, por um Catálogo Eletrônico composto por resumo, sumário, referências e, por vezes, textos completos.

Nove anos depois, por considerar que suas metas e objetivos tinham sido cumpridos, o projeto Laboratório de Informação Virtus foi então encerrado, porém, fez nascer um novo projeto: “Liber: Laboratório de Tecnologia para o Conhecimento”, dando continuidade ao projeto anterior, como um “espaço integrador de pesquisa e desenvolvimento” (Galindo, 2023). Ainda de acordo com o referido autor, em agosto de 2006 foi aprovado o regimento interno do Laboratório Liber, entendido como “Unidade de Pesquisa da UFPE”, cuja finalidade era “desenvolver soluções em sistemas de informação, bibliotecas virtuais, arquivos e hipermídia, na perspectiva de inclusão social, além de promover estudos e pesquisas de caráter transdisciplinar no campo da produção, e do uso da hipermídia” (138ª Reunião do Pleno do Departamento de Ciência da Informação, 2006 *apud* Galindo, 2023).

Como espaço multiusuário, acolhedor e agregador, o Laboratório Liber funciona como uma espécie de “escritório de ideias” e/ou “plataforma de ação”, promovendo discussões acerca dos efeitos sociais, preservação digital, curadoria digital e análises de riscos ao patrimônio memorial nacional, bem como, elaboração

e desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão, numa espécie de “modelo colaborativo de experiência” em Sistemas Memoriais” (Araújo, F., 2018, p. 189, grifo nosso). De acordo com Galindo (2023), fundamentado na exitosa experiência do Laboratório Virtus, o Liber deveria:

[...] experimentar novas metodologias, desenvolver novas tecnologias de gerenciamento eletrônico da informação e pesquisar novas formas de gestão de conteúdos em meio digital, com foco no campo da memória, da preservação e do acesso ao conhecimento. Essa natureza delimitou o campo das escolhas que fizemos no passado molda e orienta, no presente, nossa visão de pesquisa.

Apoiado no lema “juntar coletivos pelas semelhanças” (Galindo, 2023)<sup>190</sup>, o Laboratório Liber inicia suas atividades firmando projetos e parcerias institucionais. Entre essas parcerias, figuram instituições públicas e privadas em âmbito nacional, a saber: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Fundação Gilberto Freyre (FGF), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Instituto Ricardo Brennand (IRB), Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Governo de Pernambuco), Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (Governo de Pernambuco), Museu da Cidade do Recife (Prefeitura do Recife), Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) entre outras. Já em âmbito internacional, mantém parcerias com a *Koninkrijk der Nederlanden* (Países Baixos); *Royal Netherlands Institute of Southeast Asian and Caribbean Studies* (KITLV, Holanda); Universidade de Aveiro (Portugal) e Universidade do Porto (Portugal).

Com base nessas parcerias institucionais, o ambiente multiusuário do Laboratório Liber serviu como incubadora para a concepção de projetos de digitalização de acervos memoriais e construção de repositórios digitais. Desse modo, o referido Banco de Teses (antigo LibVirtus) foi oficialmente o primeiro projeto realizado pelo Liber. Após essa primeira experiência, outros foram postos em prática, principalmente, com o desenvolvimento do *software* Clio de gestão de acervos digitais<sup>191</sup>. Assim, foram construídos os seguintes projetos: “Ultramar”<sup>192</sup>, “Memórias

---

<sup>190</sup> Fragmento da palestra “Liber: um panorama memorial” proferida por Marcos Galindo, na Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória (CTCM), realizada em Recife, no dia 17 de julho de 2023.

<sup>191</sup> Software Clio: Sistema de Gerenciamento de Acervos Digitais. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/bdedata/modules/home/cliio.php>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>192</sup> Projeto Ultramar. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/novoclio/?a=3>. Acesso em: 24 jul. 2023.

do Golpe: O Brasil de 64 a 85”<sup>193</sup>, “Monumenta Hyginia”<sup>194</sup>, “Povos Originários do Brasil”, “Memorial Joaquim Caetano”<sup>195</sup>, “Frans Post: Imagens de um Brasil Holandez: 1637 a 1660”<sup>196</sup>, “Projeto Pergunte a Pereira da Costa”<sup>197</sup>, “Rede Memorial de Pernambuco”<sup>198</sup>, “Save The Children”<sup>199</sup> (Suécia), “Selos do Brasil: Coleção de Selos do Centenário da Revolução Republicana em Pernambuco”<sup>200</sup>, “A Visão Holandesa do Brasil”<sup>201</sup>, “Atlas do Brasil Holandês”<sup>202</sup>, “PROCONDEL SUDENE: Acervo do Conselho Deliberativo”<sup>203</sup>, “Oficina Guaianases de Gravuras”<sup>204</sup> e “Memorial Digital do Tribunal de Justiça de Pernambuco”<sup>205</sup>.

Neste momento o Laboratório Liber está em fase de execução dos seguintes projetos:

- “Memória do Fomento à Ciência em Pernambuco, Panorama II” (Financiado pela Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, FACEPE);
- “Preservação Digital e Análise de Risco em Repositórios Institucionais” (Financiado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT);
- “Documentos Diplomáticos do Brasil Holandês: Souza Coutinho e Antônio Vieira” (Financiado pelo Governo dos Países Baixos);

<sup>193</sup> Memórias do Golpe: O Brasil de 64 a 85. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/ditadura/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>194</sup> Monumenta Hyginia. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/hyginia/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>195</sup> Memorial Joaquim Caetano. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/jcaetano/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>196</sup> Frans Post: Imagens de um Brasil Holandez: 1637 a 1660. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/libvirt/fpost/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>197</sup> Projeto Pergunte a Pereira da Costa. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/pc2/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>198</sup> Rede Memorial Pernambucana. Disponível em: <http://redememorialpernambuco.blogspot.com/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>199</sup> Save The Children. Disponível em: [http://www.liber.ufpe.br/save\\_the\\_children/](http://www.liber.ufpe.br/save_the_children/). Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>200</sup> Selos do Brasil: Coleção de Selos do Centenário da Revolução Republicana em Pernambuco. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/selos/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>201</sup> A Visão Holandesa do Brasil. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/visaoholandesa/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>202</sup> Atlas do Brasil Holandês. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/atlas/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>203</sup> PROCONDEL SUDENE: Acervo do Conselho Deliberativo. Disponível em: <http://procondel.sudene.gov.br/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>204</sup> Oficina Guaianases de Gravuras. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/guaianases/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>205</sup> Memorial Digital do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Disponível em: <http://www.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/digital>. Acesso em: 24 jul. 2023.

- “O cartório da Santa Casa de Misericórdia do Recife” (Sem financiamento);
- “Jornais Centenários” (Parceria com Associação Portuguesa de Imprensa, Associação Pernambucana de Imprensa e Diário de Pernambuco; Financiados por emendas parlamentares).

Analisando a exposta trajetória do Laboratório Liber pode-se constatar a sua importância à nível local, regional, nacional e internacional. A partir das discussões entre docentes e pesquisadores “multidepartamentais” da UFPE, fez surgir uma tímida, mas empreendedora iniciativa em que a preservação do patrimônio memorial é o fio condutor que entrelaça as necessidades de pesquisa de seus interessados. Do grupo “Virtus: Laboratório de Informação” (1997) ao projeto institucional “Virtus: um experimento interdisciplinar e multidepartamental” (1997), passando pelo projeto de pesquisa “LibVirtus: Biblioteca Digital” (1997), até se consolidar como “Liber: Laboratório de Tecnologia para o Conhecimento” (2006), foram muitos os percalços no caminho, reconhecidos trabalhos colaborativos, desenvolvimento de projetos e estabelecimento de parcerias. Isso fez o Laboratório Liber se tornar um ambiente de referência para a comunidade formada por agentes que preservam e promovem a memória. Para além de ser um escritório de ideias, plataforma de ação ou agência acadêmica (Galindo, 2023), o Laboratório Liber saiu da sua “pernambucana zona de conforto” e percorreu quilômetros levando consigo a sua bem-sucedida experiência e metodologias experimentadas para outros ambientes acadêmicos e profissionais.

Assim, diante das dificuldades comumente encontradas pelas Instituições de Memória, quando suas atividades de preservação são vistas pelos seus mantenedores como “supérfluo”, por vezes, o Laboratório Liber se enquadra num conceito de “inovação frugal”<sup>206</sup> para estas instituições. Seja por meio do desenvolvimento colaborativo de soluções técnicas e tecnológicas (por exemplo, o *software* Clio de gestão de acervos digitais), por comodato entre instituições (empréstimo de escâneres e trabalho técnico) ou compartilhamento de experiências e metodologias entre seus interessados (Rede Memorial Pernambucana e Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória). Em suma, assim como uma árvore (floema, botânica), o Laboratório Liber materializa os conceitos teóricos do

---

<sup>206</sup> “inovação frugal é aquela onde os produtos e serviços concentram-se nas necessidades essenciais, minimizando o uso dos recursos no desenvolvimento, na produção e entrega, efetivamente diminuindo o custo de suas ofertas” (Kuo, 2017 *apud* Sarafim; Sousa, 2022, p. 03).

Sistema Memorial transportando soluções de preservação do patrimônio memorial para instituições cooperantes. Foi com base nessa experiência e importância para a comunidade pernambucana, que em meados de 2021 a Associação Pernambucana de Imprensa e o Diário de Pernambuco procuraram o Laboratório Liber para celebrarem um convênio, e assim conceber o projeto “Jornais Centenários”, conforme veremos mais adiante.

## 7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A **pesquisa científica** é uma atividade intelectual que envolve um indivíduo ou conjunto de indivíduos com a finalidade de analisar e discutir uma inquietação (pessoal/profissional/institucional/social) ou uma lacuna (literária/científica), encontrando possíveis respostas teóricas, técnicas, metodológicas, experimentais, práticas, entre outras, que solucionem a necessidade inicial. Assim, o ato de pesquisar visa solucionar problemas de “maneira racional, analítica, sistemática e metodológica. É por meio do conhecimento e da solução dos problemas que o homem busca transformar o mundo em que vive e promover o avanço da ciência” (Rodrigues, 2006, p. 88)<sup>207</sup>.

Fundamentado nisso, ao pesquisar o indivíduo basicamente irá: *questionar, observar, duvidar, esclarecer, refletir, procurar, encontrar, ler, analisar, comparar, ordenar (através de métodos), investigar (através de técnicas) e concluir*, resultando na construção de uma produção científica (artigo, monografia, dissertação, tese etc.). Desse modo, esta espécie de “ciclo científico” é o que impulsiona o referido avanço da ciência em que uma pesquisa se inicia pelas inquietações/lacunas próprias ou sugeridas por investigações anteriores e, em consequência disso, motivará a produção de novas pesquisas em um novo e “interminável” ciclo. Ou seja, progresso científico que não fica restrito ao âmbito acadêmico, constantemente se renova e ganha outros olhares, formas e aplicações à benefício da sociedade. Em síntese, a pesquisa científica pode então ser compreendida como:

[...] maneira pela qual o investigador poderá buscar subsídios informacionais para fundamentar as suas reflexões e usar métodos e técnicas para obter e coletar dados necessários para entender e solucionar as problemáticas e hipóteses norteadoras que foram estabelecidas na concepção da investigação (Araújo, 2013, p. 139)<sup>208</sup>.

---

<sup>207</sup> RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

<sup>208</sup> ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. **Digitalização e preservação da informação em meio digital: o caso do acervo memorial da seca e do semi-árido da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (NUT Seca/UFRN)**. 2013. 287 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Departamento de Engenharia de Informática, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2013. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69220/2/26600.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

Face ao exposto, a pesquisa científica será justificada através da análise prefacial, problemática e problema norteador, concebendo assim, o tema, hipótese e objetivos. É por meio desses aspectos preliminares que a metodologia da pesquisa nasce “consistindo no estudo da prática do saber e das práticas de exercício do saber, tendentes ao aperfeiçoamento dos conhecimentos humanos” (Bittar, 2009, p. 21)<sup>209</sup>. Destarte, para que se alcance os resultados esperados na pesquisa, torna-se necessário que procedimentos metodológicos sejam selecionados, atendendo assim, tais inquietações/lacunas.

A seleção dos elementos que constarão nos procedimentos metodológicos deve estar relacionada com o problema a ser pesquisado. A escolha desses elementos dependerá dos vários fatores pertinentes à pesquisa, como natureza do problema, objetivos da pesquisa, hipóteses ou questões norteadoras, recursos financeiros e humanos, tempo disponível e estabelecimento, concepção filosófica, científica e de mundo etc. (Rodrigues, 2006, p. 166).

Logo, para atingir seu propósito, os procedimentos metodológicos se baseiam em método científico, compreendendo ser:

[...] elemento fundamental do processo do conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte, a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos (Severino, 2007, p. 102)<sup>210</sup>.

Foi alicerçado nesses conceitos introdutórios que se deu a concepção desta tese de doutorado, constituindo assim, em um “trabalho *original* de pesquisa, com o qual o [pesquisador] deve demonstrar ser um estudioso capaz de fazer avançar a disciplina a que se dedica” (Eco, 2016, p. 02, grifo no original)<sup>211</sup>. Ainda de acordo com Eco (2016) a tese de doutorado sendo uma “pesquisa original” deve descobrir algo inédito “que ainda não foi dito” por outros estudiosos ou pesquisadores. Portanto, esta produção científica não necessariamente precisa trazer uma contribuição “revolucionária”, podendo se restringir a estudos com dimensões mais

<sup>209</sup> BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

<sup>210</sup> SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

<sup>211</sup> ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 26. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. (Coleção Estudos; 85).

simples desde que traga reflexões estruturadas cientificamente com resultados inéditos e esclarecedores que solucionem determinado problema.

[...] podem ser descobertas mais modestas, considerando-se resultado ‘científico’ até mesmo uma maneira nova de ler e entender um texto clássico, a identificação de um manuscrito que lança nova luz sobre a biografia de um autor, uma reorganização e releitura de estudos procedentes que conduzem à maturação e sistematização das ideias que encontravam dispersas em outros textos. Em qualquer caso, o estudioso deve produzir um trabalho que, teoricamente, os outros estudiosos do ramo não deveriam ignorar, porquanto, diz algo novo sobre o assunto (Eco, 2016, p. 03).

Isto posto, esta tese parte do universo que diz respeito a “**preservação de jornais impressos de valor histórico**” e os “**fenômenos sociais que impactam diretamente na função de preservação da memória registrada**”. Com base nessa inquietação, foram apresentados no capítulo introdutório os pontos epistemológicos desta pesquisa, o qual sintetizaremos no **Quadro 2** a seguir:

Quadro 2 – Pontos Epistemológicos da Tese

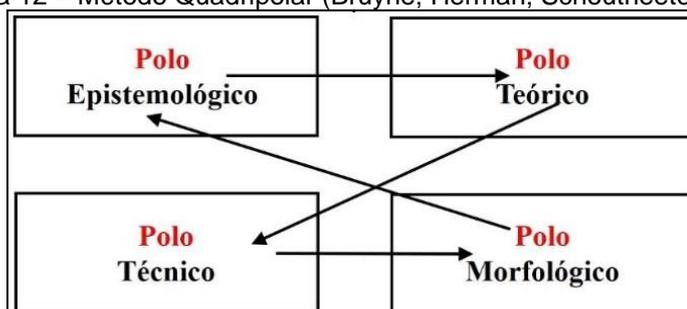
<b>Tema Principal</b>	Preservação da Memória de Jornais de Valor Histórico.
<b>Problematização</b>	<p>- O jornal impresso sendo um importante meio de comunicação que (re)conta através de notícias, a história de uma localidade, região, país ou mundo, isto é, um registro memorial de alta relevância para uma sociedade, que mesmo diante da sua continuidade em meio digital e/ou encerramento, ainda permanece exercendo seu papel principal de informar. Porém, constata-se que atualmente caíram no esquecimento/silenciamento dos seus produtores/mantenedores/leitores/sociedade.</p> <p>- Observa-se que na maioria das vezes, os produtores/mantenedores de jornais impressos doam para instituições públicas ou privadas custodiarem e preservarem esses acervos memoriais. Porém, a realidade mostra que essa memória documental é considerada como algo “dispensável”, o qual suas coleções apresentam-se incompletas, com edições saqueadas, destruídas, ou, em outros casos, foram deixadas em galpões abandonados transformando-se em pó, em “cinzas memoriais”.</p>
<b>Hipótese</b>	Os fenômenos sociais (políticos, econômicos e culturais) impactam diretamente na função de preservação da memória registrada da imprensa (jornais impressos), ou seja, um problema social, tendo em vista ser considerada como um elemento periférico, supérfluo. Logo, a apresentação e discussão deste problema social pode resultar numa esperança para manter viva a memória registrada da Imprensa Pernambucana e Brasileira, suprimindo assim, uma lacuna existente na literatura.
<b>Problema de Pesquisa</b>	Quais os elementos teóricos e aplicados de organização e preservação de documentos de jornal de valor histórico?
<b>Objetivo Geral</b>	Propor um modelo referencial de preservação de documentos de jornal por meio da teoria de Sistemas Memoriais.
<b>Objetivos Específicos</b>	<p>a) Descrever os elementos que configuram a teoria dos Sistemas Memoriais por via da Documentação;</p> <p>b) Sistematizar os processos de organização e preservação de documentos de jornal;</p> <p>c) Configurar os elementos teóricos e metodológicos voltados à</p>

Estabelecidos os referidos pontos epistemológicos da tese, bem como, a observação das relações e delimitações metodológicas existentes na estrutura desta pesquisa, então, foi possível selecionar e aplicar a abordagem topológica do Método Quadripolar, conforme será explicado no próximo item.

## 7.1 Método Quadripolar

O **Método Quadripolar** é uma metodologia de pesquisa fundamentada na “dinâmica de investigação inspirada no modelo topográfico” (Silva; Ribeiro; Ramos; Real, 2002, p. 221)<sup>212</sup>, que se estrutura por meio da interação dos polos epistemológico, teórico, técnico e morfológico (**Figura 12**). Concebido por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete em 1974, o referido método defende que a pesquisa científica não deve ser reduzida “a uma visão meramente tecnológica ou instrumental, devendo ser perspectivada por forma a superar-se o debate ‘tradicional’ entre *quantitativo* e *qualitativo* por forma ainda a promover-se o fecundo intercâmbio interdisciplinar” (Silva; Ribeiro; Ramos; Real, 2002, p. 221).

Figura 12 – Método Quadripolar (Bruyne; Herman; Schoutheete, 1974)



Fonte: Moreira, Vechiato e Araújo (2020, p. 241)<sup>213</sup>

<sup>212</sup> SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís.

**Arquivística:** teoria e prática de uma Ciência da Informação. 2. ed. Porto, Portugal: Ed. Afrontamento, 2002. v. 1.

<sup>213</sup> MOREIRA, Luciana de Albuquerque; VECHIATO, Fernando Luiz; ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. Aplicações do Método Quadripolar na Ciência da Informação: relato de experiência. In: MOREIRA, Luciana de Albuquerque; SOUZA, Jacqueline Aparecida de; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho (Orgs.). **Informação na Sociedade Contemporânea**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota), 2020. p. 241-268. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31021>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Deste modo, o Método Quadripolar tem o objetivo de ser um “instrumento operativo de uma dinâmica de investigação instauradora de novo paradigma nas Ciências Humanas e Sociais, com destaque para a interdisciplina das Ciências da Educação” (Silva, 2006, p. 154). Com base nesse pensamento, a partir de 2002 o método foi introduzido pelos professores Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro no âmbito da Universidade do Porto (Portugal), e aplicado como “dispositivo metodológico global” nos trabalhos científicos produzidos nos cursos de licenciatura, mestrado e doutorado em Ciência da Informação, se refletindo também no contexto científico brasileiro. Em síntese, tal método não se resume a simples “apresentação de dados quantitativos e/ou qualitativos, nem somente objetivar numa investigação através da exploração, descrição e/ou explicação dos fatos, mas sim, reunir todos esses procedimentos através [dos] quatro polos-base” (Araújo, 2013, p. 145).

Face ao exposto, Silva (2006) define que o Método Quadripolar se estrutura através dos referidos polos epistemológico, teórico, técnico e morfológico, o qual compilamos os conceitos no **Quadro 3** abaixo:

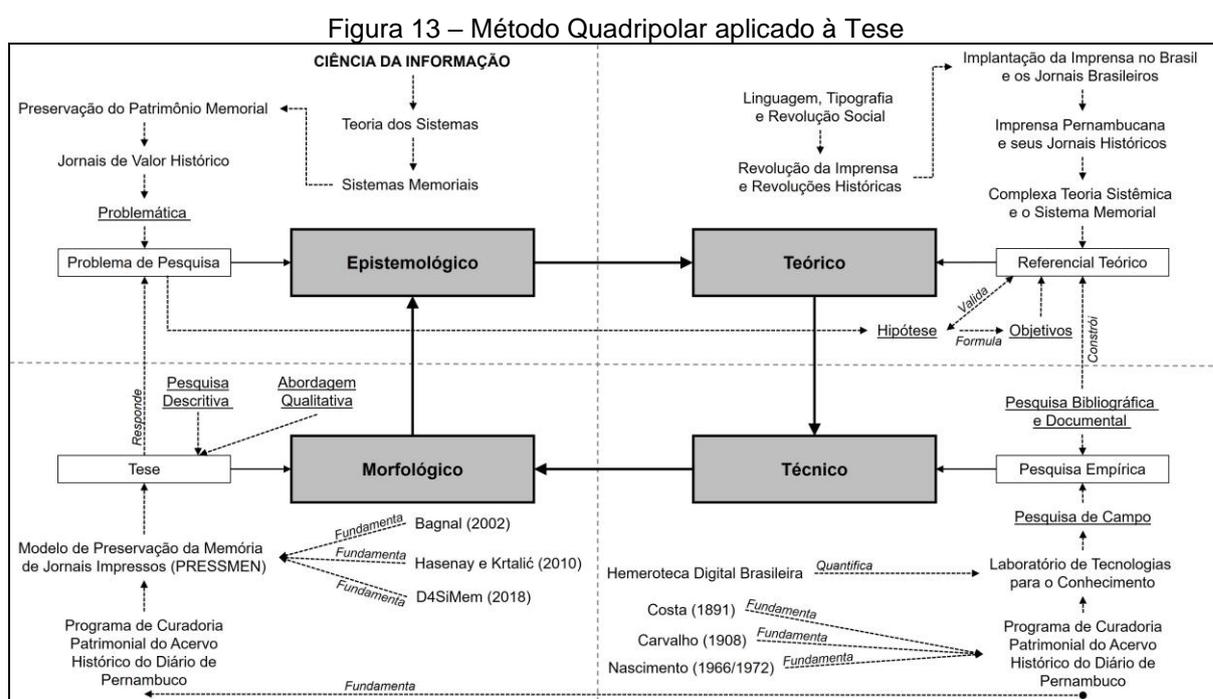
Quadro 3 – Conceituação dos Polos do Método Quadripolar

Polos	Conceito	Compreensão
<b>Epistemológico</b>	Opera-se a permanente construção do objecto científico e a definição dos limites da problemática de investigação, dando-se uma constante reformulação dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade que orientam todo o processo de investigação.	Problemática; Problema; Tema.
<b>Teórico</b>	Centra-se a racionalidade do sujeito que conhece e aborda o objecto, bem como a postulação de leis, a formulação de hipóteses, teorias e conceitos operatórios e consequente confirmação ou informação do 'contexto teórico' elaborado.	Hipótese; Objetivos; Princípios; Referencial Teórico.
<b>Técnico</b>	Consuma-se, por via instrumental, o contacto com a realidade objectivada, aferindo-se a capacidade de validação do dispositivo metodológico, sendo aqui que se desenvolvem operações cruciais como a observação de casos e de variáveis, a avaliação retrospectiva e prospectiva, a infometria e até a experimentação mitigada ou ajustada ao campo de estudo de fenomenalidades humanas e sociais, sempre tendo em vista a confirmação ou refutação das leis postuladas, das teorias elaboradas e dos conceitos operatórios formulados.	Pesquisa Bibliográfica e Documental; Pesquisa Empírica; Pesquisa de Campo; Coleta de dados; Observação; Avaliação; Experimentação.
<b>Morfológico</b>	Formalizam-se os resultados da investigação levada a cabo, através da representação do objecto em estudo e da exposição de todo o processo de pesquisa e análise que permitiu a construção científica em torno dele.	Resultados; Descrição/Explicação; Quantitativo/Qualitativo.

Fonte: Silva (2006, p. 154-155)

Fundamentado neste quadro conceitual, os polos do Método Quadripolar podem ser entendidos da seguinte forma: no **polo epistemológico** serão construídos os primeiros alicerces da pesquisa científica, em que se evidenciam a

problemática e o problema relativos a um determinado tema, os quais orientarão todo o percurso investigativo; no **polo teórico**, será validada a hipótese e formulados os objetivos, estudados e desenvolvidos por meio de princípios teóricos (referencial teórico); no **polo técnico**, tais princípios e conceitos teóricos serão extraídos e comparados com a realidade da pesquisa (levantamento bibliográfico, análise documental, coleta de dados, observação, avaliação, experimentação etc.); no **polo morfológico**, os resultados e conclusões são apresentados, descritos e explicados de forma quantitativa (recursos estatísticos) e/ou qualitativa (elucidações teóricas, propostas de modelos dos fenômenos ocorridos, soluções técnicas e metodológicas etc.). Isto posto, a aplicação do Método Quadripolar nesta tese pode ser visualizada na **Figura 13** abaixo:



Fonte: O autor (2024)

A partir desta representação gráfica podemos então redimensionar a arquitetura original do método (visualizada na Figura 12) sob uma perspectiva cíclica, evidenciando assim, as relações entre os quatro polos. Ou seja, embora o Método Quadripolar se adapte à realidade das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais, tendo em vista as possibilidades de relações mais diretas entre os polos, porém, nesta investigação, o método foi pensado e desenvolvido conforme a lógica apresentada na Figura 13. Portanto, esta tese de doutorado é caracterizada como uma **pesquisa descritiva**, consistindo em “descrever fenômenos ou estabelecer

relações entre as variáveis”, procurando “observar, registrar, analisar e interpretar os fenômenos por meio de técnicas sistemáticas de coleta de dados. [...] estuda as relações entre as variáveis de um determinado fenômeno sem as manipular” (Rodrigues, 2006, p. 90). Além disso, utiliza a **abordagem qualitativa**, procurando “descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias” (Rodrigues, 2006, p. 90).

Em vista disso, apoiado da análise prefacial que concebeu a problemática e o problema norteador, foi construído o Projeto de Tese considerando primeiramente a grande área científica “Ciência da Informação” seguida de subdivisões teóricas que justificam o percurso investigativo (Teoria dos Sistemas e Sistemas Memoriais). Fundamentado nessas subdivisões teóricas, o objeto científico foi especificado (Preservação do Patrimônio Memorial), tendo como *corpus* de pesquisa, os Jornais de Valor Histórico. Assim, por meio de uma perspectiva sistêmica de trabalho cooperativo entre Instituições de Memória (Rede Memorial), os aspectos teóricos e práticos da preservação do patrimônio memorial de jornais impressos de valor histórico foram destacados para serem estudados ao longo da pesquisa, o que possibilita enquadrar essa parte introdutória como Polo Epistemológico.

Logo após, o estágio conceitual foi iniciado através da validação da hipótese e formulação dos objetivos geral e específicos, visando refletir, argumentar e responder teoricamente a problemática e problema de pesquisa (polo epistemológico). Em outras palavras, observar e compreender as relações existentes entre o objeto científico e outros conceitos, princípios, teorias e linhas de pensamentos oriundos tanto da Ciência da Informação quanto de áreas afins. Deste modo, o Referencial Teórico foi construído e escrito evidenciando a “Linguagem, Tipografia e Revolução Social”, a “Revolução da Imprensa e Revoluções Históricas”, a “Implantação da Imprensa no Brasil e os Jornais Brasileiros” e a “Imprensa Pernambucana e seus Jornais Históricos”, sendo esta parte conceitual considerada como Polo Teórico.

Com base no explicado estágio conceitual, a Pesquisa Empírica (estágio funcional) começou a ser desenvolvida. Para tanto foi realizada a Pesquisa Bibliográfica e Documental ao buscar e recuperar conceitos teóricos necessários para a construção do Referencial Teórico (Polo Teórico), encontrados em livros,

artigos de periódicos *on line*, vídeos, documentos não publicados guardados em acervos pessoais, bibliotecas físicas, BRAPCI<sup>214</sup>, SCIELO<sup>215</sup>, Portal de Periódicos Capes<sup>216</sup>, Repositórios Digitais e outras plataformas digitais. Além disso, também foi usada a Pesquisa de Campo ao coletar dados, visualizar, experimentar e participar da realidade prática da pesquisa. Neste sentido, por meio do acesso ao Termo de Cooperação Técnica e Científica firmado entre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Associação da Imprensa de Pernambuco (AIP) e o Diário de Pernambuco (DP) foi possível estudar as características do “Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco”. Desse modo, passou-se a fazer observações diretas *in loco* no âmbito do Laboratório de Tecnologias para o Conhecimento (Liber/UFPE), conhecendo todo o trabalho de tratamento físico e digital realizado nos jornais históricos pernambucanos. Como complementações necessárias para a fundamentação teórico-prática da pesquisa, foram coletados dados quantitativos dos jornais digitalizados pela Hemeroteca Digital Brasileira (Fundação Biblioteca Nacional, Brasil), bem como, o percurso histórico desses jornais publicados por Francisco Augusto Pereira da Costa (1891), Alfredo de Carvalho (1908) e Luiz do Nascimento (1966/1972) em anais e bibliografias da Imprensa Pernambucana. Compreendendo esta parte operacional como Polo Técnico.

Finalmente, os resultados adquiridos nas partes introdutória, conceitual e funcional culminaram na construção da Tese. Assim, por meio do objetivo geral desta pesquisa foi construído o produto científico denominado de Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos (PRESSMEN), ou seja, um modelo<sup>217</sup> que se baseia no pensamento sistêmico, na teoria da complexidade, no conceito de sistema memorial, em estudos de casos e diretrizes nacionais e internacionais. Portanto, um modelo de preservação de jornais que se estrutura em níveis estratégico (etapa estrutural), técnico e operacional (etapas emergenciais), fundamentado no referido “Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco”,

---

<sup>214</sup> Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação.

<sup>215</sup> *Scientific Electronic Library Online*.

<sup>216</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

<sup>217</sup> Modelo: “meio capaz de proporcionar a agregação sistemática dos factos para reorganizar de maneira significativa; é um método que tem por objetivo reunir os dados empíricos de maneira a orientá-los de acordo com as hipóteses conceituais de trabalho” (Birou, 1982 *apud* Silva, 2006, p. 155).

nas reflexões teóricas de Roger Bagnall (2002), no caso da preservação dos jornais históricos croatas (Hasenay e Krtalić, 2010) e na proposta de Modelo de Digitalização para Sistemas Memoriais, D4SiMem (Araújo, 2018). Resultados e conclusões desta Tese que contribuem para a compreensão dos “fenômenos sociais que impactam na função da preservação do patrimônio memorial”, trazendo solução teóricas e técnicas que possibilitem preservar os “jornais de valor histórico”, respondendo assim, o problema norteador definido no Polo Epistemológico. Sendo esta parte conclusiva da pesquisa considerada como Polo Morfológico.

## 7.2 Percurso de Pesquisa

Fundamentado na aplicação do Método Quadripolar nesta tese, foi então construído o Plano de Trabalho contendo um cronograma das metas e atividades que foram desenvolvidas ao longo do curso de doutorado, especificando no período de execução da pesquisa. Desse modo, nos dois primeiros anos de curso (2020 e 2021), foram cumpridos os créditos das disciplinas, realizando discussões sobre temas sugeridos pelos professores e participação em seminários e eventos científicos remotos. Além disso, também foram elaborados e publicados artigos e capítulos de livros<sup>218</sup> oriundos destas discussões nas disciplinas e no grupo de pesquisa da Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital (Rede Cariniana, IBICT), enfatizando assuntos relacionados com o tema principal da tese.

---

<sup>218</sup> ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de; SIEBRA, Sandra de Albuquerque; BORBA, Vildeane da Rocha. Digitalização: a porta de acesso para o mundo digital. In: Sandra de Albuquerque Siebra; Vildeane da Rocha Borba. (Org.). **Preservação digital e suas facetas**. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2021. p. 163-202.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; SIGOLO, Brianda de Oliveira Ordonho; GUALDANI, Fabrício Amadeu; ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. Abordagem para o desenvolvimento de disciplinas sobre informação em saúde em cursos de graduação. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 01-15, 2022.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel et al. **Bibliografia sobre preservação digital: um levantamento nos diversos suportes informacionais**. Campinas/SP: BCCL/UNICAMP, 2021.

\_\_\_\_\_. **Glossário da Rede Cariniana**. Campinas/SP; Brasília/DF: UNICAMP/BCCL; IBICT, 2022.

\_\_\_\_\_. **Diretório de Periódicos Científicos Preservados na Rede Cariniana**. Campinas/SP; Brasília/DF: UNICAMP/BCCL; IBICT, 2022.

BORBA, Vildeane da Rocha.; SILVA, Ana Paula Araújo Cabral da; ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de; SILVA, Vania Ferreira da. Tutorial de Recomendações para Digitalização de Periódicos Impressos. In: Miguel Angel Márdero Arellano; Igor Dias Ferrer. (Org.). **Tutoriais da Rede Cariniana**. Brasília, DF: IBICT, 2023. p. 80-87.

Após o cumprimento dos créditos das disciplinas, foi iniciado o período de desenvolvimento da tese (2022 e 2023). Para tanto, a pesquisa foi construída em dois estágios: conceitual e funcional, seguindo a mencionada lógica investigativa do Método Quadripolar. O **estágio conceitual** enquadra-se nesta tese como um instrumento do Polo Teórico, consistindo no processo de realização da Pesquisa Bibliográfica e Documental, em que foram feitas buscas, recuperação, seleção e avaliação de materiais informacionais publicados ou em fase de publicação (no prelo), contribuindo assim, para a redação do Referencial Teórico. O **estágio funcional** encaixa-se como ferramenta do Polo Técnico, compreendendo a Pesquisa de Campo, as observações diretas *in loco* em que foram visualizadas a infraestrutura (física e tecnológica), planejamento e execução dos trabalhos de preservação de jornais realizados no Laboratório de Tecnologias para o Conhecimento (Liber/UFPE). Assim, ambos os estágios convergem para a elaboração do Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos (PRESSMEN), ou seja, o produto científico desta tese. Baseado nisso, o **Quadro 4** apresenta o cronograma de atividades desenvolvidas nesta tese:

Quadro 4 – Plano de Trabalho (Cronograma de Atividades de Construção da Tese)

Ano	Meses	Atividades
2022	Janeiro a Julho	Construção do Plano de Trabalho (Projeto de Tese) e Pesquisa Bibliográfica/Documental (Polo Epistemológico).
	Agosto a Dezembro	Redação e Revisão da Fundamentação Teórica (Polos Epistemológico e Teórico): Capítulo 01: “Introdução”; Capítulo 02: “A prensa e a imprensa impressa: a tipografia como alicerce para uma iminente revolução social”; Capítulo 03: “A revolução da imprensa dentro das revoluções históricas: da Reforma Protestante à Revolução Francesa”.
2023	Janeiro	Finalização do Projeto de Tese.
	Fevereiro	Qualificação do Projeto de Tese.
	Março	Correção e Revisão do Projeto da Tese (sugerida pela Comissão Avaliadora do Projeto de Tese).
	Abril e Maio	Redação e Revisão da Fundamentação Teórica (Polo Teórico): Capítulo 04: “As ‘letras de imprimir’ no Brasil: das primeiras comunicações à Imprensa Régia e os primeiros jornais brasileiros”.
	Maio e Junho	Redação e Revisão da Fundamentação Teórica (Polo Teórico): Capítulo 05: “A Imprensa em Pernambuco e os jornais históricos pernambucanos”.
	Agosto e Setembro	Redação e Revisão da Fundamentação Técnica (Polo Técnico): Capítulo 06: “O Laboratório de Tecnologia para o Conhecimento (Liber/UFPE): da complexa teoria sistêmica ao modelo colaborativo de experiência em Sistemas Memoriais”.
	Setembro e Outubro	Redação e Revisão da Fundamentação Técnica (Polo Técnico): Capítulo 08: “Jornais centenários pernambucos: o caso em estudo”.
	Outubro e Novembro	Desenvolvimento, Redação e Revisão da Proposta de Modelo PRESSMEN (Polo Morfológico):

		Capítulo 09: “Modelo Referencial de Organização e Preservação de Documentos de Jornais por meio da Teoria dos Sistemas Memoriais”.
	Novembro e Dezembro	Redação e Revisão da Fundamentação Técnica (Polo Técnico) e Conclusões da Pesquisa (Polo Morfológico): Capítulo 07: “Procedimentos Metodológicos”; Capítulo 10: “Considerações Finais”.
2024	Janeiro	Defesa da Tese.

Fonte: O autor (2024)

Sustentado nos capítulos de desenvolvimento epistemológico e teórico, bem como, na descrição do procedimento metodológico e no percurso de pesquisa, nos capítulos seguintes serão apresentados e discutidos os resultados técnicos e morfológicos desta tese.

## 8 JORNAIS CENTENÁRIOS PERNAMBUCOS: O CASO EM ESTUDO

Ao longo do referencial teórico desta tese, o percurso evolutivo da Imprensa e dos Jornais Pernambucanos foi evidenciado, tendo a base os primeiros anos após a instalação da Imprensa Régia no Brasil (1808), a concessão oficial da licença de imprimir letras na capitania de Pernambuco (1816) e, principalmente, os contributos da Revolução Pernambucana (1817) e os reflexos da “liberdade de imprensa” oriunda da Revolução do Porto (1820). Assim, embora tenha-se um superficial conhecimento acerca dos jornais históricos pernambucanos restritos aos mais populares, porém, foi possível observar a grande quantidade de periódicos publicados a partir de 1821. Destarte, esse primeiro quartel oitocentista representa um marco inicial que motivou a publicação de outras centenas de jornais pernambucanos, alguns dos quais publicaram poucos números; outros nasceram, encerraram e ressurgiram anos depois com mesma ou nova identidade; muitos sobreviveram alguns meses ou anos, enquanto outros se tornaram centenários ou prestes a completar seu bicentenário.

Um percurso histórico que põe em relevo as já mencionadas conquistas que deram aos jornais pernambucanos a liberdade necessária para informar e noticiar de forma crítica o cotidiano local, regional e nacional, abandonando o anterior costume de publicar somente o que era benéfico ao governo português. Do mesmo modo, também foram encontrados entraves em seu caminho, a começar pelos impedimentos e sequestros de tipografias, controle e censura impostos pelo reinado português às letras impressas em território brasileiro e pernambucano. Em seguida, problemas de manutenção e dificuldades financeiras encontrados pelas oficinas tipográficas que causaram a suspensão ou término de suas atividades e dos jornais que publicavam. Posteriormente, mesmo gozando de sua liberdade de imprensa, novamente os jornais pernambucanos se veem de “mãos atadas” pela opressão política brasileira e ditadura militar que resultaram em novos sequestros, empastelamento ou fechamentos de outras tipografias e encerramento forçado dos seus jornais. Resumidamente, diante da evolução social pernambucana e dos impactantes acontecimentos políticos brasileiros, ao longo dos seus mais de duzentos anos de história, a imprensa pernambucana sobreviveu e conseguiu publicar inúmeros jornais. Um patrimônio memorial que resiste às ações do tempo,

aos desgastes naturais da sua matéria de base orgânica, a incúria dos seus mantenedores e as recentes transformações tecnológicas que, cada vez mais, faz migrar para o digital aquilo que surgiu rusticamente no analógico. É com base no exposto que destacaremos entre estes tantos jornais aqueles que foram observados como *corpus* desta pesquisa: “Diário de Pernambuco”, “Jornal Pequeno”, “Diário da Manhã” e “Diário a Tarde”, que serão historiados abaixo.

### 8.1 Pontuações Históricas do Diário de Pernambuco (1825), Jornal Pequeno (1898), Diário da Manhã (1927) e Diário da Tarde (1928)

O **Diário de Pernambuco (Figura 14)** foi publicado pela primeira vez no dia 07 de novembro de 1825, aos cuidados do tipógrafo e jornalista Antonino Falcão, tendo seus trabalhos iniciados dentro das antigas instalações tipográficas do “primeiro jornal da Província”, a Aurora Pernambucana (Machado, 2010<sup>219</sup>; Molina, 2015). De acordo com Nascimento (1968, p. 21, grifo no original), este diário é descrito da seguinte forma:

DIÁRIO DE PERNAMBUCO – Número 1 – **Hoje, segunda-feira, 7 de novembro de 1825 – S Florêncio, B.** – Com este cabeçalho, apresentou-se o órgão que viria a tornar-se o mais antigo em circulação na América Latina, fundado por Antonino José de Miranda Falcão, iniciando suas atividades com o formato de 24 1/2 x 19 centímetros, como simples ‘fôlha de anúncios’, as quatro páginas franqueadas aos leitores, que pagavam 40 reis por exemplar.

Face ao exposto, considerado como importante jornal pernambucano, no decurso dos seus quase dois séculos de existência, o Diário de Pernambuco passou por significativas mudanças, principalmente, no que diz respeito aos aspectos administrativos e instalações físicas. Com base nas pontuações de Nascimento (1968) e Gaspar (2004)<sup>220</sup>, é possível sintetizar o percurso administrativo do seguinte modo: em 1825 o Diário de Pernambuco iniciou suas atividades sob a

<sup>219</sup> MACHADO, Regina Coeli Vieira. **Imprensa (escrita) no Nordeste**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2004. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/imprensa-escrita-no-nordeste/>. Acesso em: 03 ago. 2023.

<sup>220</sup> GASPAR, Lúcia. **Diário de Pernambuco**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2004. Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com\\_content&view=article&id=237&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=237&Itemid=1). Acesso em: 03 ago. 2023.

tutela do referido Antonino Falcão; a partir de 1835, o jornal passou a ser comandado pelo comendador Manuel Figueiroa de Faria; logo depois, em 1901 o diário foi dirigido pelo político pernambucano Rosa e Silva; mais adiante, o industrial Carlos Benigno Pereira de Lima assume a gestão do noticiário (1912). Passados esses primeiros cem anos de atividades jornalísticas, o Diário de Pernambuco foi crescendo ao ponto de ser incorporado à empresa “Diários e Emissoras Associados”, do jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello (1931); anos mais tarde, se retira da empresa de Assis Chateaubriand para constituir uma associação entre jornalistas e empresários locais, formando um “Condomínio Associados” (1994); pouco tempo depois, em 1997 o Diário de Pernambuco regressa aos “Diários Associados” e se mantém até os dias atuais (Gaspar, 2004).

Tais modificações administrativas causaram, conseqüentemente, em mudanças em sua estrutura física. Assim, mesmo quando Olinda ainda era a capital pernambucana, o Diário de Pernambuco já tinha sua sede localizada na cidade do Recife, porém, deslocou-se para outros endereços ao longo dos anos:

Da rua das Flores foi para a rua da Soledade (então chamada de Corredor do Bispo), nº 498 e daí para a casa D1, da rua do Sol, depois para o Pátio da Matriz de Santo Antonio. Mudou-se ainda para a rua das Cruzes, a rua Duque de Caxias, nº 42 e, em 1903, para o seu endereço mais famoso, um edifício de estilo neoclássico situado na Praça da Independência, conhecida pelo povo pernambucano como Pracinha do Diário, onde permaneceu por 101 anos. Em julho de 2004, o jornal Diário de Pernambuco mudou sua sede mais uma vez para a rua do Veiga, 600, em Santo Amaro. Problemas de acesso ao centro e dificuldade de estacionamento influenciaram a decisão de mudar a redação do jornal para o prédio dos Diários Associados em Pernambuco (Gaspar, 2004).

Ainda de acordo com Gaspar (2004), mesmo diante do seu longo e exitoso percurso, torna-se necessário pontuar que também ocorreram invasões às suas instalações gráficas por agentes policiais políticos com o objetivo de danificar o maquinário da gráfica, inviabilizando momentaneamente a publicação e circulação de edições, ou seja, o “empastelamento” ocorrido nos anos de 1911, 1912, 1931 e 1945. Além de edições que foram rasgadas, queimadas e dos referidos danos causados ao seu patrimônio físico, um outro acontecimento importante na trajetória do Diário de Pernambuco foi o “assassinato do estudante Demócrito de Souza Filho, na tarde de 3 de março de 1945, pela polícia política [do governo de Getúlio Vargas],

durante concentração popular na Praça da Independência, quando caiu baleado na sacada do prédio do Diário”. Nos anos seguintes se destacou devido aos seus marcantes posicionamentos políticos por considerar que o Brasil estava “ameaçado pelo comunismo”, o qual fez oposição ao governo federal do Presidente João Goulart (1961-1964). Também realizou campanha contra as gestões do Prefeito de Recife (1960-1963) e, posteriormente, do Governador de Pernambuco (1963-1964), ambos os cargos públicos exercidos por Miguel Arraes. Em consequência disso, apoiou o Golpe de Estado Brasileiro e o regime de ditadura militar (1964-1985) (Fundação Getúlio Vargas, c2009)<sup>221</sup>.

Em síntese, esses eventos são pequenos recortes da trajetória do Diário de Pernambuco. Parafraseando Galindo (2022, p. 04)<sup>222</sup>:

Nas páginas deste periódico, mais que em livros ou outros instrumentos bibliográficos, foram travados os grandes debates e ideias de seu tempo. Registra-se a história, as expressões de letras, as artes, a política e a cultura, de um modo endêmico, próprio dos pernambucanos.

Assim, as tramas da sua existência apresentem-se entrelaçadas por crises financeiras, compra e venda de suas ações, mudanças de gestão (editoriais e políticas), greves e demissões de funcionários, e a iminente transição do impresso para o digital. Porém, o jornal sobrevive sendo considerado como o periódico “mais antigo em circulação da América Latina”, se atualizando constantemente para “acompanhar os novos tempos, sem perder a sua prestigiosa tradição” (Diário de Pernambuco, 2021)<sup>223</sup>.

---

<sup>221</sup> FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Diário de Pernambuco**. c2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 05 ago. 2023.

<sup>222</sup> GALINDO, Marcos. **Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco**: Tradição, cultura e Imprensa na América Latina. Recife, 2022.

<sup>223</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Parceria vai preservar o rico acervo do Diário de Pernambuco**. Recife, 2021. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/09/parceria-vai-preservar-o-rico-acervo-do-diario-de-pernambuco.html>. Acesso em 05 ago. 2023.

Figura 14 – Diário de Pernambuco (Nº 01, de 07 de novembro de 1825)

NUMERO 1

---

**DIARIO DE PERNAMBUCO**

---

HOJE SEGUNDA FEIRA 7 DE NOVEMBRO E 311 DIAS  
DO ANNO DE 1825

---

N. FLORENCIO, P.

---

**INTRODUÇÃO**

Faltando nesta cidade assaz populosa um Diario de Annuncios, por meio do qual se facilitassem as transacções, e se communicassem ao publico noticias, que a cada um em particular podem interessar, o administrador da Typographia de Miranda e Companhia se propoz a publicar todos os dias da semana excepto os Domingos somente o presente Diario, no qual debeixo dos titulos de --Compras--Vendas--Leilões--Alugueis--Arrendamentos--Aforamento--Roubos--Perdas--Achados--Fugidas e Apprehensões de escravos--Viagens--Afretamentos--Amas de leite etc., tudo quanto disser respeito a toes artigos; para o que tem convidado a todas as pessoas, que houverem de fazer estes ou outros quaesquer annuncios, aos levarem a mesma Typographia, que lhea serão impressos gratis, devendo ir assignados.

Tambem se publicarão todos os dias as entradas e sahidas das embarcações do dia antecedente, portos de onde vierão, dias de viagem, passageiros, cargas, e noticias, que trouxerão. Alem disto todas as sema-

nas se darão os preços correntes dos generos de importação e exportação com um attestado de dois negociantes desta cidade.

E porque para muitas pessoas seria incommodo dirigir-se a Typographia, para entregar os seus annuncios, se tem prevenido este inconveniente estabelecendo se no Recife no Solar de Joaquim da Praça, em S. Antonio na Loja da Gazeta rua de Nossa Senhora do Bonfim e na Boa Vista na Botica de João Parreira da Cunha no largo da Matriz toes annuncios, os cujas cosas se receberão igualmente assignados e se vende este Diario pelo preço de 10 rs. cada folha.

**COMPRAS**

1. Quem tiver alguma casa ou terra nesta Cidade, que não seja de alto preço, dirija-se a rua dos Martiros casa n. 13 onde achará quem pretende comprar huma tal propriedade.

**VENDAS**

2. Vende-se, ou afrete-se o Brigue Escuna Americano Abbas de 135 toneladas, em muito bom estado, e prompto de todo o necessario e muito veleiro; quem o quizer comprar ou afre-

Fonte: Brasil. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira<sup>224</sup>

<sup>224</sup> BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. **Diário de Pernambuco**. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=1](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=1). Acesso em: 03 ago. 2023. (Reprodução autorizada pela D. A. Press, Diários Associados; **Anexo A**)

Assim sendo, ao longo dos seus compilados sobre a imprensa periódica pernambucana, Carvalho (1908) e Nascimento (1966 e 1972) referenciam que na última década de 1800, foram publicados dois “Pequeno Jornal” e dois “Jornal Pequeno”. Conforme evidenciado no **Apêndice A** (Jornais Históricos Pernambucanos Publicados entre 1800 a 1899), em 09 de setembro de 1890 foi publicado o primeiro número do “Pequeno Jornal”, um semanário do Clube Republicano da Boa Vista que encerrou as suas atividades em 01 de maio de 1893. Nesse meio tempo, também foi publicado o único número do “O Jornal Pequeno” (Órgão do Clube 22), em 11 de maio de 1891, homenageando o líder abolicionista José Mariano Carneiro da Cunha<sup>225</sup>.

Isto posto, no bojo dos grandes diários pernambucanos publicados no século XIX, também figura o vespertino **Jornal Pequeno** (1899) substituindo o até então **Pequeno Jornal** (1898). De propriedade do coronel Luís Pereira de Oliveira Faria, o “Pequeno Jornal” (**Figura 15**) publicou seu primeiro número em 01 de julho de 1898, dirigido por Hersilio de Sousa, Paulo de Arruda e Júlio Falcão, “embora não figurasse nenhum nome no expediente” (Nascimento, 1966, p. 370-371). Utilizando as instalações tipográficas do “Jornal do Recife”, após um ano e poucos dias de existência, o diário vespertino recebeu ordem de despejo e se viu obrigado a encerrar suas atividades, conforme escrito em seu último número publicado em 20 de julho de 1899:

**Pequeno Jornal** – Circunstancias especiaes obrigam o proprietario desta folha tão querida do publico, suspender hoje a sua publicação. Agradece o bom acolhimento que teve o *Pequeno Jornal* durante o seu tirocínio. O proprietario desta folha convida aos assignantes que houveram pago adiantadamente, bem como aos que tem annuncios também já pagos, a virem reclamar os devidos reembolsos (Pequeno Jornal, 1899)<sup>226</sup>

<sup>225</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Centro de Ciências Jurídicas. **Curiosidades:** Você sabe quem foi José Mariano Carneiro da Cunha?. Recife, 2020. Disponível em: [https://www.ufpe.br/arquivocj/curiosidades/-/asset\\_publisher/x1R6vFfGRYss/content/voce-sabe-quem-foi-jose-mariano-carneiro-da-cunha-conheca-um-pouco-mais-da-vida-de-um-dos-principais-nomes-do-movimento-abolicionista-pernambucano-/590249](https://www.ufpe.br/arquivocj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/voce-sabe-quem-foi-jose-mariano-carneiro-da-cunha-conheca-um-pouco-mais-da-vida-de-um-dos-principais-nomes-do-movimento-abolicionista-pernambucano-/590249). Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>226</sup> BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. **Pequeno Jornal**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pagfis=1771>. Acesso em: 08 ago. 2023.

Figura 15 – Pequeno Jornal (Nº 01, de 01 de Julho de 1898)



MELHOR EXEMPLAR ENCONTRADO

Fonte: Brasil. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira<sup>227</sup>

227 BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Pequeno Jornal. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pagfis=521>. Acesso em: 08 ago. 2023.

Após mudar de endereço, em 24 de julho de 1899 era publicado o número 01 do “novo” diário vespertino, simplesmente nomeado de “Jornal Pequeno” (**Figura 16**). Nesta “quase ressurreição”, o diário passou a ser impresso na Tipografia Miranda, mantendo os redatores do jornal anterior: Hersilio de Sousa, Júlio Falcão e Paulo de Arruda. Em seu primeiro editorial, escreveram:

Com o título de *Jornal Pequeno* apresentamo-nos hoje ao publico no firme proposito de continuar a missão interrompida no dia 20 ultimo do *Pequeno Jornal*, de honrosa e inesquecível memoria, que nesse dia foi obrigado a suspender a sua publicação.

Devia ter causado, por certo, estranheza, que elle se retirasse da convivência dos seus tão amáveis quão amados e numerosos leitores, sem uma explicação do seu procedimento e sem uma palavra de gratidão.

Mas, a razão foi que, tendo sido elle surpreendido com uma ordem de despejo immediato das officinas do *Jornal do Recife*, onde effectuava a impressão de seu orgão, não lhe consentiram nem ao menos o derradeiro editorial em que se despedia dos amigos (*Jornal Pequeno*, 1899)<sup>228</sup>.

Apresentado por Carvalho (1908, p. 538) como um “jornal muito noticioso e variado, sem feição politica, traz com frequencia illustrações em photogravura e zincographia”, são esses os aspectos que tornaram o *Jornal Pequeno* como um dos diários mais longevos e importantes para a sociedade pernambucana. Neste sentido, Nascimento (1966) registra detalhadamente que do seu ressurgimento em 1899 até o ano seguinte, o diário esteve sob gerência e direção dos referidos redatores. A partir de 1900, por problemas de saúde e profissionais, Hersilio de Sousa se afastou da direção ao tempo em que Thomé Gibson e Domingos Magarinos de Souza Leão foram admitidos e constituíram uma empresa com os remanescentes Júlio Falcão e Paulo de Arruda, vindo a se tornar em maio de 1901 “Propriedade de Thomé Gibson & Falcão”. Nos meses que seguiram o ano de 1902, Thomé Gibson se tornou proprietário único (fevereiro), bem como, o diário passara a ser impresso em oficina tipográfica própria (agosto).

Anos mais tarde, em 1915, Thomé Gibson constituiu sociedade com Renato e Romeu Medeiros, ambos funcionários do *Jornal Pequeno*, tornando-se em “Propriedade de T. Gibson & Cia”. Como principal proprietário, o jornalista Thomé

---

<sup>228</sup> BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. **Pequeno Jornal**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800643&pesq=&pagfis=1>. Acesso em 08 ago. 2023.

Gibson viu o Jornal Pequeno crescer, porém, em alguns momentos foi hostilizado, agredido, julgado e absorvido das acusações devido as constantes críticas publicadas no diário. Manteve-se atuante até 10 de julho de 1928, quando faleceu defendendo o seu precioso jornal. A partir desta fatídica data, o diário continuou sob a gerência de Romeu Medeiros, tornando-se “Propriedade de Renato & Medeiros” até junho de 1945, quando ficou sob responsabilidade temporária de Antônio Barros de Carvalho até se transformar na sociedade anônima “Jornal Pequeno LTDA”, sendo “dirigida pelo seguinte grupo político: Antônio da Costa Azevedo, Joaquim Bandeira, Nehemias Gueiros, João Cleofas e Aldo Sampaio” (Nascimento, 1966, p. 405). Cumpre frisar que neste intervalo de tempo, a oficina tipográfica do jornal teve suas atividades suspensas entre 04 de outubro a 01 de dezembro de 1930, por vandalismo oriundo do movimento armado contra o governo de Washington Luís (mais conhecido como Revolução de 1930)<sup>229</sup>.

Pouco tempo transcorreu até março de 1952, quando o Jornal Pequeno passou a ser dirigido pelo jornalista Ranilson de Sá Barreto e gerenciada por Jota Soares até os fins de 1955. Muito embora tenha-se acesso aos últimos registros do diário, porém, Nascimento (1966, p. 417) cita a nota apresentada na edição do dia 31 de dezembro de 1954, como uma mensagem de final de ano, mas, também, pode ser interpretada *grosso modo* com uma espécie de despedida do jornal:

No dia de hoje, quando se encerram as atividades de 1954, queremos agradecer a todos aqueles, comerciantes, industriais, colaboradores eleitores a valiosa cooperação dispensada a este vespertino, no decorrer de mais essa etapa que conseguimos vencer, graças ao concurso, repitamos, que de todos eles recebemos. Do mesmo modo, a direção do **Jornal Pequeno** externa, de público, os seus agradecimentos ao pessoal gráfico, redacional e da gerência, pelo inestimável concurso que nos deu nos setores das suas atividades e sem o qual não teríamos encerrado de modo tão auspicioso o seu 55º ano de circulação (Nascimento, 1966, p. 417, grifo no original).

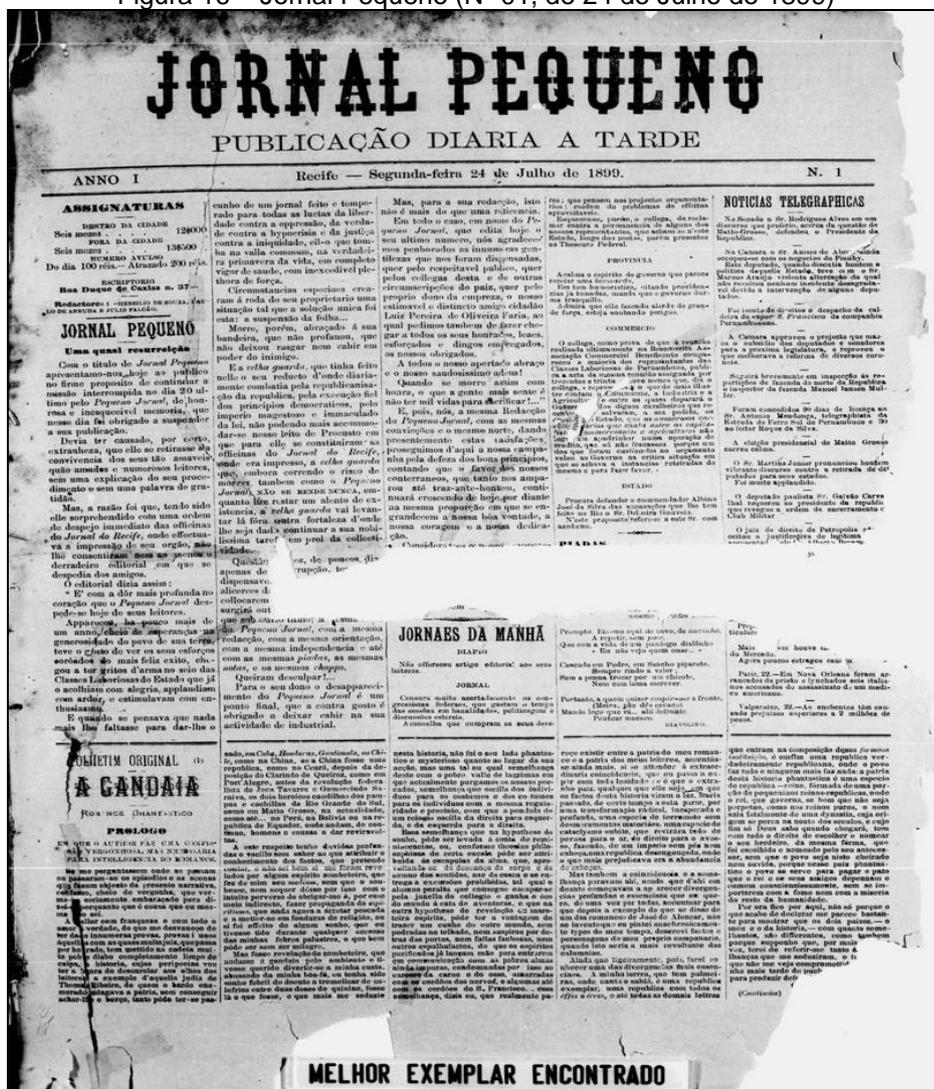
Ainda que a edição de número 300 publicada no dia 31 de dezembro de 1955, não faça nenhuma indicação quanto a continuidade ou encerramento do diário, porém, é possível supor que a periodicidade do jornal sofreu um forte abalo com o

---

<sup>229</sup> DOMINGUES, Joelza Ester. **Outubro de 1930**: o movimento armado que mudou o Brasil. Ensinar História, 2017. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/outubro-de-1930-a-revolucao-que-mudou-o-brasil/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

falecimento de Ranilson Barreto<sup>230</sup>. Assim, as fontes bibliográficas, documentais e orais consultadas nesta pesquisa, não precisam a data oficial de encerramento das atividades do Jornal Pequeno, confirmando somente o período de 1899 a 1955, existindo assim, uma importante lacuna sem resposta concreta, se restringindo apenas ao dito por Luiz Nascimento (1966) e as edições disponibilizadas pela Hemeroteca Digital Brasileira. No entanto, o Jornal Pequeno representa um importante capítulo da história da imprensa pernambucana, imprimindo nas edições encontradas o slogan “o vespertino mais antigo da América Latina”.

Figura 16 – Jornal Pequeno (Nº 01, de 24 de Julho de 1899)



Fonte: Brasil. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira<sup>231</sup>

<sup>230</sup> De acordo com o Diário Carioca (Rio de Janeiro, ano 28º, nº 8.454), Ranilson Barreto faleceu ao desembarcar no Rio de Janeiro, no dia 02 de fevereiro de 1956, em decorrência de um infarto do miocárdio. BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Correio Carioca. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092\\_1956\\_08454.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1956_08454.pdf). Acesso em 09 ago. 2023.

<sup>231</sup> BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. **Jornal Pequeno**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pagfis=1>. Acesso em: 08 ago. 2023.

Prosseguindo nesse histórico dos diários pernambucanos, no início do segundo quartel dos novecentos nasce o **Diário da Manhã (Figura 17)**, com seu primeiro número publicado aos 16 de abril de 1927. De propriedade da empresa “Lima Cavalcante & Cia.”, o diário foi fundado por Caio Lima Cavalcante e Carlos Lima Cavalcante. Entre os irmãos fundadores, aquele que se destacou no contexto pernambucano, tanto pelo seu papel como diretor geral do referido diário quanto pelos seus ideais revolucionários e sua vida política, foi Carlos Lima Cavalcante. De acordo com o histórico apresentado no *website* do Diário da Manhã<sup>232</sup>, Carlos Cavalcante teve participação ativa nas questões políticas pernambucanas, que por meio do seu jornal, fez campanha “contra a oligarquia pernambucana e a política econômica do governo federal, representado pelo presidente Arthur da Silva Bernardes (1922-1926)” (Barbosa, 2006)<sup>233</sup>, contribuindo assim, para o posterior movimento revolucionário de 1930.

Ainda de acordo com Barbosa (2006), tendo um vínculo de amizade muito próximo com Getúlio Vargas e a marcante desenvoltura do seu jornal, principalmente, no desenrolar desta Revolução de 1930, Carlos Cavalcante foi nomeado como “Interventor Federal do Estado de Pernambuco” (1930 a 1935) e depois eleito pela Assembleia Legislativa para o cargo de “Governador Constitucional de Pernambuco” (1935 a 1937). Neste último período, o Diário da Manhã se tornou em uma espécie de jornal oficial do governo (Nascimento, 1967)<sup>234</sup>. Porém, diante de um conturbado percurso na gestão de Pernambuco e descontente com o projeto político do governo Vargas, Carlos Cavalcante<sup>235</sup> passou a ser perseguido, perdendo seu prestígio e, com a implantação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, foi deposto do seu cargo de Governador de Pernambuco à pedido do próprio amigo e presidente reeleito Getúlio Vargas.

---

<sup>232</sup> DIÁRIO DA MANHÃ PERNAMBUCO. **Histórico**. Recife, [202-?]. Disponível em: <https://www.diariodamanha-pe.com.br/historico>. Acesso em: 10 ago. 2023.

<sup>233</sup> BARBOSA, Virginia. **Carlos de Lima Cavalcanti**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2006. Disponível em <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/carlos-de-lima-cavalcanti/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

<sup>234</sup> NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1967. v. 3. (Diário do Recife, 1901/1954).

<sup>235</sup> Nos anos seguintes, o ex-governador pernambucano foi embaixador do Brasil na Colômbia (1938), México (1939-1945) e Cuba (1945), como também, regressando ao solo brasileiro, assumiu outros cargos públicos (deputado constituinte, deputado federal, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool), vindo a falecer em 19 de setembro de 1967 (Barbosa, 2006).

Devido a importância do Diário da Manhã e as constantes manchetes críticas ao governo estadual e federal, o jornal chegou a ter sua oficina tipográfica fechada pela polícia política de Vargas. Desse modo, Nascimento (1967, p. 300) também relata que no governo de Agamenon Magalhaes, adversário político de Carlos Lima Cavalcante, o jornal foi vítima de perseguições forçando a substituir os seus diretores:

Tornou-se diretor-presidente da empresa, no dia 21 de junho [1938], Rubens Pereira de Araújo, em substituição a Renato Carneiro da Cunha, que se viu forçado a abandonar o posto, vítima de perseguições do governo estadual (gestão de Agamenon Magalhaes), chegando a ser preso algumas vezes e, por fim, deportado, como sucedeu, igualmente, ao redator Luis de Barros. Dias depois, exonerava-se Carlos Rios, passando Mauro Mota a atuar na qualidade de redator-chefe (Nascimento, 1967, p. 300).

Ainda fundamentado em Nascimento (1967, p. 301-309), alguns meses se passaram até que em fevereiro de 1939 houve uma nova substituição do diretor-presidente, sendo este exercido por Pedro de Sousa. Deste ano em diante houve outras mudanças administrativas, porém, a transformação mais significativa se deu na sua periodicidade: o jornal que nasceu diário se transformou em semanário (julho de 1942), voltou a circular como diário (fevereiro de 1944) e novamente foi publicado como semanário (janeiro de 1945) até suas atividades serem suspensas em abril daquele ano. Após um tempo “adormecido”, o Diário da Manhã voltou às suas atividades jornalistas em outubro de 1946, aos cuidados de Lamartine de Holanda, reerguida por meio da organização de uma sociedade anônima dirigida por Costa Porto. Nos anos seguintes a direção do jornal foi outra vez substituída, assumindo Hibernon Wanderlei e Virgínio Novais (1947), Constantino Maranhão (1948) até ser suspenso em agosto deste referido ano.

O Diário da Manhã ficou parado até março de 1950, quando foi criada a firma “Diário da Manhã S.A.” com a finalidade de reerguer o jornal, tendo como diretor-presidente Luís Filipe de Sousa Leão. Em dezembro daquele ano era então finalizado mais um ciclo de existência deste importante diário pernambucano, que “[...] chegou a sair com doze páginas nos dias úteis, mas terminou com seis, reduzida a circulação, os anúncios rareando, até que deixou de existir definitivamente, sendo a derradeira edição divulgada a 31 de dezembro de 1950” (Nascimento, 1967, p. 310).



Doze anos depois, em 1962, um novo percurso do Diário da Manhã começou a dar seus primeiros passos, aos cuidados de Heleno Fonseca Gouveia. Sob nova direção, o jornal procurou manter a tradicional linha editorial característica dos seus fundadores, Caio e Carlos de Lima Cavalcante, tendo o “compromisso de defender os interesses de Pernambuco e do Nordeste sobre todo e qualquer outro” (Diário da Manhã Pernambuco, [202-?]). Ao pesquisar o acervo digitalizado do Diário da Manhã na Hemeroteca Digital Brasileira, foi possível observar que após o encerramento do primeiro ciclo deste diário, os registros disponibilizados recomeçam somente a partir de outubro de 1964. Assim, na edição de nº 4.927 foi apresentada na primeira página a seguinte mensagem assinada por Augusto Lucena (Prefeito de Recife em 1964):

No momento em que volta à circulação um jornal como o ‘DIÁRIO DA MANHÃ’ – órgão da imprensa pernambucana que relembra grandes momentos das nossas lutas cívicas – envio aos seus atuais dirigentes sinceros votos para que possam restaurar, em tôda a sua plenitude, os sadios ideais que fizeram do velho jornal uma das nossas maiores tribunas dos exatos ideais democráticos. Não posso deixar de fazer menção ao nome do seu fundador e através de tantos anos seu dirigente, o Dr. Carlos de Lima Cavalcanti, homem público de tanto civismo e de tanta honradez, evocando, do mesmo modo o insígne jornalista José de Sá, que foi seu redator-chefe e ainda hoje afastado das lides jornalísticas, não as esquece, e continua colaborando, assiduamente, no ‘Jornal do Comércio’ e ‘Diário de Pernambuco’ (Diário da Manhã, 1964)<sup>237</sup>

Nesta fase o Diário da Manhã prosseguiu com a tradicional publicação do jornal impresso vendido avulsamente ou sob assinatura. Porém, ousou ao disponibilizar gratuitamente em murais espalhados pela cidade do Recife o denominado “jornal-mural”, resgatando assim, um hábito muito comum no início do século XIX dos jornais impressos fixados em paredes públicas. Deste modo, “permitindo a leitura gratuita pelo povo de suas edições, diariamente, através de suas folhas colocadas em placas de madeiras, nos postes de iluminação pública, em estratégicos pontos de referência da cidade” (Diário da Manhã Pernambuco, [202-?]).

---

<sup>237</sup> BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. **Diário da Manhã**. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262\\_05&hf=memoria.bn.br&pagfis=1](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262_05&hf=memoria.bn.br&pagfis=1). Acesso em: 11 ago. 2023.

Em síntese, esse percurso de modernização do Diário da Manhã permitiu que o jornal se adequasse a evolução do tempo, da tecnologia e do seu público, tendo em vista não ser mais um jornal “para ser lido no bonde, nem mesmo no trem-bala, por motivos óbvios” (Diário da Manhã Pernambuco, [202-?]). Destarte, Heleno Fonseca Gouveia permaneceu dirigindo o jornal até 2002, passando o bastão para Beatriz Helena Fonseca de Gouveia continuar esse processo de modernização, agora sendo publicado de forma digital. E assim, prestes a completar seu centenário, o Diário da Manhã continua sendo um dos principais e importantes “órgãos da imprensa pernambucana de maior prestígio e penetração em todas as camadas sociais”, carregando consigo o *slogan* de “mais lido” estampado no topo de cada edição digital.

Por fim, o **Diário da Tarde (Figura 18)** começou a circular no dia 17 de dezembro de 1928, numa história que se entrelaça à trajetória do referido Diário da Manhã, ambos de propriedade dos irmãos Lima Cavalcanti (Lima Cavalcanti & Cia). Desse modo, Nascimento (1967, p. 315, grifo no original) transcreve em sua obra o editorial impresso na primeira página do novo vespertino:

[...] o **Diário da Tarde**, se não aparece a população do Recife com o cartaz de um programa extenso e complicado, tal como a plataforma dos nossos governos, saberá servir aos seus leitores com a boa vontade, o desassombro, a coragem e a exuberância de trabalho que são as causas essenciais do êxito do **Diário da Manhã**, de propriedade e direção da mesma empresa que funda, hoje, o **Diário da Tarde**.

Esperamos dar aos leitores do Recife, todas as tardes, a reportagem de sensação, viva, movimentada, que corresponda à intensidade vertiginosa da vida moderna; o comentário ligeiro, a notícia rápida e um grande serviço telegráfico vespertino, mas serviço autêntico, transmitido de verdade pela Western.

[...] não prescindirá da política. O jornal que é verdadeiramente jornal, o jornalista que vive do povo e para o povo e não solicita ou recusa os favores dos governos impatrióticos e desonestos, estará sempre contra todos os erros e crimes das administrações que envilecem a nação e desmoralizam a República.

Nos brasileiros atingimos aquela etapa histórica em que os povos anseiam por se reintegrar nos seus destinos democráticos pela vitória do sufrágio livre ou pelo sangue generoso das revoluções libertarias.

A imprensa, refletindo a opinião pública, não pode subir o curso da corrente... Há de ir com os anseios do povo e servir aos interesses do país.



Com a consolidação do seu “irmão” matutino, o Diário da Tarde seguiu dando continuidade ao percurso de notícias do dia, principalmente, ao destacar informações de cunho político naquele período do movimento revolucionário de 1930, obtendo uma grande adesão de assíduos leitores. Neste acontecimento, estourada a revolução, o diário teve rapidamente suas atividades suspensas devido a falta de energia elétrica, só vindo a publicar um boletim que enalteceu a vitória da Revolução em Pernambuco e em outros Estados (Nascimento, 1967).

Face ao exposto, com a vida política de Carlos Lima Cavalcanti em ascensão, seu irmão Caio assumiu a direção geral da empresa Lima Cavalcanti & Cia, fazendo de ambos os diários uma espécie de “órgão oficioso” do governo pernambucano. Poucos meses depois, em março de 1931, tanto o Diário da Manhã quanto o Diário da Tarde se associaram à Confederação Brasileira de Imprensa, tendo o objetivo de promover o “intercâmbio intelectual entre os jornais do Sul e do Norte” (Nascimento, 1967, p. 317).

Ainda fundamentado em Nascimento (1967), tendo em vista publicações críticas ao Governo Provisório da República, o Diário da Tarde teve sua circulação suspensa em agosto de 1931, por ordem da Secretaria Pública de Segurança, voltando a normalidade das suas atividades no início de setembro daquele ano. Alguns meses se passaram, a empresa dos irmãos Cavalcanti foi transformada em Sociedade Anônima (1932) e consigo, Renato Carneiro da Cunha assumiu a direção do jornal vespertino. Seguindo sempre os passos do Diário da Manhã, o vespertino manteve-se com as mesmas diretrizes redacionais até junho de 1938, quando passou a ser dirigido por Rubens Pereira de Araújo.

Em setembro deste 1938, aderiu ao modelo de “tabloide” (formato reduzido à meia folha de um jornal tradicional), porém, começou a decair no gosto dos seus leitores. No ano seguinte (fevereiro de 1939), Pedro de Sousa assumiu como diretor-presidente da empresa, mas não foi o bastante para o Diário da Tarde sobreviver por muito tempo, encerrando suas atividades no dia 01 de abril daquele 1939.

Tornou-se inexpressivo o jornal, uma vez acentuada a decadência da empresa, que foi adquirida, em fevereiro de 1939, por Pedro de Sousa. Finalmente, encerrou, ‘temporariamente, suas atividades na imprensa nordestina’ a 1º de abril do mesmo ano, sob alegações diversas, inclusive a reforma de máquinas, o aumento de páginas do

Diário da Manhã e o montante de encomendas avulsas na oficina gráfica (Nascimento, 1967, p. 322).

Assim como seu matutino, o Diário da Tarde passou uma década adormecido até voltar a circular em outubro de 1949, sob a direção de Luís Filipe de Sousa Leão. Um “ressurgir” que durou apenas alguns meses, devido à pouca demanda de anúncios comerciais e baixa vendagem de seus números. Finalmente em 29 de abril de 1950, o Diário da Tarde foi oficialmente encerrado, deixando para trás um importante legado jornalístico e um rico acervo memorial.

Em conclusão, se comparado com os outros diários pernambucanos, são poucas as fontes informacionais que “reconstroem” a história do Diário da Tarde, tendo a base principal extraída somente de Nascimento (1967) e alguns fragmentos encontrados no *website* do Diário da Manhã, inclusive, sem registros digitalizados na Hemeroteca Digital Brasileira. Mesmo assim, tendo seus contributos sociais e papel de destaque, o Diário da Tarde segue eternizado na memória do povo pernambucano.

Face ao exposto, no decorrer dos seus dois séculos de história, a Imprensa Pernambucana acompanhou o nascimento e encerramento de vários jornais impressos, não perdendo a sua essência de registrar os acontecimentos e atender as necessidades informacionais da sociedade pernambucana e brasileira. Ou seja, como “raspas da história” da Imprensa no Brasil, e em especial, em Pernambuco desempenharam papel fundamental para a construção e reconstrução da memória nacional.

## **8.2 Os contributos da Hemeroteca Digital Brasileira para a Preservação da Memória de Jornais Pernambucanos**

A Biblioteca Nacional Brasileira (Fundação Biblioteca Nacional), vinculada ao Ministério da Cultura, é um órgão responsável pela “execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual

do País” (Brasil, 2018)<sup>238</sup>. A criação da Biblioteca Nacional se deu em meados de 1808, com a chegada de um acervo inicial de cerca de “60 mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas” (Brasil, 2022a)<sup>239</sup>, vindo de Portugal. Ainda de acordo com o *website* da Fundação Biblioteca Nacional, em 29 de outubro de 1810 foi oficialmente fundada a Real Biblioteca tendo como base este acervo vindo de Portugal, como também a

[..] antiga livraria de D. José, organizada sob a inspiração de Diogo Barbosa Machado, Abade de Santo Adrião de Sever. A coleção de livros foi iniciada para substituir a Livraria Real, que foi consumida pelo incêndio que sucedeu o terremoto de Lisboa de 1º de novembro de 1755 (Brasil, 2022a).

Posteriormente, no ano de 1822, passou a se chamar “Biblioteca Imperial e Pública”, sendo definitivamente nomeada de “Biblioteca Nacional” em 1876 (Brasil, 2022a). Deste modo, a Biblioteca Nacional tem como missão “coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual brasileira, assegurando o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais e a preservação da memória bibliográfica e documental do país” (Brasil, 2022b)<sup>240</sup>.

Transcorridos 130 anos, em 2006 foi criada a Biblioteca Nacional Digital (BN Digital)<sup>241</sup>, com a missão de preservar, através da digitalização, a memória documental do país, bem como, dar acesso *on line* aos seus acervos bibliográficos. Destarte, o processo de digitalização documental da BN Digital acontece a partir da “captura/armazenamento dos acervos digitais”, “tratamento técnico e publicação de acervos digitais” e “programas/projetos de digitalização e divulgação”. Assim, diante de preocupações relativas à salvaguarda do acervo digital, em 2020 foi publicada a “Política de Preservação Digital” (Fundação Biblioteca Nacional), um documento em

<sup>238</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Portaria Nº 74, de 3 de agosto de 2018: Aprova o Regimento Interno da Fundação Biblioteca Nacional – FBN. **Diário Oficial da União**, Brasília, ed. 150, seção 01, p. 35, 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/35518090/do1-2018-08-06-portaria-n-74-de-3-de-agosto-de-2018-35517964](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/35518090/do1-2018-08-06-portaria-n-74-de-3-de-agosto-de-2018-35517964). Acesso em 17 ago. 2023.

<sup>239</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Histórico**: 1808 - 1820. Rio de Janeiro: FBN, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/acao-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn/historico/1808-1820>. Acesso em: 17 ago. 2023.

<sup>240</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Competências e Atividades**. Rio de Janeiro: FBN, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/acao-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn/competencias-e-atividades/competencias-e-atividades>. Acesso em: 17 ago. 2023.

<sup>241</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Biblioteca Nacional Digital. **Missão**. Rio de Janeiro: FBN, [201-?]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/missao/>. Acesso em 17 ago. 2023.

que estabelece estratégias de preservação digital para manter seguro o seu acervo digitalizado.

Em vista disso, a partir da BN Digital foi criada a Hemeroteca Digital Brasileira<sup>242</sup>, “um portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc. – e de publicações seriadas”. A Hemeroteca Digital reúne em seu acervo *on line* a digitalização de jornais históricos, extintos ou que deixaram de circular de forma impressa, além de publicações raras de instituições científicas.

Fundamentado nisso, o projeto da Hemeroteca Digital Brasileira surgiu através do “Programa de Microfilmagem de Jornais”, que em 1972 iniciou suas atividades com a “microfilmagem do **Jornal do Comércio**, que, até a presente data [1974], tem o período compreendido entre 1841 e 1956 à disposição do usuário, para leitura em máquina” (Monte-Mór, 1974, p. 145, grifo no original)<sup>243</sup>. Tal “projeto piloto”, mantido com recursos próprios e apoio do Departamento de Assuntos Culturais (Ministério da Cultura), baseou-se na *Selected List of United States Newspapers Recommended for Preservation*, uma iniciativa da *American Library Association* (ALA) que naquele momento já se preocupava com as questões de preservação de jornais para a posterioridade, propondo “soluções enérgicas” e recomendações com “critérios pré-estabelecidos”.

De acordo com Monte-Mór (1974), ao mesmo tempo em que executava a microfilmagem do *Jornal do Comércio*, o referido Programa de Microfilmagem de Jornais começou a planejar a ampliação do seu escopo para abranger mais jornais impressos brasileiros.

[...], em 1973, estabeleceu contatos com vários [sic] empresas jornalísticas do Rio de Janeiro e São Paulo, encarecendo junto a elas a importância da cooperação em atividade dessa natureza e, até mesmo, solicitando que estudassem a possibilidade de lhe cederem cópias do material porventura já microfilmado, o que concorreria para proporcionar, mais prontamente, o acesso a matérias de grande

---

<sup>242</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Hemeroteca digital**. Rio de Janeiro: FBN, [201-?]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

<sup>243</sup> MONTE-MÓR, Jannice. Microfilmagem de jornais da Biblioteca Nacional. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília (DF), v. 2, n. 02, p. 143–153, jul-dez. 1974. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/28638/24911>. Acesso em 17 ago. 2023.

interesse para o público freqüentador [sic] da BN (Monte-Mór, 1974, p. 146).

Mesmo não obtendo a aceitação necessária dos proprietários de jornais, o projeto conseguiu reunir um considerável acervo doado por instituições públicas e privadas. E entre esses primeiros jornais que foram reunidos e microfilmados, Monte-Mór (1974, p. 150-151) destaca o “Monitor Campista”<sup>244</sup> e “Diário de Pernambuco”, tendo em vista serem “órgãos conservadores, representativos de grandes interesses econômicos [...], em vários momentos de sua mais que secular existência, órgãos semi-oficiais, contendo excelente cobertura política”. Desse modo, esse primeiro projeto representa um marco inicial para as questões de preservação da memória dos seus jornais impressos. Com a evolução da tecnologia, o microfilme foi sendo deixado de lado e a digitalização ganhando espaço. O projeto que inicialmente resultou num “Catálogo Coletivo de Jornais Brasileiros”, atualmente, se transformou no acervo digital da “Hemeroteca Digital Brasileira”.

Com um acervo dividido em 14.159 pastas, totalizando 25.351.181 páginas digitalizadas (**Apêndice B**), a hemeroteca reúne uma coleção formada por periódicos e edições seriadas nacionais e internacionais, abrangendo o período de 1740 a 2023. Sustentado nisso, é válido destacar que o acesso ao acervo é totalmente gratuito, numa plataforma de simples pesquisa e recuperação da informação satisfatória. Desse modo, cumpre frisar que alguns dos periódicos disponibilizados estão sob proteção dos direitos autorais, patrimoniais e morais garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Isto posto, ao delimitar a pesquisa nos Periódicos Pernambucanos, o motor de busca da Hemeroteca Digital Brasileira só permite consultar por “Periódico”, “Período” e “Local”. Assim, foi considerado o quantitativo total de periódicos (jornais, diários, gazetas, revistas, anais, almanaques, anuários, folhetos avulsos, etc.), conforme sintetizado e apresentado no **Apêndice C** e nas **Figuras 19 e 20** a seguir:

---

<sup>244</sup> Publicado em Villa de São Salvador de Campos (atualmente Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro) entre os anos de 1834 a 2009.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Diário da Manhã. **Monitor Campista**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030740&pesq=&pagfis=1>. Acesso em 17 ago. 2023.

- 344 Registros (Entre estes registros, é necessário destacar que o “Diário de Pernambuco”, “Diário da Manhã”, “A Província” e “Rua Nova” apresentam suas pastas separadas no catálogo, seguindo uma organização cronológica, devido a grande quantidade de edições publicadas em cada período).

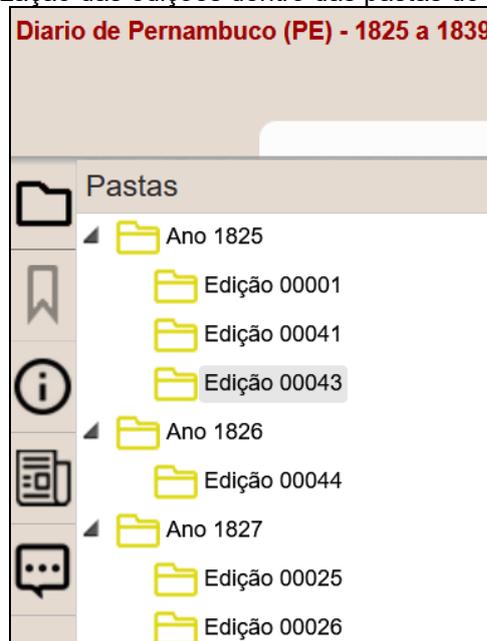
Figura 19 – Tela de recuperação dos Periódicos Pernambucanos

Descrição	Páginas	Ocorrências	Opções
Diário de Pernambuco (PE) - 1825 a 1839	13723	0	+
Diário de Pernambuco (PE) - 1840 a 1849	12400	0	+
Diário de Pernambuco (PE) - 1850 a 1859	11578	0	+
Diário de Pernambuco (PE) - 1860 a 1869	24782	0	+
Diário de Pernambuco (PE) - 1870 a 1879	23880	0	+
Diário de Pernambuco (PE) - 1880 a 1889	23984	0	+
Diário de Pernambuco (PE) - 1890 a 1899	23698	0	+

Fonte: Brasil. Hemeroteca Digital Brasileira<sup>245</sup>

- 124.154 Pastas (Cada uma das edições dos periódicos foi organizada em pastas, por anos);

Figura 20 – Organização das edições dentro das pastas do “Diário de Pernambuco”



Fonte: Brasil. Hemeroteca Digital Brasileira

- 1.235.652 Páginas Digitalizadas (Quantidade de páginas digitalizadas por edição).

<sup>245</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Hemeroteca digital**. Rio de Janeiro: FBN, [201-?]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Dcolina\\_1487709874842.DocLstX&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Dcolina_1487709874842.DocLstX&pesq=). Acesso em: 17 ago. 2023.

Apoiado nesse quantitativo total dos Periódicos Pernambucanos, foi possível extrair e compilar o quantitativo individual dos jornais observados nesta pesquisa:

**a) “Diário de Pernambuco” (1825 a 1996)**

<b>Período</b>	<b>Pastas</b>	<b>Páginas Digitalizadas</b>
1825 a 1839	3.217	13.723
1840 a 1849	2.878	12.400
1850 a 1859	2.865	11.578
1860 a 1869	3.093	24.782
1870 a 1879	3.004	23.880
1880 a 1889	3.004	23.984
1890 a 1899	2.972	23.698
1900 a 1909	2.946	12.903
1910 a 1919	2.969	21.737
1920 a 1929	3.131	27.958
1930 a 1939	3.007	35.716
1840 a 1949	3.042	37.038
1950 a 1959	3.001	61.168
1960 a 1969	2.996	77.145
1970 a 1979	3.406	148.362
1980 a 1989	3.650	165.206
1990 a 1996	62	2.918
<b>TOTAL</b>	<b>49.243</b>	<b>724.196</b>

**b) “Pequeno Jornal” (1889 a 1899) e “Jornal Pequeno” (1899 a 1955)**

<b>Pequeno Jornal</b>		
<b>Período</b>	<b>Pastas</b>	<b>Páginas Digitalizadas</b>
1898	153	608
1899	163	648
<b>TOTAL</b>	<b>316</b>	<b>1.256</b>

<b>Jornal Pequeno</b>		
<b>Período</b>	<b>Pastas</b>	<b>Páginas Digitalizadas</b>
1899	131	518
1900 a 1909	2.369	9.501
1910 a 1919	2.991	18.651
1920 a 1929	2.981	16.694
1930 a 1939	2.893	17.301
1940 a 1949	2.925	17.608
1950 a 1955	1.768	10.636
<b>TOTAL</b>	<b>16.058</b>	<b>90.909</b>

**c) “Diário da Manhã” (1927 a 1885)**

<b>Período</b>	<b>Pastas</b>	<b>Páginas Digitalizadas</b>
1927 a 1929	815	9.128
1930 a 1939	3.113	37.839
1940 a 1948	1.602	12.245
1950	224	2.096
1964 a 1969	276	2.402
1970 a 1979	2.743	27.402
1980 a 1985	1.710	18.188
<b>TOTAL</b>	<b>10.483</b>	<b>109.300</b>

Em suma, o projeto de microfilmagem dos jornais brasileiros criado pela Biblioteca Nacional em 1972 e, conseqüentemente, a sua continuidade em 2006 por meio da BN Digital e da Hemeroteca Digital Brasileira, se concretiza atualmente como um necessário repositório da memória brasileira que reconta a sua história através dos seus consagrados jornais e outros periódicos, em sua maioria, encerrados. Assim, o recorte dos Periódicos Pernambucanos apresentado na Hemeroteca Digital possibilita constatar apenas uma pequena fatia da grande quantidade de jornais, periódicos e edições seriadas publicados em solo pernambucano. Desse modo, tal projeto de acesso público e gratuito materializa aquilo que foi apresentado detalhadamente nas obras publicadas por Costa (1891), Carvalho (1908), Tavares (1917) e Nascimento (1968). Portanto, ao observar o quantitativo específico do Diário de Pernambuco, Jornal Pequeno e Diário da Manhã, foi possível comprovar a importância e robustez desse projeto memorial executado ao longo dessas cinco décadas por esta Biblioteca Nacional. Muito embora nesta tese sejam apresentados somente dados numéricos, porém, cada registro desses jornais representa uma riqueza de informações qualitativas que atendem as necessidades de pesquisa dos seus usuários.

Como dito, um projeto robusto pois não foram apresentados simplesmente os registros (representação descritiva) de cada um dos jornais como uma espécie de catálogo, mas, sim, a disponibilização de todas as páginas de cada edição publicada. Assim, é possível ler inteiramente cada uma das 724.196 páginas do Diário de Pernambuco; das 92.165 folhas do Pequeno Jornal e Jornal Pequeno; e das 109.300 do Diário da Manhã. Infelizmente, nesse quantitativo de páginas digitalizadas não contempla as edições do Diário da Tarde, por motivos não explicados no *website* da referida Hemeroteca. Porém, é possível constatar que

essa disponibilização permite aos seus pesquisadores acompanhar toda a trajetória desses jornais, desde o seu conteúdo às cicatrizes que resistiram ao tempo ilustrados no Pequeno Jornal, Jornal Pequeno e Diário da Manhã, até as notas diretas e/ou indiretas do encerramento das suas atividades. Em outras palavras, marcas memoriais que reconstróem a memória não somente de um jornal impresso encerrado, mas preserva a história registrada da sociedade pernambucana e brasileira como um todo. Destarte, a partir desta importante iniciativa da Biblioteca Nacional, outros projetos de “preservação de jornais” foram concebidos: alguns se restringiram somente a fazer tratamentos curativos de conservação/restauração de acervos locais de jornais, outros, se empenharam a migrar o suporte analógico original para o meio digital. Assim, em face dessas preocupações relativas à preservação e a necessidade de observar o jornal como um objeto de pesquisa maior que seu suporte, fez o laboratório multiusuário Liber (UFPE) conceber um Programa de Curadoria Patrimonial de Jornais Centenários Pernambucanos, como será exposto a seguir.

### **8.3 Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco: Tradição, Cultura e Imprensa na América Latina**

A Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco é um projeto/programa que nasceu oficialmente no dia 13 de setembro de 2021, através da assinatura de um Termo de Cooperação Técnica e Científica entre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Associação da Imprensa de Pernambuco (AIP) e Diário de Pernambuco (DP). Esta colaboração foi intermediada pelo Instituto Clio que assumiu a função de “superintendente do projeto” e representa os interesses coletivos de cada uma das partes envolvidas. Assim, embora o programa tenha como foco primeiro a preservação do acervo do Diário de Pernambuco, porém, a cooperação com a AIP possibilitou que o Jornal Pequeno, Diário da Manhã e Diário

da Tarde também fossem incluídos nesta massa documental a ser trabalhada, devido ao seu “estado de emergência memorial”<sup>246</sup>.

Desse modo, a reunião entre as referidas instituições formou uma espécie de “consórcio” com o objetivo principal de manter viva a memória de jornais centenários pernambucanos. De acordo com Galindo (2022, p. 10), após a assinatura do Termo de Cooperação iniciou-se um trabalho coletivo almejando “desenvolver uma proposta sustentável de longo prazo e encontrar apoio financeiro rápido para estabilizar a situação, prevenir novos danos e aplicar estratégias de reparo capaz de assegurar a preservação desse patrimônio ameaçado”. Fundamentado nisso, em outubro daquele 2021, foi desenvolvido um “projeto de ação emergencial” para angariar recursos no valor estimado de 140 mil euros junto as agências de fomento local e internacional, possibilitando custear “ação emergencial de conservação e restauro, e de formação especializada de agentes de preservação do patrimônio memorial em suportes de papel” (Galindo, 2022, p. 10).

Com o propósito de “estabilizar, tratar, digitalizar, acondicionar e armazenar” o acervo centenário, este projeto inicial originou o referido “Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco”, estruturado de uma forma que permite a sua execução ser realizada sem prazo para encerramento definido e contempla diversificados planos de trabalho em seu caudal de ações de preservação. Em vista disso, o programa foi planejado em duas etapas: Emergencial e Estrutural, conforme quadro compilado feito a partir de Galindo (2022, p. 11-12) exposto a seguir:

<b>A. Primeiros socorros (intervenção emergencial)</b>	<b>B. Curso de formação continuada (formação de agentes de conservação e restauração de papel)</b>
1. Transporte da coleção para o Laboratório Liber na UFPE; 2. Higienização individual dos volumes; 3. Tratamento em câmara de argônio, para neutralização de agentes biodegradadores; 4. Conservação e restauro de pouco mais de 30% da coleção; 5. Armazenamento temporário em ambiente	1. Execução distribuída em três grupos de ação, coordenada por um agente de conservação sênior; 2. Armazenamento temporário na Universidade Federal de Pernambuco, enquanto os volumes são trabalhados e tratados; 3. Tratamento conservação; 4. Planejamento do depósito definitivo;

<sup>246</sup> “Condição extraordinária estabelecida em face à grave ameaça direta ou indireta, aos bens do patrimônio cultural e memorial. Quando essa situação extraordinária pode potencialmente resultar na perda total ou parcial dos referidos bens em prejuízo da comunidade. Nesses casos, pode ser declarado em casos de desastres naturais, crises econômicas ou em situações de guerra” (Galindo, 2022, p. 09).

<p>anóxico, realizado por equipamentos de embalagem dos volumes à vácuo.</p> <p>6. Digitalização dos volumes;</p> <p>7. Reembalagem protegida por estrutura e selamento em câmara anóxica.</p>	<p>5. Planejamento de políticas de acesso à informação, escolha de tecnologia para bancos de dados, e políticas de conservação e restauro do acervo e políticas de preservação digital;</p> <p>6. Digitalização e acesso a coleção.</p> <p>7. Devolução dos volumes para Associação de imprensa de Pernambuco para o depósito definitivo na sua sede.</p>
--	---

Em face disso, foi concebido um plano de trabalho que levasse em consideração os seguintes problemas: os jornais estarem acondicionados em espaços inadequados, expostos às ações do clima pernambucano, deteriorando-se com a própria “instabilidade de base de seus componentes orgânicos” e sofrendo com a proliferação dos “agentes biodegradadores aeróbicos” (Galindo, 2022). Sustentado nisso, a primeira ação emergencial realizada foi o transporte de toda coleção de jornais<sup>247</sup> para um espaço adequado em que a equipe pudesse diagnosticar as suas reais condições físicas. Assim, o Laboratório Liber (UFPE) foi o local escolhido para acondicionar temporariamente desses jornais, por apresentar as condições estruturais necessárias para o manuseio e execução de todo trabalho técnico e tecnológico. Em seguida, procedeu-se a higienização superficial, e nos casos de grande degradação, foram realizados tratamentos mais intensos com uso de gás argônio.

Após esses dois primeiros momentos, cada jornal foi descrito numa “Ficha de Diagnóstico” (**Anexo B**), possibilitando uma separação seguindo o critério de terem condições físicas para serem digitalizados, dos que necessitam de alguma ação de conservação e daqueles que necessitam de restauração urgente para, posteriormente, terem condições mínimas para digitalização. Mais adiante, os códices foram classificados em “Aguardando Digitalização” (cor amarela), “Para restauro” (cor vermelho) e “Digitalizado” (cor verde). De acordo com Galindo (2022, p. 19):

[Essa] primeira etapa do processo inclui os procedimentos de limpeza que antecede a digitalização. Me refiro as atividades preparatórias que antecedem a digitalização, a saber conservação, consolidação dos volumes que apresentam problemas que podem ser resolvidos fácil e imediatamente [...].

<sup>247</sup> Os jornais foram agrupados em códices encadernados com capa dura, formando uma coleção de 2.690 volumes (Galindo, 2022).

Depois de constatar que os jornais reúnem as condições mínimas necessárias para serem manuseados e trabalhados nos escâneres planetários, procedeu-se a ação seguinte: Digitalização por demanda. Neste momento, além de serem digitalizados, os jornais foram ordenados pela cronologia de publicação, possibilitando identificar a completude ou a falta de alguma folha de cada edição. Assim, ao serem digitalizados de “forma bruta” (fotografia inicial sem ajustes ou tratamento digital), a equipe de técnicos pôde ver a viabilidade de uso do Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR). Isto porque este recurso necessita de adequada estrutura do laboratório (iluminação, calibração do equipamento, etc.) e condições mínimas de legibilidade do frágil papel, não garantindo com isso, uma “boa performance de leitura automatizada, mas o suficiente para leitura e identificação de metadados que podem ser inteligenciados” (Galindo, 2022, p. 20). Destarte, munido do registro digital de cada jornal, os metadados foram preenchidos para formar uma base de dados e os arquivos foram acondicionados em sistema de armazenamento próprio.

Em face deste plano de trabalho, ao longo dos dois primeiros anos de execução (2021 a 2023), o referido programa de curadoria resultou nos seguintes quantitativos:

<b>Jornal</b>	<b>Período (Ano)</b>	<b>Quantitativo de edições trabalhadas</b>
Diário de Pernambuco	1836-1856, 1858-1870, 1957	115
Jornal Pequeno	1900-1901, 1904-1907, 1909-1913, 1924-1936, 1962-1964	42
Diário da Manhã	1929-1932, 1942, 1965-1973, 1977, 1991, 1993, 1996-1998	71
Diário da Tarde	1929-1932, 1935-1937	51
<b>TOTAL</b>		<b>279</b>

De modo geral, nesta tabela evidencia que o total de edições dos jornais trabalhados até o momento, o “Diário de Pernambuco” tem maior representatividade quantitativa. Isso se deve ao fato do seu longínquo percurso histórico, porém, tal quantitativo não representa a completude de sua existência, pois, além da ausência dos dez primeiros anos de existência do diário (1825 a 1835), se analisado especificamente o período em tela (1836 a 1957), a sua linearidade de publicações foi “quebrada” nos anos de 1857 e de 1871 a 1956, totalizando 86 anos de lacuna. No que diz respeito ao “Jornal Pequeno”, devido seu percurso de existência ser

menor ao jornal anterior, entre as edições que estão sendo trabalhadas (1900 a 1964), foi possível constatar que houve quebras da sua linearidade de publicações ocorridas nos anos de 1902, 1903, 1908, 1914-1923 e 1937-1961, ou seja, um hiato de 38 anos. Já com relação ao “Diário da Manhã” (entre 1929 a 1998) e “Diário da Tarde” (entre 1929 a 1937), essas interrupções representam respectivamente 50 anos e 02 anos. Lacunas estas que podem se justificar pela própria forma como os mantenedores armazenaram e preservaram os códices destes jornais, o qual, hipoteticamente, muitos destes foram perdidos e/ou destruídos no decorrer dos anos.

De forma específica, também é possível observar os quantitativos por cada jornal dos procedimentos realizados na etapa emergencial (**Anexo C**), conforme sintetizado na tabela abaixo:

Procedimentos	Quantitativo trabalhado				
	Diário de Pernambuco	Jornal Pequeno	Diário da Manhã	Diário da Tarde	Total
Aguardando	1	0	14	36	<b>51</b>
Restauro	76	19	39	13	<b>147</b>
Digitalizado	29	20	17	0	<b>66</b>
Restauro/Aguardando Digitalização	1	0	1	2	<b>4</b>
Digitalizado/Indo para Restauro	8	3	0	0	<b>11</b>

Com base na tabela acima, a partir do instante em que os códices foram transportados para o Laboratório Liber e submetidos aos primeiros procedimentos de higienização, do total de 279 jornais trabalhados<sup>248</sup>, 51 destes estão “Aguardando” a sua destinação (descrição na “Ficha Diagnóstico”, Digitalização ou Restauração). Nesse sentido, observa-se que o quantitativo maior se concentra na ação de “Restauro” (147) seguido da “Digitalização” (66). Ambas as ações são trabalhadas quase que consequentemente: enquanto o Restauro possibilitará ao frágil jornal ter as condições mínimas para ser trabalhado na próxima ação, a Digitalização garantirá que este jornal impresso seja transformado em arquivo digital com vistas ao seu conteúdo ser preservado. Nesse sentido, cumpre frisar que a avaliação inicial realizada na ação “Aguardando” indicará qual das destas ações deverá ser realizada prioritariamente. Em outras palavras, dependendo das

<sup>248</sup> Este quantitativo refere-se a soma total das edições dos jornais transportados para o Laboratório Liber e não da quantidade de páginas digitalizadas.

condições de degradação do papel de jornal, alguns deles serão digitalizados inicialmente ou deverão passar primeiramente pela restauração. Aspecto esse que também justifica o quantitativo das ações de “Restauro/Aguardando Digitalização” (4) e “Digitalizado/Indo para Restauro” (11).

Além do aludido trabalho técnico com os referidos jornais centenários (ações emergenciais e estruturais), também se destaca a ação estratégica por meio do projeto “Recife preservando sua memória documental registrada: resgate e salvaguarda do acervo cultural jornalístico (ações de educação patrimonial)”, realizado no ano de 2023. De acordo com a proposta submetida ao Edital de Convocação 2021/2022 (Sistema de Incentivo à Cultura do Município do Recife, Prefeitura do Recife), este projeto tem por finalidade “o resgate, preservação e o acesso da coleção periódica histórica da imprensa [...] além de apresentar proposta que integram ações introdutórias de educação patrimonial” para um público-alvo interno (docentes, discentes, pesquisadores e técnicos) e externo (comunidade em geral), assim, procurando “resolver os problemas culturais voltados a influência das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, como processo de transformação nesta temática”.

Nesse sentido, este projeto proporcionou a realização da Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória (CTCM) em comemoração aos 25 anos do Laboratório Liber e a parceria com a AIP, realizada entre os dias 17 e 18 de julho de 2023. Como também, a promoção de “Oficinas Introdutórias de Educação Patrimonial” através de cursos de curta duração (Preservação Documental, Conservação de Livros e Documentos, Introdução a Digitalização, Preservação Digital e Gestão de Riscos), estimulando ao público questionar, solucionar e refletir sobre a temática “cultura patrimonial documental registrada e digitalizada e suas transformações” na sociedade pernambucana.

Em síntese, esse panorama representa um pequeno fragmento do grande potencial estratégico e operativo do Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco. Um projeto embrionário que nasceu das constantes preocupações relativas à preservação da memória registrada que os pesquisadores vinculados ao Laboratório Liber, a Universidade Federal de Pernambuco e Instituições de Memória Pernambucanas constantemente se

propõem a refletir nesta concreta Rede Memorial. Desse modo, embora o “Diário de Pernambuco” tenha sido o primeiro ponto focal do referido programa, porém, a idealização desta iniciativa e aprofundamento das discussões fizeram visualizar outros jornais em situação de “emergência memorial” passíveis de também serem trabalhados neste consórcio de preservação dos jornais centenários pernambucanos. Nesta seara, também é válido destacar a parceria da AIP com a Associação Portuguesa de Imprensa que juntas tem o objetivo de “fazer com que os jornais centenários de língua portuguesa sejam reconhecidos pela Unesco como patrimônio histórico” (Diário de Pernambuco, 2021).

Fundamentado no contexto apresentado e, principalmente, neste programa de curadoria dos jornais centenários pernambucanos, proporemos o “Modelo Referencial de Preservação de Documentos de Jornais por meio da Teoria dos Sistemas Memoriais” que será discutido no capítulo a seguir.

## 9 MODELO REFERENCIAL DE PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DE JORNAIS POR MEIO DA TEORIA DOS SISTEMAS MEMORIAIS

No século III a. C. era concebida a Biblioteca de Alexandria, reunindo todo o conhecimento manuscrito em papiros produzido no mundo até aquele momento. Entre seu nascimento, crescimento, auge e “morte”, muitos são os autores que descreveram a sua história, porém, entre estes tantos, destacamos Bagnall (2002)<sup>249</sup> em sua “Alexandria: Biblioteca dos Sonhos” como “fio condutor” deste capítulo. Nesse sentido, o que melhor representa o seu artigo não é a magnitude da referida biblioteca, nem os grandes números que compõe o diversificado acervo bibliográfico neste antigo repositório do conhecimento, mas, sim, o “fogo”. Não somente o fogo que hipoteticamente consumiu sua estrutura física e todos os seus livros, mas o “fogo lento” fruto do próprio desinteresse dos governantes daquela época em investir recursos necessários para preservar e manter viva aquela rica Instituição de Memória.

O desaparecimento da Biblioteca é o resultado inevitável do fim do ímpeto e do interesse que a originou e da falta do tipo de gestão e manutenção sustentadas que a teriam acompanhado através de sucessivas transições no meio físico através de quais os textos poderiam ter sido transmitidos (Bagnall, 2002, p. 359, tradução nossa).

De acordo com o autor, muito mais do que a possível grande destruição por meio do fogo, os registros do conhecimento acondicionados na Biblioteca de Alexandria foram se perdendo devido a ação do tempo, principalmente, pelo clima mediterrâneo onde a biblioteca estava localizada. Além disso, o uso por parte dos estudiosos da época que constantemente enrolavam e desenrolavam descuidadamente os livros de papiro para obter o conhecimento que atendesse suas necessidades informacionais. Por fim, a carente quantidade de funcionários preocupados em preservar aquele valioso patrimônio intelectual, tendo por consequência, a decadência dessa importante biblioteca.

---

<sup>249</sup> BAGNALL, Roger S. Alexandria: Library of Dreams. **Proceedings of the American Philosophical Society**, Filadélfia, v. 146, n. 4, p. 348-362, dez. 2002. Disponível em: <https://archive.nyu.edu/bitstream/2451/28263/2/D172-Alexandria%20Library%20of%20Dreams.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

O papiro é um bom material, sem ácido e altamente durável. Pode durar centenas de anos em boas condições. Mas Alexandria dificilmente representava condições ideais. Tem um clima mediterrâneo, não saariano, com umidade suficiente para prejudicar os livros. Nenhum papiro sobreviveu lá desde a antiguidade até os dias atuais, ao contrário das áreas desérticas mais secas do Egito. Os livros também se deterioram com o uso, e quem pode dizer que não havia ratos ou insetos na grande biblioteca? Estes certamente foram presentes em arquivos mesmo nas partes mais secas do Egito. Temos muitas evidências de que os rolos de papiro permaneceram em uso durante um século, e alguns de que sobreviveram até duzentos ou mesmo trezentos anos. Mas isso é quase o limite, até onde podemos ver. A probabilidade é que, no reinado de Tibério, relativamente pouco do que foi recolhido sob os três primeiros Ptolomeus ainda fosse utilizável (Bagnall, 2002, p. 358-359, tradução nossa).

Em síntese, o “fogo” enquanto uma ação intencional ou acidental destrói e transforma em cinzas rapidamente tudo aquilo que toca; já o “fogo lento” é um feito sorrateiro que acontece ao longo dos anos e envolve, além do natural envelhecimento material causado pela ação do tempo, a falta de investimentos, o desinteresse e a incúria causados pelo homem. Ou seja, as reflexões expostas por Bagnall (2002) concentram-se na preocupante reflexão sobre a tríade tempo/dinheiro/interesse, o qual também pode ser acrescentado o “uso”, como sendo os principais fatores de “destruição” do patrimônio memorial.

Na verdade, nenhum livro teria sobrevivido à antiguidade se a Biblioteca não tivesse sido destruída (deliberadamente ou acidentalmente). A destruição simplesmente não é importante. Isto pode parecer uma avaliação sombria, mas não precisa ser assim. Sugere que devemos desviar a nossa atenção do acontecimento dramático único e voltar-nos para as forças e personalidades que criam e sustentam as instituições culturais, pois foi a sua ausência no período romano, e não a presença de alguma força destrutiva, que decidiu o destino dos livros de Alexandria (Bagnall, 2002, p. 360, tradução nossa).

O termo “fogo lento” foi primeiramente introduzido no filme *“Slow Fires: On the Preservation of the Human Record”* (1987)<sup>250</sup>, o qual discute o suporte papel e sua durabilidade como enredo principal do documentário. De acordo com o filme, a difusão da imprensa e a crescente quantidade de pessoas alfabetizadas fez o “papel artesanal” se transformar em “papel industrial”, tendo em vista a necessidade de

---

<sup>250</sup> SLOW Fires: On the Preservation of the Human Record. Direção de Terry Sanders. Intérpretes: Robert Macneil; Daniel J. Boorstin; Vartan Gregorian. Roteiro: Ben Maddow. Califórnia: American Film Foundation, 1987. (58 min.), son., color. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xmZMXvPin3k&t=34s>. Acesso em: 27 set. 2023.

rápida produção. Os comuns trapos de algodão e linho se tornaram escassos, estimulando os fabricantes a confeccionarem papéis com base em madeira triturada e consideradas quantidades de produtos químicos ácidos. Entre esses ácidos, destaca-se o Alúmen (ácido sulfúrico)<sup>251</sup>, que pode ser considerado como o problema-chave que impacta na durabilidade do papel, ou seja, uma “bomba-relógio de ação lenta, programada para estourar nas últimas décadas do século XX” (transcrição do filme).

Esse problema se intensifica com o papel utilizado para impressão dos jornais, sendo este, um material frágil, de baixa qualidade, produzido para durar pouco tempo. Ainda sustentado no documentário, o processo de acidificação deste tipo de papel resultou no seu amarelamento, na rápida deterioração e intrínseca “queima” dos jornais, deixando-os quebradiços, inclusive, impossibilitando de serem microfilmados naquela época (1987) e/ou digitalizados na atualidade. Em outras palavras, os suportes de registros do conhecimento que ligam pessoas entre si, morrendo queimados num “fogo lento [que] pode ser detido, mas somente se a vontade de fazê-lo for proporcional a grandeza desta tarefa” (transcrição do filme).

Do mesmo modo como exposto no documentário “*Slow Fares*” (1987) e nas reflexões de Bagnall (2002), em âmbito brasileiro, especialmente no contexto de pernambucano, o peso dos anos deixara suas marcas em coleções de memória que tem como suporte material de base orgânica, o papel. De acordo com Galindo (2022), a latitude de Pernambuco, principalmente na sua zona costeira, é marcada por temperaturas que podem facilmente alcançar, no interior dos ambientes de custódia, 35 graus centígrados, e 80% de umidade. Essa condição, associada a baixa ventilação e iluminação, cria as condições favoráveis ao desenvolvimento de uma colônia formada por fungos, bactérias, térmitas, ácaros entre outros que produzem efeitos deletérios a esses acervos. Não raro, se encontram livros inteiros comprometidos pela ação desses agentes biodegradadores que não diferenciam registros memoriais em sua dieta. Soma-se a esse problema, um vício inerente ou intrínseco, ou nativo da acidez dos papéis fabricados na segunda metade do século XX com pasta química. A acidez residual decorrente da fabricação do papel provoca a degradação da cadeia molecular da fibra da celulose, tornando os suportes

---

<sup>251</sup> INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Alúmen**. [202-?]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$alumen](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$alumen) . Acesso em: 28 set. 2023.

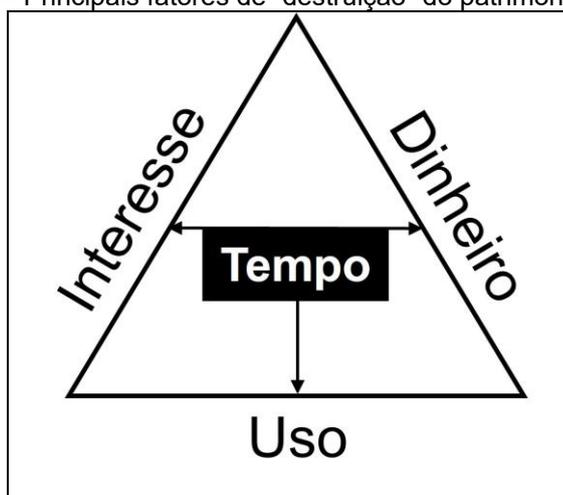
quebradiços e amarelecidos pela precipitação da lignina. Assim, de muitos modos o suporte do jornal é atacado ameaçando sua preservação e sobrevivência à longo prazo

Fundamentado no exposto, nos próximos itens passaremos a discutir aspectos específicos que contribuem para a implementação da Preservação de Jornais.

### **9.1 Conceitos, questões e desafios para a implementação de um Modelo de Preservação de Jornais**

Sustentado nessa contextualização introdutória, principalmente a partir da reflexão exposta por Bagnall (2002), é possível observar os principais fatores de “destruição” do patrimônio memorial como pontos de partida para a concepção de um modelo referencial de organização e preservação de jornais. Desse modo, pode-se entender esses fatores da seguinte forma (**Figura 21**): como ponto central que liga os demais fatores, visualiza-se a natural ação do **Tempo**. Nos extremos, figuram a limitação e/ou falta de recursos, sobretudo, o financeiro (**Dinheiro**); o (des)**Interesse**, tanto dos mantenedores quanto dos usuários; por fim, o **Uso** que foi acrescido à tríade inicial, tendo em vista este ser um fator que diretamente influencia e impulsiona à execução das outras extremidades. Enquanto o “tempo” é um fator intrínseco ao documento que acontece espontaneamente, os demais são extrínsecos que podem ser provocados e/ou são dependentes dos seus gestores, mantenedores e usuários. Com base no entendimento desses fatores é possível ilustrá-los na figura a seguir:

Figura 21 – Principais fatores de “destruição” do patrimônio memorial



Fonte: Baseado em Bagnall (2002)

A partir da fundamentação básica por meio destes fatores de “destruição” do patrimônio memorial e, conseqüentemente, das constantes preocupações com a sua preservação, surgem alicerces construídos para uma possível “reconstrução” da memória de jornais impressos. Nesse sentido, projetos, programas e ações foram pensados, planejados e executados com o objetivo de preservar, manter seguro e acessível importantes acervos de jornais locais, regionais, nacionais e internacionais. Apoiado nisso, constata-se que em âmbito brasileiro, além das referidas iniciativas da “Hemeroteca Digital Brasileira” (Fundação Biblioteca Nacional) e do recente “Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco” (Universidade Federal de Pernambuco), outros projetos isolados foram planejados e executados seguindo diretrizes e critérios próprios para o restrito atendimento de necessidades informacionais institucionais e/ou locais.

Já em âmbito internacional, observa-se o empreendimento de discussões aprofundadas e estruturadas sobre o tema. Assim, é possível considerar o artigo de Hasenay e Krtalić (2010)<sup>252</sup> que descreve o caso da “Preservação de Jornais Croatas”, compilando em seu estudo diretrizes americanas, italianas, australianas, entre outras. Em suma, respeitando o contexto histórico e as devidas condições geográficas, climáticas e econômicas apresentadas neste estudo de caso croata, porém, sua exposição teórica e prática se aproxima desta tese ao trazer importantes

<sup>252</sup> HASENAY, Damir; KRTALIĆ, Maja. Preservation of newspapers: theoretical approaches and practical achievements. **Journal Of Librarianship And Information Science**, [S.l.], v. 42, n. 4, p. 245-255, 4 out. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0961000610380818> . Acesso em: 04 out. 2023.

contributos que se assemelham com a realidade dos jornais centenários pernambucanos.

Para as autoras, os jornais são fontes de informações insubstituíveis, mesmo tendo seu “tempo de vida de um dia” e seu rápido “valor de passagem”, pois representam “todos os aspectos sociológicos, políticos e culturais de uma sociedade, bem como o espírito de uma determinada época”, inclusive, guardando em suas amareladas páginas “informações que não foram documentadas em outros documentos históricos” (Hasenay; Krtalić, 2010, p. 245, tradução nossa). Embora tenha-se consciência da importância dos jornais para a sociedade, porém, a realidade mostra que na maioria das vezes este registro é considerado como documento efêmero, sendo “desnecessário” angariar esforços e recursos para a sua preservação, principalmente em âmbito institucional.

Nas instituições patrimoniais, os jornais foram durante muito tempo considerados um material para o qual não deveriam ser feitos esforços especiais de preservação, seja porque não havia condições e meios para a sua preservação, seja porque não havia uma consciência desenvolvida da necessidade da sua preservação. A disparidade entre a finalidade da preservação e a natureza dos jornais contribuiu para isso. Ou seja, os jornais são considerados como um material de valor passageiro que traz notícias por um dia e pode ser jogado fora depois disso. O papel no qual os jornais são impressos tem uma estrutura tal que se deteriora com extrema rapidez (Hasenay; Krtalić, 2010, p. 245-246, grifo nosso, tradução nossa).

É nesse sentido que a “evolução das gerações” requer que a preservação de jornais seja pensada e planejada à longo prazo, de modo sistêmico, eficiente e organizado, direcionada tanto para os aspectos do material original (suporte) quanto para seu conteúdo (informação). Assim, criando soluções (tecnológicas, materiais, contextuais e conceituais) para antigas questões, agora, em um “novo ambiente”.

Esta ‘mudança de gerações’, que é de certa forma bastante diferente de tempos passados (tecnologicamente, materialmente, contextualmente e conceitualmente), reduz a necessidade de jornais como eles foram percebidos até agora. Este ponto de virada é um momento para repensar a preservação de jornais como era conhecida antes e para criar novas soluções. Esta não é apenas uma questão técnica ou conceitual, então as respostas devem ser buscadas também no que diz respeito à ideia de jornais em um ‘novo’ ambiente (Hasenay; Krtalić, 2010, p. 245, tradução nossa).

Face ao exposto, considerar a problemática da durabilidade do papel (em que se pondere a baixa qualidade, caráter efêmero, uso único, preço baixo e produção em massa), que impacta diretamente na permanência do conteúdo (conterem informações potencialmente valiosas que atendem as necessidades informacionais dos seus usuários), se torna um grande desafio para o planejamento da preservação de jornais. Sendo assim, Hasenay e Krtalić (2010), conceituam que os jornais têm sua própria singularidade, mas que o conjunto de suas características se assemelha com os demais tipos documentais, colaborando assim, para uma padronização das atividades de preservação em linhas gerais. Desse modo, a preservação de jornais deve levar em consideração os seguintes níveis (Hasenay; Krtalić, 2010, p. 246):

Níveis	Conceito
<b>Estratégico</b>	<p>Na maioria das vezes realizado em nível nacional e/ou internacional, isso inclui, entre outras coisas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Criação de projetos nacionais e internacionais de preservação;</li> <li>b) Empreender iniciativas de preservação do material papel no contexto da preservação do <i>corpus</i> completo do patrimônio nacional;</li> <li>c) Sugerir, acrescentar e corrigir normas legais de preservação;</li> <li>d) Sensibilizar os especialistas e o público em geral para a importância da preservação do patrimônio escrito como parte da identidade nacional;</li> <li>e) Incentivar e organizar a educação de especialistas no campo da preservação.</li> </ul>
<b>Técnico</b>	<p>Inclui as questões profissionais e científicas relativas à especificidade e características dos materiais de que é constituído o patrimônio, bem como, os fatores que os põem em perigo, e à organização das tarefas de restauração e conservação.</p> <p>As tarefas neste nível são geralmente conduzidas por meio da pesquisa da especificidade e estrutura do material de papel usando vários métodos e procedimentos químicos, físicos e mecânicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Aplicar princípios e técnicas de conservação à preservação de certos itens do patrimônio escrito;</li> <li>b) Desenvolver e implementar novos métodos para preservação de material de patrimônio escrito;</li> <li>c) Pesquisar o contexto multidisciplinar (histórico, técnico, sociológico, etc.) em que determinados elementos do patrimônio escrito foram produzidos, de forma a poder aplicar princípios éticos e outros que devem ser respeitados na restauração e na conservação;</li> <li>d) Pesquisar a interação de diferentes fatores (microclimáticos, químicos, biológicos, etc.) e materiais dos quais o material patrimonial é feito.</li> </ul>
<b>Operacional</b>	<p>Inclui questões que são tratadas diariamente pelos especialistas em informação das instituições patrimoniais que se ocupam da recolha, guarda, armazenamento e organização do patrimônio escrito. Algumas das questões mais importantes neste nível são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Questões específicas de armazenamento de material escrito, como controlar e regular as condições do microclima;</li> <li>b) Usar padrões para armazenar e manusear o material escrito;</li> <li>c) Educar os usuários sobre a preservação de material escrito;</li> <li>d) Conduzir questões profissionais e legais relativas à preservação de materiais e outras questões de segurança (proteção contra incêndio, inundação, roubo, vandalismo, etc.);</li> <li>e) Organizar o trabalho no quadro legal e financeiro de uma instituição onde o material é armazenado;</li> <li>f) Desenvolver critérios para avaliar e escolher certos itens de material escrito</li> </ul>

que precisam ser conservados ou restaurados.
--

Fundamentado nesses níveis basilares da preservação documental, deve-se observar a referida singularidade do jornal por meio dos conceitos de preservação do “material original” e do “conteúdo”. A **Preservação do Material Original do Jornal** consiste em salvaguardar a integridade física do suporte onde o jornal foi impresso, ou seja, o papel. Desse modo, o natural processo de envelhecimento do papel de jornal causado por mudanças físicas e químicas, provoca a perda da finalidade primária de servir como meio de transporte do conteúdo (informação). Sendo assim, o desafio da preservação de jornais está em compreender os tipos e as causas dos danos que surgem em consequência desse processo de envelhecimento e colocam em risco a integridade do jornal como um todo. Além disso, necessita considerar a estrutura do papel<sup>253</sup> (composto por fibras celulósicas, enchimentos e colas) e sua estabilidade física e química (a qualidade e resistência do papel são determinadas pelas características desta fibra celulósica).

Portanto, a fonte de fibras para produção do papel de jornal é a polpa de madeira, material de madeira minimamente processado que, além das fibras de celulose, contém diversos compostos naturais (resinas, taninos, lignina, etc.) que são constituintes da madeira. Principalmente, essa matéria-prima contém grandes quantidades de lignina, que possui uma estrutura molecular muito complexa e reativa (Hasenay; Krtalić, 2010, p. 247, tradução nossa).

Nesse processo de envelhecimento do papel de jornal, percebe-se que com o tempo, as alterações químicas desta lignina e a desestabilização da estrutura da fibra celulósica provoca o visível amarelamento do papel. Ademais, estas fibras celulósicas são sensíveis às ações nocivas dos ácidos residuais gerados na fabricação (intrínseco) e dos efeitos ácidos do meio ambiente (extrínsecos). Assim, estes aspectos contribuem sobremaneira para a potencial deterioração do papel de jornal, ou seja, um “processo químico irreversível que danifica permanentemente a estrutura do papel” (Hasenay; Krtalić, 2010, p. 247, tradução nossa), somado ao aspecto do material de baixo custo que foi produzido e a própria efemeridade do

<sup>253</sup> A celulose é uma molécula polimérica composta por vários milhares de moléculas de monossacarídeo glicose que são conectadas por uma ligação glicosídica química. O comprimento da estrutura do polissacarídeo e a estabilidade da ligação glicosídica dentro da celulose determinam a resistência química e a durabilidade da fibra e, portanto, do próprio material do papel. É essencialmente uma estrutura muito estável que é feita de estruturas oligossacarídicas estáveis continuamente distribuídas conhecidas como celobiose (Hasenay; Krtalić, 2010, p. 247, tradução nossa).

jornal. Em síntese, as autoras reforçam que a Preservação de Jornais começa pela preservação do papel de jornal, considerando ações preventivas concentradas no armazenamento, manuseio, proteção adequada contra os efeitos de altas temperaturas, umidade, iluminação, entre outras causas microclimáticas que resultam na destruição do papel de jornal e, conseqüentemente, da informação impressa neste suporte (Hasenay; Krtalić, 2010).

Com base nesse primeiro conceito, o seguinte diz respeito à **Preservação do Conteúdo do Jornal**. Neste conceito, a atenção é dada ao conteúdo intelectual contido nos jornais, ou seja, a informação propriamente dita (notícias, anúncios, imagens, etc.). Para tanto, Hasenay e Krtalić (2010) dizem que a “reformatação” é a única abordagem utilizada neste conceito de preservação de jornais, isto é, transferir o conteúdo original para outro formato/mídia que apresente melhores possibilidades de longevidade, reduzindo o manuseio e deterioração do material original, otimizando o espaço de armazenamento e garantindo o acesso integral a múltiplos usuários. Figuram entre os métodos de reformatação a microfilmagem e a digitalização.

A microfilmagem foi um método muito utilizado que permitiu aos arquivos, bibliotecas e outras Instituições de Memória “fotografarem” em filme acervos completos de jornais com vistas a resguardar seu manuseio, ou seja, uma primeira iniciativa voltada para a preservação de jornais.

O microfilme como meio preferido para reformatação de jornais está em uso desde a década de 1930 e, desde a década de 1980, os procedimentos de microfilmagem se estabilizaram e se padronizaram [...]. A pesquisa sobre a estabilidade do filme e as condições de seu armazenamento, bem como a evolução da técnica e dos equipamentos fotográficos, fizeram com que o microfilme – produzido e armazenado de acordo com as normas – fosse uma solução econômica e confiável para a preservação de jornais. Em 1996, a IFLA publicou *Guidelines for Newspaper Preservation Microfilming*, baseado no padrão internacional ISO 4087:2005, *Microfilming of Newspapers for Archival Purposes on 35 mm Microfilm*, no qual os procedimentos de microfilmagem, tipos de filmes e as vantagens e desvantagens da microfilmagem como método de preservação são discutidos (Hasenay; Krtalić, 2010, p. 248, tradução nossa).

Assim, embora tal método fosse economicamente viável, oferecer condições favoráveis para sua execução e bem aceitos como reprodução autêntica do

documento original, porém, por serem transferidos para um “novo ambiente informacional” (outro suporte físico), necessitavam que novas preocupações fossem solucionadas, isto é, a “preservação de microfilmes”. Além do mais, a compactação característica deste método, relaciona-se diretamente com a dependência de uma máquina leitora, permitindo seu acesso a somente um usuário por vez, o qual, se debruçava numa exaustiva leitura página por página para recuperar aquilo que fosse atender as suas necessidades informacionais. O que se observa atualmente, são acervos de microfilmes armazenados em setores de “coleções especiais” ou “perdidos” em locais inapropriados, às vezes “apodrecendo” em sua própria decomposição natural e tendo suas máquinas leitoras servindo como peças museológicas em Instituições de Memória.

O método da digitalização surge no contexto de preservação de jornais como alternativa à microfilmagem. Conforme exposto anteriormente, o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira teve como ponto de partida o “Programa de Microfilmagem de Jornais” que em 1972 realizou um projeto piloto baseado na *American Library Association* (ALA). Desse modo, Hasenay e Krtalić (2010, p. 248, tradução nossa) reforçam que “o método mais comumente usado de preservação de jornais é a digitalização de microfilmes, porque a digitalização de jornais geralmente é continuada a partir da microfilmagem de jornais”.

Para tanto, a digitalização não se restringe a ser uma mera “fotografia estática” do original, mas sim, um método que permite transferir para o meio digital as informações registradas no suporte analógico. Possibilitando assim, que o conteúdo seja acessível à múltiplos usuários e recuperável em diferentes plataformas e dispositivos eletrônicos, inclusive, conservando todas as características peculiares do documento físico, tais como marcas de envelhecimento do papel, rasuras e rabiscos deixados pelos seus proprietários, entre outros. Em síntese, Hasenay e Krtalić (2010, p. 248, tradução nossa) compreendem a digitalização como um “método para melhorar o acesso a materiais analógicos frágeis ou raros”.

Após serem transferidos para o ambiente informacional “digital”, necessitam que os aspectos de preservação e curadoria digital sejam vistos, geridos e solucionados. Nesse sentido, as referidas autoras elencam desafios e problemas

básicos (técnicos e organizacionais) a serem analisados na preservação digital, o qual inclui os jornais digitalizados. Entre os problemas técnicos destacam-se a instabilidade dos suportes e da tecnologia, deterioração da mídia digital e obsolescência tecnológica. Já nos problemas organizacionais, são pontuadas a gestão de recursos (materiais, humanos e financeiros), questões legais, direitos autorais, conscientização social e cooperação (nacional e internacional). Em linhas gerais, a digitalização como método atual de Preservação do Conteúdo de Jornais deve equilibrar os aspectos de acessibilidade com a viabilidade num contexto de constantes restrições de recursos disponíveis.

Uma abordagem sistemática para organizar a preservação de jornais deve incluir todas essas questões, levando em consideração os pressupostos técnicos e organizacionais que surgem da aplicação desse conceito [Preservação do Conteúdo do Jornal], utilizando de forma precisa e sistemática todas as possibilidades que a tecnologia pode oferecer em relação a esse assunto (Klijn, 2008 *apud* Hasenay; Krtalić, 2010, p. 249, tradução nossa).

Por fim, Hasenay e Krtalić (2010) fazem pontuações básicas que servem para nortear projeto de preservação de jornais, a saber:

- a) Organização, Seleção e Aquisição do Material:** Identificar e justificar a necessidade em executar o projeto de preservação de jornais (escopo e objetivos). Após esse primeiro momento, deve-se criar estratégias que visem determinar/selecionar quais jornais serão preservados no projeto (aspectos quantitativos, qualitativos e cronologia do acervo), incluindo a observação do seu valor histórico (significado histórico extraordinário e natureza jurídica). Munido dessas primeiras informações, ter conhecimento de quantas edições/números estão disponíveis para serem preservados, bem como, mapear onde o quantitativo faltante pode ser encontrado (bibliotecas, arquivos, museus, institutos históricos, coleções particulares, igrejas, etc.). Outro aspecto de fundamental importância são as questões relativas aos direitos autorais, por vezes, sendo necessário a autorização e/ou negociação com mantenedores, editores e associações jornalísticas.
- b) Desempenho Técnico:** Fundamentado nesses primeiros aspectos à nível estratégico, deve-se definir se a execução do projeto será realizada no âmbito da própria instituição com equipe própria ou se será contratada

equipe terceirizada. Nesse sentido, leva-se em consideração os prazos e custos para treinar/habilitar a equipe ou licitar/contratar equipe externa para execução do projeto. Assim, tendo em vista que a digitalização é o método de reformatação mais utilizado atualmente para a preservação de jornais, recomenda-se decidir tecnicamente se o acervo de jornais será digitalizado como imagem<sup>254</sup> ou como texto pesquisável<sup>255</sup>.

**c) Cooperação. Avaliação da Implementação e Resultados. Etapas**

**Adicionais:** A cooperação técnica é um fator importante, tendo em vista que a concepção dos projetos de preservação de jornais se baseia em casos bem-sucedidos anteriormente (compartilhamento de ideias, diretrizes, orientações e boas práticas). A preservação sendo uma atividade contínua que necessita sucessivamente de investimentos, se sustenta no aspecto financeiro<sup>256</sup> como um fator de extrema importância que possibilitará ou inviabilizará a execução projetos, principalmente, os que objetivam a preservação de documentos digitais. Desse modo, fundamentado nessas questões que permeiam todas as etapas de execução de projetos de preservação de jornais, torna-se necessário o estabelecimento de mecanismos avaliativos periódicos que possibilitem obter resultados dos processos que foram executados para, assim, aperfeiçoá-los e/ou corrigi-los.

Em suma, diante de diversos projetos e casos, Hasenay e Krtalić (2010) se apoiam em discussões, orientações e diretrizes internacionais para sugerir o que seria um modelo ideal de preservação de jornais. No que diz respeito à preservação dos jornais croatas, as autoras destacam que foram idealizados, investidos e realizados projetos de preservação, porém, não houve uma linearidade, longevidade e sucesso devido à falta de sistematização e organização, que poderia ter sido

---

<sup>254</sup> “O argumento a favor da digitalização de jornais como uma imagem é a importância de fornecer informações no contexto (o lugar do artigo na página, outros tipos de notícias e ilustrações que o cercam, etc.)” (Hasenay; Krtalić, 2010, p. 250, tradução nossa).

<sup>255</sup> “O reconhecimento óptico de caracteres oferece muitas possibilidades de pesquisa, mas requer uniformidade de texto e fonte, o que é muito raro em jornais. Os problemas são criados principalmente pelas características dos jornais do início do século XIX (formato, estrutura, papel de baixa qualidade e impressão vazada; texto em colunas nem sempre correto; densidade do texto, etc.)” (Hasenay; Krtalić, 2010, p. 250, tradução nossa).

<sup>256</sup> “O maior problema financeiro geralmente é o financiamento único ou o fato de vir de várias fontes financeiras e não haver uma abordagem clara para o financiamento em nível nacional quando se trata de preservação. Outro problema é que o custo do processo de digitalização e, principalmente, a preservação de documentos digitais, ainda é instável e é difícil fazer estimativas de custo a longo prazo” (Hasenay; Krtalić, 2010, p. 250, tradução nossa).

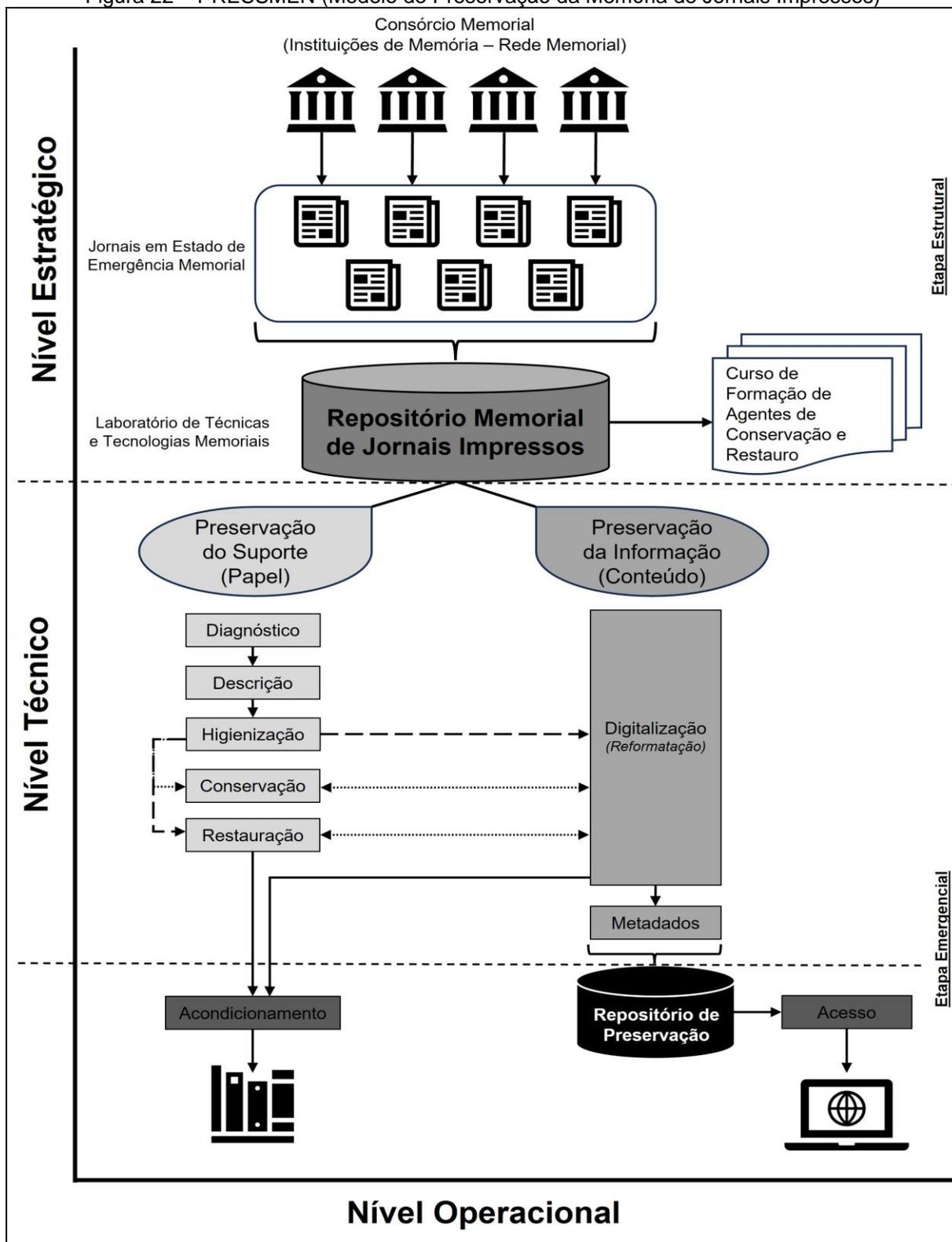
“evitado por uma melhor compreensão da complexidade da preservação e sua organização mais eficiente” (Hasenay; Krtalić, 2010, p. 253, tradução nossa). Em outras palavras, pensar em preservação de jornais não significar executar somente as ações operativas de “conservação”, “restauração” ou “digitalização”, mas, sim, planejar de forma sistêmica e organizada projetos que reúnam esses elementos e permitam o acesso e uso democrático da informação à longo prazo, salvaguardando tanto o suporte quanto o conteúdo do jornal. Isto posto, no próximo tópico passaremos a apresentar a proposta de Modelo de Preservação da Memória de Documentos de Jornal.

## 9.2 Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos (PRESSMEN)

**PRESSMEN** é um acrônimo construído nesta pesquisa para designar uma proposta de **Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos**. Isto é, um modelo que relaciona tanto os aspectos de organização documental quanto os aspectos de preservação de jornais, aplicados ao suporte físico e digital. Desse modo, ampara-se nas reflexões expostas anteriormente por Bagnall (2002) sobre a necessidade de Preservação, nas Questões/Desafios sobre Preservação de Jornais evidenciados por Hasenay e Krtalić (2010) e na metodologia de trabalho do “Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco” (Liber/UFPE), à luz da Teoria dos Sistemas Memoriais. Além disso, devido a carência de orientações específicas relativas à preservação de jornais, alicerçasse nas normas e diretrizes internacionais que abarcam o suporte papel, armazenamento físico e digital de documentos, microfilmagem de jornais, metadados do objeto digital, gerenciamento e preservação de documentos digitais à longo prazo da *International Organization for Standardization* (ISO) e da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA). Em âmbito nacional, considera as recomendações arquivísticas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e os Princípios para uma política de digitalização da Rede Memorial de Pernambuco (**Anexo D**).

Fundamentado nisso, apresentaremos o referido Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos (PRESSMEN) com base na ilustração a seguir (Figura 22):

Figura 22 – PRESSMEN (Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos)



Face ao exposto, o PRESSMEN segue a lógica evolutiva do campo da preservação de documentos, relacionando o resgate memorial, a gestão preventiva de documentos e a função de provimento ao acesso. De acordo com Galindo ([2021?])<sup>257</sup>, na primeira metade dos 1900, principalmente a partir da publicação do “Tratado de Documentação” de Paul Otlet (1934)<sup>258</sup>, o restrito campo da **Conservação e Restauro** começou a ser delineado, tendo em vista o então conceito de ser um “conjunto de técnicas assessorias que atuavam na mediação de danos físicos causados aos suportes da informação”. Posteriormente, a transição do século XIX para XX trouxe consigo novas preocupações e perspectivas que foram incorporadas a este conceito inicial, concebendo assim, um “novo” termo/campo: a **Preservação**, compreendida como “ações preventivas que se antecipavam às ameaças, afastando-se da prática remediadora pós sinistro que atuava depois da instalação dos problemas”. Nesse contexto, a garantia do **Acesso** como uma função social da Preservação, passou a figurar neste conceito evolutivo “completando um ciclo que se preocupava com a manutenção e permanência dos atributos e características originais dos suportes e o compromisso com a fidelidade e imutabilidade da informação”.

Nessa nova feição as práticas conservativas deixaram de ser técnicas estanques que se justificavam si mesmas para se articular de modo sistêmico com campos e disciplinas conexas. Um dos avanços mais significativos do campo se deu quando conservadores de bens do patrimônio perceberam que parte relevante dos agentes causais do processo degradativo estavam conectados com processos paralelos atuantes no meio ambiente e nos microambientes de custódia documental. [...]. Conhecer, portanto, a complexidade que envolve os processos entrópicos, descrevê-los em suas principais características, e desenvolver tecnologias menos interventivas, tem sido a forma mais eficiente, e produtiva, de se evitar que processos irreversíveis, se instalem nos bens do patrimônio (Galindo, [2021?], p. 01).

Apoiado nestes pontos introdutórios, o PRESSMEN se organiza através dos níveis estratégico, técnico e operacional (Hasenay e Krtalić, 2010), e nas etapas estrutural e emergencial (Galindo, 2022). Tais níveis e etapas relacionam-se e perpassam por toda a estrutura do modelo, representando uma realidade que

---

<sup>257</sup> GALINDO, Marcos. **Documento, meio e sistema**. [S.l.: s.n., 2021?]. (Documento não publicado).

<sup>258</sup> OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro: teoria e prática. Tradução de: Taiguara Villela Aldabalde et. al. Brasília: Brique de Lemos Livros, 2018.

engloba todas as partes envolvidas no Sistema Memorial, conforme explicado detalhadamente a seguir:

### a) Nível Estratégico (Etapa Estrutural)

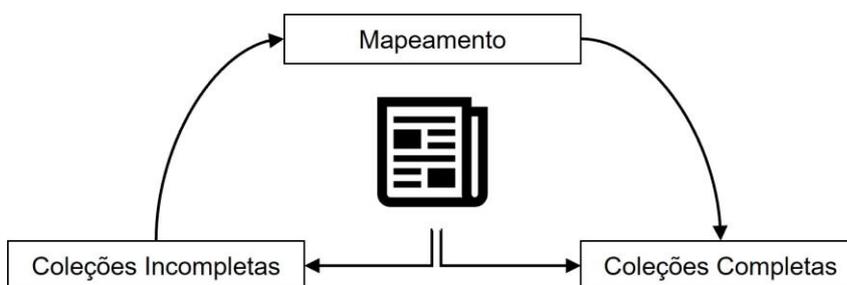
O Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos é iniciado no nível estratégico (etapa estrutural) a partir da junção das Instituições de Memória (arquivos, bibliotecas, museus, etc.) que formam uma rede com o objetivo de preservação do patrimônio memorial. Desse modo, esta Rede Memorial constitui um **Consórcio Memorial** com vistas a concepção de projetos de preservação, estruturação e compartilhamento de problemas, soluções, experiências, proteção dos direitos autorais, políticas, programas, cooperação técnica e construção de tecnologias memoriais, formação de agentes conservadores e sensibilização do público sobre a preservação do patrimônio memorial.

Nesse sentido, as Instituições de Memória como repositórios dos diversos registros do conhecimento, custodiam acervos de jornais locais, nacionais e/ou internacionais, na maioria das vezes adquiridos por compra/assinatura realizada pelos seus mantenedores ou doados por usuários. O destino desses jornais é incerto: pela natural efemeridade do registro diário, são mantidos e disponibilizados para consulta em seu ambiente interno pelo período em que as notícias permanecerem atuais; às vezes são oferecidos para setores específicos usarem ou darem destinação final; outras vezes são enviados à arquivos privados ou públicos; por fim, a depender da sua temporalidade institucional, são doados aos próprios usuários mediante solicitação ou descartados após servirem às necessidades informacionais institucionais.



Como visto, os jornais são previamente publicados com o *status* de “valor temporário”, ressaltando o comum pensamento de atendimento imediato das necessidades informacionais. Porém, com a diminuição/extinção da publicação

impressa, continuidade através de versão híbrida ou totalmente digital em tempo real, observa-se uma tardia, mas, necessária preocupação com o seu “valor histórico”, diante da iminente e irreparável perda memorial e social que pode causar à médio e longo prazo. Sendo assim, tanto as Instituições de Memória quanto as Associações e Editores de Jornais buscam soluções e trabalham cooperativamente pela urgente preservação de grandes acervos de jornais históricos. A prova disso são os acordos e termos de comodato assinados entre as partes interessadas para manter viva a memória de jornais, considerando a conservação e/ou restauração do suporte original, transferindo/reformatando este suporte para que seu conteúdo seja preservado em ambiente digital e, posteriormente, garantindo o acesso a múltiplos usuários.



Após esse primeiro momento, o fluxo do nível estratégico continua com seu objeto principal: os jornais, principalmente aqueles em estado de emergência memorial. Diante da realidade de acervos em grau avançado de degradação, os jornais – na maioria das vezes encadernados em códices, amarrados em elásticos/cordas/cintos de papel ou avulsos – são coletados e analisados superficialmente para ter uma noção geral tanto dessas questões de degradação do suporte, como também, da completude do acervo.

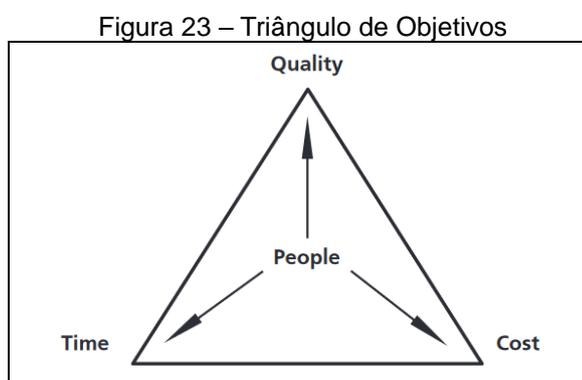
Como na maioria das vezes os acervos de jornais são entregues com coleções incompletas, assim, podem ser usados instrumentos externos ao modelo para conseguir fazer uma análise descritiva mais detalhada do jornal. Portanto, a Hemeroteca Digital Brasileira é a primeira fonte de consulta para verificar o quantitativo digitalizado, complementado por pesquisas em Institutos Históricos, Anais e Bibliografias da Imprensa local e regional, Catálogos de Bibliotecas nacionais e internacionais, Consultas a historiadores e pesquisadores do assunto.

Fundamentado nisso, torna-se possível fazer um Mapeamento dos Jornal para buscar, recuperar e/ou resgatar números/edições faltantes (com colecionadores, leitores, etc.), completando a coleção de jornais que será trabalhada no próximo nível. Em outras palavras, análise e mapeamento que são necessários para se ter uma real dimensão histórica e quantitativa que contribuirão para o tratamento, descrição, estabelecimento de estratégias de preservação e acesso a longo prazo dos jornais históricos.



Por fim, estes jornais em estado de urgência memorial são transportados para um Laboratório de Técnicas e Tecnologias Memoriais que servirá como Repositório Memorial de Jornais Impressos. Munido do planejamento e objetivos propostos para a preservação de jornais (etapa estrutural), este repositório memorial terá dupla finalidade: dar início aos níveis técnico e operacional (etapa emergencial), como também, conscientizar o público em geral e formar profissionais habilitados a trabalharem com as técnicas de preservação do patrimônio memorial.

Em síntese, este nível estratégico segue a lógica do triângulo de objetivos proposto pelo Minerva (2008)<sup>259</sup> em que se destaca a qualidade, tempo, custos e pessoas (**Figura 23**). Aspectos esses que possibilitam planejar, estruturar e delimitar o conjunto de funções, ações e atividades estruturais e emergenciais necessárias para a preservação de jornais, conforme será descrito nos próximos níveis.



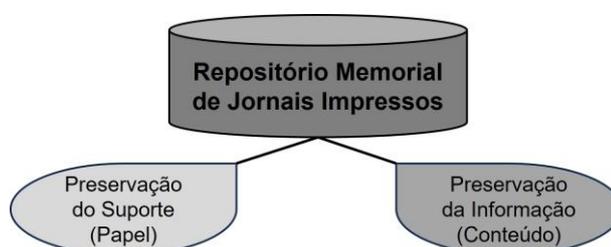
Fonte: MINERVA (2008)

<sup>259</sup> MINERVA. **Technical Guidelines for Digital Cultural Content Creation Programmes**: Version 2.0. [S.l.]: Minerva, 2008. Disponível em: <https://www.minervaeurope.org/publications/MINERVA%20TG%202.0.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

## b) Nível Técnico (Etapa Emergencial):

Após a constituição do Consórcio Memorial, o estabelecimento de ações de gestão, metas de planejamento com vistas à preservação documental e digital de jornais, e a garantia de acesso à múltiplos usuários, entra em execução o nível técnico (etapa emergencial) do PRESSMEN. Nesse nível técnico, serão desenvolvidos, experimentados e aplicados técnicas, instrumentos, métodos e procedimentos químicos, físicos, mecânicos e tecnológicos que visem a estabilização, tratamento e reformatação (digitalização) do suporte físico e digital. Outrossim, estudar o contexto e materiais usados na produção do jornal, bem como, conhecer os fatores e agentes agressores do papel. Assim, além das técnicas preventivas e curativas (higienização, conservação e restauração) comumente utilizadas na preservação documental, torna-se necessário o auxílio dos conhecimentos específicos de áreas afins (Biociência, Micologia, Climatologia, Física, Química, entre outras) com o objetivo de observar a evolução desses fatores de degradação e encontrar soluções viáveis que permitam a sobrevivência do suporte físico do jornal.

Face ao exposto, os jornais em emergência memorial previamente analisados no nível estratégico são transportados para o referido Repositório Memorial de Jornais Impressos (Laboratório de Técnicas e Tecnologias Memoriais), o qual, dará início ao trabalho técnico considerando os aspectos de Preservação do Suporte (papel de jornal) e Preservação da Informação (conteúdo publicado no jornal).



Na **Preservação do Suporte**, são realizados os processos de diagnóstico, descrição, higienização, conservação e/ou restauração do jornal físico, a saber:

- **Diagnóstico:** Objetiva detalhar o estado de deterioração do jornal. Deste modo, são especificadas as condições do jornal ao “entrar” no Repositório

Memorial de Jornais Impressos, seu estado geral e específico de conservação, e o adequado tratamento de conservação que será realizado no jornal. Esse detalhamento se baseia na “Ficha de Diagnóstico” utilizada no Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco (**Anexo B**). Isto é, a partir do preenchimento dessa ficha, os jornais serão higienizados e separados seguindo o critério de terem condições físicas para serem digitalizados (linha grossa pontilhada), dos que necessitam de alguma ação preventiva/curativa de conservação (linha fina pontilhada) ou daqueles que necessitam de restauração urgente (linha grossa pontilhada) para, posteriormente, terem condições mínimas de serem digitalizados.

- **Descrição:** Intenciona representar descritivamente o jornal. Nessa representação são especificados: o Título do jornal, Data de Publicação, Ano Serial (contagem própria de existência de cada jornal), Volume (quando os jornais foram agrupados e encadernados em códices), Número de Folhas (quando descrito o jornal avulso), Técnica (utilizada na impressão do jornal) e Dimensões (altura, largura e comprimento). Devido seu “valor histórico”, esse processo descritivo também abre oportunidade para que o jornal seja representado tematicamente através da indexação, contribuindo assim, para uma melhor recuperação da informação que atenda às necessidades dos múltiplos usuários ao se tornar acessível em plataforma digital.
- **Higienização:** Visa eliminar a sujidade encontrada na superfície e interior dos jornais. Por meio de técnica preventiva simples, a higienização é realizada no âmbito do próprio Laboratório de Técnicas e Tecnologias Memoriais, sendo este processo, uma outra oportunidade que permite diagnosticar minuciosamente cada folha do jornal para ser encaminhado aos procedimentos de conservação e restauração, ou ser enviado diretamente para a digitalização.
- **Conservação:** Realiza as primeiras intervenções na estrutura física após a higienização. São aplicadas técnicas curativas com vista a recuperação do suporte físico, utilizando instrumentos e materiais específicos e que não comprometam o frágil suporte, dando as condições necessárias para o jornal ser digitalizado posteriormente.

- **Restauração:** Efetua uma intervenção mais complexa e urgente na estrutura gravemente danificada. São aplicadas técnicas químicas e mecânicas mais agressivas para reverter o processo de deterioração do papel, na maioria das vezes causadas pela rápida e sorrateira ação dos agentes agressores. Nesse sentido, fungos e bactérias que estão vivos e habitam no interior dos jornais, se multiplicam e as ações preventivas e/ou curativas são ineficazes para “salva” o suporte físico, necessitando com urgência de auxílio especializado das referidas áreas afins, principalmente, a Micologia e Química. Após as ações intervencionistas de restauro e o jornal reunir as condições mínimas de manuseio, então é direcionado para o processo de digitalização.

No que diz respeito à **Preservação da Informação**, a reformatação é o principal processo realizado para salvaguardar o conteúdo do jornal. Diante de evolução tecnológica, a microfilmagem que inicialmente era a técnica de reformatação mais utilizada (Hasenay e Krtalić, 2010), se tornou obsoleta e foi gradualmente substituída pela digitalização. Nesse contexto, a digitalização de registros memoriais como técnica de preservação utilizada pela maioria das Instituições de Memória, sugere que questões legais, técnicas e tecnológicas sejam discutidas e alinhadas ainda no nível estratégico. Isto posto, o PRESSMEN se baseia na lógica de trabalho proposta por Araújo, F. (2018)<sup>260</sup> através do Modelo de Digitalização para Sistemas Memoriais (D4SiMem).

O referido D4SiMem se fundamenta através de uma perspectiva de operacionalização e do trabalho de campo em torno da função da Preservação, o qual desenvolve uma análise do processo de digitalização, não somente como ato, mas como uma tecnologia direcionada à preservação da memória. Assim, este Modelo de Digitalização é sustentado por quatro processos básicos: Planejamento, Captura, Tratamento e Preservação, realizados de forma estratégica e operacional, à nível local e cooperativo, concebido a partir de três diferentes realidades: o mapeamento da preservação da informação em meio digital (PreservMap, Portugal), os projetos de preservação e curadoria do Laboratório de Tecnologia para o Conhecimento (Liber/UFPE, Brasil) e o acervo memorial institucional sobre a seca e

---

<sup>260</sup> ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. **D4SiMem**: uma proposta de digitalização para instituições de memória. Natal: EDUFRRN, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26233>. Acesso em: 03 nov. 2023.

semiárido do Núcleo Temático da Seca e do Semiárido (NUT Seca/UFRN, Brasil). Em outras palavras, embora o D4SiMem como parte de um todo, se estruture nos referidos processos básicos à nível local e cooperativo (tendo em vista as realidades apresentadas), porém, contribui com o proposto PRESSMEN, solucionando desafios estratégicos da preservação do conteúdo de jornais, conforme exposto na figura a seguir (**Figura 24**).



Fonte: Araújo, F. (2008, p. 211)

Face ao exposto, a reformatação utilizando a técnica da digitalização considera os cuidados necessários para não danificar mais o frágil suporte papel de jornal, as características e adequações técnicas: iluminação, uso (e não uso) do vidro para digitalização (escâner), a sistemática de fotografia entre as folhas pares e ímpares, bem como, os próximos passos pós-digitalização (Transformação do formato inicial TIFF<sup>261</sup> para os formatos acessíveis JPEG<sup>262</sup> e PDF<sup>263</sup>, Atribuição de metadados, Espaço digital de armazenamento e Plataforma de acesso). Ou seja,

<sup>261</sup> *Tagged Image File Format*

<sup>262</sup> *Joint Photographic Experts Group*

<sup>263</sup> *Portable Document Format*

inicialmente é realizada uma espécie de “digitalização bruta” que depois será lapidada (leitura OCR<sup>264</sup>, exclusão das partes escuras, correção das dimensões da folha, etc.). Em síntese, é válido ressaltar que essa “digitalização bruta”, o TIFF gerado será mantido conforme foi digitalizado com todas as características fotografadas no ato da digitalização, já o JPEG e PDF (cópias de acesso) serão editadas e compactados para se tornarem acessíveis em arquivos menores.

Resumidamente, o papel e o conteúdo andam atrelados numa relação de dependência, no qual, caso o primeiro desapareça devido sua natural e/ou provocada degradação, automaticamente, impactará na permanência do outro. Nesse contexto, é possível observar que os jornais de uma coleção podem ter níveis diferentes de conservação. Isso se dá pela forma como os jornais foram armazenados inicialmente, tendo em vista as condições ambientais do local onde a coleção permaneceu acondicionada. Além disso, ainda no que diz respeito aos aspectos físicos dos jornais, outro ponto a ser levado em consideração é a oxidação dos papéis: enquanto alguns jornais apresentam superfície branca por terem sido impressos em tipos mais resistentes de papel, outros podem apresentar papéis mais amarelado e quebradiço na parte lateral central. Possivelmente esse aspecto se deve a duas causas: a tradicional forma como os jornais foram dobrados e comercializados, bem como, na maioria das vezes, o manuseio do jornal (folhear) acontecer pela referida parte. Isso aumenta o grau de oxidação da lignina, que resulta numa rápida degradação do papel e, conseqüentemente, perda do conteúdo impresso.

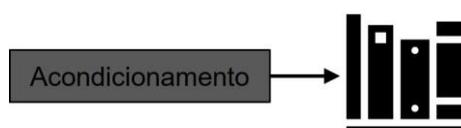
Assim, a Preservação do Suporte e da Informação visam proteger todas as características que envolvem o jornal, tendo em vista que para o conteúdo inicialmente produzido em contexto físico seja preservado digitalmente e permaneça acessível à longo prazo, é necessário que seu suporte original esteja conservado e seguro em ambiente adequado, bem como, o suporte digital estar protegido por meio de estratégias e ações de Preservação Digital. É com base nisso que concluídos os processos de preservação do nível técnico, o operacional dará continuidade, fechando assim, o modelo PRESSMEN.

---

<sup>264</sup> *Optical Character Recognition*

### c) Nível Operacional (Etapa Emergencial)

O nível operacional é realizado por meio dos processos finais da etapa emergencial do Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos. Ainda no nível técnico, após os processos de diagnóstico e descrição, o jornal em suporte físico recebe tratamentos preventivos e curativos para seguidamente ser reformatado (digitalização). É válido ressaltar que esses processos não acontecem de “forma linear”, ou seja, o conhecimento das condições diagnosticadas no jornal orientará para qual destino seguir: se será encaminhado primeiramente para os processos de conservação, restauração e depois para a digitalização ou vice-versa. Fundamentado nisso, ambas as preservações culminam no Acondicionamento que preservará o jornal em suporte físico, bem como, no Repositório de Preservação que preservará o conteúdo do jornal à longo prazo e garantirá acesso a múltiplos usuários. Este nível também dará subsídio para manutenção dos recursos materiais, humanos, financeiros e estruturais (nível estratégico), bem como, reforçar a educação continuada do usuário.



No Acondicionamento será garantida a guarda, preservação e arquivamento temporário ou final da coleção física de jornais, assegurando um ambiente controlado quanto às questões climatológicas, térmicas, manuseio e acesso. Nesse contexto, também deve ser considerada a análise de riscos que diz respeito as adversidades (extravio, furtos e roubos), acidentes (manuseios inadequados) e sinistros (enchentes, incêndios e depredações) que possam danificar ou perder a rara coleção de jornais impressos armazenados. Por fim, a periódica observação atenta dos jornais quanto ao seu estado de deterioração, necessitando, por vezes, de manutenção preventiva das ações de conservação e restauração das coleções arquivadas em seu âmbito (seja no próprio Laboratório de Técnicas e Tecnologias Memoriais ou ao ser devolvido para a Instituição Memorial de origem).



No Repositório de Preservação são aplicadas as estratégias, normas e orientações de Preservação Digital à longo prazo e Segurança da Informação, garantindo assim, o Acesso em plataforma digital a múltiplos usuários. Desse modo, por meio de uma gestão ativa e permanente, o Repositório de Preservação é concebido considerando o desafio principal da Preservação Digital relativo à evolução e obsolescência tecnológica, bem como, a solução de problemas básicos (técnicos e organizacionais). Em outras palavras, a Tecnologia que cria, que evolui, que desafia, que dificulta, que limita, é a mesma que arquiteta sua própria solução. É com base nesse pensamento que a Preservação Digital se alicerça, se orienta e se renova, possibilitando que, mesmo diante da fragilidade dos suportes, a informação permaneça acessível para atender democraticamente as necessidades informacionais dos usuários.

Em linhas finais, o modelo PRESSMEN foi pensado e arquitetado com o objetivo de agregar direcionamentos normativos e estudo de casos nacionais e internacionais sobre preservação de jornais impressos. Desse modo, como foi ilustrado e explicado, a Rede de Instituições de Memória dedicada à preservação do patrimônio memorial concebe um Consórcio Memorial tendo como principal preocupação, a deterioração de jornais históricos em emergência memorial. Essa inquietação cooperativa motiva este Consórcio a encontrar alternativas viáveis de preservação de jornais, tendo como ponto central, um Repositório Memorial de Jornais Impressos. Assim, tal Repositório (Laboratório de Técnicas e Tecnologias Memoriais) pode ser entendido como um ambiente de aplicação com a função de preparar, desenvolver, instrumentalizar e executar as ações de preservação (suporte e informação), acondicionar, proteger e dar acesso as coleções de jornais históricos. Em síntese, uma proposta de Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos, organizado em seus níveis estratégico, técnico e operacional, por meio de etapas estrutural e emergencial, que visa assim, atender a realidade dos Jornais Centenários Pernambucanos e suprir uma carência teórica, metodológica, técnica e aplicada de preservação de jornais em âmbito brasileiro.

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso apresentado nesta tese teve a finalidade de responder ao seguinte problema de pesquisa: *“Quais os elementos teóricos e aplicados de organização e preservação de documentos de jornal de valor histórico?”*. Problema este que foi originado por meio da observação direta da “emergência memorial” diagnosticada nos Jornais Pernambucanos que também se assemelha a realidade de outros jornais brasileiros. Isto é, um contexto em que este documento de grande relevância histórica está guardado em espaços indefinidos, deteriorando-se pela incúria humana, degenerando-se com o próprio envelhecimento material e pela inevitável ação do tempo, servindo de abrigo e alimento para microrganismos invisíveis à olho nu, virando pó, ou melhor dizendo, “cinzas memoriais”.

Por meio desta observação, foi construída a hipótese considerando que *“os fenômenos sociais (políticos, econômicos e culturais) impactam diretamente na função de preservação da memória registrada da imprensa (jornais impressos), ou seja, um problema social, tendo em vista ser considerada como um elemento periférico, supérfluo. Logo, a apresentação e discussão deste problema social pode resultar numa esperança para manter viva a memória registrada da Imprensa Pernambucana e Brasileira, suprimindo assim, uma lacuna existente na literatura”*. Em suma, problema e hipótese que nortearam toda a pesquisa em busca de fundamentação teórica e soluções metodológicas e técnicas que suprissem a necessidade de Preservar a Memória de Jornais Impressos de valor histórico em Instituições de Memória.

Desse modo, definidos estes pontos introdutórios, os objetivos da tese foram concebidos, tendo como intuito principal *“propor um modelo referencial de preservação de documentos de jornal por meio da teoria de Sistemas Memoriais”*. Este objetivo corresponde as inquietações inicialmente expostas e resultaram no Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos (PRESSMEN), lançando assim, uma possibilidade que contribui para manter vivo o patrimônio memorial pernambucano e brasileiro.

Face ao exposto, reflexões teóricas foram construídas, apresentadas e discutidas, evidenciando primeiramente a evolução das linguagens, da cultura manuscrita (escrita e seus suportes) e da cultura impressa (impressões tabulares, os tipos móveis e a prensa), servindo assim, de alicerce para uma iminente revolução social. Desse modo, acontecimentos históricos ocorridos principalmente na Europa, encontraram na simples “invenção” de Gutenberg uma “arma” ideológica favorável para o fortalecimento de grandes transformações sociais (Reforma Protestante, Revolução Científica, Iluminismo, Revolução Francesa, entre outras). Assim, podemos então considerar a (im)prensa como uma “revolução dentro das revoluções históricas”. Em síntese, esses episódios marcantes que não ficaram restritos ao solo europeu, navegaram por várias águas e, através do Oceano Atlântico, atracaram no Brasil para novamente contribuir para novas e transformadoras revoluções históricas.

Por meio do “leme” português, os mares, as terras, os tesouros e os habitantes brasileiros foram descobertos e conquistados. O Brasil não pertencia mais aos inocentes índios. Portugal era o seu proprietário, governando rigidamente sua colônia a ponto de deixá-la isolada das mudanças ocorridas no resto do mundo. Ao longo dos primeiros séculos “pós-descoberta”, pouco progresso foi feito, se restringindo somente aquilo que beneficiasse a Coroa Portuguesa, seu *status* mundial, sua economia e seus comerciantes. As comunicações eram feitas de formas rudimentares entre os nativos e os letrados que vieram morar aqui, aguardavam longos meses até receberem cartas e notícias desatualizadas vindas nas embarcações lusitanas. Porém, esse atrasado contexto começou a mudar com a vinda da Família Real Portuguesa trazendo consigo seu falido absolutismo e, à contragosto, as suas “letras de imprimir”, a Imprensa Régia e os primeiros jornais que começaram a circular nestas “Terras de Vera Cruz”.

Com a instalação da Imprensa Régia no Brasil, a tipografia foi controladamente autorizada e implantada, primeiro no Rio de Janeiro, depois na Bahia até ser inaugurada oficialmente em Pernambuco. Desse modo, deixando de lado a discutível “versão europeia” que circunda o estabelecimento da imprensa pernambucana, o fato é que suas atividades foram legalmente iniciadas a partir da licença de imprimir concedida pelo reino português nos findos de 1816. A partir daí, a

imprensa em Pernambuco foi traçando seu caminho e se consolidando ao longo dos seus mais de duzentos anos de história.

Das primeiras publicações “oficiosas e inofensivas” à benefício do governo português e pernambucano, ao panfleto crítico impresso na “Tipografia dos Revoltosos”, estes foram os alicerces para que o periodismo pernambucano passasse a existir no oitocentismo. A liberdade de imprimir conquistada por meio da Revolução Pernambucana de 1817 e Revolução Liberal do Porto de 1820 resultaram no surgimento, encerramento e ressurgimento de mais de 180 jornais publicados entre 1800 a 1899. Esse recorte temporal comprova a necessidade da sociedade pernambucana em quebrar as correntes da ignorância e abastecer-se de informações sobre o cotidiano local e nacional, colaborando para o próprio desenvolvimento social, cultural, político, econômico etc.

Nesse sentido, é válido destacar a importante contribuição holandesa através da administração de Maurício de Nassau que colaborou para o desenvolvimento cultural do “Brasil holandês” e da própria capitania de Pernambuco no século XVII. Posteriormente, as influências europeias na transição do século XVII para XVIII, sobretudo, com o Iluminismo, Liberalismo e Revolução Francesa foram outros contributos que culminaram para o desenvolvimento intelectual que se refletia na sociedade pernambucana.

Com isso, após o fim do governo de Nassau e um hiato administrativo, Pernambuco voltou a ser administrada pelo governo português ainda no século XVIII que finalmente autorizou a implantação de oficinas tipográficas em solo pernambucano no século XIX. Inaugurada a “inocente” prensa pernambucana, na verdade, se tornou um necessário “instrumento” para o desenvolvimento da referida Revolução Pernambucana, e, com os contributos da Revolução do Porto e a própria Independência do Brasil, fizeram as “letras impressas” se popularizarem, principalmente, através da publicação e circulação dos seus jornais impressos.

Ao longo desses mais de duzentos anos, a imprensa pernambucana vivenciou e noticiou diversos acontecimentos, publicando centenas de jornais impressos sob o manto da “liberdade de imprensa”, alguns dos quais resistiram até os dias atuais, se adaptando às transformações tecnológicas e sociais. Porém,

cumprir frisar que mesmo amparado por este consolidado direito, muitas oficinas tipográficas e jornais sofreram forte censura tanto do governo português quanto do próprio governo brasileiro. Além disso, ainda sofreram com invasões às suas instalações por agentes policiais políticos com o objetivo de danificar o maquinário de gráficas, inviabilizando momentaneamente a publicação e circulação de seus jornais (época da Ditadura Militar). Como também, edições que foram rasgadas, queimadas, dos danos causados ao patrimônio gráfico e memorial.

Em resumo, mais do que uma constatação sobre os contributos e importância histórica da implantação da imprensa em Pernambuco e no Brasil, também foi possível refletir sobre a necessidade da preservação da memória através dos jornais centenários, que como “raspas da história” ressurgindo das suas “cinzas memoriais”, representam assim, uma esperança para manter viva a memória brasileira. Ou seja, um valioso patrimônio memorial que se perdeu ou está se perdendo com a ação do tempo, bem como, pela degeneração natural do suporte material de base orgânica, que se torna um ambiente favorável para a ação devastadora de agentes biológicos e encontram no clima quente e úmido de Pernambuco as condições perfeitas para sua proliferação. Por fim, a falta de investimentos para manutenção dos bens memoriais, o descaso direto/indireto dos seus mantenedores e da sociedade em geral que resultam em um esquecimento da memória pernambucana e brasileira, ou seja, uma verdadeira “tragédia da memória”.

Dessa maneira, se por um lado temos os ditos “agentes agressores” que destroem, do outro temos “agentes salvadores” que inibem, retardam, reconstrói, guardam e protegem acervos patrimoniais memoriais “quase” perdidos. Mesmo diante das diversas dificuldades oriundas dos “fenômenos sociais”, a união destes bravos agentes salvadores com suas necessidades e particularidades, contribuem para a formação de uma rede agregadora com o principal propósito de preservar e dar acesso à memória registrada que foi esquecida, perdida, descartada, danificada e/ou mutilada. Em outras palavras, um Sistema Memorial formado pela união das Instituições de Memória, que trabalham incansavelmente de forma cooperativa à benefício da sociedade como um todo.

É nesse contexto que se descreve a parte técnica da pesquisa, em que a inquietação inicial relativa à salvaguarda da memória de jornais impressos

pernambucanos motivou que agentes salvadores (isto é, a Universidade Federal de Pernambuco, a Associação da Imprensa de Pernambuco e o Diário de Pernambuco) idealizassem o “Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco”, abrangendo não somente o referido Diário, mas também, outros jornais centenários Pernambucanos (Jornal Pequeno, Diário de Manhã e Diário da Tarde). Assim, pode-se compreender que este programa de preservação de jornais históricos não se restringe somente a uma ação isolada de restauração ou de digitalização, mas sim, um projeto que se destaca pelo seu ineditismo regional (quicá nacional), complexidade e robustez, confluindo no ambiente de práticas aplicadas do Laboratório de Tecnologias para o Conhecimento (Liber/UFPE) todos os aspectos gerenciais, metodológicos, técnicos e tecnológicos relativos à Preservação do Patrimônio Memorial.

Fundamentado no exposto, a parte morfológica desta pesquisa foi concebida, originando o Modelo de Preservação da Memória de Jornais Impressos (PRESSMEN). Este modelo referencial de organização e preservação de documentos de jornais por meio da teoria dos Sistemas Memoriais se baseia na estrutura e objetivos do referido Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco (2022), bem como, nas reflexões teóricas de Bagnall (2002) e no caso da Preservação de Jornais Croatas de Hasenay e Krtalić (2010). Assim, o modelo PRESSMEN é constituído por meio dos níveis estratégico (etapa estrutural), técnico e operacional (etapa emergencial), em que as características teóricas, metodológicas e práticas são destacadas, contribuindo para uma adequada e completa preservação de jornais em Instituições de Memória.

Dessa forma, ao nível estratégico são planejados, estruturados e concebidos projetos e ações de preservação de jornais em “estado de emergência memorial”, por meio do Consórcio Memorial (Instituições de Memória e Rede Memorial). Logo, estes jornais são recolhidos e transportados para um Repositório Memorial de Jornais Impressos dar início aos níveis técnico e operacional. No nível técnico, os jornais em emergência memorial são preservados quanto ao suporte original (papel) e a informação (conteúdo). Em vista disso, na preservação do suporte são realizados o diagnóstico e descrição documental, bem como, a aplicação de ações preventivas, curativas e restaurativas resultando na conservação do papel de jornal;

na preservação da informação, a reformatação por meio da digitalização e processamento da imagem são executados com a finalidade de salvaguardar o objeto digital. Por fim, no nível operacional os jornais preservados são acondicionados em ambiente físico controlado (Laboratório de Técnicas e Tecnologias Memoriais ou Instituição Memorial de origem) e no Repositório de Preservação, protegendo digitalmente o conteúdo do jornal à longo prazo e garantindo o acesso a múltiplos usuários. Portanto, o PRESSMEN é um modelo potencial que se adapta às diferentes realidades encontradas nas Instituições de Memória, agregando em sua estrutura todos os níveis e etapas da preservação de jornais.

Em linhas finais, conclui-se esta tese respondendo as inquietações inicialmente expostas e comprovando que todos os objetivos concebidos para esta pesquisa foram cumpridos. Para tanto, o uso do Método Quadripolar no percurso metodológico foi adequado para solucionar questões epistemológicas, teóricas, técnicas e morfológicas, mesmo diante das dificuldades encontradas no curso investigativo e da complexidade que cerca o tema em estudo. Diante disso, além de vislumbramos a aplicabilidade do PRESSMEN como um modelo potencial de preservação de jornais, sugerimos também que novas pesquisas sejam realizadas sobre o tema, tendo em vista a carência de estudos específicos, políticas, normas e orientações nacionais e internacionais sobre o tema, culminando da formação de uma desejada “Rede Memorial de Jornais Impressos Brasileiros”.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Igor. **Maçonaria**. [202-?]. Disponível em: <https://www.significados.com.br/maconaria/>. Acesso em: 05 maio 2023.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. **D4SiMem: uma proposta de digitalização para instituições de memória**. Natal: EDUFRN, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26233>. Acesso em: 03 nov. 2023.
- ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. **Digitalização e preservação da informação em meio digital: o caso do acervo memorial da seca e do semi-árido da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (NUT Seca/UFRN)**. 2013. 287 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Departamento de Engenharia de Informática, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2013. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69220/2/26600.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- ARISTÓTELES. **De Anima**: livros I, II e III. Traduzido por Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. **A evolução do jornal**. [S.l.: s.n., 201-?]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101008011951/http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianomundo/historiadojornal.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. **Jornais: Breve história**. [S.l.: s.n., 201-?]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101008011951/http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianomundo/historiadojornal.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.
- ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE IMPRENSA. **Correio Braziliense, 1º de junho de 1808**. 2022. Disponível em: <https://www.ari.org.br/noticias/correio-braziliense-1o-de-junho-de-1808/>. Acesso em: 05 maio 2023.
- BAGNALL, Roger S. Alexandria: Library of Dreams. **Proceedings of the American Philosophical Society**, Filadélfia, v. 146, n. 4, p. 348-362, dez. 2002. Disponível em: <https://archive.nyu.edu/bitstream/2451/28263/2/D172-Alexandria%20Library%20of%20Dreams.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.
- BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. v. 1.

BARBOSA, Virginia. **Carlos de Lima Cavalcanti**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2006. Disponível em <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/carlos-de-lima-cavalcanti/> . Acesso em: 10 ago. 2023.

BARROS, José D´Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

BELL, Daniel. **Advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.

BENTO, Emmanuel. **História em ruínas**: prédio do Diário de Pernambuco, no Recife, é memória indo pelo ralo. 2021. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/12/14919906-historia-em-ruinas-predio-do-diario-de-pernambuco-no-recife-e-memoria-indo-pelo-ralo.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BERTALANFFY, Ludwing Von. **Teoria geral dos sistemas**. Traduzido por Francisco M. Guimarães. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

BEZERRA, Juliana. **Inquisição**. [202-?]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/inquisicao/>. Acesso em: 15 set. 2022.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, [S.l.], v.19, n.1, p.3-5, jan. 1968. (Tradução Livre). Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod\\_resource/content/1/Oque%C3%A9.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9.pdf). Acesso em: 02 ago. 2022.

BRASIL, Bruno. **Gazeta do Rio de Janeiro**. 2015. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/artigos/gazeta-do-rio-de-janeiro-2/>. Acesso em: 04 maio 2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Administração Pública Brasileira do Período Colonial (1500-1822)**: Cronologia: Período Colonial (1700 a 1807). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/80-assuntos/producao/cronologia/505-periodo-colonial-1700-a-1807>. Acesso em 20 abr. 2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Período Colonial (1700 a 1807)**. [S.l., 2017]. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/80-assuntos/producao/cronologia/505-periodo-colonial-1700-a-1807>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Revolução Pernambucana. In.:\_\_\_\_\_. **Glossário de História Luso-Brasileira**. [2021]. Disponível em: [http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5801:revolucao-pernambucana&catid=2086&Itemid=121](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5801:revolucao-pernambucana&catid=2086&Itemid=121) . Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Ribeiro, padre João (1766-1817). In.:\_\_\_\_\_. **Glossário de História Luso-Brasileira**. [2021]. Disponível em: [http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5805:ribeiro-padre-joao-1766-1817&catid=2086&Itemid=121](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5805:ribeiro-padre-joao-1766-1817&catid=2086&Itemid=121) . Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Tomás Antônio de Vilanova Portugal. In.:\_\_\_\_\_. **Memória da Administração Pública Brasileira**. [201-?]. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/452-tomas-antonio-de-vilanova-portugal>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. **Pernambuco 1817: a revolta**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/pernambuco-1817-a-revolucao/a-revolta/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. **Pernambuco 1817: perfis dos mártires**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/pernambuco-1817-a-revolucao/perfis-dos-martires/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Correio Carioca. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092\\_1956\\_08454.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1956_08454.pdf). Acesso em 09 ago. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. **Diário da Manhã**. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262\\_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=1](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=1). Acesso em: 09 ago. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Diário da Manhã. **Monitor Campista**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030740&pesq=&pagfis=1>. Acesso em 17 ago. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. **Diário de Pernambuco**. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=1](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=1). Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. **Jornal Pequeno**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pagfis=1>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. **Pequeno Jornal**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pagfis=1771>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL. Imprensa Nacional. Secretaria Geral da Presidência da República. Decreto de 13 de Maio de 1808. In.:\_\_\_\_\_. **Dicionário Eletrônico da Imprensa Nacional**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.in.gov.br/web/dicionario-eletronico/-/decreto-de-13-de-maio-de-1808> . Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Tabela de Áreas do Conhecimento**. Disponível em: <https://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Biblioteca Nacional Digital. **Missão**. Rio de Janeiro: FBN, [201-?]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/missao/>. Acesso em 17 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Competências e Atividades**. Rio de Janeiro: FBN, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/aceso-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn/competencias-e-atividades/competencias-e-atividades>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. [01 maio 1500]. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf). Acesso em 03 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Hemeroteca digital**. Rio de Janeiro: FBN, [201-?]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Histórico: 1808 - 1820**. Rio de Janeiro: FBN, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/aceso-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn/historico/1808-1820>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Portaria Nº 74, de 3 de agosto de 2018: Aprova o Regimento Interno da Fundação Biblioteca Nacional – FBN. **Diário Oficial da União**, Brasília, ed. 150, seção 01, p. 35, 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/35518090/do1-2018-08-06-portaria-n-74-de-3-de-agosto-de-2018-35517964](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/35518090/do1-2018-08-06-portaria-n-74-de-3-de-agosto-de-2018-35517964). Acesso em 17 ago. 2023.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1997. v. 1 (As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível).

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?**. Traduzido por Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2016.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **La era tecnotrónica**. Traduzido por Gerardo Mayer. 2. ed. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1979.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science(JASIS)**, [S.l.], v.45, n.5, p.351-360, 1991. (Traduzido por Luciane Artêncio). Disponível em: [https://www.cin.ufpe.br/~cjqf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](https://www.cin.ufpe.br/~cjqf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf) . Acesso em: 02 ago. 2022.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science(JASIS)**, [S.l.], v.45, n.5, p.351-360, 1991. (Traduzido por Luciane Artêncio). Disponível em: [https://www.cin.ufpe.br/~cjqf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](https://www.cin.ufpe.br/~cjqf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf) . Acesso em: 02 ago. 2022.

BUSH, Vannevar. As we may think. **Atlantic Monthly**, Boston, v.176, 1, p.101-108, 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm> . Acesso em: 02 ago. 2022. (Traduzido por Fábio Mascarenhas e Silva. 2004. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/372315/mod\\_resource/content/1/AsWeMayThink.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/372315/mod_resource/content/1/AsWeMayThink.pdf) ).

CAMARGO, Angélica Ricci. Imprensa Régia. In: BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Administração Pública Brasileira do Período Colonial (1500-1822)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/204-impresao-regia>. Acesso em: 29 abr. 2023.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ENANCIB, 2003. p. 1-21. Disponível em: [http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm) . Acesso em: 02 ago. 2022.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. The concept of information as we use in everyday. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 01, p. 148-207, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/?lang=pt> . Acesso em: 02 ago. 2022.

CARVALHO, Alexandre Carvalho. **Qual foi o primeiro jornal da história?**. 2022. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/qual-foi-o-primeiro-jornal-da-historia/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CARVALHO, Alfredo. **Annaes da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908.

CARVALHO, Leandro. **Guilhotina e a morte sem dor**. Brasil Escola, [201-?]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/guilhotina-morte-sem-dor.htm> . Acesso em 14 de dezembro de 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 1).

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Diccionario biographico de pernambucanos celebres**. Recife: Typographia Universal, 1882. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221687> . Acesso em: 20 jun. 2023.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano**, Recife, n. 39, p. 25-50, 1891.

DIANA, Juliana. **Membros do Corpo Humano**. [202-?]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/membros-do-corpo-humano/>. Acesso em 20 maio 2022.

DIÁRIO DA MANHÃ PERNAMBUCO. **Histórico**. Recife, [202-?]. Disponível em: <https://www.diariodamanha-pe.com.br/historico>. Acesso em: 10 ago. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Parceria vai preservar o rico acervo do Diário de Pernambuco**. Recife, 2021. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/09/parceria-vai-preservar-o-rico-acervo-do-diario-de-pernambuco.html>. Acesso em 05 ago. 2023.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO: Etimologia e Origem das Palavras. **Livro**. [200-?]. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/livro/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

DOMINGUES, Joelza Ester. **Outubro de 1930: o movimento armado que mudou o Brasil**. Ensinar História, 2017. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/outubro-de-1930-a-revolucao-que-mudou-o-brasil/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Uma era de descontinuidade: orientação para uma sociedade em mudança**. São Paulo: Círculo do Livro, c1969.

DUARTE, Rafael. UFRN conclui digitalização do Diário de Natal até 2020; parte do Novo Jornal já está no ar. **Saiba Mais**: Agência de Reportagem, Natal, 19 jun. 2018. Capa, Memória, p. 01. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2018/06/ufrn-conclui-digitalizacao-do-diario-de-natal-ate-2020-parte-do-acervo-do-novo-jornal-ja-esta-disponivel/> . Acesso em: 30 jan. 2023.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 26. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. (Coleção Estudos; 85).

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Acta Diurna**. [1911?]. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20070701012839/http://www.1911encyclopedia.org/Acta\\_Diurna](https://web.archive.org/web/20070701012839/http://www.1911encyclopedia.org/Acta_Diurna). Acesso em 18 dez. 2022.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora da UNESP; Hucitec, 1992.

FERNANDES, Cláudio. **Revolução Científica do século XVII**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/revolucao-cientifica-seculo-xvii.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FERNANDES, Márcia. **História da Escrita**. [201-?]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/historia-da-escrita/>. Acesso em 16 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod\\_resource/content/1/FOUCAULT.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf). Acesso em: 11 set. 2021.

FRAZÃO, Dilva. **Alan Turing: Matemático inglês**. [201-?]. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/alan\\_turing/](https://www.ebiografia.com/alan_turing/). Acesso em: 24 jun. 2022.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília, SP. **Anais...** Marília, SP: ENANCIB, 2006. p. 1-13. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/176669>. Acesso em: 02 set. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Diário de Pernambuco**. c2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 05 ago. 2023.

GALINDO, Marcos. Tragédia da Memória. **Massangana**, Recife, v. 2, n.1, p. 57-62, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13885/1/Traq%c3%a9dia%20da%20Mem%c3%b3riafinal.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

GALINDO, Marcos. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (Orgs.). **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2009. p. 251-264. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13882/1/galyndo2.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GALINDO, Marcos. Sistemas memoriais e redes de memória. In: SEMINÁRIO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 2., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012. p. 219-253. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13883/1/II%20SEMINARIO\\_v2%2020texto%20Galindo.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13883/1/II%20SEMINARIO_v2%2020texto%20Galindo.pdf). Acesso em: 13 out. 2021.

GALINDO, Marcos. Memória em sistemas complexos. In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg Rodrigues (Org.). **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: Ed. UnB, 2017. p. 251-268.

GALINDO, Marcos. **Documento, meio e sistema**. [S.l.: s.n., 2021?]. (Documento não publicado).

GALINDO, Marcos. **Programa de Curadoria Patrimonial do Acervo Histórico do Diário de Pernambuco**: Tradição, cultura e Imprensa na América Latina. Recife, 2022.

GALINDO, Marcos. Um futuro presente: antecedentes históricos da ciência em Pernambuco. In.: SILVA, Ascendino; GALINDO, Marcos; PESSOA JÚNIOR, Osvaldo; VITORINO, Wanderley. **História da física no Recife**. Recife: CEPE, 2022. p. 17-63.

GALINDO, Marcos. **O último refúgio**. [Recife, 2023]. (Texto no prelo apresentado na Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória, CTCM, realizado entre os dias 17 e 18 de julho de 2023, na Universidade Federal de Pernambuco).

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Exomemoria y cultura de frontera: hacia una ética transcultural de la mediación. **Redes.com: Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación**, Sevilla (Espanha), n. 01, 2003. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/51384195.pdf> . Acesso em: 16 set. 2021.

GASPAR, Lúcia. **Aurora Pernambucana (jornal)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/aurora-pernambucana-jornal/> . Acesso em: 19 jun. 2023.

GASPAR, Lúcia. **Diário de Pernambuco**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2004. Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com\\_content&view=article&id=237&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=237&Itemid=1). Acesso em: 03 ago. 2023.

GASPAR, Lúcia. **Padre Carapuceiro (Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/padre-carapuceiro/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

GASPAR, Pedro. **O Milénio de Gutenberg**: do desenvolvimento da Imprensa à popularização da Ciência. 2004. (Artigo apresentado ao Mestrado em Comunicação e Educação em Ciência, da Universidade de Aveiro, Portugal). Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/112/1/O%20Mil%C3%A9nio%20de%20Gutenberg%20-do%20desenvolvimento%20da%20Imprensa%20%C3%A0.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **Direito Divino dos Reis**. [201-?]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/direito-divino-dos-reis/>. Acesso em: 03 nov. 2022.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 10 set. 1808. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749664&pagfis=1> . Acesso em: 04 maio 2023.

GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução na Comunicação: do sílex ao silício**. Tradução de Wilma Freitas Ronald Carvalho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod\\_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf). Acesso em: 11 set. 2021.

HALÉVY, Marc. **A era do conhecimento: princípios e reflexões sobre a revolução noética no século XXI**. Tradução de Roberto Leal. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

HAN, Byung-Chul. **Não-coisas: transformações no mundo em que vivemos**. Tradução de Ana Falcão Bastos. Lisboa: Relógio D'Água Ed. 2022.

HARGREAVES, Andy. **O ensino na sociedade de conhecimento: educação na era da insegurança**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HASENAY, Damir; KRTALIĆ, Maja. Preservation of newspapers: theoretical approaches and practical achievements. **Journal Of Librarianship And Information Science**, [S.l.], v. 42, n. 4, p. 245-255, 4 out. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0961000610380818> . Acesso em: 04 out. 2023.

HEITLINGER, Paulo. **Tipografia: origens, formas e uso das letras**. Lisboa, Portugal: Dinalivro, 2006. Disponível em: <http://tipografos.net/jornais/pre-industrial.html>. Acesso em 24 nov. 2022.

HERSKOVITS, Melville J. **Antropologia cultural**. 4. ed. São Paulo, SP: Mestre Jou, 1973. 2 v.).

HIGA, Carlos César. **Feudalismo**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/feudalismo.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

HOBBSAWM, Eric John. **A revolução francesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (Coleção Leitura).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Alúmen**. [202-?]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$alumen](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$alumen) . Acesso em: 28 set. 2023.

INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Atomismo**. [201-?]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$atomismo](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$atomismo). Acesso em: 24 jun. 2022.

INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Imprensa Régia**. [20--?]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$imprensa-regia](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$imprensa-regia) . Acesso em 26 abr. 2023.

INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Imprensa Régia**. [20--?]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$imprensa-regia](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$imprensa-regia) . Acesso em 26 abr. 2023.

INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Imprensa**. [202-?]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$imprensa](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$imprensa). Acesso em: 06 set. 2022.

INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **John von Neumann**. [201-?]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$john-von-neumann](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$john-von-neumann). Acesso em: 24 jun. 2022.

INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Liber**. [202-?]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/liber>. Acesso em: 06 jul. 2023.

INFOPÉDIA: Dicionários Porto Editora. **Sistema (física)**. [201-?]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$sistema-\(fisica\)](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$sistema-(fisica)). Acesso em: 09 jun. 2022.

ISTO NÃO É FILOSOFIA (Canal Youtube). **A Revolução Científica e a Ciência Moderna**: introdução à filosofia moderna: história da filosofia. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VO8mCBrCADU> . Acesso em: 16 nov. 2022.

ISTO NÃO É FILOSOFIA (Canal Youtube). **A Revolução Científica e a Ciência Moderna**: introdução à filosofia moderna: história da filosofia. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VO8mCBrCADU> . Acesso em: 16 nov. 2022.

KATZENSTEIN, Úrsula Ephraim. **A origem do livro**: da Idade da Pedra ao advento da impressão tipográfica no Ocidente. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. Filgueiras Gomes. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de: Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Borges. 7. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

LEE, Hannah. Importance of the Intersection of Library and Information Sciences with System Theory. **Journal of Critical Library and Information Studies**, Sacramento/CA, v. 1, n. 01, p. 01-14, jan.-jun. 2017. Disponível em: <https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/23/14>. Acesso em: 24 jun. 2022.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. (Coleção Trans).

LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais**: esboço de uma teoria geral. São Paulo: Vozes, 2016.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. **Imprensa (escrita) no Nordeste**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2004. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/imprensa-escrita-no-nordeste/>. Acesso em: 03 ago. 2023.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MARX, Karl. A ideologia em geral. In.: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio (org). **Homem e sociedade**: leituras básicas de sociologia geral. 2. ed. rev. São Paulo: Nacional, 1965. (Biblioteca universitária. Ciências sociais, 5). p. 305-317.

MCLUHAM, Marshall. **A galáxia de Gutemberg**: a formação do homem tipográfico. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. (Biblioteca Universitária; serie 5, 12).

MCLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. **Guerra e paz na aldeia global**. Rio de Janeiro: Record, c1971.

MCMURTRIE, Douglas C. **O livro**: impressão e fabrico. Traduzido por Maria Luísa Saavedra Machado. 3. ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

MEDIA TIMELINE. **Notizie Scritte**. [20--?]. Disponível em: <https://mediatimeline.weebly.com/1556---notizie-scritte.html>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa**: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. (Coleção Comunicação; 27).

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia José Higinio Duarte Pereira**. 2022. Disponível em: [https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/551-Jose\\_Higinio\\_Duarte\\_Pereira](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/551-Jose_Higinio_Duarte_Pereira) . Acesso em: 29 de maio de 2023.

MICHAELIS: Dicionário brasileiro da língua portuguesa. **Complexo**. [202-?]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/complexo/> . Acesso em: 20 maio 2022.

MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Feudalismo**. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=feudalismo> . Acesso em: 30 ago. 2022.

MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Imprensa**. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=imprensa> . Acesso em: 23 ago. 2022.

MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Inquisição**. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=inquisicao> . Acesso em: 15 set. 2022.

MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Prensa**. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=prensa> . Acesso em: 30 ago. 2022

MINERVA. **Technical Guidelines for Digital Cultural Content Creation**

**Programmes:** Version 2.0. [S.l.]: Minerva, 2008. Disponível em:

<https://www.minervaeurope.org/publications/MINERVA%20TG%202.0.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 1.

MONTE-MÓR, Jannice. Microfilmagem de jornais da Biblioteca Nacional. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília (DF), v. 2, n. 02, p. 143–153, jul-dez. 1974.

Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/28638/24911>. Acesso em 17 ago. 2023.

MOREIRA, Luciana de Albuquerque; VECHIATO, Fernando Luiz; ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. Aplicações do Método Quadripolar na Ciência da Informação: relato de experiência. In: MOREIRA, Luciana de Albuquerque; SOUZA, Jacqueline Aparecida de; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho (Orgs.). **Informação na Sociedade Contemporânea**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota), 2020. p. 241-268. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31021>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MORIN, Edgar. **O método: a natureza da natureza**. Traduzido por Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulin, 2016. v. 1.

MOUTINHO, Karina; CUNHA FILHO, Paulo C.; LIMA, Alessandra Marques de. Liber: alternativa para publicação eletrônica. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 02, p. 80-85, maio/ago. 2002. Disponível em:

<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/963/1000>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Monarquia**. [202-?]. Disponível em:

<https://mundoeducacao.uol.com.br/politica/conceito-monarquia.htm>. Acesso em 03 nov. 2022.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1968. v.1. (Diário de Pernambuco).

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1966. v.2. (Diário do Recife, 1829/1900).

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1969. v.4. (Periódicos do Recife, 1821/1850).

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1967. v. 3. (Diário do Recife, 1901/1954).

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1970. v.5. (Periódicos do Recife, 1851/1875).

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1972. v.6. (Periódicos do Recife, 1876/1900).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> . Acesso em: 20 set. 2021.

NORMAN, Jeremy M. **Johan Carolus's "Relation," the First Printed European Newspaper or Newsbook**. [202-?]. Disponível em: <https://www.historyofinformation.com/detail.php?id=34> . Acesso em: 19 dez. 2022.

O LIVRO Eterno: A História da Bíblia. Direção de Chris Bueno. [199-?]. (235 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hyJwvnuJ8pl> . Acesso em: 28 set. 2022.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg Rodrigues; CASTRO, Raissa Mota. A memória na Ciência da Informação. In.: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg Rodrigues (Orgs.). **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: Ed. UnB, 2017. p. 79-108.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento desde Paul Otlet e as propostas neodocumentalistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília, SP. **Anais...** Marília, SP: ENANCIB, 2017. p. 1-20. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/59084> . Acesso em: 02 out. 2021.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro: teoria e prática**. Tradução de: Taiguara Villela Aldabalde et. al. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2018.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo. **PRESERVMAP: um roteiro da preservação na era digital**. Porto (Portugal): Ed. Afrontamento, 2009.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. 6. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

PISSURNO, Fernanda Paixão. **Reação Termidoriana**. Info Escola, [201-?]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/reacao-termidoriana/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

PLATÃO. **Fedro**: texto integral. Traduzido por Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004. (A obra-prima de cada autor; 60).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf) . Acesso em: 11 set. 2021.

PORFÍRIO, Francisco. **Liberalismo**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/liberalismo.htm>. Acesso em: 29 nov. 2022.

PORTUGAL. Assembleia da República. Arquivo Histórico Parlamentar. **Arquivo Rodrigo da Fonseca Magalhães**. [2019]. Disponível em: [https://ahpweb.parlamento.pt/Detail/?pesq=pa&t=9&id=31411&q=AND\\_topic\\_type\\_id\\_9\\_31411\\_%3B](https://ahpweb.parlamento.pt/Detail/?pesq=pa&t=9&id=31411&q=AND_topic_type_id_9_31411_%3B). Acesso em: 19 jun. 2023.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://purl.pt/30837/1/index.html#/1/html>. Acesso em: 19 jun. 2023.

RAMIRES, Mário Fernandes. Tipografias e Tipógrafos em Pernambuco, 1815-1824. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 35, p. 136-153, jan.-jun., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/cliio.issn2525-5649.2017.35.1.al.07> . Acesso em: 19 jun. 2023.

RENNÓ, Pedro. **História Geral: Revolução Francesa**. Canal Parabólica (Youtube), 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bb6d54mQkL0&list=WL&index=68>. Acesso em 13 dez. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Museu da Comunicação. **Hipólito José da Costa**. [20--?]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130725092512/http://www.musecom.rs.gov.br/site/entre-em-contato/>. Acesso em: 05 maio 2023.

RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1977.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**: com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SAGAN, Carl. **Os dragões do Éden**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

SALDANHA, Gustavo Silva. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.65-88, jan.-jun. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53764> . Acesso em: 02 out. 2022.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. **Floema**. [202-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/floema.htm>. Acesso em: 06 jul. 2023.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308/17916> . Acesso em: 02 ago. 2022.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM ARTES, 1., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: EIPA, 2008. p. 142-152. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/16702382/escola-normal-o-projeto-das-elites-brasileiras-fap> . Acesso em: 02 dez. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2006 (Comunicação, Arte, Informação; 1).

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2002. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4).

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística**: teoria e prática de uma Ciência da Informação. 2. ed. Porto, Portugal: Ed. Afrontamento, 2002. v. 1.

SILVA, Daniel Neves. **Absolutismo**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/politica/absolutismo-2.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA, Daniel Neves. **Iluminismo**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/iluminismo.htm>. Acesso em 29 nov. 2022.

SILVA, Daniel Neves. **Maurício de Nassau**. [201-?]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/mauricio-de-nassau.htm> . Acesso em 16 maio 2023.

SILVA, Daniel Neves. **Reforma Protestante**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/reforma-protestante.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA, Daniel Neves. **Revolução Francesa**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/revolucao-francesa.htm>. Acesso em 13 dez. 2022.

SILVA, Daniel Neves. **Revolução Gloriosa**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/supremacia-burguesa-com-revolucao-gloriosa.htm>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SLOW Fires: On the Preservation of the Human Record. Direção de Terry Sanders. Intérpretes: Robert Macneil; Daniel J. Boorstin; Vartan Gregorian. Roteiro: Ben Maddow. Califórnia: American Film Foundation, 1987. (58 min.), son., color. Documentário. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=xmZMXvPin3k&t=34s> . Acesso em: 27 set. 2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Os jesuítas no Brasil**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/os-jesuistas-no-brasil.htm> . Acesso em 14 abr. 2023.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Renascimento**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/artes/renascimento.htm>. Acesso em 10 nov. 2022.

STRECKER, Heidi. **René Descartes: O método cartesiano e a revolução na história da filosofia**. 2014. Disponível em:

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/rene-descartes-1-o-metodo-cartesiano-e-a-revolucao-na-historia-da-filosofia.htm>. Acesso em: 24 jun. 2022.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**.

Revista e Anotada por Oliveira Lima. 3. ed. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/33359> . Acesso em: 08 jun. 2023.

TOFFLER, Alvin. **Terceira onda**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

**Relator Verdadeiro**. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1307>.

Acesso em 20 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Física. Grupo de Controle de Oscilação. **Nicolau Copérnico (1473 – 1543)**. [2015]. Disponível em:

<https://portal.if.usp.br/controle/sites/portal.if.usp.br.ifusp/files/5%20-%20Nicolau%20Copernico.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Física. Grupo de Controle de Oscilação. **Galileu Galilei (1564-1642)**. [2015]. Disponível em:

<https://portal.if.usp.br/controle/sites/portal.if.usp.br.ifusp/files/7%20-%20Galileu%20Galilei.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Física. Grupo de Controle de Oscilação. **Isaac Newton (1642 – 1727)**. [2015]. Disponível em:

<https://portal.if.usp.br/controle/sites/portal.if.usp.br.ifusp/files/9%20-%20Isaac%20Newton.pdf>. Acesso em 15 mar. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Física. Grupo de Controle de Oscilação. **Johannes Kepler (1571-1630)**. [2015]. Disponível em:

<https://portal.if.usp.br/controle/sites/portal.if.usp.br.ifusp/files/6%20-%20Tycho%20Brahe%20e%20Kepler.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Física. Grupo de Controle de Oscilação. **René Descartes (1596 – 1650)**. [2015]. Disponível em: <https://portal.if.usp.br/controle/sites/portal.if.usp.br.ifusp/files/8%20-%20Ren%C3%A9%20Descartes.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Centro de Ciências Jurídicas. **Curiosidades:** Você sabe quem foi José Mariano Carneiro da Cunha?. Recife, 2020. Disponível em: [https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset\\_publisher/x1R6vFfGRYss/content/voce-sabe-quem-foi-jose-mariano-carneiro-da-cunha-conheca-um-pouco-mais-da-vida-de-um-dos-principais-nomes-do-movimento-abolicionista-pernambucano-/590249](https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/voce-sabe-quem-foi-jose-mariano-carneiro-da-cunha-conheca-um-pouco-mais-da-vida-de-um-dos-principais-nomes-do-movimento-abolicionista-pernambucano-/590249). Acesso em: 08 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos:** elementos pré-textuais. Recife, 2023. Disponível em: [https://www.ufpe.br/documents/39058/3620106/manual\\_normalizacao\\_ufpe\\_09\\_08\\_2023.pdf/a12437cc-d38e-4c58-b503-571f5327bf7f](https://www.ufpe.br/documents/39058/3620106/manual_normalizacao_ufpe_09_08_2023.pdf/a12437cc-d38e-4c58-b503-571f5327bf7f). Acesso em: 05 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Modelo geral para teses e dissertações.** Recife, [2023?]. Disponível em: <https://www.ufpe.br/sib/ficha-catalografica-normalizacao>. Acesso em: 05 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Repositório Institucional.** Elementos de geometria, 1809. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/240490>. Acesso em: 29 abr. 2023.

VAINFAS, Ronaldo. Soldados de Cristo. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 81, p. 17, jun. 2012. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20161107234019/http://www.revistadehistoria.com.br/seo/dossie-imigracao-italiana/soldados-de-cristo>. Acesso em: 14 abr. 2023.

VEJA. **“The Independent” revela realidade global:** o fim do jornal impresso. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/the-independent-revela-realidade-global-o-fim-do-jornal-impresso/>. Acesso em: 21 out. 2021.

VESCHI, Benjamin. **Etimologia de Universo.** 2019. Disponível em: <https://etimologia.com.br/universo/>. Acesso em: 09 jun. 2022)

VIEIRA, Letícia Alves. **A construção da narrativa científica nas Ciências Humanas:** análise discursiva de editoriais da revista *Varia História* (2007-2016). 2017. 255 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado e Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ASFE2N/1/let\\_cia\\_alves\\_vieira.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ASFE2N/1/let_cia_alves_vieira.pdf). Acesso em: 30 nov. 2022.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Tradução de M. Irene Szmrecsányi e Tamás Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Pioneira; Brasília: Ed. UnB, 1981. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais; Sociologia).

WIKIPÉDIA: A enciclopédia livre. **Fagus**. [2023]. Disponível em:  
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Fagus>. Acesso em: 15 jul. 2023.

WIKIPEDIA: A enciclopédia livre. **John Jay**. 2023. Disponível em:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/John\\_Jay](https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Jay). Acesso em: 26 abr. 2023.

WIKIPEDIA: A enciclopédia livre. **José Mariano da Conceição Veloso**. 2022.  
Disponível em:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Mariano\\_da\\_Concei%C3%A7%C3%A3o\\_Veloso](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Mariano_da_Concei%C3%A7%C3%A3o_Veloso). Acesso em: 29 abr. 2023).

WIKIPEDIA: A enciclopédia livre. **Thomas Jefferson**. 2023. Disponível em:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas\\_Jefferson](https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Jefferson). Acesso em: 26 abr. 2023.

**APÊNDICE A – JORNAIS HISTÓRICOS PERNAMBUCANOS PUBLICADOS  
ENTRE 1800 A 1899 (Nascimento, 1968, 1966, 1969, 1970, 1972)**

<b>Agrupamento Temporal</b>	<b>Ano</b>	<b>Sequência</b>	<b>Jornal</b>	<b>Data de Publicação</b>
1800-1820	1817	00	“Preciso...”	09 de março de 1817
1821-1840	1821	01	“Aurora Pernambucana”	27 de março de 1821
	1821	02	“Segarrega”	08 de dezembro de 1821
	1821	03	“Relator Verdadeiro”	13 de dezembro de 1821
	1822	04	“Gazeta Extraordinária do Governo”	22 de junho de 1822
	1822	05	“O Conciliador Nacional”	04 de julho de 1822
	1822	06	“O Maribondo”	25 de julho de 1822
	1822	07	“Gazeta Pernambucana” <i>(Passou a se chamar “Gazeta Extraordinaria Pernambucana”, em 03 de janeiro de 1823)</i>	11 de setembro de 1822
	1822	08	“Gazeta do Governo Temporário”	26 de setembro de 1822
	1822	09	“Gazeta do Governo Provisorio”	06 de outubro de 1822
	1823	10	“Diário da Junta do Governo”	08 de fevereiro de 1823
	1823	11	“Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco”	09 de abril de 1823
	1823	12	“Escudo da Liberdade do Brazil”	26 de julho de 1823
	1823	13	“Sentinella da Liberdade a Beira Mar da Praia Grande”	10 de setembro de 1823
	1823	14	“O Typhis Pernambucano”	25 de dezembro de 1823
	1824	15	“Diário do Governo de Pernambuco”	24 de outubro de 1824
	1825	16	“Diário de Pernambuco”	07 novembro de 1825
	1829	17	“Abelha Pernambucana”	24 de abril de 1829
	1829	18	“O Cruzeiro: Jornal Político, Literário e Noticioso”	04 de maio de 1829
	1829	19	“O Amigo do Povo”	30 de maio de 1829
	1829	20	“O Constitucional: Jornal Político e Literário”	02 de julho de 1829
	1829	21	“Diário do Conselho Geral da Provincia de Pernambuco”	22 de dezembro de 1829
	1831	22	“O Harmonizador: Jornal político”	12 de novembro de 1831
	1832	23	“Bandeira de Retalhos: Jornal de tendencias federalistas”	31 de janeiro de 1832
	1832	24	“O Carapuço”	07 de abril de 1832
	1832	25	“Diário dos Pobres”	16 de janeiro de 1832
	1833	26	“Diário do Governo”	15 de abril de 1833
	1833	27	“Diário da Administração Pública de Pernambuco”	01 de maio de 1833
	1833	28	“Quotidiana Fidedigna”	Outubro de 1833 <i>(Não foi possível constatar mais do que isto: A Quotidiana Fidedigna estreou no mês de outubro, antes do dia 22)</i>
	1834	29	“Sentinella da Liberdade na sua Primeira Guarita, a de Pernambuco, Onde Hoje Brada:	16 de julho de 1834

			Alerta!!”	
1821-1840	1835	30	“Jornal de Variedades”	14 de junho de 1835
	1836	31	“Gazeta Universal”	04 de fevereiro de 1836
	1836	32	“Constituição e Pedro 2º”	10 de março de 1836
	1836	33	“O Semanário Civil: Jornal Moral, Político, Literário e Noticioso”	17 de março de 1836
	1836	34	“A Caixa de Guerra: Jornal de sátiras e pretensão humorismo”	14 de maio de 1836
	1837	35	“O Consequente: Jornal Político”	25 de março de 1837
1841-1860	1841	36	“O Nicolau” <i>(Jornal ligado ao situacionismo)</i>	02 de novembro de 1841
	1842	37	“Diário Novo”	01 de agosto de 1842
	1843	38	“O Paisano” <i>(Jornal de orientação conservadora)</i>	23 de fevereiro de 1843
	1843	39	“O Cometa”	19 de maio de 1843
	1843	40	“O Nazareno, Diário da Tarde”	24 de maio de 1843
	1844	41	“Gazeta do Povo”	28 de março de 1844
	1844	42	“A Marmota” <i>(Pequeno jornal de crítica política)</i>	12 de abril de 1844
	1845	43	“O Azorrague” <i>(Jornal político, de orientação liberal)</i>	05 de maio de 1845
	1845	44	“O Verdadeiro” <i>(Jornal político)</i>	03 de setembro de 1845
	1846	45	“O Annunciante”	28 de agosto de 1846
	1847	46	“O Eleitor Pernambucano” <i>(Jornal de orientação conservadora)</i>	14 de agosto de 1847
	1847	47	“A Barca de Vigia” <i>(Jornal Político)</i>	21 de agosto de 1847
	1847	48	“Hum Dos Cinco Mil” <i>(Jornal Político)</i>	02 de setembro de 1847
	1847	49	“O Liberal” <i>(Jornal Político e Literário)</i>	07 de setembro de 1847
	1847	50	“O Brasileiro” <i>(Jornal Político)</i>	04 de novembro de 1847
	1848	51	“O Confluente do Capibaribe” <i>(Jornal Político)</i>	03 de agosto de 1848
	1849	52	“A Gazeta do Povo”	08 de outubro de 1849
	1850	53	“Diário do Povo: Jornal Comercial, Noticioso, Moral e ‘per accidens’ Político”	02 de janeiro de 1850
	1850	54	“O Commercial: Jornal dos Interesses Comerciais, Agrícolas e Industriais, e de Literatura”	15 de janeiro de 1850
	1850	55	“A Marmota Pernambucana”	21 de março de 1850
	1850	56	“A Revolução de Novembro”	19 de agosto de 1850
	1850	57	“A Imprensa: Jornal Político e Social”	07 de setembro de 1850
	1850	58	“O Recreativo” <i>(Jornal Moral, Crítico e Teatral)</i>	07 de outubro de 1850
	1852	59	“A Revolucao de Novembro: Prinsipios e nao omens” <i>(Linguagem fonética, como a usava Borges da Fonseca em</i>	01 de setembro de 1852

			<i>todos os seus jornais)</i>	
1841-1860	1852	60	“O Liberal Pernambucano: Jornal Político e Social”	07 de setembro de 1852
	1853	61	“O Careteiro”	15 de abril de 1853
	1854	62	“O Direito: Jornal de Jurisprudência e Debates Judiciários”	02 de fevereiro de 1854
	1856	63	“O Paiz” <i>(Diário de orientação conservadora)</i>	01 de fevereiro de 1856
	1856	64	“Jornal do Commercio”	01 de julho de 1856
	1857	65	“O Despertador Commercial do Norte”	05 de junho de 1857
	1858	66	“Jornal do Domingo” <i>(Literatura, História, Viagens, Poesias)</i>	05 de setembro de 1858
	1858	67	“Aurora Pernambucana”	16 de outubro de 1858
	1859	68	“Jornal do Recife: Revista semanal Ciências, Letras e Artes”	01 de janeiro de 1859
	1859	69	“A Epocha: Jornal de Ciências e Literatura”	10 de maio de 1859
	1860	70	“Jornal do Instituto Pio e Litterário de Pernambuco”	29 de janeiro de 1860
	1860	71	“Diário do Recife”	27 de fevereiro de 1860
	1860	72	“Vinte e Cinco de Março: Jornal Político, Literário e Noticioso”	25 de março de 1860
	1860	73	“O Leão do Norte: Jornal Comercial, Literário e Noticioso”	14 de julho de 1860
1860	74	“O Athleta: Jornal Político e Militar”	20 de outubro de 1860	
1861-1880	1861	75	“O Constitucional”	25 de março de 1861
	1861	76	“O Político” <i>(Jornal de sátiras políticas)</i>	24 de julho de 1861
	1862	77	“A Situação” <i>(Jornal Político e Religioso)</i>	07 de julho de 1862
	1863	78	“Progressista: Jornal Político e Noticioso”	06 de abril de 1863
	1863	79	“Faculdade do Recife” <i>(Jornal Acadêmico, Ciência, Pátria e Liberdade)</i>	15 de maio de 1863
	1863	80	“O Pernambucano” <i>(Jornal Político, Literário e Noticioso)</i>	30 de maio de 1863
	1865	81	“A Esperança” <i>(Jornal Religioso, Político, Científico e Literário)</i>	07 de janeiro de 1865
	1865	82	“Correio do Recife” <i>(Eco do Norte, Jornal Religioso, Científico, Literário, Crítico e Noticioso)</i>	18 de março de 1865
	1865	83	“O Academico: Jornal Científico e Literário”	maio de 1865 <i>(Não foi possível identificar o dia de publicação)</i>
	1865	84	“A Crença: Jornal Político, Noticioso e Literário”	30 de maio de 1865
	1865	85	“O Liberal Acadêmico: Jornal Político, Literário e Noticioso”	13 de junho de 1865

	1865	86	"A Themis Pernambucana: Gazeta de Jurisprudência e Discussão Judiciária"	26 de agosto de 1865
	1865	87	"O Vinte e Cinco de Março" ( <i>Jornal Político</i> )	04 de novembro de 1865
	1866	88	"O Oriente: Jornal Católico, Político, Literário e Noticioso"	08 de julho de 1866
	1867	89	"O Conservador: Jornal Político, Noticioso e Literário"	10 de agosto de 1867
	1867	90	"O Calabrote: Jornal Satírico, Literário e Noticioso"	26 de outubro de 1867
	1868	91	"A Mocidade: Jornal Científico e Literário"	01 de julho de 1868
	1868	92	"Correio Pernambucano" ( <i>"Jornal de Anúncios, Edição do Correio Pernambucano", Formato idêntico, mas apenas duas páginas, com tiragem declarada de três mil exemplares. Nenhuma matéria redacional. Publicaram-se doze números, datados de 3 a 17 de março de 1870</i> )	15 de julho de 1868
	1868	93	"Dezesseis de Julho: Jornal Político, Noticioso e Literário"	14 de agosto de 1868
	1868	94	"O Liberal: Jornal Político" ( <i>Outros órgãos, igualmente políticos, circularam, no Recife, com o título O Liberal, a saber; em 1824, em 1847, em 1861-66 e em 1872-74, todos de publicação periódica (NASCIMENTO, 1966, p. 168)</i> )	15 de agosto de 1868
	1869	95	"O Vesúvio: Jornal Científico, Literário e Noticioso"	15 de maio de 1869
	1872	96	"O Seis de Março: Diário Republicano"	06 de março de 1872
	1872	97	"O Liberal: Jornal Político, Literário e Religioso"	14 de abril de 1872
	1872	98	"O Movimento: Jornal Literário"	08 de maio de 1872
	1872	99	"O Diário Liberal"	08 de maio de 1872
	1872	100	"O Serrote" ( <i>Jornal Ilustrado</i> )	10 de maio de 1872
	1872	101	"Jornal do Commercio"	29 de junho de 1872
	1872	102	"A Rosa" ( <i>Jornal Literário</i> )	30 de junho de 1872
	1872	103	"A Verdade" ( <i>Jornal Satírico, Literário e Noticioso</i> )	15 de julho de 1872
	1872	104	"A Província"	06 de setembro de 1872
	1872	105	"A Ilustração Pernambucana" ( <i>Jornal Ilustrado e Satírico</i> )	06 de outubro de 1872
	1872	106	"O Scorpião" ( <i>Jornal Ilustrado</i> )	20 de outubro de 1872
1861-1880	1872	107	"A Camponeza: Jornal Crítico, Poético e Analítico"	10 de novembro de 1872
	1873	108	"O Beijo: Jornal Dedicado ao Belo Sexo"	18 de janeiro de 1873
	1873	109	"O Commercio a Retalho"	22 de abril de 1873

	1873	110	"O Verdadeiro Catholico" ( <i>Jornal Hebdomadário</i> )	07 de junho de 1873
	1873	111	"A Lanterna" ( <i>Jornal Contra a Tirania</i> )	21 de julho de 1873
	1873	112	"O Postilhão" ( <i>Jornal Satírico e Joco-Sério</i> )	25 de outubro de 1873
	1874	113	"O Presente" ( <i>Jornal Científico e Literário</i> )	20 de julho de 1874
	1875	114	"Jornal da Tarde"	15 de junho de 1875
	1875	115	"Jornal Crítico Musical"	15 de julho de 1875
	1875	116	"A Gargalhada" ( <i>Jornal Literário, Crítico e Humorístico</i> )	10 de outubro de 1875
	1875	117	"O Estabanado" ( <i>Jornal Literário, Satírico e Ilustrado</i> )	14 de novembro de 1875
	1876	118	"Correio da Tarde: Diário Crítico e Noticioso"	03 de janeiro de 1876
	1876	119	"O Movimento: Jornal Científico e Literário"	01 de fevereiro de 1876
	1876	120	"Farol do Norte"	01 de março de 1876
	1876	121	"O Tempo"	25 de março de 1876
	1877	122	"Jornal do Domingo: Gazeta Literária"	06 de maio de 1877
	1878	123	"A Opinião" ( <i>Jornal de orientação republicana</i> )	14 de dezembro de 1878
	1879	124	"Correio da Noite"	01 de março de 1879
	1879	125	"Gazeta da Tarde"	04 de junho de 1879
	1879	126	"A Liberdade: Jornal Político, Literário, Comercial e Agrícola"	01 de outubro de 1879
	1880	127	"A Democracia"	27 de abril de 1880
	1880	128	"O Traço de União"	20 de agosto de 1880
1881-1899	1881	129	"A Tribuna: Jornal Político, Literário e Noticioso"	08 de outubro de 1881
	1882	130	"Gazeta de Notícias"	01 de junho de 1882
	1882	131	"A Evolução: Jornal Literário, Científico e Noticioso"	26 de setembro de 1882
	1883	132	"Gazeta do Recife"	20 de janeiro de 1883
	1883	133	"Folha do Norte"	19 de abril de 1883
	1883	134	"Incentivo: Jornal Científico, Literário e Humorístico"	15 de maio de 1883
	1883	135	"O Rebate"	01 de maio de 1883
	1883	136	"O Mana: Jornal Crítico e Noticioso"	21 de maio de 1883
	1883	137	"A Derrota: Jornal Crítico e Humorístico"	26 de julho de 1883
	1883	138	"O Papagaio: Jornal Maquiavélico, Humorístico e Noticioso"	02 de setembro de 1883
	1883	139	"O Encouracado: Jornal Satírico e Joco-Sério"	04 de setembro de 1883
	1883	140	"O Certamen: Jornal Literário e Satírico"	13 de setembro de 1883
	1883	141	"O Feiticeiro: Jornal Crítico e Noticioso"	19 de setembro de 1883
	1883	142	"O Frade: Jornal Crítico e Noticioso"	22 de setembro de 1883
	1883	143	"O Chicote: Jornal Crítico e	29 de setembro de 1883

		Humorístico”	
1883	144	“O Urubu: Jornal Crítico e Humorístico”	30 de setembro de 1883
1883	145	“O Falla Tudo: Jornal Crítico e Noticioso”	05 de outubro de 1883
1883	146	“O Canário: Jornal Crítico e Noticioso”	21 de outubro de 1883
1883	147	“A Matraca: Jornal Crítico e Noticioso”	22 de outubro de 1883
1885	148	“Jornal da Tarde”	22 de maio de 1885
1888	149	“Gazeta da Tarde”	15 de setembro de 1888
1888	150	“A Cidade do Recife: Diário da Tarde”	01 de outubro de 1888
1889	151	“Jornal do Povo”	14 de janeiro de 1889
1889	152	“O Farinheiro”	08 de abril de 1889
1889	153	“A Ronca: Jornal Crítico, Literário e Noticioso”	27 de abril de 1889
1889	154	“O Norte”	01 de junho de 1889
1889	155	“Diário de Notícias”	03 de junho de 1889
1889	156	“A Epoque”	08 de agosto de 1889
1889	157	“Jornal do Commercio”	20 de agosto de 1889
1889	158	“A Federação”	13 de novembro de 1889
1890	159	“A Pátria: Jornal Político, Crítico e Noticioso”	11 de janeiro de 1890
1890	160	“Estado de Pernambuco”	01 de julho de 1890
1890	161	“Era Nova” <i>(O primeiro número foi publicado com o nome “Nova Era”, somente a partir do segundo número passou a se chamar “Era Nova”)</i>	14 de julho de 1890
1890	162	“Pequeno Jornal” <i>(Clube Republicano da Boa Vista)</i>	09 de setembro de 1890
1890	163	“Gazeta de Pernambuco”	15 de novembro de 1890
1891	164	“O Jornal Pequeno” <i>(Órgão do Clube 22)</i>	11 de maio de 1891
1892	165	“Jornal do Commercio”	02 de março de 1892
1892	166	“Commercio de Pernambuco” <i>(A partir de 1894 começa a circular “O Commercio”, edição da tarde do “Commercio de Pernambuco)</i>	30 de junho de 1894
1892	167	“A República”	02 de junho de 1892
1892	168	“Gazeta do Recife”	01 de agosto de 1892
1892	169	“A Tarde”	01 de dezembro de 1892
1892	170	“Estado Pernambucano”	13 de dezembro de 1892
1893	171	“Jornal do Domingo”	16 de julho de 1893
1894	172	“Novidades: Diário Noticioso da Tarde”	07 de agosto de 1894
1894	173	“A Cidade”	05 de novembro de 1894
1895	174	“O Estado”	08 de janeiro de 1895
1895	175	“A Ilustração: Jornal Literário e Humorístico”	15 de fevereiro de 1895
1897	176	“Estado de Pernambuco”	04 de agosto de 1897
1897	177	“O Bicho: Jornal Crítico, Satírico e Noticioso”	14 de novembro de 1897
1897	178	“O Homem do Pandeiro: Jornal Crítico, Satírico, Noticioso e	30 de novembro de 1897

			Político”	
1881-1899	1898	179	“Pequeno Jornal” ( <i>Diário vespertino</i> )	01 de julho de 1898
	1898	180	“A Gazetinha”	29 de agosto de 1898
	1899	181	“Jornal Pequeno” ( <i>Diário vespertino</i> )	24 de julho de 1899
	1899	182	“A Concentração”	23 de setembro de 1899
	1899	183	“O Annunciador Commercial”	03 de outubro de 1899
<b>TOTAL</b>	1800-1820		01 (Folheto Informativo)	
	1821-1840		35 (Diários, Jornais, Correios, Gazetas e/ou Folhas)	
	1841-1860		39 (Diários, Jornais, Correios, Gazetas e/ou Folhas)	
	1861-1880		54 (Diários, Jornais, Correios, Gazetas e/ou Folhas)	
	1881-1899		55 (Diários, Jornais, Correios, Gazetas e/ou Folhas)	

**APÊNDICE B – QUANTITATIVO DOS PERIÓDICOS DIGITALIZADOS PELA  
HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL\*)**

<b>Local</b>	<b>Pastas</b>	<b>Páginas Digitalizadas</b>
Acre (AC)	36	25.948
Alagoas (AL)	279	49.569
Amazonas (AM)	171	338.353
Assunção (Paraguai, PAR)	2	2.719
Bahia (BA)	360	150.224
Buenos Aires (Argentina, ARG)	5	291
Ceará (CE)	276	141.699
Cidade do México (México, MEX)	8	20
Coimbra (Portugal, POR)	2	535
Distrito Federal (DF)	14	851.242
Espírito Santo (ES)	99	164.585
França (FRA)	566	28.897
Georgetown (Guiana, GUY)	2	8
Goiás (GO)	39	35.233
Itália (ITA)	35	144
Lisboa (Portugal, POR)	47	126.239
Londres (Inglaterra, ING)	5	45.816
Maranhão (MA)	208	353.052
Madri (Espanha, ESP)	75	6.991
Minas Gerais (MG)	983	356.026
Mato Grosso do Sul (MS)	7	2.026
Mato Grosso (MT)	86	125.579
Nova Iorque (Estados Unidos, EUA)	3	2.932
Pará (PA)	143	256.568
Paris (França, FRA)	7	7.327
Paraíba (PB)	61	47.402
Pernambuco (PE)	344	1.235.652
Piauí (PI)	84	23.709
Portugal (POR)	13	35.113
Porto (Portugal, POR)	13	11.176
Paraná (PR)	202	703.841
Puerto Acre (Bolívia, BOL)	3	8
Rio de Janeiro (RJ)	2.630	15.725.967
Rio Grande do Norte (RN)	75	214.243
Rondônia (RO)	5.116	43.387
Roraima (RR)	4	28.141
Rio Grande do Sul (RS)	329	909.892
S.I. (Sem Identificação)	27	3.955
Santa Catarina (SC)	1.040	914.662
Sergipe (SE)	181	27.126
São Paulo (SP)	567	2.339.066
X1	12	15.818
<b>TOTAL:</b>	<b>14.159</b>	<b>25.351.181</b>

\* Dados extraídos da Hemeroteca Digital Brasileira em 18 de agosto de 2023.  
BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Hemeroteca digital**. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 18 ago. 2023.

**APÊNDICE C – PERIÓDICOS PERNAMBUCANOS DIGITALIZADOS  
(HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA)**

<b>Nº</b>	<b>Periódicos*</b>	<b>Pastas**</b>	<b>Páginas Digitalizadas***</b>
01	Diário de Pernambuco (PE) – 1825 a 1996	49.243	724.196
02	Diário da Manhã (PE) – 1927 a 1985	10.483	109.300
03	Lavoura e Criação (PE) – 1946 a 1951	35	2.370
04	Maria (PE) – 1919 a 1969	386	10.359
05	A Província: Órgão do Partido Liberal (PE) – 1872 a 1933	11.150	71.614
06	Falla do Presidente da Província de Pernambuco: Assembléa Legislativa Provincial (PE) – 1846 a 1889	40	1.925
07	Stella Maris: Homenagem a Nossa Senhora da Penha (PE) – 1935 e 1936	4	80
08	O Missionário (PE) – 1911	4	12
09	Archivos da Assistência a Psychopathas de Pernambuco (PE) – 1931 a 1936	15	1.278
10	Deliciosa (PE) – 1932	3	48
11	Jazz Band (PE) – 1931	2	71
12	A Nossa Revista (PE) – 1931	3	26
13	Revista de Pernambuco (PE) – 1924 a 1926	31	1.976
14	A Lanceta (PE) – 1889 a 1890	60	229
15	Heliopolis: Revista de Artes e Letras (PE) – 1913 a 1917	33	854
16	Rua Nova (PE) – 1925 a 1926	33	1.095
17	O Ziza (PE) – 1911	2	8
18	O Moleque: Jornal Político e Jocosos (PE) – 1849	2	4
19	A Luz: Periodico Republicano (PE) – 1873 a 1874	56	234
20	A Navalha (PE) – 1875	13	46
21	A Juvenilia (PE) – 1875	2	12
22	A União: Virtus unita crescit (PE) – 1848 a 1852	378	1.506
23	Revista Moderna (PE) – 1895	2	8
24	Almanach de Pernambuco (PE) – 1899 a 1925	46	9.060
25	O Vinte e Cinco de Março (PE) – 1866	13	48
26	Revista Moderna (PE) – 1906	13	216
27	Revista das Artes (PE) – 1885	7	62
28	Equador (PE) – 1886	7	52
29	O Chrysantho (PE) – 1911	2	4
30	O Microcosmo (PE) – 1911	4	12
31	O Democrata: Órgão do Club Deste Nome (PE) – 1880 a 1881	41	156
32	A Família (PE) – 1911	2	12
33	A Rua: Semanário illustrado (PE) – 1904	49	372
34	O Propulsor (PE) – 1883	2	4
35	Brasil Philatelico (PE) – 1924 a 1927	11	138
36	O Assucar e o Algodão em Pernambuco (PE) – 1929	2	97
37	Cinema (PE) – 1925	2	16
38	O Mez (PE) – 1910 a 1912	15	206
39	Revista Moderna (PE) – 1898	2	6
40	A Epocha: Órgão do Partido Conservador (PE) – 1889 a 1890	262	1.042
41	Cri-Cri (PE) – 1908	2	20
42	Vida Moderna (PE) – 1919 a 1920	49	1.236
43	O Binoculo: Publicação Semanal (PE) – 1883	48	188
44	Boletim Eleitoral (PE) – 1864	6	9
45	Jornal do Recife (PE) – 1858 a 1938	21.082	124.859
46	O Dezenove de Setembro (PE) – 1889	2	4
47	A Lyra (PE) – 1881	2	4

48	O Progresso: Folha Catholica, Litteraria e Noticiosa (PE) – 1857 a 1858	37	140
49	República Federativa (PE) – 1872	4	12
50	O Conservador: Jornal Político, Noticioso e Litterario (PE) – 1867 a 1868	72	282
51	O Liberal Pernambucano (PE) – 1852 a 1858	1.728	6.884
52	Vinte e Quatro de Dezembro (PE) – 1920	2	6
53	Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agricola (PE) – 1869 a 1881	6	1.136
54	Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia de Pernambuco (PE) – 1860 a 1864	8	1.490
55	Folhinha de Almanak: Ou Diario Ecclesiastico e Civil (PE) – 1859 a 1863	8	1.079
56	Jornal do Povo: Publicação à tarde (PE) - 1889	139	552
57	O Liberal: Periodico Politico, Judiciario e Litterario (PE) – 1861 a 1866	227	886
58	O Liberal: Jornal Político (PE) – 1868 a 1870	436	1.736
59	A Voz da Religião: Unus Dominus, una Fides (PE) – 1846 a 1850	9	1.993
60	O Diario Novo (PE) – 1842 a 1848	1.736	7.037
61	O Abolicionista: Órgão da Caixa Emancipadora Maranhense Marques Rodrigues (PE) – 1883 a 1885	6	16
62	A Carranca: Periodico Politico-Moral-Satyrico-Comico (PE) – 1845 a 1847	91	350
63	O Capibaribe: Periodico Politico (PE) – 1848 a 1849	126	491
64	O Argos Pernambucano: Centum luminibus cinctum caput Argus habebat (PE) – 1850 a 1852	43	159
65	Constitucional Pernambucano (PE) – 1864 a 1865	83	327
66	O Telegrapho (PE) – 1850	7	24
67	A Revolução de Novembro (PE) – 1850 a 1852	25	90
68	O Liberal: Jornal Político, Litterario e Noticioso (PE) – 1872 a 1874	88	341
69	O Pagode Catucá: Jornal Politico e Joco-serio (PE) – 1849	2	4
70	Relatorios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (PE) – 1890 a 1930	86	3.095
71	O Constitucional: Jornal Politico, Religioso, Scientifico, Litterario (PE) – 1861	156	620
72	Revista Academica (PE) – 1886 a 1888	7	36
73	A Palavra (PE) – 1895	2	4
74	A Lanterna de Diogenes: Jornal Politico, Litterario, Satyrico e Joco-Serio (PE) – 1883	15	56
75	Libertador (PE) – 1883	6	20
76	O Besouro (PE) – 1896	2	4
77	O Albacora (PE) – 1889	2	4
78	Ave Libertas (PE) – 1885	2	4
79	O Tributo (PE) – 1912	2	4
80	O Seis de Março (PE) – 1872	60	120
81	A Republica: A Republica è Órgão do Partido Republicano de Pernambuco (PE) – 1871	15	56
82	Lenço Vermelho (PE) – 1934	3	8
83	Lyceu-Jornal (PE) – 1928	13	48
84	O Interprete: Folha Theatral Consagrada ao Sympathico Actor (PE) – 1882	2	4
85	Movimento Medico: Publicação Mensal (PE) – 1876	2	23
86	Culto às Letras: Periodico Scientifico e Litterario (PE) – 1873	5	69
87	Revista Mensal da Sociedade União Piauhyense (PE) – 1891	2	26
88	O Carapeuceiro: Periodico semper moral, e so´per accidens Politico (PE) – 1832 a 1842	353	2.909
89	O Seculo (PE) – 1878	3	68

90	O Americano: Semanario Politico e de Litteratura (PE) – 1870 a 1871	67	270
91	O Homoeopatha: Órgão de Propaganda Homeopathica (PE) – 1883	4	12
92	Sentinella da Liberdade na guarita de Pernambuco (PE) – 1823 a 1835	66	318
93	Ultima Hora (PE) – 1962 a 1964	612	6.989
94	O Forum: Folha Judiciaria e Accidentalmente Politica e Litteraria (PE) – 1868	10	36
95	Jornal do Commercio: Publicado pela Associação de Guardas-Livros de Pernambuco – Publica-se todos os Sabbados (PE) – 1872	28	108
96	O Monarchista (PE) – 1872	6	20
97	O Typhis Pernambucano (PE) – 1824	2	4
98	O João Pobre (PE) – 1844	6	20
99	O Album dos Academicos Olindenses: Jornal Scientifico, Litterario e Religioso (PE) – 1850	3	74
100	Abelha Pernambucana: Eu gosto de catar as brandas flôres (PE) – 1829 a 1830	139	550
101	O Cruzeiro: Jornal Politico, Literario e Mercantil (PE) – 1829	498	2.047
102	O Diario Novo (PE) – 1842 a 1852	1.806	7.325
103	Pequeno Jornal: Jornal Pequeno (PE) – 1898 a 1955	16.373	92.165
104	O Arlequim (PE) – 1892	2	4
105	O Futuro: Periodico Scientifico e Litterario (PE) – 1878	4	55
106	Paquete do Norte (PE) – 1837	2	4
107	O Equinoxial (PE) – 1832	3	8
108	O Popular (PE) – 1830 a 1831	77	304
109	O Lidador (PE) – 1883 a 1976	1.574	6.349
110	Diario da Adm Publica de Pernambuco (PE) – 1834 a 1835	4	10
111	O Velho Pernambucano (PE) – 1835	3	6
112	Gazeta Universal (PE) – 1836 a 1837	99	414
113	O Argos Olindense: Periodico Moral, Politico e Literario (PE) – 1838	25	114
114	O Artilheiro (PE) – 1842 a 1843	46	188
115	O Cometa: Quem não quer ser lobo, não lhe vista a pelle (PE) – 1843 a 1845	34	133
116	A Barca de S. Pedro: Periodico politico e talvez da opposição (PE) – 1848	21	82
117	O Athleta: "O Athleta" publica-se uma vêz por semana (PE) – 1843	2	4
118	Brasil Maritimo: Periodico dedicado a Propagação dos conhecimentos maritimos, e dos melhoramentos feitos na difficil arte de navegar (PE) – 1854 a 1859	67	541
119	O Patuléa (PE) – 1850	26	100
120	O Constitucional: Jornal Politico e Literario (PE) – 1829 a 1830	116	461
121	Aurora: Periodico Scientifico e Litterario dos Academicos Olindenses (PE) – 1849	2	121
122	Bussola da Liberdade: Periodico Politico, e Litterario (PE) – 1831 a 1835	82	358
123	O Conciliador pernambucano (PE) – 1832	14	55
124	O Echo Pernambucano: Liberdade, União e Patria (PE) – 1850 a 1851	63	242
125	O Amigo do Povo (PE) – 1829 a 1830	84	334
126	A Voz do Bebiribi: Periodico Politico e Literario (PE) – 1835	22	88
127	O Athleta: "O Athleta" publica-se uma vêz por semana (PE) – 1843	4	12
128	O Regenerador Brasileiro (PE) – 1844 a 1845	14	64
129	O Azorrague: Assim o querem assim o tenhamos (PE) – 1845 a	23	88

	1846		
130	O Foguete (PE) – 1844 a 1845	7	20
131	O Clamor Publico: Ordem e Liberdade (PE) – 1845	2	4
132	O Aràra: Cesse tudo, que a antiga Muza canta, Que outro louvor mais alto se levanta. (PE) – 1845 a 1846	9	26
133	O Praiero (PE) – 1845	5	16
134	O Lidador Monstro (PE) – 1845	2	4
135	O Proletário (PE) – 1847	10	40
136	A Barca de Vigia: Jornal Politico (PE) – 1847	8	28
137	O Liberal (PE) – 1847	16	60
138	A Grande Tempestade (PE) – 1847 a 1848	2	4
139	O Parlamentar (PE) – 1848	4	14
140	Reforma (PE) – 1848	2	4
141	Gazeta do Povo (PE) – 1849	2	4
142	O Maccabeo (PE) – 1849	2	4
143	A Marmota Pernambucana (PE) – 1850	3	8
144	O Ensaio Philosophico Pernambucano: Periodico Scientifico e Litterario (PE) – 1857 a 1859	7	104
145	A Cruz (PE) – 1881	25	96
146	O Phileidemon: Periodico Scientifico e Litterario (PE) – 1846 a 1847	4	253
147	O Mercador (PE) – 1860	2	4
148	A Imprensa: Jornal Politico e Social (PE) – 1850 a 1852	167	660
149	O Formigão: Periodico Politico, e Moral (PE) – 1850	24	94
150	O Gallego (PE) – 1850	2	4
151	O Carcundão (PE) – 1832	2	8
152	Espelho das Brasileiras (PE) – 1832	5	16
153	O Federalista (PE) – 1831 a 1832	8	48
154	O Olindense (PE) – 1832	112	486
155	Eco D'olinda: Jornal Politico e Litterario (PE) – 1832	5	16
156	Annaes da Medicina Pernambucana (PE) – 1842 a 1844	9	342
157	Bandeira de Retalhos: A nossa liberdade, honra e vida estão em perigo (PE) – 1832	9	39
158	Lidador (PE) – 1845 a 1848	266	1.076
159	O Commercial: Jornal dos Interesses Commerciaes, Agricolas, Industriaes e de Litteratura (PE) – 1850	95	376
160	O Catholico (PE) – 1869	5	16
161	O Brinco das Damas (PE) – 1849	9	28
162	O Bello Sexo: Periodico Litterario e Recreativo (PE) – 1850	8	162
163	O Brado da Indignação: Periodico Anti-Zoilo (PE) – 1850	3	40
164	A Estrea: Periodico Litterario e Juridico (PE) – 1854	3	32
165	O Clarim Litterario: Semanario Academico (PE) – 1856	16	120
166	O Atheneu Pernambucano: Periodico Scientifico e Litterario (PE) – 1856 a 1863	13	293
167	A Marqueza do Norte: periodico feminino-politico (PE) – 1867	2	4
168	Correio Noticioso (PE) – 1872 a 1877	7	16
169	Revista Academica Sciencias e de Litteratura (PE) – 1858	2	127
170	Faculdade do Recife: Jornal Academico (PE) – 1863	8	135
171	Ensaio Juridico: Jornal Academico - Revista Mensal (PE) – 1863	2	19
172	O Futuro: Periodico Scientifico e Litterario (PE) – 1864	3	33
173	Ensaio Litterario (PE) – 1865	2	10
174	Revista Juridica (PE) – 1866	3	29
175	Gremio Scientifico: Revista Mensal (PE) – 1867	2	34
176	Sciencias e lettras (PE) – 1876	2	113
177	Ensaio Juridico e Litterario: Publicação Quinzenal (PE) – 1878	3	38
178	O Futuro: Periodico Scientifico e Litterario (PE) – 1878	2	17
179	Gazeta Academica de Sciencias e Lettras (PE) – 1879	2	43

180	A Republica: Orgão do Club Republicano Academico (PE) – 1882	3	8
181	O Espirita (PE) – 1895	2	4
182	O Guia: Orgão do Espiritismo em Pernambuco (PE) – 1900	4	20
183	A Marqueza do Norte: periodico feminino-politico (PE) – 1867	2	4
184	O Nazareno,Diario da Tarde (PE) – 1848	2	4
185	O Medico do Povo (PE) – 1850	2	84
186	O Brasileiro: Periodico Republicano (PE) – 1854	2	4
187	Anuario Administrativo e Literario do Gabinete Portuguez: Para o anno de 1854 (PE) – 1854	2	67
188	O Jornal do Commercio (PE) – 1857	2	4
189	O Santa Cruz (PE) – 1860 a 1861	56	216
190	O conservador Vermelho (PE) – 1862 a 1863	36	136
191	Folhinha Catholica: Para o Anno de 1864 (PE) – 1863	2	233
192	O Ramalhete: periodico litterario e critico illustrado (PE) – 1861	2	4
193	Jornal das Damas: Periodico de Instrucção e Recreio (PE) – 1862	2	4
194	O Anão: Periodico Politico e Noticioso (PE) – 1863	2	4
195	Academia Popular: Semanario de Instrucção e Recreio para o povo (PE) – 1863	6	48
196	Alabama: Periodico Noticioso, Critico e Alusivo (PE) – 1863	2	4
197	Boletim Eleitoral (PE) – 1863	9	12
198	O Campeão: Periodico Politico, Noticioso, Social, Critico e Faceto (PE) – 1863	2	4
199	A Estrella do Norte: Periodico Politico Jocosero (PE) – 1863	8	27
200	O Rayo (PE) – 1863	2	4
201	Dona Liga: Periodico liberal jocosero (PE) – 1863	2	4
202	O Linguarudo: Periodico Critico e Jocososo (PE) – 1863	3	8
203	A Voz da Verdade: Periodico Politico e Social (PE) – 1863	2	4
204	O Clarim da Fama: Periodico Satyrico (PE) – 1863	2	4
205	O Barrigudo: Periodico Satyrico (PE) – 1863	2	8
206	O Barco dos Patoteiros (PE) – 1864	2	4
207	O Iris da Verdade: Periodico Religioso, Literario, e Politico (PE) – 1865	2	4
208	A Crença: Jornal Politico, Noticioso, e Litterario (PE) – 1865	2	4
209	O Correio da Soledade: Periodico Politico, Critico e Litterario (PE) – 1865	2	4
210	Ilustração Commercial do Recife (PE) – 1865	2	4
211	A Bussola Americana: Periodico Politico, Noticioso, Litterario, e Commercial (PE) – 1865	2	4
212	O Tribuno (PE) – 1866 a 1869	142	598
213	A Marqueza do Norte: periodico feminino-politico (PE) – 1866	2	4
214	O Recife Illustrado (PE) – 1866	2	8
215	A Tesoura: Cortar a mentira, Com fina rasoura, Mostrar a verdade... Eis a Tesoura (PE) – 1868 a 1869	13	48
216	A Matraca: Periodico Critico (PE) – 1868	2	4
217	O Democrata Pernambucano: Periodico Politico, Litterario e Noticioso (PE) – 1868 a 1869	4	8
218	Idéa Liberal (PE) – 1869	2	4
219	Ilustração Academica (PE) – 1869	2	12
220	O Operario (PE) – 1879	4	12
221	O Mercurio (PE) – 1832	39	160
222	Hebdomadario: Do 1º Dia do Mez de Janeiro de cada anno, desde 1582, epoca da Reforma Gregoriana, ate o anno 4000 (PE) – 1835	2	23
223	O Echo da Religião e do Imperio (PE) – 1837 a 1838	54	416
224	O Amigo dos Homens (PE) – 1844 a 1847	9	58

225	O Jardim das Damas (PE) – 1852	2	18
226	O Cidadão: Periodico Social e Moral (PE) – 1853 a 1854	52	200
227	O Heliotropo: Periodico Litterario (PE) – 1856	4	24
228	A Sempre-Viva (PE) – 1857	13	60
229	O Monitor das Familias (PE) – 1859 a 1860	7	81
230	Revista Pitoresca (PE) – 1872	5	34
231	O Jesuita (PE) – 1873	2	4
232	O Trabalho (PE) – 1873	12	88
233	O Encouraçado: Periodico Critico e Chistoso (PE) – 1875	2	4
234	O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social (PE) – 1876	3	8
235	Revista Agricola e Commercial (PE) – 1876	6	44
236	Liga Operaria: Gazeta Popular (PE) – 1877	3	8
237	Jornal do Domingo: Gazeta Litteraria (PE) – 1877	3	16
238	O Ensaio: Periodico Litterario e Recreativo (PE) – 1877	3	8
239	Jornal Para Rir: Publicação Semanal - Sob a Direcção de Mundo, Diabo e Carne (PE) – 1878	3	8
240	O Vigilante (PE) – 1880	2	4
241	Aza Negra: Periodico Semanario (PE) – 1882	2	4
242	O Normalista (PE) – 1882	6	20
243	O Ensaio: Periodico Scientifico e Litterario (PE) – 1882 a 1883	19	66
244	Seis de Outubro (PE) – 1883 a 1888	19	64
245	O Gremio dos Professores Primarios: Orgão da Mesma Sociedade (PE) – 1883 a 1884	20	157
246	O Phonographo: Periodico Critico e Litterario (PE) – 1883	13	50
247	Chronica Semanal: Noticia, Litteratura, Critica, Politica (PE) – 1883	4	12
248	Vinte e Um de Agosto (PE) – 1883	2	10
249	O Encouraçado: Jornal Satyrico e Joco-Serio (PE) – 1883	3	8
250	A Arte Dramatica: Jornal de Occasião (PE) – 1884 a 1885	5	13
251	O Seculo (PE) – 1884	4	12
252	Revista de Pharmacia (PE) – 1884 a 1885	14	96
253	O Diario Liberal: Orgão Democratico (PE) – 1872	2	4
254	O Arrebol: Periodico Litterario, Scientifico e Satyrico, Orgão de uma Associação (PE) – 1884	3	8
255	Offerenda (PE) – 1884	2	10
256	Jornal de Domingo: Revista Litteraria Semanal (PE) – 1885	2	2
257	O Incentivo: Jornal Scientifico, Litterario e Humoristico (PE) – 1885	2	4
258	A Tribuna Academica: Folha Quinzenal - Propriedade de uma Associação (PE) – 1886	7	48
259	Revista do Norte (PE) – 1887	10	72
260	24 de Fevereiro: Homenagem ao Preclaro Escriptor Moderno Theophilo Braga (PE) – 1883	2	16
261	O Estudo: Folha Quinzenal - Orgam do Club Litterario "Diegues Junior" (PE) – 1886	6	20
262	A Exposição: Revista Critica e Humoristica (PE) – 1887 a 1888	5	23
263	O Caiador: Orgão da Classe (PE) – 1888 a 1899	8	16
264	Homens e Lettras: Revista Litteraria (PE) – 1888	3	12
265	Gazeta Gastronomico: Orgão dos Interesses Economico-Domesticos Pernambucanos (PE) – 1888	2	4
266	O Obreiro (PE) – 1889	2	8
267	Silva Jardim (PE) – 1889	4	8
268	O Alfinete: Orgão Imparcial (PE) – 1890	3	8
269	O Larousse (PE) – 1890	3	8
270	O Povo (PE) – 1891	2	4
271	O Jornal Pequeno (PE) – 1891	2	4

272	A Ronda: Periodico, Critico, e Noticioso (PE) – 1891	2	8
273	O 14 de Agosto: Numero Unico destruido em comemoração ao 3º aniversario de fundação do Recreio Muzical 14 de Agosto (PE) – 1891	2	4
274	Julio Borges: Saudosa Homenagem da Mocidade Academica do Recife ao Jovem e Denodado Cadete (PE) – 1892	2	4
275	A Borboleta: Periodico Litterario e Recreativo (PE) – 1892	2	4
276	O Neophyto (PE) – 1892	2	4
277	A Semana: Propriedade de uma Sociedade (PE) – 1892	3	8
278	O Combate: Orgão do Club Autonomista Academico (PE) – 1892	3	8
279	Revista Litteraria (PE) – 1895	3	16
280	O Sport (PE) – 1895	2	4
281	Congresso Academico: Publicação Mensal (PE) – 1896 a 1898	7	40
282	Jornal do Domingo (PE) – 1898	2	4
283	O Trabalho (PE) – 1900	3	8
284	O Grillo: Periodico Caustico, Noticioso e Humoristico (PE) – 1901 a 1902	7	24
285	O Besouro: Illustrado e Humoristico (PE) – 1902 a 1903	51	390
286	O Lyrio (PE) – 1902 a 1903	7	82
287	A Rua: Semanario Illustrado (PE) – 1903	2	4
288	O Phanal (PE) – 1904	4	24
289	União Operaria (PE) – 1905 a 1906	10	40
290	Almanak do Estado de Pernambuco: Administrativo Mercantil Agricola e Industrial (PE) – 1894	2	425
291	Almanak do Americano (PE) – 1871	2	63
292	Correio de Recife (PE) – 1867	2	328
293	O Tacape (PE) – 1928 a 1929	38	839
294	In Memoriam (PE) – 1919	2	4
295	A Estação Lyrica (PE) – 1882	7	26
296	Mascote (PE) – 1924 a 1925	4	64
297	Mauricéa (PE) – 1923	2	48
298	A Lyra (PE) – 1903	2	9
299	A Nota (PE) – 1918 a 1920	7	92
300	O Apipucos (PE) – 1900	2	4
301	A Pilheria (PE) – 1930	3	76
302	O Brasil Agricola (PE) – 1880 a 1881	4	16
303	Mensagens do Governador de Pernambuco para Assembléia (PE) – 1890 a 1930	82	3.068
304	O Cara Dura (PE) – 1922	2	4
305	Alvorada (PE) – 1926	2	16
306	O Dominó: Revista Carnavalesca (PE) – 1925	2	26
307	O Livro: periodico litterario (PE) – 1906	3	8
308	O Missionário: orgão da sociedade juvenil baptista (PE) – 1906	2	8
309	O Tacape (PE) – 1928	2	28
310	Cinema Pathé: jornal de litteratura, artes e noticias (PE) – 1919	2	8
311	Revista da Cidade (PE) – 1926 a 1927	5	86
312	Revista de Seguros de Pernambuco (PE) – 1932	2	24
313	Kodak (PE) – 1916	3	64
314	O Carroussel (PE) – 1900	2	4
315	Gazeta de Victoria (PE) – 1921 a 1937	36	130
316	Diário de Victoria (PE) – 1925 a 1926	22	78
317	O Vitoriense (PE) – 1940 a 1956	229	907
318	O Progresso (PE) – 1936 a 1939	39	142
319	Jaboatão Jornal (PE) – 1950 a 1982	555	2.144

320	O Pagode Catucá: Jornal Politico e Joco-serio (PE) – 1849	2	4
<b>TOTAL</b>		<b>124.154</b>	<b>1.235.652</b>

\* **Periódicos:** O motor de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira só permite consultar por “periódico”, “período” e “local”. Deste modo, considerou-se o quantitativo total dos periódicos (jornais, diários, gazetas, revistas, anais, almanaques, anuários, folhetos avulsos e etc.).

\*\* **Pasta:** As edições dos periódicos foram organizadas em pastas, por anos.

\*\*\* **Páginas Digitalizadas:** Quantidade de páginas digitalizadas por edição.

**ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE CONTEÚDO  
JORNALÍSTICO (D. A. PRESS, DIÁRIOS ASSOCIADOS)**



Diários Associados Press S/A  
**Autorização para Utilização de  
Conteúdo Jornalístico**

**SA CORREIO BRAZILIENSE**, parte do grupo **DIÁRIOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Brasília/DF, no SIG Qd. 02, n. 340, inscrita no CNPJ sob o nº 00.001.172/0001-80, na qualidade de legítima cedente da(s) obra(s) abaixo relacionada(s), autoriza a **Francisco de Assis Noberto Galdino de Araújo** CPF: **063.381.474-17** a publicá-la(s) para a obra a seguir especificada pelo prazo de proteção legal, confirmado o pagamento recebido pelo solicitante:

Obra	Data de produção ou publicação	Especificação do material
Página do Diário de Pernambuco	07/11/1825	FOTOGRAFIA

Finalidade	Valor R\$
"Preservação dos Registros da Imprensa Pernambucana: o (re)surgir das suas cinzas memoriais" Autoria: Francisco de Assis Noberto Galdino de Araújo	R\$36,00

Ao publicá-la(s), deve-se conceder os créditos ao autor da obra e a D.A Press, no padrão autor da obra/D.A Press. O uso fora da finalidade designada acarretará sanções previstas na Lei de Direitos Autorais (Lei nº. 9610, de 19/2/1998).

É responsabilidade, sob pena de exclusiva responsabilização da CESSIONÁRIA, a obtenção da prévia autorização escrita de terceiro para uso de sua imagem ou da imagem de bens de sua propriedade retratados na(s) obra(s) ora cedida(s), sendo que a inobservância desta condição constituirá

Termo 10 – Autorização para Publicação de Matéria

Diários Associados Press S/A  
SIG Q. 2 nº 340 – Bloco I – Subsolo  
70710-901 – Brasília – DF  
Tels: (61) 3214.1575 | 1568/1583  
E-mail: [dapress@diabr.com.br](mailto:dapress@diabr.com.br)

CJM-01-01-12/1.0/dez08

violação de direito de imagem, conforme previstos no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal, e no artigo 79 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Em caso de reformulação ou edição renovada, a reutilização da(s) obra(s) deverá ser previa e expressamente solicitada e terá um custo adicional equivalente a 60% (sessenta), do valor cobrado no primeiro uso.

Brasília, 06 de setembro de 2023.



---

Assistente Administrativo

Termo 10 - Autorização para Publicação de Matéria

Diários Associados Press S/A  
SIG Q. 2 nº 340 – Bloco 1 – Subsolo  
70710-901 – Brasília – DF  
Tels: (61) 3214.1575 | 1568/1583  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br)

CJM-01-01-12/1.0/dez08

## ANEXO B – FICHA DIAGNÓSTICO (Liber/UFPE)

	<p>PROJETO MEMÓRIA DOS PERIÓDICOS PERNAMBUCANOS – LABORATÓRIO LIBER – DCI/PPGD/CI/CAC/UFPE</p>	
<b>FICHA DE DIAGNÓSTICO</b>		FICHA TÉCNICA Nº _____
<b>DESCRIÇÃO DA OBRA:</b>		
LOCAL: Laboratório LIBER / LEP		
AUTOR:		
TÍTULO:		
ANO/DATA:		
ANO SERIAL:		
VOLUME:		
Nº DE FOLHAS:		
TÉCNICA: Impressão em Jornais		
DIMENSÕES: Altura: _____ Largura: _____ Comprimento: _____		
Espaçamento para o Poliéster: 5cm lado esquerdo + 5cm lado direito (total 10cm)		
<b>CARACTERÍSTICAS DA OBRA:</b>		
<input type="checkbox"/> CAPA DURA <input type="checkbox"/> COSTURA DE CADERNOS <input type="checkbox"/> GRAMPEADO <input type="checkbox"/> PAEL COUCHÉ <input type="checkbox"/> BROCHURA <input type="checkbox"/> COLADO <input type="checkbox"/> PAPEL JORNAL <input type="checkbox"/> ENCADERNAÇÃO ESPIRAL <input type="checkbox"/> OUTROS		
<b>ESTADO DE CONSERVAÇÃO:</b>		
<input type="checkbox"/> ÓTIMO <input type="checkbox"/> BOM <input type="checkbox"/> SATISFATÓRIO <input type="checkbox"/> RUIM <input type="checkbox"/> PÉSSIMO		
<b>ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DA OBRA:</b>		
<input type="checkbox"/> SUJIDADES/PÓ <input type="checkbox"/> PONTOS DE OXIDAÇÃO <input type="checkbox"/> MANCHAS DE ÁGUA <input type="checkbox"/> ACIDEZ: LEVE, MODERADA, ACENTUADA <input type="checkbox"/> AMARELECIMENTO <input type="checkbox"/> FUNGOS/BACTÉRIAS <input type="checkbox"/> INSETOS <input type="checkbox"/> FOXING <input type="checkbox"/> GORDURA <input type="checkbox"/> FITA ADESIVA <input type="checkbox"/> COLA <input type="checkbox"/> LOMBADA FRAGILIZADA <input type="checkbox"/> MOFO <input type="checkbox"/> MANCHAS <input type="checkbox"/> RASGOS <input type="checkbox"/> CORTES <input type="checkbox"/> QUEIMADURA	<input type="checkbox"/> DISTENÇÕES <input type="checkbox"/> ONDULAÇÕES <input type="checkbox"/> VINCOS <input type="checkbox"/> PREGAS <input type="checkbox"/> DOBRAS <input type="checkbox"/> FRAGMENTADO <input type="checkbox"/> PÁGINAS COM ADESIVOS ou FITAS <input type="checkbox"/> SEM LOMBADA <input type="checkbox"/> INFESTAÇÃO COM FUNGOS ATIVOS <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____	
<b>TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO:</b>		
<input type="checkbox"/> CONFERENCIA DE PAGINAÇÃO <input type="checkbox"/> NUMERAÇÃO DE PÁGINAS <input type="checkbox"/> DESMONTE <input type="checkbox"/> LIMPEZA COM TRINCHAS <input type="checkbox"/> LIMPEZA COM PÓ DE BORRACHA <input type="checkbox"/> LIMPEZA COM METILCELULOSE <input type="checkbox"/> BANHO	<input type="checkbox"/> REMENDOS <input type="checkbox"/> VELATURA <input type="checkbox"/> ACONDICIONAMENTO COM PAPEL ALCALINO <input type="checkbox"/> ACONDICIONAMENTO COM ACETATO <input type="checkbox"/> INSERIR FOLHA DE GUARDA <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____	
<b>OBSERVAÇÕES:</b>		
Responsável: _____		
Data de entrada: _____ Data de Saída (Embalagem): _____		

**ANEXO C – QUANTITATIVO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS  
INDIVIDUALMENTE EM CADA JORNAL TRABALHADO NO PCPAHDP  
(Liber/UFPE)**

<b>DIÁRIO DE PERNAMBUCO</b>			
<b>Ano</b>	<b>Período (Meses da Publicação)</b>		<b>Status</b>
	<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	
1836	Janeiro	Dezembro	Restauro
1837	Janeiro	Junho	Digitalizado
1837	Julho	Dezembro	Digitalizado
1838	Janeiro	Junho	Digitalizado
1839	Janeiro	Junho	Digitalizado
1839	Julho	Dezembro	Digitalizado
1840	Janeiro	Junho	Digitalizado
1840	Julho	Dezembro	Digitalizado
1841	Janeiro	Junho	Digitalizado
1841	Julho	Dezembro	Digitalizado
1842	Janeiro	Junho	Digitalizado
1842	Julho	Dezembro	Digitalizado
1843	Janeiro	Junho	Digitalizado
1843	Julho	Dezembro	Digitalizado
1844	Janeiro	Junho	Digitalizado
1844	Julho	Dezembro	Restauro
1845	Abril	Junho	Restauro
1845	Janeiro	Março	Restauro
1845	Julho	Dezembro	Restauro
1846	Janeiro	Junho	Restauro
1846	Julho	Dezembro	Restauro
1847	Janeiro	Junho	Digitalizado/ Indo para Restauro
1847	Julho	Dezembro	Restauro/ Aguardando Digitalização
1848	Janeiro	Dezembro	Restauro
1848	Janeiro	Junho	Digitalizado/ Indo para Restauro
1848	Julho	Dezembro	Restauro
1849	Janeiro	Dezembro	Restauro
1849	Janeiro	Julho	Restauro
1849	Julho	Dezembro	Restauro
1850	Janeiro	Junho	Restauro
1850	Julho	Dezembro	Restauro
1851	Janeiro	Junho	Restauro
1851	Julho	Dezembro	Restauro
1852	Janeiro	Junho	Digitalizado/ Indo para Restauro
1852	Janeiro	Junho	Digitalizado/ Indo para Restauro
1853	Janeiro	Junho	Restauro
1853	Julho	Dezembro	Restauro
1854	Abril	Junho	Restauro
1854	Janeiro	Junho	Restauro
1854	Julho	Dezembro	Restauro
1854	Julho	Dezembro	Restauro
1855	Janeiro	Junho	Restauro

1855	Julho	Dezembro	Restauo
1856	Julho	Dezembro	Restauo
1858	Janeiro	Junho	Restauo
1858	Julho	Dezembro	Restauo
1859	Janeiro	Março	Digitalizado/ Indo para Restauo
1859	Janeiro	Junho	Restauo
1859	Julho	Dezembro	Restauo
1860	Março	Maio	Digitalizado
1860	Abril	Junho	Digitalizado/ Indo para Restauo
1860	Abril	Junho	Digitalizado
1860	Outubro	Dezembro	Restauo
1860	Janeiro	Março	Restauo
1860	Janeiro	Março	Restauo
1860	Julho	Dezembro	Restauo
1860	Outubro	Dezembro	Restauo
1861	Abril	Junho	Digitalizado
1861	Abril	Junho	Digitalizado
1861	Outubro	Dezembro	Restauo
1861	Janeiro	Junho	Restauo
1861	Janeiro	Março	Digitalizado
1861	Junho	Dezembro	Restauo
1862	Outubro	Dezembro	Restauo
1862	Julho	Dezembro	Restauo
1862	Janeiro	Junho	Digitalizado
1862	Janeiro	Março	Restauo
1862	Abril	Junho	Restauo
1862	Julho	Setembro	Restauo
1863	Outubro	Dezembro	Digitalizado/ Indo para Restauo
1863	Janeiro	Março	Restauo
1863	Julho	Setembro	Restauo
1863	Julho	Setembro	Restauo
1863	Julho	Dezembro	Restauo
1863	Janeiro	Junho	Restauo
1863	Abril	Junho	Restauo
1863	Janeiro	Março	Restauo
1863	Outubro	Dezembro	Digitalizado
1864	Julho	Setembro	Restauo
1864	Outubro	X	Restauo
1864	Janeiro	Março	Restauo
1864	Abril	Junho	Aguardando
1864	Janeiro	Março	Restauo
1864	Outubro	Dezembro	Restauo
1864	Julho	Dezembro	Restauo
1864	Janeiro	Junho	Restauo
1865	Outubro	Dezembro	Restauo
1865	Outubro	Dezembro	Restauo
1865	Julho	Setembro	Restauo
1865	Abril	Junho	Restauo
1865	Abril	Junho	Digitalizado
1865	Janeiro	Março	Restauo
1865	Janeiro	Março	Digitalizado
1866	Janeiro	Março	Restauo
1866	Outubro	Dezembro	Restauo
1866	Agosto	Setembro	Digitalizado
1866	Abril	Junho	Restauo

1866	Outubro	Dezembro	Restauo
1866	Julho	Setembro	Digitalizado
1867	Julho	Setembro	Digitalizado/ Indo para Restauo
1867	Abril	Junho	Restauo
1867	Janeiro	Março	Digitalizado
1867	Janeiro	Junho	Restauo
1867	Outubro	Dezembro	Restauo
1867	Julho	Dezembro	Restauo
1868	Abril	Junho	Digitalizado
1868	Julho	Setembro	Restauo
1869	Julho	Setembro	Digitalizado
1869	Julho	Setembro	Restauo
1869	Outubro	Dezembro	Digitalizado
1870	Outubro	Dezembro	Restauo
1870	Janeiro	Março	Restauo
1870	Julho	Setembro	Restauo
1870	Abril	Junho	Restauo
1957	Março	Junho	Restauo
<b>TOTAL</b>			<b>115</b>

<b>JORNAL PEQUENO</b>			
<b>Ano</b>	<b>Período (Meses da Publicação)</b>		<b>Status</b>
	<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	
1900	Abril	Dezembro	Restauo
1900	Julho	Dezembro	Restauo
1901	Janeiro	Junho	Restauo
1904	Julho	Dezembro	Restauo
1905	Janeiro	Junho	Restauo
1905	Julho	Dezembro	Restauo
1906	Janeiro	Junho	Digitalizado/ Indo para Restauo
1906	Julho	Dezembro	Restauo
1907	Janeiro	Junho	Restauo
1909	Janeiro	Junho	Restauo
1909	Julho	Dezembro	Digitalizado
1910	Janeiro	Junho	Digitalizado
1910	Julho	Dezembro	Digitalizado
1911	Julho	Dezembro	Restauo
1912	Janeiro	Junho	Restauo
1912	Julho	Dezembro	Restauo
1913	Janeiro	Junho	Restauo
1924	Julho	Dezembro	Digitalizado
1925	Janeiro	Junho	Restauo
1925	Julho	Dezembro	Digitalizado
1926	Janeiro	Junho	Digitalizado
1926	Julho	Dezembro	Digitalizado
1927	Janeiro	Junho	Digitalizado
1927	Julho	Dezembro	Restauo
1928	Janeiro	Junho	Restauo
1928	Julho	Dezembro	Digitalizado
1929	Janeiro	Junho	Digitalizado
1929	Julho	Dezembro	Digitalizado
1930	Janeiro	Junho	Digitalizado
1931	Janeiro	Junho	Restauo
1932	Janeiro	Junho	Digitalizado
1932	Julho	Dezembro	Digitalizado
1933	Janeiro	Junho	Digitalizado

1933	Julho	Dezembro	Digitalizado
1934	Janeiro	Junho	Restauro
1935	Janeiro	Junho	Restauro
1935	Julho	Dezembro	Digitalizado
1936	Janeiro	Junho	Digitalizado
1962	Julho	Dezembro	Digitalizado
1962/1963	Junho	Março	Digitalizado/ Indo para Restauro
1962/1963	Dezembro	Junho	Digitalizado
1963/1964	Março	Janeiro	Digitalizado/ Indo para Restauro
<b>TOTAL</b>			<b>42</b>

<b>DIÁRIO DA MANHÃ</b>			
<b>Ano</b>	<b>Período (Meses da Publicação)</b>		<b>Status</b>
	<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	
1929	Outubro	Dezembro	Digitalizado
1930	Março	Abril	Restauro
1930	Setembro	Outubro	Aguardando
1930	Novembro	X	Restauro
1930	Janeiro	Fevereiro	Restauro
1931	Julho	Setembro	Restauro
1932	Julho	Setembro	Restauro
1942	Março	Abril	Restauro
1965	Julho	Dezembro	Restauro
1966	Janeiro	Junho	Aguardando
1966	Julho	Dezembro	Digitalizado
1967	Julho	Dezembro	Digitalizado
1967	Janeiro	Junho	Restauro
1968	Janeiro	Junho	Restauro
1968	Julho	Dezembro	Digitalizado
1969	Janeiro	Junho	Restauro
1969	Julho	Dezembro	Restauro
1970	Janeiro	Junho	Digitalizado
1971	Julho	Agosto	Restauro
1971	Setembro	Outubro	Restauro
1971	Novembro	Dezembro	Aguardando
1971	Janeiro	Abril	Digitalizado
1971	Maio	Junho	Restauro
1971	Julho	Dezembro	Restauro
1972	Setembro	Outubro	Restauro
1972	Novembro	Dezembro	Aguardando
1972	Julho	Agosto	Restauro
1972	Maio	Junho	Aguardando
1972	Janeiro	Fevereiro	Digitalizado
1973	Março	Abril	Restauro
1973	Março	Abril	Restauro
1973	Março	Abril	Restauro
1973	Março	Abril	Restauro
1973	Maio	Junho	Restauro
1973	Maio	Junho	Restauro
1973	Maio	Junho	Restauro
1973	Maio	Junho	Restauro
1973	Setembro	Outubro	Restauro
1973	Setembro	Outubro	Restauro
1973	Setembro	Outubro	Restauro
1973	Setembro	Outubro	Restauro/ Aguardando

			Digitalização
1973	Novembro	Dezembro	Restauro
1973	Novembro	Dezembro	Restauro
1973	Janeiro	Fevereiro	Restauro
1973	Julho	Agosto	Restauro
1973	Julho	Agosto	Restauro
1973	Julho	Agosto	Restauro
1973	Julho	Agosto	Restauro
1977	Outubro	X	Digitalizado
1991	Outubro	Dezembro	Digitalizado
1993	Julho	Agosto	Restauro
1993	Novembro	Dezembro	Digitalizado
1993	Novembro	Dezembro	Restauro
1993	Novembro	Dezembro	Digitalizado
1996	Março	Abril	Restauro
1997	Maio	Junho	Digitalizado
1997	Março	Abril	Digitalizado
1997	Maio	Junho	Digitalizado
1997	Novembro	Dezembro	Restauro
1998	Janeiro	Fevereiro	Aguardando
1998	Janeiro	Fevereiro	Aguardando
1998	Julho	Agosto	Aguardando
1998	Setembro	Outubro	Aguardando
1998	Setembro	Outubro	Aguardando
1998	Maio	Junho	Aguardando
1998	Julho	Agosto	Aguardando
1998	Março	Abril	Digitalizado
1998	Maio	Junho	Aguardando
1998	Março	Abril	Aguardando
1998	Novembro	Dezembro	Digitalizado
1964/1965	Outubro	Junho	Digitalizado
<b>TOTAL</b>			<b>71</b>

<b>DIÁRIO DA TARDE</b>			
<b>Ano</b>	<b>Período (Meses da Publicação)</b>		<b>Status</b>
	<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	
1929	Abril	Junho	Restauro
1929	Outubro	Dezembro	Restauro
1929	Outubro	Dezembro	Aguardando
1929	Julho	Setembro	Aguardando
1929	Julho	Setembro	Aguardando
1929	Julho	Setembro	Aguardando
1930	Janeiro	Fevereiro	Restauro
1930	Janeiro	Fevereiro	Aguardando
1930	Janeiro	Fevereiro	Aguardando
1930	Maio	Junho	Aguardando
1930	Maio	Junho	Aguardando
1930	Maio	Junho	Aguardando
1930	Maio	Junho	Restauro
1930	Julho	X	Aguardando
1930	Novembro	Dezembro	Aguardando
1930	Novembro	Dezembro	Aguardando
1930	Setembro	Outubro	Aguardando
1930	Julho	X	Aguardando
1930	Setembro	Outubro	Aguardando
1930	Setembro	Outubro	Restauro/ Aguardando Digitalização

1930	Março	Abril	Restauro/ Aguardando Digitalização
1930	Março	Abril	Aguardando
1930	Março	Abril	Aguardando
1930	Março	Abril	Restauro
1930	Julho	X	Aguardando
1930	Julho	X	Aguardando
1931	Abril	Junho	Aguardando
1931	Abril	Junho	Aguardando
1931	Outubro	Dezembro	Restauro
1931	Outubro	Dezembro	Aguardando
1931	Outubro	Dezembro	Aguardando
1931	Outubro	Dezembro	Aguardando
1931	Janeiro	Março	Aguardando
1931	Janeiro	Março	Aguardando
1931	Julho	Setembro	Restauro
1931	Julho	Setembro	Restauro
1931	Julho	Setembro	Aguardando
1932	Abril	Junho	Aguardando
1932	Abril	Junho	Aguardando
1932	Abril	Junho	Aguardando
1932	Outubro	Dezembro	Restauro
1932	Janeiro	Março	Aguardando
1932	Janeiro	Março	Aguardando
1932	Janeiro	Março	Aguardando
1932	Julho	Setembro	Aguardando
1932	Julho	Setembro	Aguardando
1932	Julho	Setembro	Aguardando
1932	Julho	Setembro	Restauro
1935	Outubro	Dezembro	Restauro
1936	Julho	Setembro	Restauro
1937	Janeiro	X	Restauro
<b>TOTAL</b>			<b>51</b>

**ANEXO D – COMPILAÇÃO DE NORMAS, DIRETRIZES, PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES SOBRE PRESERVAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E JORNAIS (ISO\*, IFLA\*\*, CONARQ\*\*\* E REDE MEMORIAL DE PERNAMBUCO\*\*\*\*)**

<b>Norma</b>	<b>Título</b>	<b>Descrição</b>
<b>ISO 4087:2005</b>	Micrografia — Microfilmagem de jornais para fins de arquivamento em microfilme de 35 mm	Estabelece princípios gerais para microfilmagem de jornais impressos para preservação e distribuição a bibliotecas e outros serviços de documentação. Inclui requisitos de metas para garantir o controle bibliográfico adequado e verificar se o filme atende aos requisitos das Normas Internacionais aplicadas à microfilmagem arquivística.
<b>ISO 11798:2023</b>	Informação e documentação — Permanência e durabilidade da escrita, impressão e cópia em papel — Requisitos e métodos de teste	Especifica requisitos e métodos de teste para avaliação da permanência e durabilidade da escrita, impressão e cópia em papel armazenado em bibliotecas, arquivos e outros ambientes protegidos por longos períodos de tempo, nos quais as informações registradas em papel devem ser retidas, mas não necessariamente a plena qualidade artística.
<b>ISO 11799:2015</b>	Informação e documentação – Requisitos de armazenamento de documentos para materiais de arquivo e biblioteca	Especifica as características dos repositórios utilizados para o armazenamento a longo prazo de materiais de arquivo e biblioteca. Abrange a localização, construção e renovação do edifício e a instalação e equipamento a utilizar dentro e ao redor do edifício.
<b>ISO/TR 13028:2010</b>	Informação e documentação — Diretrizes de implementação para digitalização de registros	<p>Estabelece diretrizes para a criação e manutenção de registros apenas em formato digital, quando o documento original, ou outro registro de fonte não digital, tiver sido copiado por digitalização;</p> <p>Estabelece diretrizes de melhores práticas para digitalização para garantir a credibilidade e confiabilidade dos registros e permitir a consideração do descarte dos registros de origem não digital;</p> <p>Estabelece diretrizes de melhores práticas para a confiabilidade dos registros digitalizados que podem impactar na admissibilidade legal e no peso probatório de tais registros;</p> <p>Estabelece diretrizes de melhores práticas para a acessibilidade de registros digitalizados enquanto forem necessários;</p> <p>Especifica estratégias para auxiliar na criação de registros digitalizados adequados para retenção de longo prazo;</p>

		Estabelece diretrizes de melhores práticas para o gerenciamento de registros de fontes não digitais após a digitalização.
<b>ISO 15489-1:2016</b>	<p>Informação e documentação —</p> <p>Gerenciamento de registros —</p> <p>Parte 1: Conceitos e princípios</p>	<p>Define os conceitos e princípios a partir dos quais são desenvolvidas abordagens para a criação, captura e gestão de documentos de arquivo.</p> <p>Descreve conceitos e princípios relacionados ao seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) registros, metadados para registros e sistemas de registros;</li> <li>b) políticas, responsabilidades atribuídas, monitorização e formação que apoiam a gestão eficaz dos registros;</li> <li>c) análise recorrente do contexto empresarial e identificação de requisitos de registros;</li> <li>d) controles de registros;</li> <li>e) processos de criação, captura e gerenciamento de registros.</li> </ul> <p>Aplica-se à criação, captura e gestão de registros, independentemente da estrutura ou forma, em todos os tipos de ambientes empresariais e tecnológicos, ao longo do tempo.</p>
<b>ISO 15836-1:2017</b>	<p>Informação e documentação —</p> <p>O conjunto de elementos de metadados Dublin Core — Parte 1: Elementos principais</p>	Estabelece 15 elementos principais de metadados para descrição de recursos entre domínios. Estes termos fazem parte de um conjunto maior de vocabulários de metadados mantidos pela <i>Dublin Core Metadata Initiative</i> .
<b>ISO 15836-2:2019</b>	<p>Informação e documentação —</p> <p>O conjunto de elementos de metadados Dublin Core — Parte 2: Propriedades e classes DCMI</p>	Este documento estabelece um vocabulário para descrição de recursos entre domínios, conhecido como termos de metadados Dublin Core (doravante Termos de Metadados DCMI). Inclui todas as propriedades e classes dos Termos de Metadados DCMI [1] (doravante "o /terms/ namespace"), conforme publicado no documento de Recomendação DCMI "Termos de Metadados DCMI" de 2012 (DCMI-TERMS e Anexo A). Conforme explicado no Anexo B, essas propriedades e classes podem ser identificadas por URIs para uso em dados vinculados.
<b>ISO 16245:2023</b>	<p>Informação e documentação —</p> <p>Caixas, tampas de arquivos e outros invólucros, feitos de materiais celulósicos, para armazenamento de documentos em papel e</p>	Especifica requisitos para caixas, capas de arquivo e outros invólucros feitos de material celulósico, a serem utilizados para armazenamento de longo prazo de documentos em papel ou pergaminho.

	pergaminho	
<b>ISO/TR 18492:2005</b>	Preservação a longo prazo de informações baseadas em documentos eletrônicos	<p>Fornecer orientação metodológica prática para a preservação e recuperação a longo prazo de informações autênticas baseadas em documentos eletrônicos, quando o período de retenção excede a vida útil esperada da tecnologia (<i>hardware</i> e <i>software</i>) usada para criar e manter a informação.</p> <p>Tem em conta o papel dos padrões de tecnologia da informação tecnologicamente neutros no apoio ao acesso a longo prazo.</p> <p>Reconhece que a garantia da preservação e recuperação a longo prazo de informações autênticas baseadas em documentos eletrônicos deve envolver especialistas em TI, gestores de documentos, gestores de registros e arquivistas.</p>
<b>ISO 19005-1:2005</b>	Gerenciamento de documento — Formato de arquivo de documento eletrônico para preservação a longo prazo — Parte 1: Uso do PDF 1.4 (PDF/A-1)	Especifica como usar o <i>Portable Document Format (PDF) 1.4</i> para preservação de documentos eletrônicos a longo prazo. É aplicável a documentos que contenham combinações de dados de caracteres, raster e vetoriais.
<b>ISO/IEC 27001:2022</b>	Segurança da informação, cibersegurança e proteção da privacidade — Sistemas de gestão da segurança da informação — Requisitos	<p>É o padrão mais conhecido do mundo para sistemas de gerenciamento de segurança da informação (SGSI). Ele define os requisitos que um SGSI deve atender.</p> <p>Fornecer às empresas de qualquer dimensão e de todos os setores de atividade orientações para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão de segurança da informação.</p> <p>A conformidade com a ISO/IEC 27001 significa que uma organização ou empresa implementou um sistema para gerenciar riscos relacionados à segurança dos dados de propriedade ou manuseados pela empresa, e que este sistema respeita todas as melhores práticas e princípios consagrados nesta Norma Internacional.</p>
<b>ISO/TC 46/SC 10 (2005)</b>	Requisitos para armazenamento de documentos e condições de preservação	Padronização de requisitos para armazenamento e uso de documentos em bibliotecas, arquivos e centros de documentação, bem como práticas relacionadas à manutenção e melhoria das condições de preservação.
<b>IFLA, Seção de Jornais (2002)</b>	Diretrizes para Microfilmagem para	A microfilmagem de preservação de jornais é uma tarefa complexa para a biblioteca,

	Preservação de Jornais	principalmente no que diz respeito às atividades anteriores e posteriores ao próprio processo de filmagem. É um trabalho especializado que exige experiência, planejamento cuidadoso e utilização de equipamentos adequados para filmagem, montagem e armazenamento. No entanto, deverá ser sempre exigido para a transferência de jornais pertencentes à Coleção Nacional que devem ser preservados da destruição. As Diretrizes terão como objetivo um nível médio para Microfilmagem para Preservação de Jornais, a fim de serem aplicáveis a bibliotecas sem recursos consideráveis. As Diretrizes seguirão de perto os padrões internacionais em todos os pontos significativos. Os microfilmes que não cumpram o nível de qualidade recomendado nestas Diretrizes não devem ser considerados microfilmes de preservação para fins de arquivo.
<b>IFLA, Seção de Jornais (2002)</b>	Microfilmagem para digitalização e reconhecimento óptico de caracteres	Suplemento às "Diretrizes para Microfilmagem para Preservação de Jornais". A Seção de Jornais (antiga Mesa Redonda sobre Jornais) planejou publicar um suplemento a estas Diretrizes em reconhecimento da necessidade de garantir o melhor acesso possível no futuro aos textos capturados em microfilme, quando a digitalização for realizada.
<b>IFLA, Seção de Jornais (2002)</b>	Gestão de coleções de jornais: desafios impressos e digitais	Este volume oferece apresentações nos eventos mais recentes da Seção de Jornais da IFLA (Santiago do Chile, maio de 2007 e Durban, agosto de 2007). A Conferência Internacional de Jornais de Santiago foi a primeira do gênero, com o objetivo de fazer um balanço da coleção de jornais latino-americanos e analisar as atividades atuais, desde o básico até a digitalização sofisticada e tecnologias de <i>software</i> . A maioria das apresentações é oferecida em espanhol e inglês. Esta publicação centra-se nas questões-chave da biblioteconomia de jornais – preservação e acesso – nas quais a digitalização é uma ferramenta muito importante.
<b>IFLA, Seção de Livros Raros e Coleções Especiais (2015)</b>	Diretrizes para planejamento de digitalização de livros raros e coleções especiais	As diretrizes de digitalização proliferaram de muitas formas nos últimos quinze anos e todas refletem um conjunto de melhores práticas que continua a evoluir. Estas diretrizes tentam complementar este conjunto de conhecimentos, abordando as necessidades específicas relacionadas com o planejamento de projetos de digitalização para coleções raras e especiais. Eles são escritos do ponto de vista de gestores de coleções especiais, bibliotecários de livros raros, curadores e pesquisadores que estudam o objeto físico como um artefato que contém

		<p>evidências históricas intrínsecas, tanto quanto o conteúdo intelectual que ele contém.</p> <p>Prenunciando as necessidades dos usuários que estão agora realizando pesquisas com base digital que requer análise de texto completo ou grandes agregações de "big data", estas diretrizes também ajudarão profissionais e não profissionais a criarem coleções digitais sustentáveis e adaptáveis que serão reutilizáveis e continuar a ter valor de pesquisa no futuro.</p>
<b>CONARQ (2005)</b>	Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital	<p>A Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, aprovada em 2004, tem o objetivo de conscientizar e ampliar a discussão sobre o legado cultural em formato digital, e que se encontra em perigo de perda e de falta de confiabilidade. A Carta manifesta a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais.</p>
<b>CONARQ (2010)</b>	Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes	<p>Essas recomendações, aprovadas pela Resolução nº 31 do CONARQ, visam auxiliar as instituições detentoras de acervos arquivísticos de valor permanente, na concepção e execução de projetos e programas de digitalização.</p>
<b>CONARQ (2012)</b>	Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água	<p>As recomendações apresentadas neste documento e aprovadas pela Resolução nº 34 do CONARQ, deverão ser adotadas em caráter emergencial, sobretudo para instituições que ainda não possuem um plano de prevenção de desastres, com o intuito de promover a estabilização das condições ambientais dos espaços de guarda e dos suportes documentais, até que seja possível uma avaliação por especialistas da área de conservação.</p>
<b>CONARQ (2021)</b>	Diretrizes para a Digitalização de Documentos de Arquivo nos termos do Decreto nº 10.278/2020	<p>Este documento, aprovado pela Resolução nº 48 do CONARQ, orienta o processo de digitalização de documentos realizado por pessoas jurídicas de direito público interno, assim como por pessoas jurídicas de direito privado e pessoas naturais, diretamente ou por meio de terceiros contratados, observado o contido no Decreto nº 10.278, de 2020.</p>
<b>CONARQ ([202-?])</b>	Diretrizes do produtor e do preservador	<p>Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos" e "Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações" Publicadas no âmbito do Projeto <i>The International Research on Permanent Authentic</i></p>

		<i>Records in Electronic Systems InterPARES</i> , da Universidade de British Columbia, Canadá, em acordo técnico com o Arquivo Nacional e aprovadas pela Resolução nº 38 do CONARQ, visam ao aperfeiçoamento da gestão e preservação dos documentos de arquivo em formato digital.
<b>Rede Memorial de Pernambuco (2011)</b>	Carta do Recife	Estabelecer uma rede nacional, denominada Rede Memorial, tendo por base uma carta de princípios para sustentar uma política de digitalização dos acervos memoriais e de procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho. A Rede Memorial assume três compromissos e estabelece a necessidade de desenvolver três dimensões de padronização. São estes os seis princípios, definidos nesta Carta do Recife, para uma política de digitalização dos acervos sob a responsabilidade das instituições participantes.

\* INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). Disponível em: <https://www.iso.org/home.html>. Acesso em: 19 out. 2023. (Normas traduzidas).

\*\* INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Disponível em: <https://repository.ifla.org/>. Acesso em: 19 out. 2023. (Diretrizes e Orientações traduzidas).

\*\*\* CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-conarq>. Acesso em: 19 out. 2023.

\*\*\*\* REDE MEMORIAL DE PERNAMBUCO. Disponível em: <http://redememorialpernambuco.blogspot.com/p/carta-do-recife.html>. Acesso em: 19 out. 2023.